

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
DOUTORADO EM PSICOLOGIA**

**LUIZANE GUEDES MATEUS**

**TEM DIAS QUE A GENTE SE SENTE COMO QUEM PARTIU OU  
MORREU, A GENTE ESTANCOU DE REPENTE OU FOI O MUNDO  
ENTÃO QUE CRESCER: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE FAMILIARES  
DE ATINGIDOS PELA VIOLÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO.**

**NITERÓI**

**2012**

LUIZANE GUEDES MATEUS

**TEM DIAS QUE A GENTE SE SENTE COMO QUEM PARTIU OU  
MORREU, A GENTE ESTANCOU DE REPENTE OU FOI O MUNDO  
ENTÃO QUE CRESCER: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE FAMILIARES  
DE ATINGIDOS PELA VIOLÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de Psicologia, como requisito para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Cecília Maria B. Coimbra

NITERÓI

2012

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**M425 Mateus, Luizane Guedes.**

Tem dias que a gente se sente como quem partiu ou morreu, a gente estancou de repente ou foi o mundo então que cresceu: memórias e histórias de familiares atingidos pela violência no Espírito Santo / Luizane Guedes Mateus. – 2012.

230 f.

Orientador: Cecília Maria B. Coimbra.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2012.

LUIZANE GUEDES MATEUS

**TEM DIAS QUE A GENTE SE SENTE COMO QUEM PARTIU OU MORREU, A GENTE ESTANCOU DE REPENTE OU FOI O MUNDO ENTÃO QUE CRESCER: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE FAMILIARES DE ATINGIDOS PELA VIOLÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de Psicologia, como requisito para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Aprovada em 2012

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Profª. Drª Cecília Maria B. Coimbra**  
**Universidade Federal Fluminense**

---

**Profª. Drª Estela Scheinvar**  
**Universidade Estadual do Rio de Janeiro**

---

**Profª. Drª Maria Lívia do Nascimento**  
**Universidade Federal Fluminense**

---

**Profª. Drª Ana Coelho Heckert**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**

---

**Profª. Drª Lília Ferreira Lobo**  
**Universidade Federal Fluminense**

---

**Profª. Drª Vera Malaguti Batista (Suplente)**  
**Faculdade Cândido Mendes**

## AGRADECIMENTOS

A minha família, especialmente minha mãe, que com amor, paciência e carinho bancou mais essa minha viagem...o doutorado: amor incondicional!!

***“No fim da tarde, nossa mãe aparecia nos fundos do quintal: Meus filhos, o dia já envelheceu, entrem pra dentro” Manoel de Barros.***

A minha orientadora Cecília Coimbra que, desde o mestrado, é o leme de tantos devaneios meus: o meu prazer em estar contigo é imensurável!!

***“Guarda num velho baú seus instrumentos de trabalho: um abridor de amanhecer, um prego que farfalha, um encolhedor de rios e um esticador de horizontes...” Manoel de Barros.***

Aos familiares de atingidos pela violência no Espírito Santo: nada vai abrandar dor e sofrimento, mas nada também irá fazer com que desistam de suas histórias e memórias.

***“E, aquele que não morou nunca em seus próprios abismos, nem andou em promiscuidade com os seus fantasmas, não foi marcado. Não será exposto às fraquezas, ao desalento, ao amor, ao poema.” Manoel de Barros.***

Aos meus grandes amigos – confidentes parceiros de trabalho e do “Bonde do CBF”: sem a paciência e a ajuda de todos vocês não conseguiria ser psicóloga – “chefa” – doutoranda...vocês são o meu norte no Creas Bento Ferreira.

***“A voz de um passarinho me recita” Manoel de Barros.***

Aos “amigos quinquenais” de orientação coletiva Danielle, Érika, Bruno, Maria Clara, Sandra e Zé Rodrigues...esta tese tem um pouquinho de cada um de vocês.

***“Que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós” Manoel de Barros.***

Aos membros da banca, pela leitura atenta, pela paciência no decorrer de todo o período de qualificação e defesa, assim como pela disponibilidade em estar comigo nestes caminhos e descaminhos.

***“Perdoa, mas eu preciso ser outros. Eu penso renovar o homem usando borboletas.” Manoel de Barros.***

## **RESUMO**

A problemática sobre a qual trata este trabalho refere-se às práticas de extermínio e violação de direitos humanos no estado do Espírito Santo, a partir da narrativa de mães e familiares de atingidos pela violência. Esta pesquisa buscou dar visibilidade aos processos que tentam singularizar as diferentes instituições que atravessam o dia-a-dia do cotidiano de pessoas atingidas pela violência. Da emergência dessas narrativas procuramos analisar os diversos discursos-práticas desses familiares, assim como entender as construções que estas histórias nos fazem visualizar, como os grupos de extermínio que agem desde as décadas de sessenta e setenta no Espírito Santo, os conceitos de justiça e responsabilização, assim como as estratégias de luta que transformam dor, angústia e ressentimento, em instrumento de apoderamento ativo, de defesa e de afirmação da diferença e do vivido. O caminhar junto aos familiares de atingidos pela violência através de suas narrativas, o pensar práticas de extermínio e violação de direitos humanos no Espírito Santo, foi um percurso que apresentou-nos muitas possibilidades – armadilhas, capturas e inquietações sobre a importância e as implicações da escrita; a potência do testemunho que, sem perder a sensibilidade diante do sofrimento e da dor, ousou romper duplamente com a condição de falar de um lugar de despossuído e de um território criminalizado; uma luta por justiça e reparação, marcada ora por intensa dimensão moral, ora capaz de subverter um ritmo acelerado e fragmentado, onde as regras ditadas são contrárias ao sentar, falar, lembrar. Partindo desse conjunto de possibilidades realizamos uma viagem por estas histórias – tese que aqui é apresentada.

**Palavras-chave: Narrativa. Violência. Testemunho. Justiça.**

## **ABSTRACT**

The issue on which this work is refers to the practice of killing and violation of human rights in the state of Espirito Santo, from the narrative of mothers and family members affected by violence. This research aimed to give visibility to the processes that try to single out the various institutions across the day-to-day routine of people affected by violence against a family. The emergence of these narratives seek to analyze the various discourses of family practices, as well as understanding the constructs that make us see these narratives as the death squads acting since the sixties and seventies in the Holy Spirit, the concepts of justice and accountability as well as control strategies that transform pain, grief and resentment, an instrument of empowerment active defense and affirmation of difference and lived. Walking the families of affected by violence through their narratives, the thinking practices of extermination and violation of human rights in the Holy Spirit, was a journey that has given us many possibilities - traps, catch and concerns about the importance and implications of writing, the power of testimony, without losing the sensitivity to the suffering and pain, twice dared to break with the condition to speak from a place of dispossessed and criminalized a territory, a fight for justice and redress, sometimes marked by intense dimension moral, sometimes able to subvert an accelerated pace and fragmented, which dictated the rules are contrary to sit, talk, remember. From this set of possibilities we did a trip, for this story - a thesis that is presented here.

**Keywords: Narrative. Violence. Witness. Justice.**

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	8
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 SAUDADE É ARRUMAR O QUARTO DO FILHO QUE JÁ MORREU. O PROJETO, A VIDA E ALGUNS CAMINHOS: FALANDO DE IMPLICAÇÕES E ANDANDO SOBRE MUROS, LUGAR DE OBSERVAÇÃO</b> .....	18
1.1 NÃO SEI QUANTO CUSTA UMA VIDA, SEI APENAS DA LUTA QUE TEMOS PARA LEVAR NOSSA VIDA ADIANTE.....	25
1.2 COMO LEVAR A NOSSA VIDA ADIANTE? CENA I: ERA SÓ MAIS UM SILVA QUE A ESTRELA NÃO BRILHA, ELE ERA FUNKEIRO, MAS ERA PAI DE FAMÍLIA .....	28
1.2.1 COMO LEVAR NOSSA VIDA ADIANTE? CENA II: VÁRIOS AMIGOS NÃO ESTÃO MAIS AQUI, FIZERAM UMA VIAGEM PARA O MUNDO SEM FIM .....	31
1.3 DESFECHOS DIFERENTES DE UMA MESMA HISTÓRIA: A MINHA ÁREA É TUDO O QUE EU TENHO. É MUITO FÁCIL FUGIR, MAS EU NÃO VOU, NÃO VOU TRAIR QUEM EU FUI E QUEM EU SOU .....	32
<b>2 MUITAS VIDAS, MUITAS HISTÓRIAS, EMBORA ESTATÍSTICAS, NÃO SOMOS ESTATÍSTICAS: A VIOLÊNCIA E SEUS CONTORNOS HISTÓRICOS ATUAIS</b> .....	49
2.1 POLÍCIA PARA QUEM PRECISA, POLÍCIA PARA QUEM PRECISA DE POLÍCIA: QUEM POLICIA AS POLÍCIAS? .....	51
2.2 MAS, QUEM POLICIA AS POLÍCIAS? .....	70
2.3 SOBRE A VIOLÊNCIA, PARA A VIOLÊNCIA E COM A VIOLÊNCIA: OS MORTOS-VIVOS DO COTIDIANO. MORTOS SEMPRE EM CONFRONTO .....	87
2.4 “432 – 01” ESTE É O NÚMERO DO SEU REGISTRO NO LIVRO DOS MORTOS NÃO IDENTIFICADOS NO INSTITUTO MÉDICO LEGAL .....	93
<b>3. A DITADURA DO CAVEIRÃO: DO ESQUADRÃO DA MORTE A “SCUDERIE DETETIVE LE COCQ” ESCRREVENDO SOBRE VIDAS DESCARTÁVEIS?</b> .....	99
3.1 CUIDANDO DO JARDIM: A DESCOBERTA DO CEMITÉRIO CLANDESTINO DA BARRA DO JUCU E A EMERGÊNCIA DO ESQUADRÃO DA MORTE NO ESPÍRITO SANTO .....	103
3.2 A SCUDERIE DETETIVE LE COCQ: BEM VINDO AO FIM DO MUNDO, O SINDICATO DO CRIME .....	115
3.2.1 OS MORTOS VIVOS DO COTIDIANO: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA QUE SE REAFIRMAM MESMO DEPOIS DA MORTE .....	118
3.2.2 PROJETOS QUE FICAM PELA METADE: PAISAGENS RETORCIDAS ENTRE JUNHO DE 1989 A JANEIRO DE 1990 – OS ANALISADORES PADRE GABRIEL MAIRE E MARIA NILCE MAGALHÃES .....	120
3.2.3 PROJETOS QUE FICAM PELA METADE: PAISAGENS RETORCIDAS ENTRE JUNHO DE 1990 A JANEIRO DE 1992 – OS ANALISADORES JOSÉ MARIA MIGUEL FEU ROSA E CARLOS BATISTA.....	128
3.2.4 PROJETOS QUE FICAM PELA METADE: PASAGENS RETORCIDAS ENTRE JUNHO DE 2002 A MARÇO DE 2003 – OS ANALISADORES JOAQUIM MARCELO DENADAI E ALEXANDRE MARTINS CASTRO SILVA .....	132



<b>4. TRECHOS DA VIDA QUE CATEI, TRAPOS DE SENTIMENTOS QUE JUNTEI, FRAGMENTO DE RISOS QUE ROUBEI: DA ASSOCIAÇÃO DE MÃES E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA A EXPERIÊNCIA DE FALAR COM MÃES .....</b>	<b>147</b>
4.1 O INÍCIO: HISTÓRIAS QUE SE TRANSVERSALIZAM .....	153
4.2 UMA SINFONIA AGRIDOCE ACERCA DOS “LUGARES” OCUPADOS PELAS “VÍTIMAS” E PELOS “VILÕES” DO COTIDIANO .....	172
4.2.1 O JULGAMENTO DOS POLICIAIS, DE PEDRO E DA ASSOCIAÇÃO .....	179
4.3 PORQUE HÁ O DIREITO AO GRITO. ENTÃO EU GRITO.....	190
4.4 A EXPERIÊNCIA DE FALAR COM MÃES: OS CAMINHOS QUE FICAM QUANDO PARTIMOS.....	197
4.5 QUEM TEM MEDO DE MORRER NÃO DEVERIA NEM NASCER: O CAMPO DE PESQUISA, UM TERRENO FÉRTIL PARA MAZELAS, MAS TAMBÉM PARA A INSISTÊNCIA .....	203
4.6 CONCLUINDO OU ESPERANDO NOVAS FRENTES DE BATALHA? O QUE SERIA DA HISTÓRIA DOS CAÇADORES, SE OS LEÕES PUDESSEM ESCREVER? .....	208
4.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	220

## APRESENTAÇÃO

### O ATO DE ESCREVER PARA E COM MÃES

Pensei inúmeras formas para a “apresentação” dessa história - tese; embora de fácil compreensão, não conseguia trazer a estas folhas assepticamente brancas, algo que as fizessem falar. Somente lendo alguns fragmentos literários, distanciados da desejada cientificidade, pude perceber que essa história falava por si só, e que só mesmo textos errantes poderiam fazê-la emergir. Para essa emergência, optei então por um errante apaixonado pelas palavras, Rubem Alves,

Perguntaram-me se acredito em Deus. Respondi com versos de Chico: Saudade é o revés do parto. É arrumar o quarto para o filho que já morreu. Qual é a mãe que mais ama?! A que arruma o quarto para o filho que vai voltar ou a que arruma o quarto para o filho que não vai voltar?! Sou um construtor de altares. Construo altares à beira de um abismo escuro e silencioso. Eu os construo com poesia e música. Os fogos que neles acendo iluminam o meu rosto e me aquecem. Mas o abismo permanece escuro e silencioso [...] (ALVES, 2007, p. C2).

Eis aqui a história de algumas mães, tias, irmãs, avós; alguns familiares de pessoas que foram atingidas pela violência no Estado do Espírito Santo. Seriam somente mais algumas tantas histórias de dor e sofrimento contadas *por* uma pesquisadora, mas, como faíscas e lascas, são histórias contadas com essas personagens.

## INTRODUÇÃO

*“Aos que morreram não dedico nenhum minuto de silêncio, e sim, toda uma vida de luta” (Hebe Bonafini, 2001)*

Seus dias passavam em um ritual marcado: acordar, levantar, andar, pensar, esperar. Tudo isso acolhido em um tempo que simplesmente não passava um tempo fora do relógio, mas dentro da necessidade de respostas, respostas que para elas, logo viriam.

O encontro-acontecimento que inicia esta tese de doutorado se passou nas escadarias do Fórum Muniz Freire, no Centro de Vitória – Espírito Santo, e me fez “testemunha” de uma experiência repleta de intensidades, carregada de um redemoinho de muitas vozes que ora me apontavam para um porto seguro, ora direcionavam-me para um labirinto por onde poderia me perder - as práticas de extermínio e violação de direitos humanos<sup>1</sup> no estado do Espírito Santo, a partir da narrativa de mães e familiares de atingidos por esta violência.

Em meio às faixas, cartazes e baners que pareciam escorrer sangue por toda a calçada, encontrei Maria das Graças, Lilians, Arletes, Marílias, Reginas e Irenes; com elas P., M., F., J.<sup>2</sup> e tantos outros mortos que também circulavam, embora de forma quase invisível, pelas escadarias do imponente fórum. Em alguns momentos eu jurava poder vê-los ali, de forma silenciosa, a espera de que suas histórias pudessem ser retomadas e transmitidas em palavras diferentes.

Era o julgamento dos policiais acusados pela morte de Pedro Nacourt<sup>3</sup>. Durante três dias todos eles, vivos e mortos, circulariam por aqueles corredores; uma zona de atração e risco, sensações que apontavam para uma pluralidade de forças – mães e familiares de atingidos pela violência.

---

<sup>1</sup> Quando utilizamos o termo ‘direitos humanos’ vislumbramos “processos imanentes, não definidos, não dados e não garantidos necessariamente pelas leis que vêm se tornando cada vez menos jurídicas e – cada vez mais normativas – mas que, por isso mesmo, precisam afirmar a vida em toda a sua potência de criação” (COIMBRA, C.; LOBO, L.; NASCIMENTO, M., 2008). Colocaremos em análise, no decorrer desta tese, essa produção tida como inquestionável e a histórica, a partir da fala de familiares que foram alijados do convívio de seus filhos, irmãos, companheiros, da forma mais dolorosa – a morte.

<sup>2</sup> Mantivemos somente as iniciais dos nomes dos jovens assassinados, assim como os nomes dos respectivos familiares foram modificados por pseudônimos para manter em sigilo a identidade de algumas pessoas que se encontram ameaçadas de morte. É válido salientar que o único nome mantido foi o da Presidente da Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência no Espírito Santo, solicitação feita pela própria entrevistada.

<sup>3</sup> O julgamento dos policiais militares acusados pela morte de Pedro Nacourt Filho será melhor delineado em capítulo específico, relativo a emergência de um dos movimentos de familiares de atingidos pela violência do estado, a AMAFAVV - Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo.

*A chegada no Fórum fez-me repensar tudo o que fizera até ali: a tese, a vida, as expectativas quanto ao futuro. Fui recebida por cinco familiares da Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência no Espírito Santo – AMAFAVV, e um familiar de atingido pela violência do Rio de Janeiro. De pronto me deram uma camisa com a foto estampada de Pedro com alguns dizeres que me fizeram lembrar da entrevista com Maria das Graças, mãe de Pedro: **“Um filho pode até esquecer uma mãe, mas uma mãe não esquece um filho jamais”**. Colocaram-me a par de tudo que acontecera até aquele momento e em seguida nos juntamos ao grupo que fazia vigília em frente ao Fórum, que mais parecia uma praça de guerra; de um lado familiares, faixas, fotos e cartazes de todo o percurso de dor, sofrimento e luta daquelas pessoas. Do outro lado um grupo de policiais militares, policiais do Batalhão de Missões Especiais – BME e também de policiais “conhecidos”, mas a paisana. O enfrentamento parecia inevitável, mas travestia-se por uma falsa paz momentânea (Diário de campo, 27/05/2009).*

Ali era narrada “oficialmente”, depois de dez anos, a história da morte de Pedro Nacourt Filho. Era também mais um dos inúmeros encontros que tive com um grupo de mães e familiares de atingidos pela violência; como “transgredir” aquela história oficial?! Como contar, recontar, mas principalmente afirmar aquela e tantas outras histórias daqueles familiares?! Este é o fio condutor dessa viagem-tese.

Transgredir, porém, os meus próprios limites me fascinou de repente. E foi quando pensei em escrever sobre a realidade, já que essa ultrapassa. Qualquer que seja o que quer dizer ‘realidade’. O que narrarei será meloso? Tem tendência, mas então agora mesmo seco e endureço tudo. E pelo menos o que escrevo não pede favor a ninguém e não implora socorro: agüenta-se na sua chamada dor com uma dignidade de barão (LISPECTOR, 2006, p.17).

## **IDÉIAS IMPERTINENTES: TATEANDO CAMINHOS PARA A ESCRITA**

*“Rechaçamos as exumações porque nossos filhos não são cadáveres. Nossos filhos estão fisicamente desaparecidos, mas vivem na luta, nos ideais e no compromisso de todos os que lutam pela justiça e a liberdade de seus povos. Os restos de nossos filhos devem permanecer ali onde caíram. Não há túmulo que prenda um revolucionário. Um punhado de ossos não os identifica porque eles são sonhos, esperanças e um exemplo para as gerações que virão (...). Em cada ação, em cada ato que realizamos, nós os trazemos à vida. E sabemos que eles nos acompanham. Não sabemos onde, mas sabemos que estão muito perto” (Juana de Parament, a Juanita, 93 anos, uma das Madres de Plaza de Mayo).*

No fim do primeiro semestre do doutorado percebi que as melhores idéias para minha escrita vinham quando já estava na cama, por volta das três horas da manhã. Resolvi então deixar um pequeno bloco para anotar as que fossem mais interessantes e impertinentes. Foi então que, em uma quinta-feira chuvosa às quatro e quarenta da manhã, Foucault parecia ter me visitado: escrevi, então, sobre sociedade de controle, sobre racismo e consegui fazer observações relacionadas ao meu tema de pesquisa - práticas de extermínio e violação de direitos humanos no estado do Espírito Santo, a partir da narrativa de mães e familiares de atingidos por esta violência. Na manhã do dia seguinte descobri que tudo não tinha passado de um sonho, e perdi todas aquelas maravilhosas anotações! Fiquei pensando sobre isso agora, às três e quarenta e oito da manhã, quando me propus a escrever esta introdução e, principalmente, sobre o “começo” desse trabalho repleto de idas e vindas, o qual apresento agora.

Mas, como não falar de um começo se permaneço nele até agora? Falar de um “começo” não se refere a caminhos delimitados e retilíneos, mas falar das escolhas que me aproximaram durante estes quatro anos destes familiares: das lembranças da minha adolescência que reencontrei e que guardei, dos abraços que recebi de muitas mães e que nunca esquecerei, das mágoas e ressentimentos que caminharam com estas mães também e que não vão ficar para trás. Mais uma vez percebi-me sonhando com uma suposta prepotência de modificar a realidade das famílias com as quais caminhei até aqui. Tentando um consolo lembro-me sempre da “confissão” de minha professora e orientadora de que mesmo depois de anos ela ainda sentia-se prepotente frente a algumas situações e sensações. É assim que

ainda sinto-me ao contar essa história, “a dor de dentes que perpassa esta história deu uma fígada funda em plena boca nossa” (LISPECTOR, 2006, p.17).

Sim, uma fígada! Tenho uma bruta dificuldade para entender, mas ainda assim o tema familiares de atingidos pela violência fascina-me, e fascina-me ainda mais a possibilidade de transformar estes fragmentos de histórias intensas em potência de vida ativa para aqueles que se permitam ler esta pesquisa. Tão intensas que o próprio texto é permeado por idas e vindas, com histórias que se afastam e se aproximam a todo instante, como um quebra cabeça, como menciona um familiar no decorrer das entrevistas; um quebra cabeça sempre incompleto. Mas não se iludam aqueles que o lerem e esperarem dessa escrita a completude das certezas de um texto “seguro”. Não é completa, nem tão pouco segura esta leitura, assim como o tema escolhido para a pesquisa.

Pesquisa que buscou problematizar a narrativa destes familiares para além de um espaço de mortificação, mas sim um espaço heterogêneo, palco de conflitos e campo de possibilidade de rupturas, de engendramento de alianças que permitam pensar as práticas e ações dos sujeitos.

Neste percurso-intervenção a base se pautou nas abordagens da Análise Institucional e da Filosofia da Diferença. A construção dessas abordagens deu-se através de ferramentas teóricas e intervenções realizadas por Gilles Deleuze, René Lourau, Félix Guattari, Michel Foucault – este último que povoa sorrateiramente minhas noites de sono - dentre tantos outros; para a realização desse trabalho, destacaram-se algumas ferramentas construídas e que irão passear pelos caminhos desta pesquisa. Uma delas diz respeito à confecção do diário de campo, produzido durante a coleta de dados para a pesquisa, assim como durante todo o período de feitura desta tese de doutorado. Segundo Lourau (1993) o exercício de escrever sobre o cotidiano constrói e se apropria da realidade. O diário de campo - que, por sinal, não é necessariamente, redigido todos os dias, reconstitui a história do pesquisador durante a pesquisa.

Uma característica da escrita 'fora do texto', como que poderemos constatar lendo os diários de campo, é a de produzir um conhecimento sobre a temporalidade da pesquisa (...). O diário nos permite o conhecimento da vivência cotidiana desse campo. Tal conhecimento possibilita compreender melhor as condições de produção da vida intelectual e evita a construção daquilo que chamarei de 'lado mágico' ou ilusório da pesquisa (LOURAU, 1993, p. 77).

Outra ferramenta, que diz respeito ao viés metodológico da pesquisa, refere-se à utilização de oito entrevistas individuais e uma entrevista grupal, realizadas durante os três primeiros anos da pesquisa, assim como a participação em três reuniões, quatro encontros e cinco manifestações destes familiares. Utilizamos, ainda, uma análise sistemática em dois jornais de grande circulação do estado – A Gazeta e A Tribuna, assim como no jornal virtual Século Diário. Importante enfatizar que nestes três veículos de comunicação desenvolvemos e organizamos uma pesquisa temática, utilizando as palavras-chave violência, esquadrão da morte, polícia, grupos de extermínio, familiares de atingidos pela violência. Esse trabalho de categorização por palavras-chave nos permitiu o acesso a um conjunto de reportagens no período específico de 1982 a 2011.

Todas estas perspectivas permitiram analisarmos os processos de exclusão, como também de sujeição e extermínio da população dita em situação de risco. O objetivo desta pesquisa foi procurar dar visibilidade aos processos que tentam singularizar as diferentes instituições que atravessam o dia-a-dia do cotidiano desses familiares atingidos pela violência. Importante salientar que, nesta viagem, a noção de instituição difere da idéia de estabelecimento, sendo entendida como práticas sociais historicamente produzidas que se instrumentalizam no interior de diferentes estabelecimentos (LOURAU, 1993, p. 77).

É necessário delinear a instituição como um cruzamento, atravessamento. Dentro do enfoque da Análise Institucional francesa a noção de instituição referida no texto direciona-se a quaisquer forças e relações de dominação, exploração e submissão que são percebidas como naturais, eternas e necessárias, e não como produções histórico-sociais. Aqui, instituição não é sinônimo de estabelecimento ou organização.

De acordo com Barros (1994) [...], toda sociedade em um dado momento histórico, acaba por instituir certas formas de existir, pois cria, inventa, produz movimentos ou reproduz outros que já existem. Neste sentido, o que nos importou foi tentar analisar os diversos discursos e práticas que permearam a narrativa destes familiares, produzindo um modo de funcionamento singular de vida, mesmo na morte.

Neste contexto buscamos problematizar três linhas de força, que foram se atravessando no percurso da pesquisa, a saber:

- I. A primeira linha tecida se apresentou na emergência da narrativa de familiares de atingidos pela violência; um narrar que acaba por instituir certas formas de viver, existir, lutar, resistir, institucionalizar e também desinstitucionalizar. Neste sentido, o que nos importou no decorrer da pesquisa foi analisar os diversos discursos-práticas daqueles que ousaram contar suas histórias e de seus familiares assassinados.
- II. A segunda dessas linhas de força se construiu à medida que se percebeu que a narrativa desses familiares apontava para o cume de um iceberg que se instalou no estado do Espírito Santo, principalmente nas décadas de sessenta e setenta – os grupos de extermínio. Constituir uma análise, mesmo que breve, sobre este aparato, foi um dos percursos que objetivamos construir com estas narrativas.
- III. A terceira linha apontou para a transformação destas narrativas, em um primeiro momento perpassadas de dor, angústia e ressentimento, em instrumento de apoderamento ativo, de defesa e de afirmação da diferença e do vivido. Potencializar estas falas sem perder a sensibilidade diante do sofrimento destes familiares foi um dos caminhos da pesquisa apresentada.



No que diz respeito à disposição e à organização buscamos apresentar quatro capítulos:

No **Capítulo I**, *"Saudade é arrumar o quarto do filho que já morreu [...]" O projeto, a vida e alguns caminhos: falando de implicações e andando sobre muros lugar de observação*", buscamos problematizar os caminhos traçados para a escolha do objeto de pesquisa, a análise de implicação com o tema, assim como as possíveis trilhas a serem percorridas no decorrer desta tese.

No **Capítulo II**, *"Muitas vidas, muitas histórias. Embora estatísticas, não somos estatísticas: a violência, os grupos de extermínio e seus contornos históricos atuais*, propomo-nos a apresentar a escalada da violência no Espírito Santo, a existência de uma "suposta" guerra civil amplamente disseminada pelos meios de comunicação, assim como os contornos tomados pelo chamado "crime organizado" no referido estado.

No **Capítulo III**, *"A Ditadura do Caveirão: Do Esquadrão da Morte a "Scuderie Detetive Le Cocq" Escrevendo Sobre Vidas Descartáveis?!"*, buscamos trazer para análise as transformações produzidas no cenário das políticas de segurança pública do estado, assim como no âmbito dos movimentos sociais a emergência de grupos de extermínio no Espírito Santo.

No **Capítulo IV**, *"Trechos da vida que catei, trapos de sentimentos que juntei, fragmentos de risos que roubei<sup>4</sup>: Da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo – AMAFAVV à experiência de falar com mães"*, trazemos à tese uma breve análise da emergência da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo - AMAFAVV, um dos principais movimentos sociais de familiares de atingidos pela violência no Espírito Santo, assim como um enfoque na experiência da pesquisa com os familiares de atingidos pela violência no Espírito Santo e no campo de pesquisa.

---

<sup>4</sup> FERRÉZ. Ninguém é inocente em São Paulo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

Buscamos, em todo o caminho trilhado nesta tese, dar vazão a narrativa das histórias destes familiares, fazendo com que não passem de meras entrevistas para pesquisa, mas que se transformem em veículos de mudança do instituído, de afirmação da diferença. Não buscamos a suposta “verdade” destas histórias; nosso intuito ao passear por estes caminhos é, além de problematizar algumas práticas presentes nestas narrativas, das mais duras as mais flexíveis, é também construir junto a estes familiares vidas enquanto potência de criação.

# 1 SAUDADE É ARRUMAR O QUARTO DO FILHO QUE JÁ MORREU...O PROJETO, A VIDA E ALGUNS CAMINHOS: FALANDO DE IMPLICAÇÕES E ANDANDO SOBRE MUROS, LUGAR DE OBSERVAÇÃO.

Antígona julgava que não haveria suplício maior do que aquele: ver os dois irmãos matarem um ao outro. Mas enganava-se. Um garrote de dor estrangulou seu peito já ferido, ao ouvir do novo soberano, Creonte, que apenas um deles, Etéocles, seria enterrado com honras, enquanto Polínice deveria ficar onde caiu, para servir de banquete aos abutres. Desafiando a ordem real, quebrou as unhas e rasgou a pele dos dedos cavando a terra com as próprias mãos. Depois de sepultar o corpo suspirou. A alma daquele que amara não seria mais obrigada a vagar impenitente durante um século às margens do Rio dos Mortos.  
(Antígona, personagem de Sófocles, mestre da tragédia Grega).<sup>5</sup>

São 05h05min da manhã. O sol ainda não se apresentou ao dia que se inicia, mas a movimentação na Rodoviária Pedro Nolasco, em Vitória/ES, já é tumultuada<sup>6</sup>. Ainda há tempo para um café e um misto quente para enganar o estômago depois das oito horas de viagem; afinal, o ônibus que sai da rodoviária rumo ao meu trabalho só passa às 06h00min; enquanto isso observo o vai e vem de transeuntes no local. Na rodoviária existem aproximadamente três “pedreiros”<sup>7</sup> por metro quadrado; caso se tratasse de uma obra da construção civil, garantiria muitos empregos a população fora do mercado de trabalho. O discurso é, invariavelmente, o mesmo:

*“[...] , por favor, vim para Vitória trabalhar, mas não consegui emprego e estou tentando voltar para minha cidade. Tenho quase todo o dinheiro para comprar minha passagem. Você poderia ajudar-me com um real?”*

---

<sup>5</sup> SÓFOCLES, 2001. Antígona, em grego *‘Avtiyóvn*, é uma figura da mitologia grega, filha de Édipo e Jocasta. A versão clássica do referido mito é descrita na obra Antígona, do dramaturgo grego Sófocles, um dos mais importantes escritores de tragédia. Esta obra é a terceira parte da trilogia Tebana, os quais também fazem parte Édipo Rei e Édipo em Colono.

<sup>6</sup> Quando fui selecionada para o curso de doutorado pela Universidade Federal Fluminense encontrava-me vinculada a dois serviços públicos no Estado do Espírito Santo, um na esfera municipal, no qual desenvolvo ações na área de psicologia com crianças, adolescentes e familiares em situação de “risco pessoal”, e outro na esfera estadual, no qual atuo também como psicóloga, junto ao Hospital Dr. Dório Silva, em duas unidades de terapia intensiva, adulta e neonatal. Por conta destas vinculações optei por permanecer no estado, viajando uma vez por semana para o Rio de Janeiro, a fim de executar os créditos necessários da grade curricular do referido curso.

<sup>7</sup> Denominação utilizada por traficantes de entorpecentes àqueles usuários que fazem uso contumaz de crack. O fato da droga ser vendida em pequenas pedras é motivo de alusão à palavra “pedreiro”.

Eu realizei o mesmo percurso, Vitória - Niterói, Niterói - Vitória uma vez por semana, por pelo menos trinta e seis meses, o que contabiliza aproximadamente 176 viagens, 1.408 horas. Neste período, os mesmos meninos demasiadamente magros, sujos e mal vestidos, me abordaram, solicitando o valioso *“um real”* para a *“viagem”* de volta.

Também invariavelmente, a viagem de volta era sempre feita em direção a Ilha do Príncipe, um conjunto de favelas localizado em frente à referida rodoviária, onde iam em busca das pedras de crack. Observei silenciosamente aquela procissão de meninos dia após dia, sentada nos bancos de espera da rodoviária de Vitória. Eles, por mais que me abordassem sempre, no torpor do efeito da droga, jamais me reconheceram.

Em muitas ocasiões encontrei a região quase desertificada dos “meninos viajantes”; certa vez quando questionei, um dos comerciantes informou que, por vezes, a Polícia Militar realizava “a limpa” na área, utilizando métodos pouco ortodoxos para mantê-los afastados, como espancamentos, uso de spray de pimenta, e até alguns “desaparecimentos”, atribuídos sempre ao “envolvimento” dos meninos com as drogas. Acabava, em alguns segundos, por remeter-me a minha proposta de pesquisa para o doutorado, mas, como sempre, eram quase 06h00min e o trabalho me esperava, seguia em direção ao ponto de ônibus; o sol começava a despontar...os “pedreiros” continuavam em busca do valioso *“um real”*, em busca *“da pedra”* E era hora de ir rumo a minha jornada de trabalho, que ia até às 23 horas.

Alguns dos meninos sorrateiramente abordavam-me, mais uma vez, no ponto do coletivo; um misto de medo e constrangimento assolavam-me. Não sei ao certo medo de quê: um possível roubo, um possível ataque, um possível “qualquer coisa”. O discurso asséptico e neutro, repleto de “sentidos”, por vezes invadia-me, absorvia-me, fazia-me reta em percursos tão repletos de curvas.

Caso este fosse um texto “romântico” teríamos alguns vilões, uma possível heroína; Porém, sem heroínas ou vilões, sem a imparcialidade desejada por muitos, seguia rumo ao trabalho, carregando comigo três acessórios inseparáveis no decorrer desta viagem-pesquisa: meu MP4, no qual uma mistura sonora de hip hop e funk me mantinha “acordada”; meu diário de campo<sup>8</sup>, parceiro inseparável nas horas de espera nos bancos da rodoviária, nos dias quentes da cidade de Niterói, ou no silêncio das noites de trabalho; e a mochila surrada, repleta de ferramentas para seguir na vivência deste percurso, nada retilíneo.

*Em alguns momentos da escrita sinto como se caminhasse pelo acostamento; como se, de fato, ainda não tivesse me debruçado sobre essa história. Ora por medo de enlamear-me com ela, ora por receio de apaixonar-me. Sinto que a todo tempo tento vivenciar apenas uma experiência empobrecida de sofrimento sem, no entanto, vivenciar as estratégias de resistência e a singularidade contida nessa experiência (Diário de campo, 05/11/2008).*

Mas esse percurso-tese de doutorado começou a ser escrito há aproximadamente nove anos e meio. Ele emergiu durante o período em que atuei como Educadora Social do Programa Cidadão Criança, da Prefeitura Municipal de Vitória, porém, ainda não encontrava intensidade necessária para transformar-se em algo visível aos olhos, aos sentidos. Afetou, produziu inquietude, desterritorializou, porém, ainda invisível aos sentidos dos menos atentos.

Sua configuração “acadêmica” se iniciou durante o período do mestrado, quando me propus a trazer às margens da “Ilha do mel”<sup>9</sup>, alguns contadores de histórias – os meninos e meninas ditos em situação de rua da cidade de Vitória. Não sabia exatamente o que transpor para o papel; alguns flashes ainda me acompanhavam; flashes que traziam à cena um conjunto de pistas da minha relação com o mundo, com a vida e, neste sentido, situavam minhas implicações com o trabalho que desenvolvi como educadora social.

---

<sup>8</sup> Durante toda a feitura da tese utilizei-me do diário de campo como uma ferramenta para auxiliar a registrar entrevistas e acontecimentos que presenciava ou dos quais tomava parte de alguma forma. Foi de extrema importância que os acontecimentos fossem registrados para posterior análise sobre os fatos vivenciados. Lourau (1993) faz ênfase no uso do diário de campo como uma ferramenta para a análise das implicações de seu autor. Considera-se aqui que o observador sempre está implicado em seu campo de estudo, sempre envolvido com ele.

<sup>9</sup> Vitória, a capital do Estado do Espírito Santo, é localizada em uma ilha de mesmo nome e se caracteriza por sua beleza e modernidade. Seu encanto inspirou denominações como Ilha do Mel, Cidade Presépio e Delícia de Ilha. Fundada oficialmente em 8 de Setembro de 1551, Vitória é uma das 10 cidades mais antigas do Brasil.

A idéia inicial para o mestrado seria analisar a forma como se forjou a rede de assistência à infância e à adolescência no Município de Vitória, e como esta rede foi colocada em questão pela eclosão de um grupo de cerca de quarenta meninos (as) “de rua”. A tentativa seria levantar os aspectos relevantes da construção da política atual de atendimento a estas crianças e adolescentes no município supracitado, como também o entendimento de como esta construção articulava-se com questões como a exclusão, o confinamento, o esquadramento e o extermínio desses meninos e meninas.

Embora o tempo impossibilitasse a realização de uma pesquisa de maiores proporções, ainda me inquietava outra questão, que me perpassava insistentemente: como funcionava a vida nas ruas?! E mais: quem são estas personagens que subvertem toda uma lógica instituída que produz “meninos de rua” como seres homogêneos, ahistóricos?! Perguntas que só começariam a ser respondidas se analisasse não a rede de assistência, mas fragmentos do cotidiano deste grupo de meninos (as) que, juntos, colocaram todo um estado em “estado de alerta”. Foi preciso reviver medos, perdas, angústias, alegrias; e revivê-los não mais só ocupando o lugar de educadora, de trabalhadora social, mas também o de pesquisadora.

Por onde começar se eram tantas e tão envolventes as histórias que atravessavam a vida daqueles meninos (as) moradores de rua? Quem eram as personagens daquelas histórias? Para não me permear da “fala autorizada” daqueles que transformavam estes meninos e meninas em “perigosos”, decidi por sentar-me nas ruas, viver um pouco das ruas, ouvir histórias, contar histórias, deixar-me afetar pelos medos, desejos, anseios do que se configurava como a “instituição menino de rua”.

Ao optar pela manutenção das histórias do dia-a-dia dos meninos e meninas, fui guiada por elas. O que trouxeram para minha dissertação, para aqueles que a leram? Emoções desconcertantes que se entrelaçaram entre meninos (as), “educadores” e aqueles que circulam pelas ruas da cidade; possibilidade de caminhar por estradas sinuosas, nas quais as curvas reservam o imprevisto, o inusitado dos acontecimentos. Contar a história destas crianças e adolescentes foi

falar das ruas, do escuro, do perigo, da morte eminente, mas sobretudo, falar de maravilhosos contadores de histórias.

Aos poucos, fui reunindo pedaços destas histórias, construindo, inventando novas relações que pudessem de alguma forma, fazer emergir algo que fosse além da ‘ótica dos vencedores’<sup>10</sup>. Foi preciso desordenar fatos que pareciam mergulhados em silêncios, fatos estes que deveriam estar fora da memória histórica da cidade de Vitória. Mas, insistentemente, a cidade pulsava, e pulsando fazia com que estes acontecimentos não caíssem no esquecimento desmobilizante, mas se tornassem nítidos, causassem incômodo.

Boa parte destas narrativas mostrou, por um lado, toda uma rede de relações obscuras de prostituição, mortes, furtos e principalmente crimes ligados ao alardeado “crime organizado” do estado do Espírito Santo, como também fizeram emergir por outro, a existência de uma rede de relacionamentos intensos e potentes, rede esta construída pelos próprios moradores das ruas, e que nos abriu a possibilidade de desmontar alguns conceitos generalizados, como de “criança abandonada”, de “perda do vínculo familiar” e de educador de rua.

Quando pensei que concluía meu trabalho como pesquisadora, percebi que a arte de pesquisar não se limitava ao conhecimento construído; confesso que parecia que os fatos vividos e relatados na dissertação, assim como tantos outros ocorridos no decorrer da pesquisa haviam esgotado toda a minha capacidade de criação, talvez pelo cansaço, pela impotência ou pelo exaustivo percurso da pesquisa; porém percebi que havia deixado de lado alguns fatos que enriqueceriam este trabalho, fatos que hoje são de extrema importância e que principalmente trariam a cena, algumas estratégias adormecidas nas vielas e palafitas, nas ruas escuras sem iluminação pública, nas casas de madeira ou alvenaria destruídas pelo tempo, nos picos dos morros por onde não caminhei.

Foram dois anos de encontros, desencontros e mortes. Acreditava que a onipotência de manter aqueles meninos e meninas vivos só se materializava nas páginas da dissertação, porém, hoje percebo que mantê-los vivos vai mais além do que relembrar suas mortes. Mantê-los vivos mostrou-se possível na memória daqueles

---

<sup>10</sup> O referido assunto será melhor trabalhado no decorrer desta pesquisa.

que se aventuraram a acompanhá-los, mesmo depois de mortos; pais, mães, irmãos, companheiras (as) que guardaram sorrisos, momentos e memórias e que, por isso, reposicionaram-se no mundo, ousando articular-se contra aquelas mortes e, de forma mais ampla, contra uma “política de segurança” que se pauta em um processo fragmentado, mas em crescimento “autorizado” de formação de grupos de extermínio contra aqueles considerados “perigosos”. Mantê-los vivos mostrou-se possível especialmente quando nos propomos a um reencontro com histórias que não se construíram no sofrimento individualizante, mas em um fluxo intenso, em um coletivo de expressões.

*A dor é indizível. Falamos de “dor”, mas, o que ela é de fato [...] ela não é! É a partir desse “não ser” que se produz a coletivização dessa dor: elas não sabem explicá-la, mas sentem, tentam expô-la, contá-la, dividir e tornar coletivo o que o Estado insiste em individualizar (Diário de campo, 17/12/2008).*

Contrários a política do esquecimento, estes familiares propõem que o silêncio seja quebrado e que esse processo de aniquilação que, em algum momento, atravessou suas vidas de forma violenta, seja lembrado, combatido, e que as histórias desses “meninos jovens” possam ser afirmadas. São estas histórias que, aliadas a tantas outras, são o tema dessa tese de doutorado.

São pessoas que acreditam que as histórias de seus familiares não foram em vão, que estas vidas foram mais que sobrevidas; para isso trazem às ruas mais do que lembranças, mais do que sorrisos, trazem os corpos de seus entes despedaçados em caixão aberto, a história de suas mortes, de todo seu sofrimento e mazelas.

*“Não queremos assombrar as pessoas com a exposição da nossa dor, dos corpos dos nossos filhos, mas queremos que elas compartilhem conosco o significado de ter um familiar retirado do seu convívio de forma violenta, por causa da insanidade de um estado assassino. Queremos que essa dor não seja só nossa (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt Filho, assassinado por policiais militares)”.*

Para o grupo de familiares, esta é a resistência de alguns que teimam em viver, viver mesmo mortos. Aqui grupo deixa de ser o modo como os indivíduos se organizam para ser um dispositivo, catalizador existencial que poderá produzir focos mutantes de criação (BARROS, 1994, p. 151).



Esta tese de doutorado tem a pretensão de mostrar encontros com pessoas que ficam na periferia de todas as relações ilimitadas e indefinidas, paradoxais como todas as coisas que incendeiam a vida. Não se busca aqui, descrever personalidades de mães e familiares que, em algum momento de suas vidas, foram bruscamente separados de seus filhos, maridos, irmãos, mas, mais uma vez, contar histórias. E é importante salientar que colher certos destroços foi muito doloroso, mas enriquecedor para estas histórias. Destroços de relações familiares atravessadas pela violência, restos de vidas singulares que, pelos usos e desusos, transformaram-se em persistência, restos de sensações e afetos que me atravessaram no contato dia após dia com pessoas que transformaram sua história individualizada pelo Estado em estatísticas, em inúmeras histórias coletivas. Colar pedaços desse mundo foi uma série de achados e perdidos. Para além da história oficial encontrei histórias do dia-a-dia, das mazelas humanas. Através destas histórias, que persistem mesmo na morte, que a insistente violação de direitos, que por vezes mostra-se invencível, encontrará um último limite de resistência. São estes movimentos que busco trazer nesta tese de doutorado.

## 1.1 NÃO SEI QUANTO CUSTA UMA VIDA, SEI APENAS DA LUTA QUE TEMOS PARA LEVAR A NOSSA VIDA ADIANTE

Gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar hoje, e nos que deverei pronunciar aqui, talvez durante anos. Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível (FOUCAULT, 1971, p.01).

No decorrer do percurso para São Pedro V<sup>11</sup> tento não pensar na entrevista que será realizada; Ana Maria perdera o filho de forma violenta há seis meses, mas recentemente fora convocada a depor acerca das circunstâncias em que J. foi morto. Tento distrair-me com a leitura de um livro acerca da personagem Antígona, figura da mitologia grega.

A narrativa tem princípio com a morte dos dois filhos de Édipo, Etéocles e Polinice, que se mataram em busca do trono de Tebas. Com isso, ascende ao poder Creonte, parente próximo da linhagem de Jocasta. Seu primeiro édito dizia respeito ao sepultamento dos irmãos; ficou estipulado que o corpo de Etéocles receberia todo cerimonial devido aos mortos e aos deuses. Já Polinice teria seu corpo largado a esmo, sem o direito de ser sepultado e deixado para que as aves de rapina e os cães o destroçassem. Creonte entendia que isso serviria de exemplo para todos os que pretendessem diligenciar contra o governo de Tebas.

---

<sup>11</sup> A região de São Pedro está localizada no lado Norte – Noroeste da Ilha de Vitória, junto a um dos canais do estuário do Rio Santa Maria. Na região onde hoje se encontra o bairro São Pedro, existia até 1977, a localidade denominada Ilha das Caieiras, área de manguezal como ecossistema predominante. O assentamento de São Pedro se iniciou em 1977, com a ocupação de uma área de mangue, por aproximadamente quarenta famílias, que se instalaram em barracas de lona e barracos rústicos, que mais tarde se tornaram áreas de palafitas e depósito de lixo, transformando-se, mais tarde, em um grande depósito de lixo urbano a céu aberto. O local se caracterizou, em fins da década de 1970, como alternativa habitacional para migrantes pobres, desempregados e subempregados dos setores públicos e privados. A última grande ocupação coletiva das famílias pobres e grileiros profissionais, aconteceu em maio de 1983, inicialmente, no loteamento "Floresta da Ilha" e, em seguida, no manguezal na outra margem da Rodovia Serafim Derenzi. Desta ocupação participaram, preliminarmente, cerca de 400 famílias. Com a conclusão das obras do "Programa Promorar" em fins de 1983, aumentou consideravelmente a procura dos manguezais restantes do contorno do bairro, pela população desempregada, de baixa renda da Grande Vitória e, principalmente migrantes, como alternativa de habitação. É datado deste período as subdivisões que hoje o bairro apresenta, com cinco grandes regiões, nomeadas de São Pedro I a São Pedro V. O bairro foi criado pela Lei 2.959/82, e a precária condição de vida desse assentamento humano foi retratada no vídeo de repercussão internacional "Lugar de Toda Pobreza", produzido pelo jornalista e cineasta Amylton de Almeida. Atualmente, São Pedro é considerado, pelas estatísticas municipais, como o bairro mais violento de Vitória, capital do Espírito Santo.

Ao saber do édito, Antígona, filha de Édipo e Jocasta, nascida de um matrimônio condenado pelo incesto, deixa claro que não deixará o corpo do ente querido sem os ritos sagrados, mesmo que tivesse que pagar com a própria vida por tal ação. Mostra-se insubordinável às leis humanas por estar indo de encontro às leis divinas. Creonte então é avisado de que o corpo de Polinice havia recebido uma pequena camada de pó, e com isso seu édito havia sido desrespeitado, colocando seu domínio à prova.

Descobre-se então que o rebelado tratava-se de Antígona, e esta é levada até Creonte. Trava-se então um combate de idéias e ideais: de um lado a ré, tendo como sua defesa o cumprimento às leis dos deuses, as quais são mais antigas e, segundo ela, superiores às terrenas, e de outro lado o inquisidor, que tenta mostrar que ela agiu errado, explica seus motivos e razões, mas cada um continua intrépido em suas crenças. Creonte manda chamar também Ismênia, irmã de Antígona, que mesmo não tendo concordado com o ato da irmã, confessa o crime que não cometeu. Ambas então são condenadas a morte.

As possibilidades de diálogos entre Antígona e Ismênia, com Ana Maria e tantas outras mães que entrevistei para esta pesquisa parecem emergir do silêncio de minha leitura. Neste momento volto à história de Ana Maria e de tantos outros familiares que perderam filhos, companheiros, sobrinhos, vidas ceifadas pela violência; em alguns casos esses familiares não puderam sequer enterrá-los, pois seus corpos nunca foram encontrados. Segundo estes familiares, para transformar indignação e revolta em busca por respostas, algumas famílias trazem às ruas os corpos de seus filhos em caixão aberto, trazem com eles a realidade de suas mortes.

Muitos Etéocles e Polinices são assassinados diariamente, enterrados sob a suspeição criminosa, enterrados como indigentes, ou nunca enterrados, pois seus corpos jamais foram encontrados por seus familiares. Como nos aponta Baptista

A dor da heroína grega, personagem da peça escrita por Sófocles, representada pela primeira vez em 441 a.C, dialoga com a cidade, narrando colisões das forças entre cidadão e Estado, leis de deuses visíveis a todos e leis arbitrárias dos tiranos. Tragicamente reivindica o lugar para sepultar o cadáver do irmão, impedindo que cães e aves carniceiras o devorem, destruindo o corpo e a sua memória de guerreiro (BAPTISTA, 2001, p. 182).

*“Como eu te falei, se tivessem simplesmente matado ele e jogado seu corpo por ai como fazem todos os dias, sem que o corpo tivesse desaparecido, eu iria sofrer muito, chorar, me desesperar. Iria poder enterrá-lo e buscar os culpados, mesmo sabendo que vivo em um lugar de injustiças. Mas nem por isso posso lutar pois nem o corpo dele eu tive para enterrar. Você sabe o que é isso?! Não sabe, ninguém sabe!! (Sra. Irene, mãe de E.C.R., 22 anos, supostamente assassinado por policiais militares, cujo corpo nunca foi encontrado)”.*

O édito de Creonte passa a ser contraposto pelo povo nas ruas, e toda a cidade está de acordo com a proeza de Antígona. A arrogância e o poder tomam conta de Creonte, que acredita ser o único a poder ordenar e governar. Seu filho, Hêmon, futuro marido de Antígona, ameaça então se matar, caso o pai não anule a condenação. Então o tirano resolve tornar mais cruel a pena de Antígona, aprisionando-a em uma caverna escavada na rocha, só com o alimento imprescindível, para assim ter seu fim lento e doloroso.

Tirésias, adivinho notório e respeitado em Tebas, adverte Creonte do mal que irá se abater em sua vida devido à sua teimosia, e que os deuses estavam enfurecidos. Ele se mantém irredutível, mas após a partida do adivinho se convence a libertar Antígona e sepultar Polinice.

O desfecho cruel impõe-se então a Creonte: mesmo tendo sepultado o corpo de Polinice, há muito tempo morto, Creonte tem que viver com o peso da morte de Antígona - que já havia se matado quando ele fora buscá-la - com o suicídio de seu filho Hêmon - ao saber da morte de sua amada - e com o suicídio da própria esposa, Eurídice - ao receber a notícia da morte de seu filho.

Antígona morre, e junto com ela há a total aniquilação do poder de Creonte. Em um diálogo construído entre as histórias de desfechos trágicos, aos poucos vejo configurarem-se sob meus olhos inúmeras Antígonas, enlouquecidas e potencializadas pela busca dos corpos de seus familiares, pelo desejo de dar-lhes um sepultamento digno. Vejo Ana Maria, Arlete, Cleonice, Maria das Graças, Roberta, Ana Lúcia, Conceição, Ilda, Irene, ainda vejo inúmeras Antígonas na versão clássica da violência de Estado. Elas querem sim, enterrar seus filhos! Mesmo que tudo não passe de um ritual religioso para muitos pesquisadores desavisados, para elas é tudo o que precisam para voltarem a seguir suas vidas: enterrar seus filhos!

A obra de Sófocles dramatizando a colisão entre poderes apresenta-nos a intensidade e afirmação da insurgência como ato criativo e político. Recusando a inevitável passividade delegada à sina de mulher, transgredindo os limites hierárquicos do seu corpo em Tebas, a heroína grega faz do desejo uma arma de combate. Na âgora, denunciando a arbitrariedade da lei dos homens, Antígona desloca do coração o pouso íntimo da dor particular entrelaçando-a a dores e injustiças alheias. Sua luta trágica politiza o ato de existir, tornando-o inseparável da polis (BAPTISTA, 2001, p.182).

Pergunto-me mais uma vez o que devo abordar, por onde começar, se são tantas e tão envolventes as histórias que atravessam essas mães, esses familiares? Quem são os contadores destas histórias? Percebo que o ponto onde deveria saltar do coletivo já se aproxima, e vou à busca de uma entrevista, certamente, com uma das muitas Antígonas que esta tese irá nos apresentar.

## **1.2 COMO LEVAR A NOSSA VIDA ADIANTE? CENA I: ERA SÓ MAIS UM SILVA QUE A ESTRELA NÃO BRILHA, ELE ERA FUNKEIRO, MAS ERA PAI DE FAMÍLIA<sup>12</sup>**

As ruas do bairro São Pedro V transversalizam-se como labirintos que compõem-se e recompõem-se a todo o momento; em um primeiro instante, despercebida, menciono que todas se parecem, e que de fato todas são iguais. As ruas, assim como as vidas ali presentes, entrelaçam-se, porém não são nem de perto iguais. Ana Maria sabe disso melhor que ninguém, e continua seguindo em frente, na **“via crucis”**<sup>13</sup> que se propôs a fazer, com minha estranha companhia.

Os homens invadiram a residência e o encontraram sozinho; a mãe saíra há alguns minutos, para a compra de fósforos, na esquina mais próxima. A sessão de espancamento iniciou-se dentro de casa, quando começaram a bater-lhe com alguns pedaços de pau. J. foi retirado de sua casa às 19h30min, foi arrastado do portão de sua casa por seis ruas, quatro esquinas, passando por três quebra-molas,

---

<sup>12</sup> Rap do Silva – Mc Bob Rum.

<sup>13</sup> O caminho percorrido diz respeito aos locais por onde o corpo do jovem J. foi arrastado e torturado por seus assassinos, antes de sua morte. A necessidade de refazê-lo emergiu de sua mãe, após acordo acerca de entrevista para a formulação desta tese. É válido ressaltar que Ana Maria, foi um dos nomes fictícios dados às entrevistadas durante o percurso do doutorado, por solicitação das mesmas.

tendo sido espancado com objetos que variaram de pedaços de pau, pedras e também objetos perfuro - cortantes.

O corpo apresentava cortes profundos principalmente na face, assim como inúmeras perfurações de arma branca. J. foi espancado por cerca de duas horas, tendo seu corpo jogado no mangue da baia de Vitória, aproximadamente às 21h40min horas.

O laudo é direto e objetivo: morte por submersão. Afogamento!! E o inquérito, este mais límpido: o indivíduo, em atividades desconhecidas na região do manguezal da baia de Vitória, veio a óbito por submersão, o que não caracteriza-se como crime. Inquérito instaurado, apurado e arquivado.

*“Como não viram o que tinha acontecido com o J.? O bairro inteiro sabia, inúmeras testemunhas do espancamento, minha família foi ameaçada por um bom tempo, isso tudo por causa de um “afogamento” ? A justiça brinca com a gente, brinca com nossa dor, nosso sofrimento. Meu filho morreu espancado e não afogado!” (Ana Maria, mãe de J., 19 anos. 07.01.2009).*

Arquivado se não fosse pelo fato de Ana Maria, nossa personagem, ter sido chamada a depor para o arquivamento do referido processo. Diante de três policiais civis ela brada, questionando se não foram vistas as marcas de espancamento no corpo de seu filho, em seu rosto desfigurado.

*Ana Maria chamou uma de suas filhas que estava de saída para a escola e pediu que ela trouxesse as fotos de J., era o início do nosso ‘passeio’ por aquela narrativa. Eram pelo menos uns dez pacotes de fotos envelhecidas pela vida, pelo viver intenso; falavam de J. desde sua primeira festinha junina, quando o bairro ainda não sabia o que era asfalto ou saneamento básico. Ana Maria passava devagarzinho cada foto e narrava sobre a época vivida por eles, pela família. Era uma saudade tão real, tão intensa que fez com que me emocionasse como poucas vezes havia acontecido. As fotos de J. eram diferentes, tinham uma narração tão próxima, e tudo que ela falava tinha um sentido diferente, nem sei ao certo por que, mas tinha. Sentia-me devastada e ao mesmo tempo envolvida; era uma senhora magra, de olhar intenso. O rosto abatido pela vida hipnotizava. Ela simplesmente não parecia aceitar que ele havia partido. Por mais que ela fosse consciente, precisava crer que ele iria voltar, que o filho não havia morrido (Diário de campo, 07/01/2009).*

J. não mais vive, mas naquele instante, como em uma película antiga, sua história é refeita, recontada, reatualizada e revivida. Ana Maria por vezes olhava na direção da porta de madeira, ainda com sinais visíveis do arrombamento do dia da morte de J.; segundo ela, volta e meia vê o menino entrando por ali volta e meia imagina o que não fez, o que poderia ser diferente. Sinto como se a narrativa de Ana Maria fosse

sempre feita e refeita, mas, de alguma forma, nunca fosse, de fato, ouvida. Percebo que a insurgência dessa memória, redesenhando uma história que não pode ser esquecida, demanda-me um olhar mais atento sobre o testemunho dessas mulheres, corpos também atingidos pela violência do Estado. Não como uma “contemplação” a esse “lugar de vítimas”, muito menos buscando sentimentos cercados de compaixão e pela mobilização emocional que esse “lugar vítima” produz. Interessa-nos este discurso, pois emerge como uma ferida aberta que insiste em sair da esfera privada para o domínio do espaço público. Ana Maria se lembra de quando o menino era “só um menino”, de quando precisava deixá-lo sozinho logo cedo, pois trabalhava muito longe, tendo que sair de casa ainda de madrugada. Por alguns minutos culpa-se por ter tido que trabalhar tanto para criar os filhos; em outros momentos, a dor maior é a de não poder estar novamente com o filho.

*“Ficou um buraco, um buraco enorme. Um vazio muito grande, só que a gente tem que levar a vida para frente, se apegar em Deus e pedir que ele dê um bom lugar para o filho da gente. Eu durmo todo dia pelejando para sonhar com ele, mas eu quase nunca sonho...” (Ana Maria, mãe de J., 19 anos, 07.01.2009).*

Em uma noite quente de agosto de 2008, assassinos com fardas da polícia militar destruíram todos os sinais de vida de Ana Maria. Mataram até os passarinhos de J.; pisaram e esmagaram as poucas flores plantadas em frente ao barraco de madeira. Até janeiro de 2009, o pequeno cômodo que era usado como quarto por J. continuava fechado, contrariando a falta de espaço naquela pequena casa de madeira. As roupas de J., as fotos, os recortes de jornal sobre bailes funk, motos e encontros de galeras, tudo da exata forma como ele deixou.

*“Perder um filho é morrer um pouco, o coração fica em pedaços. É um sentimento sem explicação. Sinto que o entreguei a Deus, e hoje vivo sem um pedaço de mim, e isso é para a vida toda.” (Ana Maria Silva dos Santos, mãe de J., 19 anos, 07.01.2009).*

*Ouvir narrativas de dor, sofrimento, revolta, mas principalmente de impunidade é extremamente doloroso no trajeto da pesquisa. Embora soubesse o que me esperava pela frente, a única certeza que me movia era o fato de acreditar que aquelas não seriam histórias pessoais, mas coletivas, plurais; não seriam palavras minhas, mas palavras nossas (Diário de campo, 07/01/2009).*

### **1.2.1 COMO LEVAR A NOSSA VIDA ADIANTE? CENA II: VÁRIOS AMIGOS NÃO ESTÃO MAIS AQUI, FIZERAM UMA VIAGEM PARA UM MUNDO SEM FIM.<sup>14</sup>**

“Era um homem sexagenário. Estava laçado pelo pescoço com três cordas. Um sargento puxava a corda esticada à direita do homem, outro à esquerda e um terceiro por trás. Dia 03 de abril de 1964, dois dias depois do golpe militar. O homem sexagenário estava sendo arrastado pelas ruas de Recife num espetáculo hediondo comandado pelo tenente-coronel Darcy Villocq Viana. Tortura em praça pública, para mostrar como dali por diante seriam tratados os adversários do regime recém-implantado. Pouco antes havia sido surrado, os pés queimados com ácido, e o tenente-coronel lhe dissera que no “passeio” pelas ruas ele iria descalço, “para aliviar a dor nos pés”. Seguiu o cortejo sinistro e o homem procurava contrair os músculos do pescoço, pois as cordas apertavam cada vez mais. Torturado e torturadores passaram em frente a outro quartel e o tenente-coronel incitou os oficiais, soldados e recrutas a linchar o homem. Não foi atendido, o que o deixou ainda mais furioso. Em um cruzamento deteve o desfile, fez o trânsito parar e recomeçou a bater no homem, chamando o povo a fazer o mesmo. Também não foi atendido. Mais tarde, quando o tenente-coronel deu por encerrada a barbaridade, o torturado foi recolhido à fortaleza de Cinco Pontas, de onde seria transferido para a Casa de Detenção de Recife.”(ESTRELA. Disponível em: <<http://www.uniblog.com.br>>. Acesso em 03 abril. 2006).

Integrante do Comitê Central do PCB ao lado de Luiz Carlos Prestes, Gregório Bezerra deflagrou o movimento de insurreição planejado pela Aliança Nacional Libertadora em 1935, para assumir o poder na cidade de Recife. Com o movimento derrotado, Gregório foi preso, espancado e barbaramente torturado. Por participar dos eventos ligados ao levante comunista, Gregório foi condenado a 27 anos de prisão. Em 1942 foi transferido para a Ilha Grande, no Rio de Janeiro. No ano seguinte passou para o presídio Frei Caneca, onde permaneceu preso por dez anos, até o final da era Vargas, em 1945. Porém, com o Golpe Militar de 1964, Gregório foi novamente cassado, espancado e barbaramente torturado pelos militares, fatos relatados acima. Foi libertado, somente, no ano de 1969, trocado, junto com outros

---

<sup>14</sup> História Triste – Menor do Chapa.



13 presos políticos, pela vida do embaixador americano Charles Burke Elbrick, seqüestrado no Brasil.

A história de Gregório Bezerra ganhou cartaz no momento em que foi atingido pela tortura em público relatada acima, quando aos sessenta e quatro anos, foi preso e arrastado pelas ruas do Recife, por uma guarnição militar. Foi o único opositor do regime militar a ser torturado em praça pública, no Recife. A Gregório, o poeta Ferreira Gullar dedicou o poema, em forma de cordel, intitulado a História de um Valente.<sup>15</sup>

### **1.3 DESFECHOS DIFERENTES DE UMA MESMA HISTÓRIA: A MINHA ÁREA É TUDO O QUE EU TENHO. É MUITO FÁCIL FUGIR, MAS EU NÃO VOU, NÃO VOU TRAIR QUEM EU FUI E QUEM EU SOU<sup>16</sup>**

As marcas nos corpos de J e Gregório Bezerra não são mais visíveis, mas agora estão marcadas em suas histórias. Períodos históricos diferentes, histórias diferentes que em algum momento atravessam-se: Gregório, torturado e enclausurado, J. torturado e covardemente assassinado; diferente, apenas o desfecho trágico do “jovem perigoso”; em comum a presença de representantes do

---

<sup>15</sup> “Valentes, conheci muitos, e valentões, muito mais. Uns só Valente no nome uns outros só de cartaz, uns valentes pela fome, outros por comer demais, sem falar dos que são homem só com capangas atrás. Mas existe nessa terra muito homem de valor que é bravo sem matar gente mas não teme matador, que gosta da sua gente e que luta a seu favor, como Gregório Bezerra, feito de ferro e de flor”. Gregório, que hoje em dia é um sexagenário, foi preso pelo Governo dito “revolucionário”, espancado e torturado, mais que Cristo no Calvário, só porque dedica a vida ao movimento operário e à luta dos camponeses contra o latifundiário. Filho de pais camponeses, seu rumo estava traçado: bem pequeno já sofria nos serviços do roçado. Com doze anos de idade foi pra capital do estado, mas no Recife só pôde ser moleque de recado. Voltou pra roça e o jeito foi ser assalariado. Até que entrou pro Exército e decidiu ser soldado. Sentando praça, Gregório foi um soldado exemplar. Tratou de aprender a ler e as armas manejar. Em breve tornou-se cabo mas não parou de estudar. Chegou até a sargento na carreira militar. Sua vida melhorou mas não parou de pensar na sorte de sua gente entregue a duro penar. Um dia aquela miséria havia de se acabar. Foi pensando e conversando, trocando pontos de vista, que Gregório terminou por se tornar comunista e no Partido aprendeu toda a doutrina marxista. Convenceu-se de que o homem, no mundo capitalista é o próprio lobo do homem, torna-se mau e egoísta. Da luta de 35, Gregório participou. Derrotado o movimento, muito caro ele pagou. O Tribunal Militar do Exército o expulsou, e o meteu na cadeia onde Gregório ficou até em 45 quando a anistia chegou”(Ferreira Gullar. *História de um valente*, cordel, 1966)

<sup>16</sup> Fórmula Mágica da Paz – Racionais Mc’s

Estado no papel de torturadores e assassinos, a naturalidade com que prendem, julgam e executam penas.

Minha mão ainda está trêmula; é impossível não se sensibilizar com as situações vivenciadas. Os fragmentos da história do filho de Ana Maria traduzem alguns dos relatos e sentimentos que perpassam as lutas dos familiares de atingidos pela violência.

Um misto de angústia, revolta, perplexidade, imobilismo; mas também uma gama de sensações que movem, que se lançam em busca de afirmar a dignidade, a memória e, por vezes, os corpos dos filhos, companheiros e parentes próximos assassinados e desaparecidos.

Há várias maneiras de narrar a história de um país. Uma visão sempre esquecida, conhecida como “ótica dos vencidos”, é aquela forjada pelas práticas dos movimentos populares, nas suas lutas, no seu cotidiano, nas suas resistências e na sua teimosia em produzir outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outras percepções. Práticas que recusam as normas pré-estabelecidas, e que procuram de certa forma construir outros modos de subjetividades, outros modos de relação com o outro, outros modos de produção. É desta história que vamos falar um pouco; de uma história onde os segmentos populares não são meros espectadores dos fatos, mas produtores dos acontecimentos. De uma história onde a subjetividade dominante - apesar de seu poderio e tentativas - não consegue silenciar e ocultar a produção de espaços singulares, de práticas diferentes e eliminar a memória histórica de uma outra memória (COIMBRA, 2000, p. 01).

Propor, a partir da narrativa destes familiares, um debate sobre homicídios praticados por grupos de extermínio formados principalmente por militares, significa acolher imediatamente a urgência de sua condição como uma real questão social. No Espírito Santo, o tema (in) segurança pública vem se apresentando como uma das expressões da demanda social, que fica cada vez mais complexa à medida que cresce. No decorrer dos últimos anos, o quadro de violência no estado, em particular os homicídios, vem tendo ênfase nos noticiários locais e nacionais, estimulando pesquisas, publicações acadêmicas, provocando intensos movimentos na sociedade capixaba, dispositivos que tem provocado a emergência de outras formas de pensar e produzir análises acerca das políticas de segurança pública do Espírito Santo. “O que caracteriza um dispositivo é sua capacidade de irrupção naquilo que se

encontra bloqueado de criar, é seu teor de liberdade em se desfazer dos códigos que procuram explicar dando a tudo o mesmo sentido” (BARROS, 1994, p.190).

Perguntamo-nos, por vezes, o que está em jogo quando emergem todos estes holofotes sobre a questão dos índices de violência, da eficácia, ou não, das políticas de segurança pública. Foucault, no curso *“Segurança, Território e População”*, ministrado no Collège de France, entre janeiro e abril de 1978, nos fornece algumas pistas para esta indagação.

O curso citado vai enfocar, especialmente, o que Foucault vai designar de “sociedade de segurança” ou “biopolítica”, alicerçada no “poder sobre a vida”, na ação sobre o homem não enquanto corpo, como na sociedade disciplinar, mas enquanto espécie, “população”. O debate central irá se desenvolver em torno da governamentalidade, relacionada a “arte de governar”

O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer uma forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 143).

Enquanto na sociedade de soberania, o poder do soberano se exerce sobre um território, e na sociedade disciplinar o poder se dirige fundamentalmente aos espaços disciplinares, na sociedade biopolítica ou de segurança trata-se, antes de tudo, na relação poder-espço, de exercer o controle dos fluxos, da circulação, não do homem enquanto indivíduo ou corpo, mas do homem enquanto espécie – visando assim o controle da “população”, em suas múltiplas modalidades (FOUCAULT, 2008). Neste contexto, todo um tratamento prioritário passa a ser potencializado a partir da emergência do fenômeno “população”, principalmente através da economia e da estatística, esta, uma forma de controle que se dirige sobre o homem enquanto espécie, em seus processos de reprodução, natalidade, mortalidade, difusão de doenças, regularidade de acidentes, etc. Toda uma série de dispositivos de segurança são criados no sentido de garantir certos padrões dessa reprodução e certo direcionamento na circulação dessa população. Insta frisar porém, como nos afirma Foucault :

Não há a era do legal, a era do disciplinar, a era da segurança. Vocês não tem mecanismos de segurança que tomam o lugar dos mecanismos disciplinares, os quais teriam tomado o lugar dos mecanismos jurídico-legais. Na verdade, vocês têm uma série de edifícios complexos nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou , em todo caso, se complicar, mas o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlação entre os mecanismos jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança (FOUCAULT, 2008, p. 11).

Em meio a todo este aparato de controle, de dispositivos de segurança para “medir” índices toleráveis de violência, emergem também alguns outros movimentos; estes movimentos têm se expressado numa intensa atividade na qual se empenham várias pessoas envolvidas com as questões sociais, resultando na reedição e elaboração de antigos e novos conceitos, mesmo antes de se ter conseguido situar os reais impactos dessa violência ou conhecer as reais dimensões da sua escalada. Um destes movimentos, e que trazemos como um dos pontos de articulação de nossa pesquisa é a Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo, que traz em sua trajetória histórias de dor e sofrimento, mas também da teimosia em continuar lutando, da vida que insiste em pulsar, mesmo através de vidas que foram parcialmente esquecidas.<sup>17</sup>

*“A Associação começou com pequenas reuniões em locais emprestados como a FAFI e a Associação de Moradores do Centro; no começo a gente pensava em se calar e viver a angústia da dor da perda só entre nós mesmos, mas aos poucos percebemos que só isso não bastava. Decidimos então não sermos mais covardes e colocarmos nosso sofrimento exposto para que outras pessoas soubessem o que acontece hoje no Espírito Santo...” (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV).*

Vidas parcialmente esquecidas, assim é um pouco da história de E. Segundo sua mãe, na infância, E. era um menino estudioso. Começou a trabalhar cedo, ainda na adolescência, para ajudar a família. Certo dia, no ano de 2005, despediu-se da mãe em casa, na Serra/ ES, para mais um dia de jornada. Nunca mais foi visto. Alguns testemunhos dão conta que, perseguido por uma viatura da Polícia Militar, o mesmo foi alvejado por inúmeros tiros, sendo levado a um hospital do município e, posteriormente, ao Instituto Médico Legal; consta entrada do corpo de E.C.R. no

---

<sup>17</sup> Traremos no decorrer desta tese, capítulo específico acerca da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo – AMAFAVV, um dos pontos de partida para a pesquisa com todos os familiares entrevistados. A AMAFAVV não é o objeto da pesquisa, mas o ponto onde se bifurcam e se estabelecem relações de forças que foram o cerne deste doutorado.

referido Instituto, porém, a família nunca o encontrou. Hoje, a história de vida e morte dele figura junto a um amontoado de papéis aparentemente esquecidos nas prateleiras da Divisão de Homicídios e Proteção a Pessoa - DHPP, em Vitória.

Mais de 17 mil assassinatos, alguns ocorridos há quase uma década, continuam sem solução no Espírito Santo. Os números são parte de um levantamento realizado pela Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo – AMAFAVV em 2011. E é muito provável que esses números sejam maiores, já que todo dia novos casos aparecem.

*“Se você me perguntar o que aconteceu de verdade com ele, quais foram seus últimos passos, eu não sei responder. Conheço pedaços de uma história que não me deram o direito de conhecer; cinco anos após o desaparecimento dele ninguém ainda sabe dizer onde está o corpo dele. E quem pensa que eu vou desistir está enganado, jamais vou desistir de encontrar ele, mesmo morto.” (Sra. Irene, mãe de E.C.R., 22 anos, assassinato de grande repercussão no ES devido ao desaparecimento do corpo).*

Nossa tentativa é de levantar, através da narrativa desses familiares, os aspectos históricos, políticos e sociais que permitiram a emergência das lutas coletivas destes familiares, como também do entendimento de como esta construção se articula, em alguns momentos, com questões como a homogeneização, o esquadrinhamento e, principalmente, o extermínio dos denominados “sujeitos de risco”. Percebemos que estas narrativas apontam para a forma como os modelos de pobreza e periculosidade foram forjados, enlaçados e aprisionados historicamente, a partir de uma lógica de discriminação que segrega, exclui e extermina o considerado diferente.

Narrações que lutam contra as forças do esquecimento...Com o passar do tempo, dos momentos, das histórias, conheci muitas coisas, pessoas e espaços. Entre tantos fatos, histórias de vidas, muitos relatos: famílias pobres e numerosas, vidas humildes, pouca instrução escolar; mal liam e escreviam, conhecimento de quem não soube direito o que era a escola formal, mas soube o que era a vida. Nessas famílias, muita gente nasceu, alguns sobreviveram, muitos também morreram; alguns pela desnutrição, muitos pela violência; alguns “vingaram”! Por cerca de cinco anos, vinculada a projetos das Prefeituras dos municípios da Serra e de

Vitória, no Espírito Santo, pude acompanhar de perto a história de algumas destas famílias.

Foram fragmentos de histórias com os quais estive implicada<sup>18</sup>. Como proposta para esta tese busco oferecer ao leitor estas histórias contadas e recontadas por estes familiares, sem a intenção de afirmá-las enquanto verdadeiras ou falsas, muito menos revelá-las, visto que nada há para ser revelado. Como o catador de detritos ou sucata, me proponho a revirar esses sacos escondidos pelo Estado, colher os cacos destas histórias. Busco “apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer” (GAGNEBIN, 2006, p. 54).

Não buscamos o que muitos podem denominar justiça. Não buscamos ou reivindicamos direitos ou novas e pesadas penas, muito menos se trava aqui uma cruzada pelo fim da impunidade, através da judicialização de toda e qualquer ação humana. Nosso intuito é narrar histórias, produzir ranhuras onde antes o reto e o previsível engessavam e transformavam forças ativas em ressentimento e sentimentos de vingança.

A problemática sobre a qual me proponho debruçar, diz respeito à história de algumas personagens. Quando nos referimos a um grupo de familiares que perderam seus filhos, netos, sobrinhos assassinados, falamos de pessoas que se reposicionaram no mundo a partir de um acontecimento violento, visto que o assassinato de um familiar não se restringe a uma pessoa afetada; os integrantes dos grupos de extermínio que agem na atualidade no estado não atiram somente nos diretamente atingidos, mas também afetam gravemente a vida de quem fica.

---

<sup>18</sup> O conceito de implicação aponta para um modo particular de conhecimento relacionado com maneiras específicas de ser e estar no mundo. Portanto, quando falamos em implicação estamos nos referindo aos vínculos (afetivos, profissionais, políticos,...) com todo o sistema institucional. Entendemos como ferramenta fundamental em nosso percurso de pesquisa a análise de implicações. “A ferramenta análise de implicações supõe, entre outras, as análises transferenciais daqueles que fazem parte da intervenção, a análise de todos os atravessamentos ali presentes (sexo, idade, raça, posição socioeconômica, crenças, formação profissional, entre outros) e a análise das produções socioculturais, políticas e econômicas que atravessam esse mesmo estabelecimento e que também constituem os sujeitos que dele participam”. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007, p. 29)

*“Talvez seja uma tristeza que não passe mais, pois perder um filho é como perder um pedaço da gente. Mas quando Deus leva, não temos a quem recorrer para trazê-los de volta. Só nos resta se acostumar ou lutar por justiça, mesmo que esta justiça não possa trazê-lo de volta...” (Ana Maria, mãe de J, 19 anos. 07.01.2009).*

Propomo-nos a, no decorrer desta pesquisa, trazer para o centro alguns fragmentos da história daqueles que ficaram gravemente feridos com a perda de seus familiares; guerrilheiros do contemporâneo, as mães e os familiares atingidos pela violência no Espírito Santo trazem consigo lembranças que nos remetem a toda a história de nosso país e a um passado não muito remoto, onde os opositores da ordem eram outros, mas igualmente exterminados: o período da ditadura.

Conexões visíveis ou supostamente camufladas, lembradas ou esquecidas, podem ser constituídas entre a atuação dos familiares dos atingidos pela ditadura de ontem e os familiares dos atingidos pela violência policial de hoje, e presente em toda a nossa história. No caso específico dos familiares de pessoas afetadas pela violência, várias imagens integram estes dois momentos: a prisão, a tortura, a morte e o desaparecimento de corpos.

*“Justiça? Não existe justiça no Espírito Santo! Com dinheiro aqui você pode comprar tudo, de juízes até habeas corpus. Nós queremos que as pessoas percebam isso, que não é apoiando chacinas e grupos de extermínio que resolverão o problema da violência, porque ela passa por pessoas grandes aqui do Estado. Nós queremos que nossos filhos mortos sejam vistos como seres humanos e não como lixo, não como marginais mortos “em confronto”. Queremos os corpos dos desaparecidos em rebeliões nos presídios capixabas, que nunca nos foram entregues, queremos exames de DNA em corpos encontrados em covas rasas em locais de desova desses mesmos grupos de extermínio formados por policiais...” (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV)*

Desaparecimento de corpos: como se em um instante de imobilização de um filme opaco pelo tempo, uma cena, visualizássemos a “Nova Doutrina de Segurança Nacional”, onde o “inimigo interno” não é mais representado pelos militantes políticos das décadas de 1960 e 1970, mas pelos incômodos miseráveis que perambulam pelas ruas da cidade, os flanelinhas usurpadores, os ladrões de supermercado, os ladrões de vidas. Miseráveis em sua existência expõem nossa almejada “segurança”, e devem desaparecer, evaporar, e porque não morrer?! Afinal, constrói-se sua periculosidade miserável através da sua criminalização. Aplaudimos o

silenciamento destas vidas perigosas e tentamos eliminar, ainda em vida, a potência de obstinação de seus familiares. Segundo Batista (2003, p. 21) no Brasil, a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas.

Trazemos para nossa proposta de estudo essa experiência repleta de significados, que tem chamado atenção de amplos segmentos da população: os movimentos de mães e familiares contra a atuação violenta da polícia e contra a existência de grupos de extermínio, em sua maioria formada por policiais militares.

Grupos de extermínio: iminente perigo social, pois a “pobreza perigosa” precisa ser disciplinada, normatizada, regulada. Para estes destinam-se os “territórios dos pobres” (COIMBRA, 2001), onde a miséria extrema se faz enquanto realidade cotidiana, e onde o extermínio assume o lugar das políticas públicas. Com argumentações higienistas de “limpeza da cidade” e manutenção da segurança dos “cidadãos de bem” fazem emergir, nos anos anteriores ao período da ditadura, os grupos de extermínio.

Embora se apresentem mais fortes e organizados pelo próprio Estado no período da ditadura, é importante salientar que desde 1958 já havia se organizado no Rio de Janeiro o que ficaria conhecido nos anos de 1960 e 1970 como o “Esquadrão da Morte” (COIMBRA, 2001, p.127). Ele era então comandado pelo detetive Mariel Moryscötte de Mattos, um dos chamados *“Homens de Ouro da Polícia Carioca”*. Na década de 1960, o Rio de Janeiro vivia um momento em que, alguns segmentos da sociedade carioca solicitavam providências imediatas relativas à questão do “crescimento” da criminalidade, em especial os casos ligados a assaltos a taxistas, homicídios e invasões a lojas e centros comerciais. Naquele momento, o chefe de Polícia do Distrito Federal, general Amauri Kruehl, então com poderes que equivaliam aos de ministro, ordenou a criação imediata de uma organização de combate aos “marginais”, conhecida como Serviço de Diligências Especiais - SDE. O órgão teria então o aval para “caçar” estes criminosos onde quer que eles estivessem. Na prática, os policiais ganharam autonomia para investigar, julgar e condenar os supostos criminosos. Em outras palavras, a polícia instaurou a pena de morte no estado do Rio. A medida ganhou aval de políticos, comerciantes e de alguns setores da população, além de grande parte da imprensa. Logo após a criação do SDE, o



Secretário de Segurança, Coronel Luis França, escolheu doze policiais da sua força de elite para definitivamente "limpar" a cidade. O grupo ficou conhecido como "Os Homens de Ouro". Mais da metade desses homens vinha da temida Polícia Especial, criada por Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, e ficaram conhecidos como Esquadrão da Morte.

Composto por membros do poder judiciário, policiais civis e militares, assim como renomados políticos, o Esquadrão tinha como principal objetivo eliminar supostos criminosos. Um dos principais expoentes destes grupos de extermínio foi, e acreditamos ainda ser, a Scuderie Detetive Le Cocq, "sociedade civil sem fins lucrativos criada no Espírito Santo mediante registro civil em 24/10/1984, com finalidade social para bem servir a coletividade através do aperfeiçoamento moral, intelectual e profissional de seus membros" (ZANOTELLI, 2002, p.117).

(...) É uma organização ultra-conservadora de direita, que se destinava em princípio ao assassinato de supostos delinquentes, mas que, ao fim, sob a capa de impunidade, não se furtou a praticar os mais hediondos crimes. É uma associação que congrega, sobretudo, policiais civis e militares, aos quais vêm se agregar membros do Ministério Público, do Poder Judiciário e outras autoridades públicas, além de indivíduos da sociedade civil. Ela mostrou ser um sindicato do crime bem estruturado, contando com diversos departamentos, tribunais de justiça internos, procuradorias, etc, tentando reproduzir, internamente, o aparelho estatal (ZANOTELLI, 2002, p. 119).

No Espírito Santo, em face de diversas denúncias apresentadas contra a mesma, foi solicitada sua dissolução em 20/11/1995, porém existem fortes indícios da continuidade de suas ações, fato que será melhor trabalhado no capítulo relativo a atuação dos grupos de extermínio no referido estado.

*"Com a dissolução no papel da Scuderie Detetive Le Cocq o crime organizado ganhou força – a força da invisibilidade!! Antes seus membros eram reconhecidos pelos símbolos que ostentavam, pelo poder arbitrário que exerciam ao expor a caveira com duas tíbias. Hoje esse poder é invisível, não tem corpo nem rosto definido. Você pode ser da Scuderie!!." (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV)*

O que se coloca na atualidade é que se estabelece, então, uma disputa entre estes grupos - o chamado crime organizado - e o Estado. Desconfiamos, porém, de uma estreita ligação entre o Estado e o que se chama por "crime organizado".

Desconfiamos da afirmação desta “entidade” – crime organizado como um poder paralelo. Acreditamos ser somente um arcabouço de poder e de Estado que articula a violência enquanto mecanismo de dominação e perpetuação do poder.

Pensando o conceito de “crime organizado” Batista (2008) afirma que este é um paradigma já desconstruído pela criminologia crítica. É uma categorização frustrada. Em nome de uma política criminal a própria vida é suprimida. Supostamente para garantir a paz; e em nome dessa paz se constrói esta entidade chamada “crime organizado”.

A política criminal consiste em um discurso legitimante do poder punitivo, e não pode escapar a sua tensão interna na medida em que é construída enquanto valoração geral do modo de encarar a conflitividade criminalizada a partir do poder, e, portanto, de exercer o poder punitivo. Logo, não se limita ao campo legislativo, remete ao campo judicial e penitenciário (ZAFFARONI, 2003, p. 274-275).

A falsa afirmação de que o crime tem uma forma singular, característica e incomum, e que ninguém mais estabelece controle sobre ele – a guerra civil - não nos atende em nossas análises. Não partimos de um pressuposto de que essa “entidade” chamada de crime organizado atue conforme a cabeça de chefes da quadrilha, assassinos vorazes, impiedosos, articuladores e organizadores de uma “ampla” rede de tráfico de entorpecentes, seqüestros relâmpagos, entre outros.

Não partilhamos da idéia de que existe uma sociabilidade própria do crime. A sociabilidade do crime é a sociabilidade do Estado e do capital. São interesses econômicos e políticos que estão gerando esse acordo, embora este mesmo Estado fortaleça as teorias de uma “natureza criminoso e perversa”. A temática “crime organizado” será melhor desenvolvida no terceiro capítulo dessa tese, onde apontamos algumas análises acerca dos fantasmas que são construídos a partir dessa demanda.

A teoria de uma “natureza criminoso e perversa” que o conceito de crime organizado reforça, é amplamente disseminada, especialmente através do uso midiático de acontecimentos que visam aterrorizar e infundir o pânico, para imediato aproveitamento político pelas diferentes esferas públicas.

*Invariavelmente via nas matérias de jornais a afirmação de uma natureza criminoso em todos aqueles meninos “mortos em confronto”. Os veículos de comunicação se dedicavam a toda uma construção do perfil daqueles criminosos...possivelmente envolvidos com o tráfico, possivelmente autores de outras infrações, possivelmente perversos e perigosos (Diário de Campo, 06.11. 2008).*

É válido salientar que, usando os mesmos métodos do passado, quando guerrilheiros eram perseguidos e assassinados (ou dados como desaparecidos), estes agentes do Estado, como no passado, forjam histórias, apresentadas tanto às corregedorias quanto à mídia, que produz e institui como verdade a história dos “vencedores”. Benjamin (1994) nos chama ao cuidado para com uma visão que eterniza a barbárie ao conceber a história como se ela fosse ininterrupta e progressiva. Para ele, essa seria a ótica dos “vencedores” que continuam a definir como a história deve ser escrita em cada período e que, por isso, se tornam senhores também do tempo presente. Uma história que é contada e recontada, uma mentira que é dita muitas vezes e que transforma-se em verdade, uma verdade que se baseia na versão do invasor, na versão do colonizador (BENJAMIN, 1994).

Mas que o leitor mais desatento não se iluda. Estas histórias têm uma grande semelhança com as perseguições e mortes do passado, em que os atingidos eram as pessoas que fugissem do pensamento católico no período colonial, aqueles que defendiam o fim da escravidão no período monárquico, ou opositores nos períodos ditatoriais. A narrativa do histórico se estabelece sempre com uma mesma sequência. O PM desconfia do “suspeito” em meio à escuridão. O suspeito foge disparando sua arma. O policial revida e atinge o suspeito. Socorrido, o ferido sempre morre a caminho do hospital. A condição de atingido e de agressor geralmente é invertida, o morto sempre é culpado por sua própria morte: autos de resistência!

O “auto de resistência” é o registro policial para mortes “em confronto armado” entre agentes da lei e “elementos suspeitos”. Estratégia largamente utilizada já no período da ditadura, os autos eram utilizados para mascarar o assassinato de inúmeros opositores políticos do regime; antes, resistência a prisão - hoje, intensa troca de tiros. Ausente do Código Penal, o auto de resistência foi instituído por uma portaria em 1962, e teve seu momento de apogeu quando, no período do governo de Marcello Allencar (1995-1998) no estado do Rio de Janeiro, agentes do Estado eram

contemplados com gratificações a cada civil morto em operações policiais<sup>19</sup>, a chamada “gratificação bang-bang”.

No “estrito cumprimento do dever”, inúmeros jovens ditos perigosos foram executados, sem chance alguma de defesa, por policiais civis e militares. Quem decidiu pela sentença de morte?

Dê o nome de uma única vítima de um auto de resistência. Dê o nome de um em cinco mil. Estamos diante de uma manifestação de preconceito de classe. Sabemos que o regime militar, que tanto lamentamos, matou quatrocentas pessoas. Em quatro meses, no Rio de Janeiro, as tropas de elite mataram quinhentas pessoas. E ninguém sabe quem morreu. Dê o nome de um único morto. Você não verá na imprensa nem na justiça (BARCELLOS, 2011, p.01).

Na condição dicotômica de vítimas e agressores, todos os dias no Brasil quase 50 jovens são assassinados. Usando dados do Ministério da Saúde do ano de 2007<sup>20</sup>, o sociólogo Julio Jacobi, do Instituto Sangari, mostra que, para cada cem mil jovens entre 15 e 24 anos de idade, 48,6 são vítimas de homicídio anualmente. Ainda pensando em números frios, sem vida, de acordo com a pesquisa “Mapas da Violência” 2006 e 2008 - Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), em um período de pouco mais de dez anos, (01.01.1996 a 31.12.2006) foram assassinadas mais de 500 mil pessoas no Brasil.

Do ano de 1996 para cá, ainda segundo esta pesquisa, são 296.622 mortes só de jovens por causas violentas. Até o fim da década de 1970, o número de jovens mortos no trânsito, de 4.373, era maior do que o número de jovens assassinados: 3.266. Nas últimas décadas, as mortes no trânsito quase dobraram, passaram para oito mil, apesar de superadas - de longe - pelos homicídios, que chegam perto de 18 mil em um único ano.

---

<sup>19</sup> Para maior aprofundamento sobre a questão pesquisar <http://arcadenoe.ning.com/profiles/blogs/auto-de-resistencia>

<sup>20</sup> Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros – Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - Julio Jacobo Waiselfisz. Fevereiro de 2007.

Usando dados do Ministério da Saúde da mesma pesquisa, baseados no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) percebemos o quanto aumentou a violência contra os jovens. A taxa era de 21,3 homicídios para cada grupo de cem mil habitantes, considerando toda a população. Em 2006 esta taxa se elevou para 25,8. Se levarmos em conta só os jovens, o índice já era muito alto, com 30 mortes para cada grupo de cem mil. Este índice chegou a 48,6 mortes em 2006.

Mas existem lugares no Brasil, como o Município de Serra, no Espírito Santo, em que o número de jovens assassinados atinge níveis ainda mais alarmantes. O Município de Serra é limítrofe com a capital do Espírito Santo, Vitória. De acordo com a pesquisa “Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008” elaborada por Júlio Jacobi Weiselfisz, da Rede de Informação Tecnológica Latino Americana, a Serra é o quarto município mais violento do país, com 102,4 homicídios para grupos de 100 mil habitantes.

A Organização das Nações Unidas – ONU considera que um país ou estado está em situação de “guerra civil” quando, por ano, ocorrem 50 mortes violentas por grupos de 100.000 habitantes.

Em pesquisa realizada pelo IBGE<sup>21</sup>, fica claro que o Espírito Santo superou, e muito, estes dados, tendo em 2006 registrado, somente entre jovens de 15 a 24 anos, o índice de 203,2 mortes violentas para cada 100.000 habitantes. Ainda, de acordo com o 3º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil foram registrados “no período de 1980 a 2005, 27 casos de violência policial no Espírito Santo, com 66 vítimas fatais e 35 feridas” (NETO & PERES, 2007, p. 26).

Foucault (2008) vai nos apontar que todas estas estatísticas servirão, em algum momento, para conduzir a sociedade de forma a estabelecer a manutenção de um controle social. Esse controle desenvolver-se-á a partir de cálculos sobre os níveis aceitáveis de pobreza, de violência, de nascimentos e óbitos, entre outros, controlando em instância máxima todos os riscos que podem ser corridos - uma tecnologia de gestão dos perigos atuais e virtuais. Esta estatística consistirá em um tipo de conhecimento fundamental para a construção de uma base de dados sobre os fenômenos da população, campo de intervenção a ação estatal.

---

<sup>21</sup> Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Pesquisa realizada entre os anos de 2002 e 2005.

Um equilíbrio documentado por tratados político-econômicos internacionais e, explorados por Michel Foucault durante as aulas deste curso. O objetivo deste equilíbrio é a regulação das insurgências e do aleatório em nome de um ideal de progresso. A continuidade e crescimento constante do Estado implicam em evitar as sedições, as guerras, o domínio de um Estado sobre os outros, os sustos ou os imprevistos. A estratégia está em poder calcular o maior número de variáveis possíveis, inclusive, a probabilidade de emergência das variáveis imprevisíveis. Um equilíbrio muitas vezes mantido pelo aparelho diplomático-militar, pois, no governo dos e entre os Estados, não é necessário que a guerra seja deflagrada por uma razão jurídica, já que, na era dos tratados internacionais, basta uma razão diplomática para que se ponha em alerta o aparelho militar. Aparelho este mantido permanentemente e que gera efeitos tais como: a profissionalização do homem da guerra, a efetivação de uma estrutura armada permanente, a fabricação de equipamentos de guerra, de fortalezas e transportes militares, a formação de um saber militar voltado para a produção de estratégias e de táticas de enfrentamentos, tipos de manobra militar e de polícia orientadas por esquemas de ataque e defesa (ABUSSAFY, R.S, FRANÇA, S.A, 2008, p. 192).

Mas, a partir destas estatísticas apresentadas, podemos inferir que estamos realmente em uma “guerra civil”? Este conceito é amplamente utilizado, segundo Coimbra (2001, p.183) “em certos períodos, para justificar perseguições, violações e o domínio de certos grupos sobre outros, adotam-se ‘medidas de exceção’<sup>22</sup> – que não são aceitas em momentos ditos ‘normais’ da história – como se ela fizesse parte de um “estado de guerra”.

A luta contra toda e qualquer forma de subjugação passa então a ser um “estado de guerra civil”, e deve ser combatido, justificando-se assim torturas, atrocidades, desaparecimentos e principalmente a morte dos “inimigos” – o extermínio passa a ser oficial e justificado na manutenção da ordem.

O Estado, amparando-se na alardeada violência disseminada, em especial pela mídia, justifica na “guerra civil” o uso dessas medidas de exceção.

Esta crença na ‘guerra civil’ que fortaleceu a militarização da política de segurança pública vem – como já afirmado anteriormente – do período da ditadura militar, quando o opositor político era considerado como ‘inimigo’. Da mesma forma, em especial, nos anos 90, os ‘marginais’, ‘bandidos’ de toda espécie, nesta concepção de segurança pública, são também interpretados como ‘inimigos’, porque suspeitos (COIMBRA, 2001, p.192).

---

<sup>22</sup> Trabalharemos este tema de forma mais ampla no decorrer desta tese.

Diante dos dados apresentados, a dimensão da pesquisa que propomos é considerar a emergência dessas lutas de mães e familiares de atingidos pela violência, em seus efeitos de produção de subjetividade. Falar em produção de subjetividade nos remete não a uma origem, mas a um processo que se constitui de acordo com a configuração sócio-histórica dessas lutas. O que existe seria “não somente uma produção de subjetividade individuada – subjetividade dos indivíduos – mas uma produção de subjetividade social, uma produção de subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis de produção de consumo (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 16).

Importante salientar que pretendemos desenvolver a referida pesquisa utilizando ferramentas teórico-metodológicas que se propagam pela interrogação, pela dúvida e não aquelas que produzem a centralização no sujeito. Aqui, o pesquisador não se preocupa em imprimir em sua pesquisa o “legítimo” fato, mas busca congrega estes fatos à própria história, deixando na pesquisa seu desenho; infinidade de luzes, cores, sons, histórias que só se apresentam quando não mais vislumbramos a suposta neutralidade; se apresentam a quem busca rupturas, estranhamentos, a quem desconfia das certezas, dos territórios seguros, das verdades que teimam em calar tantas vozes, em aplacar tantas perguntas, em silenciar diferenças.

Neste percurso não nos propomos a uma “descoberta”; nada há para ser descoberto, interpretado, nada a ser revelado. Ao contrário, não falamos por outros, mas estes construirão o próprio percurso da pesquisa, os afetos produzidos, desejos e intensidades construídos nos encontros, nos coletivos.

Falar com mães...discursos analisadores que produzem ruptura de sentidos: pesquisa intervenção. A escolha do método é a aposta em um dispositivo que opera transformações tanto na realidade sócio-política, quanto coloca em questão as próprias práticas de produção de pesquisa. Gerar modos de produção coletivos, produção de subjetividade, dispositivos de transformação.

Contrariando todos os métodos tradicionais de pesquisa, propomos uma ruptura com os paradigmas de neutralidade e de objetividade. Propomos deixar nosso traço na pesquisa, fluxos imprevisíveis de conexões feitas a cada instante. O desafio da pesquisa não se constitui então em revelações ou representações, mas na criação

de novos significados produzidos na própria prática, onde a construção do pesquisador se faz junto ao fazer da pesquisa (ROCHA, 2003).

A pesquisa intervenção coloca assim a emergência das implicações do ato de pesquisar, já que se propõe como modo de intervenção, de apreensão e produção de conhecimento, ousando outra perspectiva no fazer pesquisa.

A pesquisa-intervenção traz como proposta criar dispositivos de análise da vida dos grupos na sua diversidade qualitativa, e isto significa que esta proposição investigativa tem como alvo o movimento, as rupturas que as ações individuais e coletivas imprimem no cotidiano. Os processos em desenvolvimento na pesquisa-intervenção produzem permanentemente a realidade na qual cada um de nós e os diferentes grupos são um modo de expressão (ROCHA, 2003, p.171).

Entendemos que, efetivar estudos que tragam à cena a imbricação da problemática destes familiares e, mais especificamente, das práticas legitimadas e naturalizadas na atualidade, é hoje, na nossa observação, um desafio e uma necessidade. A luta de mães e familiares de atingidos pela violência do Estado é uma realidade recente da história do Espírito Santo, embora a violência dos grupos de extermínio responsáveis por uma parcela significativa dos homicídios no referido estado remonte às décadas de sessenta e setenta do século passado.

Sobre estes aspectos, duas observações precisam ser consideradas. Uma, diz respeito à existência de poucos estudos e publicações que tratam do tema em questão. E outra, que se refere à tarefa urgente dos diversos campos de saber no que tange ao conhecimento dos contornos atuais assumidos pela emergência destes “novos movimentos sociais” - as famílias de diferentes comunidades têm se unido em um novo segmento e vêm gerando uma rede cotidiana de combate à violência e em favor dos chamados direitos humanos, entrando em cena uma luta que até então ficara restrita a determinados grupos, principalmente de camadas médias.

A instituição movimento social passa, então, a ser analisada nesta tese em suas várias conexões, novas e não tão novas: ora aprisionada ao “elogio” à vítima, impregnada na exaltação ao sofrimento e promotora de uma cultura voltada para a vingança e o endurecimento do sistema penal; ora como espaço de difusão de informação, encontro de diferentes histórias de vida, mergulho em um plano micro



político onde os fluxos-formas engendram-se por conexões incessantes...construção de novos territórios de vida, força ativa.

É fato que, na construção de seus repertórios de ação, estes movimentos sociais vêm se apropriando de experiências passadas, especialmente aquelas ligadas às lutas contra os regimes militares durante as ditaduras latino-americanas, para travarem suas lutas na atualidade. Este é o caso desses familiares cujos filhos, irmãos e companheiros foram assassinados ou desaparecidos, atingidos, em sua maioria, por policiais integrantes de grupos de extermínio.

## **2 MUITAS VIDAS, MUITAS HISTÓRIAS, EMBORA ESTATÍSTICAS, NÃO SOMOS ESTATÍSTICAS: A VIOLÊNCIA E SEUS CONTORNOS HISTÓRICOS ATUAIS.**

A alardeada crise da segurança pública no Brasil é assunto em moda de dez entre dez brasileiros. O fenômeno da violência tem sido elemento de atenção dos mais variados setores; pesquisadores de todas as áreas têm investigado o problema, buscando, de variadas formas, lidar com a “crescente ameaça” que aflige toda a sociedade “de bem”.

Mas como pensar a questão da violência? Segundo Rauter (2011), a palavra violência parece suprir, em muitos casos, os termos pobreza, injustiça, abandono. Mostra-se como uma forma de se aludir ao que deixou de fazer jus a discussão na mídia ou até em campanhas políticas: a desigualdade social, as oposições populares, os enfrentamentos entre diferentes segmentos sociais. Travando discussão característica sobre o tema violência institucionalizada a referida autora apresenta-nos que

Por violência institucionalizada entendemos a violência do Estado em sua forma mais concreta – a violência da polícia e dos diversos sistemas de encarceramento e tutela de que se tornam alvo alguns segmentos da população. É a violência exercida sobre o corpo e portanto sobre a mente, que é também corpo. Com Espinosa, não pensamos a partir de uma separação entre o corpo e a alma, a mente, a psique. Pensamos que tudo aquilo que afeta o corpo, afeta a mente, e vice-versa (RAUTER, 2001, p. 03).

Pensando sempre na articulação intrínseca entre violência e pobreza, diversos segmentos da sociedade discutem temas que giram desde a importância de políticas sociais que busquem melhorias para as condições de vida de grande parte da população brasileira, e que contribuiriam para a redução da criminalidade, à necessidade de crescimento do mercado de trabalho, diminuindo-se a taxa de desempregados - universo, segundo alguns, mais susceptível de agregação para as atividades criminosas. Diversos programas públicos e privados – como os de renda mínima – expressam essa visão que encara a violência como produto, sobretudo, da desigualdade.

Outro viés dessas ponderações diz respeito à ligação direta entre o crescimento da criminalidade como elemento articulado com o tráfico de drogas e armas. Essas duas atividades seduzem segundo alguns pesquisadores, e a própria diretora-executiva do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção e

Tratamento da Delinquência, Karyna Sposato<sup>23</sup>, parte dos jovens das camadas populares, oferecendo maior importância e visibilidade sociais nas periferias, produzindo novas formas de ocupar um lugar de destaque nos grupos sociais. Calcado nestas “novas formas de subjetividade”, imprime-se no contemporâneo o estudo das “causas” do crime e a solução para combatê-lo, afastando-se do delito e investindo-se sobre o criminoso – anormal, seria ele recuperável?!

Entendemos ser a questão da desigualdade social, um ponto de partida para todo esse processo de criminalização da pobreza, visto que observamos a emergência de questões como uma maior concentração de renda, uma diminuição do crescimento econômico, desemprego, crescimento da economia informal, entre outros. Porém, entendemos também ser de um simplismo absoluto, reduzirmos toda a questão da violência a este fator. Frente a isto, buscamos, neste capítulo, trazer alguns dispositivos que entendemos ser produzidos a partir do medo da violência generalizada; dispositivos que reduzem soluções à eliminação dos supostos sujeitos de risco – aparatos de repressão focados na violência dos estabelecimentos policiais e na formação de grupos de extermínio.

Importante salientarmos que não se pretende aqui esgotar o assunto, visto que entendemos ser de elevada importância uma discussão direcionada especificamente para a formação e treinamento realizados nos estabelecimentos policiais, assim como encontramos distantes de entendermos as ramificações do chamado “crime organizado” no Espírito Santo, segundo alguns o maior formador e articulador dos grupos de extermínio do referido estado.

---

<sup>23</sup> “Entrada de jovens no tráfico é o delito que mais cresce nas estatísticas” – Entrevista cedida ao Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos. [http://www.direitos.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=681&Itemid=2](http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=681&Itemid=2)

## 2.1 POLÍCIA PARA QUEM PRECISA, POLÍCIA PARA QUEM PRECISA DE POLÍCIA: QUEM POLICIA AS POLÍCIAS?

*“Em cada momento vivido, uma verdade vamos encontrar. Em cada fato esquecido, uma certeza nos fará lembrar. Em cada minuto passado, mais um caminho que se descobriu. Em cada soldado tombado, mais um sol que nasce no céu do Brasil. Aqui nós todos aprendemos a viver demonstrando valor, pois o nosso ideal é algo que nem todos podem entender na luta contra o mal! Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser. É enfrentar a morte, mostrar-se um forte no que acontecer. Em cada pessoa encontrada mais um amigo para defender. Em cada ação realizada, um coração pronto para agradecer. Em cada ideal alcançado, uma esperança para outras missões. Em cada exemplo deixado, mais um gesto inscrito em nossas tradições. Em cada instante da vida nossa Polícia Militar será sempre enaltecida em sua glória secular...” (Canção do Policial Militar – Ten Cel PM Horsae – PMERJ)*

### SINFONIA MACABRA – PRIMEIRA PARTE<sup>24</sup>.

Mal consegue ver as luzes da noite iluminada da cidade sol; elas estão cobertas em quase todo o horizonte pelas nuvens negras e intensas da chuva de verão que tomam conta da cidade de Vitória. A escuridão não é completa, à direita ainda há um final de luminosidade do sol bem longe, mas ainda visível.

*“[...] era um dia como outro qualquer. Eu arrumava algumas coisas no quintal enquanto meu filho assistia televisão na sala, passava desenho na hora, eu me lembro bem do exato momento em que tudo começou. Ouvi barulho de tiro e corri para dentro de casa; quando o vi olhando pela janela uma coisa ruim passou pela minha cabeça, mas nada que pudesse terminar como tudo terminou [...]” (Sra. Ilda, mãe de B, 17 anos, assassinado supostamente por policiais do BME - Batalhão de Missões Especiais).*

Pela fresta da janela quebrada do quarto, B., 17 anos, observa a movimentação no quintal e percebe o pior. Corre de encontro à mãe, que também ouve gritos, cada vez mais próximos. B. acha que “os caveiras”<sup>25</sup> são treinados para deixar corpos no chão, e que possivelmente estejam a sua caça devido a seu envolvimento com alguns assaltos recentes realizados na zona norte da cidade.

---

<sup>24</sup> Os relatos do subtítulo Sinfonia Macabra - Primeira e Segunda parte são também baseados nas entrevistas colhidas no decorrer da feitura dessa tese de doutorado com mães e familiares de atingidos pela violência.

<sup>25</sup> “Caveiras” é a alusão de moradores dos bairros ditos vulneráveis feita ao BME – Batalhão de Missões Especiais.

*“Eu nunca soube exatamente com que ele se envolvia. Sabia que estava andando com alguns meninos errados do morro, envolvidos com drogas, mas ele nunca falava nada. Chegava, tomava a bênção e ia para o quarto dele, ouvir música. Nunca me tratou mal, nunca deixou de fazer o que eu lhe pedia, mas às vezes sumia sem eu perceber, e só aparecia no dia seguinte. Quando eu perguntava respondia que estava com uns amigos resolvendo umas paradas, só isso!” (Sra. Ilda, mãe de B., 17 anos, assassinado supostamente por policiais do BME - Batalhão de Missões Especiais)*

Para B. o BME<sup>26</sup> não prende, ele mata; mas sua mãe retruca, dizendo que se eles estão mesmo a sua procura deve entregar-se, pois nenhuma polícia no mundo mata sem justificativa.

O que se segue é muito rápido aos olhos, aos sentidos e é narrado com apreensão pela entrevistada. B. corre para a cozinha, põe o armário das louças sobre a mesa e a encosta na porta, para dificultar ainda mais a invasão. Alguém grita que a casa está cercada, que não adianta esboçar nenhum tipo de reação.

A mãe, agora já não tão convicta de suas idéias, encosta o sofá na entrada da sala e tenta conversar com os “caveiras”. Argumenta que B. vai entregar-se, implora um pouco mais de tempo. Neste minuto, um dos policiais “especiais” consegue quebrar um pedaço da janela, já destruída pelo tempo, enquanto os outros forçam a entrada pela porta da cozinha.

Ao chegar à cozinha, a mãe percebe e nos narra com voz alta e tensa que, pelos gritos de ordem, um policial já estava dentro da casa de madeira surrada pelos anos de usos, guerras e resistências. Agarra-se ao filho e agora está convencida de que ele não pode entregar-se. Munidos de uma ordem judicial, os “caveiras” avançam pela cozinha com armas em punho atrás de B., que está atrás da porta que dá acesso ao quarto, com as duas mãos levantadas, em posição de rendição. A mãe está ao lado, e ainda tenta protestar.

*“Não sei dizer ao certo quantos eram, mas eram muitos. Entraram casa a dentro tão rápido que meu filho não teve tempo nem de iniciar uma reação, pois ele entrou em desespero. Logo de cara achei que a melhor saída era se entregar, mas quando percebi que eles não o queriam vivo descobri que a polícia nunca entra na casa de pobre favelado para averiguar nada, ela entra para matar!! Meu filho era desespero só, não tinha reação alguma, só suava frio; quando percebemos que estávamos*

---

<sup>26</sup> Batalhão de Missões Especiais

*encurralados decidimos “no susto” que o melhor era ele se entregar. Foi quando ele levantou as mãos e ficou a espera dos policiais, comigo do lado, a menos de meio metro dele.” (Sra. Ilda, mãe de B, 17 anos, assassinado supostamente por policiais do BME - Batalhão de Missões Especiais)*

Dona Ilda relata que um dos policiais dispara o primeiro tiro a aproximadamente dois metros de B, que permanece por mais alguns segundos em pé; o segundo disparo à queima roupa explode no rosto do filho de Dona Ilda<sup>27</sup>, que ainda tenta abraçá-lo. B. cai de costas; de joelhos, Dona Ilda se ampara na porta. O “caveira” continua a atirar em seu filho, estendido no chão. Ele dispara sobre o coração de B., não ouve o apelo da mãe. O policial só pára de atirar quando a mãe põe suas mãos sobre o rosto do filho.

*“Espero que nenhuma mãe precise passar pelo que eu passei, embora eu saiba que isso é normal para aqueles covardes fardados....eles fazem isso todo dia e continuam dizendo “foi troca de tiros!” Vi meu filho ser morto a sangue frio por aqueles monstros, sem nenhuma dó ou pena. Eles não atiraram para ferir, atiraram para matar. Todos os tiros foram disparados em seu rosto para matá-lo, para destruí-lo. E meu filho não estava armado, estava com as mãos para cima, em posição de render-se. Ele não era certinho, estava envolvido com coisas erradas, mas não merecia isso, não merecia ser morto daquela forma. Era um menino bom, doce, não era rebelde, não fazia mal para ninguém” (Sra. Ilda, mãe de B., 17 anos, assassinado supostamente por policiais do BME - Batalhão de Missões Especiais).*

O “caveira” então guarda sua arma no coldre. Segue-se ao fuzilamento um “espetáculo teatral macabro”: imbuído de uma nobreza humanitária “fora do comum”, o cidadão fardado, pago para garantir a vida humana, sai do pequeno casebre e pede socorro rápido, alegando que um cidadão está ferido.

O “gesto humanitário” é repetido em tantos outros casos, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Pará, no Brasil. A primeira atitude, após o fuzilamento, é a de violar a cena do local da morte. Mais a frente, o mesmo policial retira a mãe de B., em estado de choque, da casa, e a aloja, “delicadamente”, em um dos bancos de entrada da pequena residência; outro fardado neste momento aproxima-se, e troca algumas palavras, em voz baixa, com a Sra. Ilda. Na calçada, uma multidão

---

<sup>27</sup> Os nomes são referências fictícias aos familiares de atingidos pela violência no Espírito Santo, e diz respeito à narrativa de duas entrevistas coletadas durante a feitura desta tese de Doutorado. Como durante toda esta tese, esta passagem do texto é uma compilação das entrevistas juntamente com minhas impressões e sensações acerca das falas e histórias destes familiares.

começa a aglomerar-se, alinhando-se junto a cerca de arame que “protege” o lar inviolável de Ilda e seus filhos.

*“Como se não bastasse matarem ele monstruosamente, ainda fizeram todo um teatro bizarro em frente a uma multidão. Eu não conseguia nem me mexer, nem falar, nem pensar, só via na minha frente aquela cena, o rosto do meu filho fuzilado, o policial dizendo para ficar calada senão meus outros filhos e netos pagariam pelos meus erros. Foi tudo tão rápido, eles fizeram tudo ser tão rápido que quando dei conta estava já no IML para a liberação do corpo dele...e vê-lo de novo, daquela forma, foi muito pior. A impressão que tenho é que os policiais fizeram tudo ficar mais corrido para que a cena da morte fosse destruída, as testemunhas e eu mesma ficasse confusa. Fizeram tantas perguntas sobre a arma que disseram que estava com ele que no final nem sabia mais o que estava respondendo.” (Sra. Ilda, mãe de B, 17 anos, assassinado supostamente por policiais do BME - Batalhão de Missões Especiais).*

O policial volta a casa, segundo Ilda. Da cerca todos ouvem novos disparos. Minutos depois sai de novo, exibindo um revólver calibre 22, afirmando ser aquela a arma que o cidadão portava e com a qual tentou ferir a equipe do BME. Enquanto escrevo, insistentemente vem a minha memória um trecho bizarro do livro Elite da Tropa, onde é enaltecido e claramente grifado o papel da tropa de elite

Homem de preto qual é sua missão? É invadir favela e deixar corpo no chão (...). Você sabe quem eu sou? Sou o maldito cão de guerra, sou treinado para matar (...). Se perguntas de onde venho e qual é minha missão: trago a morte, o desespero e a total destruição. Sangue frio em minhas veias congelou meu coração, nós não temos sentimentos nem tampouco compaixão (SOARES, 2006, p. 08-09).

A mãe assiste à encenação e revolta-se em silêncio. O filho não estava armado. O fuzilamento é registrado como um crime de resistência à prisão, seguido de morte. Percebo que da narrativa da mãe de B o passado ressurgiu como uma possibilidade de diálogo com o filho morto; sobrevivente, ela narra a história, e ao narrar reafirma a dignidade daquele que deixou um lugar vazio em sua vida.

A memória da mãe de B. ficou por um longo período restrita aos familiares e amigos mais confiáveis; era contada oralmente por ela – a sobrevivente – aos poucos mais próximos. O silêncio imperou por um longo período, pois o medo tornou-se uma constante em sua realidade. Uma história de feridas abertas, de um passado que insiste em não passar.

O testemunho vai narrar o inenarrável, dizer o indizível. O testemunho, no sentido que lhe empresta Heródoto, aquele que viu com os próprios olhos, que viveu, torna-se essencial frente a ausência de indícios, da materialidade, de documentos que possam contar a história. Os sobreviventes tornam-se aqueles que levam adiante a história daqueles que não estão mais aqui para contar, cabe a eles a tarefa de reconstruir os rastros apagados (MONTEIRO, 2009, p. 05).

Para Gagnebin (2006) as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados, em um trabalho de luto. Acreditamos que os sobreviventes, assim como o historiador, vão possibilitar que as histórias que foram silenciadas, como a de B., que não “cabem” na história oficial, possam não mais ser silenciadas, mas contadas, mantidas vivas e presentes na construção da história.

## **SINFONIA MACABRA – SEGUNDA PARTE.**

A guerra contra o tráfico e, mais precisamente, a guerra contra estes pobres perigosos sem destino, deve ser travada e vencida, para o bem de toda a população. Essa “guerra” amparada no signo do medo, tem seu grande trunfo no “espetáculo penal” (BATISTA, 2003); encarcerá-los como animais, reforçando o discurso moral de que são monstros irre recuperáveis é um dos caminhos; exterminá-los como baratas nocivas seria outro. Como assinala Pedrinha (2011)

Verifica-se o recrudescimento punitivo em todas as esferas da Política Criminal através de suas agências operadoras, para controlar a massa proletária expulsa do mercado de trabalho, ou que jamais o alcançou especialmente através da instituição policial (PEDRINHA, 2011, p.167).

Exterminá-los como baratas nocivas...Bairro Santo Antônio, Vitória - Espírito Santo. Pela primeira vez estava bem perto do meu passado, da minha história. Entrevistar a mãe de um rapaz assassinado por policiais militares em meu bairro de origem era agora, um desafio e uma necessidade.

Dona Arlete conhecia-me da época de criança, das correrias pelas ruas do bairro, dos banhos de maré no cais do Hidroavião<sup>28</sup>. Naquela época era uma senhora que

---

<sup>28</sup> O Bairro Santo Antônio foi criado em 1911, e seus moradores viviam em função do comércio do Centro de Vitória, pois existia apenas um estabelecimento comercial na área. Existia também no local, um cais de madeira



fazia salgados e lavava roupas para manter o sustento dos quatro filhos. Embora com algumas dificuldades para manter o orçamento, era mais uma das famílias, entre tantas, que brigava cotidianamente, por dias melhores. Quando reencontramos era uma mulher tão triste, tão vencida e desestimulada, que a idéia de falar sobre vida ou morte não lhe fazia a menor diferença. Essa era a minha impressão.

Observando o olhar triste de Arlete reporto-me a algumas reuniões que participei com familiares de atingidos pela violência e representantes de alguns movimentos de direitos humanos do estado, assim como alguns advogados. De todas as partes ouviam-se clamores ecoando em favor de penas mais severas, modificações no código penal, e o mais alarmante: muitas falas favoráveis a penas proporcionais ao sofrimento das vítimas, de forma que a punição severa pudesse de alguma forma, diminuir o sofrimento daqueles familiares. Como nos assinala Reis (2011).

Com isso surgem aos milhares todo tipo de advogados dos direitos das vítimas, reativando assim, sentimentos de vingança e toda sorte de afetos reativos que colocam em ação violências destruidoras e uma instrumentalização sem precedentes da idéia de justiça, seja para endurecer penas e eliminar os indesejáveis, seja para multiplicar leis e ‘retificar’ comportamentos (REIS, 2011, p.07).

Meu reencontro com Arlete aconteceu em uma manifestação de mães de adolescentes internados na UNIS – Unidade de Internação Social para adolescentes considerados em conflito com a lei; dias antes, dois adolescentes haviam sido covardemente assassinados no referido estabelecimento e um grupo de aproximadamente trinta mães exigia a retirada do BME – Batalhão de Missões Especiais, do local. O filho mais novo de Dona Arlete, J.2, de 16 anos, encontrava-se internado na UNIS, acusado de participar de um assalto. Apresentava inúmeros hematomas por todo o corpo, causados por balas de borracha, além de marcas das surras tomadas nos dias anteriores a morte dos dois adolescentes. Segundo Dona

---

onde desembarcavam as mercadorias provenientes de outros municípios e estados do Brasil. Com as transformações ocorridas na economia nacional e estadual, foi construído o ‘Cais do avião’ – (hidroaviões) que funcionava como escoadouro de produtos agrícolas vindos do interior. Em função disso o bairro ganhou novos moradores, tais como migrantes nordestinos, que construíram suas casas na parte baixa, próxima ao mangue. O Cais do Hidroavião operou por nove anos e foi uma das atrações de Vitória. Durante seu tempo de operação mantinha movimentação constante, onde chegavam desde simples monomotores, a pesados quadrimotores de carga e passageiros. Depois de sua desativação, foi considerado patrimônio histórico da cidade, recebendo diariamente visitantes e turistas. Para nós, moradores, era espaço favorito para “banhos de maré”, devido a altura entre a pista e o manguezal. Quase sempre saímos de lá numa mistura de crianças – caranguejos, o que causava grande irritação aos policiais locais, que faziam o policiamento da região.

Arlete, J.2 só não fora também assassinado porque estava no “seguro” no dia das mortes, visto que no dia anterior tinha sido também “jurado” por um dos policiais do Batalhão.

Um grupo de mães de adolescentes internados na UNIS denunciou ontem que os filhos estão sendo vítimas de maus tratos e violências. O medo delas é que eles acabem mortos, assim como os dois adolescentes que morreram na Unidade, em menos de trinta dias. Elas contam que no domingo, Dia das Mães, foram visitar os filhos e encontraram-nos com vários hematomas. Elas afirmam que há marcas de tiros nas paredes e chegaram a recolher balas de borracha no chão. “O BME não sai mais de lá. Os meninos contam que apanham todas as noites. Um levou um tiro na boca, e outro quase morreu sufocado com as bombas de gás lacrimogênio”. Conta uma auxiliar de serviços gerais de 39 anos, mãe de um interno (...). Disponível em: <[www.gazetaonline.globo.com](http://www.gazetaonline.globo.com)>. Acesso em: 12 maio 2009.

Havia um mês e doze dias que A., o filho mais velho, havia morrido; Dona Arlete estava destroçada em todos os sentidos possíveis e imagináveis. No primeiro encontro fiz o convite para participação da pesquisa; ela de pronto aceitou, dizendo-me que talvez fosse bom falar sobre todo o acontecido. Que talvez a pesquisa pudesse ajudar a manter a vida do filho mais novo.

*“Toda e qualquer forma que eu puder encontrar para tentar salvar a vida do meu filho mais novo eu vou tentar, mesmo que falar não mude, talvez você escrever faça com que mais pessoas leiam e que com isso eu não perca mais um filho.” (Sra. Arlete, mãe de A. 32 anos, assassinado supostamente por policiais militares).*

Dias depois, já em sua residência, depois de toda a minha proposta devidamente explicitada, ela olhava ainda em meus olhos, como em completo transe, como se a qualquer momento fosse perguntar-me o porquê de seu filho ter morrido, o porquê daquela dor inigualável. Comecei a conversa um pouco preocupada, pois sabia que seria para ela um momento de externar toda aquela dor, toda angústia que sentia, e ao mesmo tempo de lembrar momentos da infância e da adolescência de A., momentos dos quais eu também fizera parte, e permaneciam vivos em minha memória naqueles últimos dias, depois no nosso primeiro encontro. Logo, eu sabia que aquela entrevista tinha tudo para ser carregada e depressiva, para ela, e também para mim. Uma gama de sensações e afetos preparavam-se para tomar-me de assalto, e a única certeza que tinha, se é que era uma certeza, é que eles não me pareciam potencializadores para a escrita.

Segundo Deleuze (1976), enquanto as forças ativas fazem deflagrar a criação, possibilitando uma conformação veloz e precisa ao presente, à inquietação com a qual se defronta, a força reativa tem continuamente como desempenho restringir a ação, ou então dividi-la, retardá-la, impedi-la, em função de outra ação da qual sofre o efeito.

Dona Arlete era uma mulher de fala mansa e baixa. Ao chegar, levou-me direto a um pequeno quartinho, onde era o quarto de A., e onde se desenrolou toda a entrevista.

*“Aqui era o quarto dele, aqui as roupas e os bonés dele. Até hoje não abri essas gavetas...a saudade é tão forte. A blusa que ele mais gostava era essa, tinha um ciúme doente dela. O dia em que ele morreu saiu com uma listradinha linda. Saiu e não voltou mais...eu peço sempre a Deus que ele esteja em um bom lugar. Tenho quatro filhos, mas nenhum consegue substituir o outro. Cada um tem seu jeito de me olhar, seu jeito de falar, sua forma de fazer dengo para a mãe, embora todos já sejam bem crescidinhos.”* (Sra. Arlete, mãe de A, 32 anos, assassinado supostamente por policiais militares).

Segundo Dona Arlete, naquela tarde, a Polícia Militar entrou no bairro “para esculaxar”. O tráfico de drogas há tempos instalara-se naquela região sem “pedir licença” ou chancela a polícia; não havia pagamento do conhecido “arrego”<sup>29</sup>, e tudo caminhava de acordo com os traficantes, em uma verdadeira guerra por pontos de tráfico, sem prévio “acordo” ou “pagamento pelo ponto” aos policiais responsáveis pela região. De acordo com ela, a PM prometia um “corretivo” para mostrar aos traficantes quem mandava ali. E, segundo ela, aquele era o dia e a hora da PM mostrar sua força.

*“Todo mundo sabe quem matou meu filho e os amigos dele; sabe mas tem medo de comentar. A polícia, naquela tarde, entrou no bairro para “esculaxar”, botando arma na cabeça das pessoas, socando a cara dos mais desavisados. Meu filho estava no lugar errado, na hora errada. Naquele dia ele não tinha ido trabalhar, pois era um dia chuvoso, e como ele era auxiliar de pedreiro, não tinha trabalho com chuva. Eram quase cinco da tarde quando ele saiu e disse que iria dar uma volta na casa de uns amigos. Foi a última vez que vi meu filho com vida. Entre a hora que ele saiu de casa e quando vieram avisar-me que policiais o haviam pego foram cerca de, no máximo, uma hora e meia, mas só Deus pode dizer o que aconteceu neste tempo”.* (Sra. Arlete, mãe de A., 32 anos, assassinado supostamente por policiais militares).

---

<sup>29</sup> O termo “arrego” é constantemente utilizado como pagamento de propina por traficantes a policiais que “colaboram” para o funcionamento “tranquilo” dos pontos de vendas de drogas, não realizando operações, avisando de possíveis incursões da polícia nos locais, assim como dando proteção a traficantes.

Segundo relatos de algumas testemunhas e de Dona Arlete, A. encontrava-se em um terreno baldio atrás da casa de um dos amigos, fumando um cigarro de maconha, quando um carro sem identificação parou. Ele e os outros dois rapazes logo apagaram o cigarro, mas quatro homens já haviam descido do carro de armas em punho; carro este depois identificado, segundo a entrevistada, como um veículo pálio prata, de propriedade de um conhecido policial militar da região. O que se seguiu à “abordagem” poucos testemunharam, mas aqueles que viram e ouviram tudo o que aconteceu simplesmente negam-se a relatar em juízo.

*“Depois vieram dizer que conhecidos policiais da região da Grande Santo Antônio, a paisana, tinham encontrado os três fumando maconha em um terreno que fica atrás da casa de D., no final do beco. Eles apanharam muito e, em seguida, foram colocados dentro de um segundo carro, que chegou depois”. (Sra. Arlete, mãe de A., 32 anos, assassinado supostamente por policiais militares).*

*“Olha, eu sabia que ele usava droga, a maconha, só não sei se ele usava outras coisas. Não fumava na minha frente, em casa, mas eu sei que ele quando saía para a casa dos amigos usava a droga. Conversei com ele muitas vezes sobre isso, disse que não era coisa de homem, mas ele sempre fugia da conversa, dizia que só tinha usado algumas vezes, nos bailes funk que ia. Mas ele era só um menino bom que se envolveu com essa maldita droga, nunca foi um traficante, era muito trabalhador. Ele não merecia isso!”. (Sra. Arlete, mãe de A., 32 anos, assassinado supostamente por policiais militares).*

Ninguém que presenciou a cena esboçou reação. Segundo as poucas testemunhas anônimas, os supostos policiais identificaram-se como tais e disseram que “alguns vagabundos” daquela área precisavam de um corretivo, pois estavam se achando “os donos do pedaço”. Seguiram-se uma série de espancamentos, coronhadas e ameaças de morte aos meninos, que não esboçaram reação alguma.

*“Ninguém teve coragem de fazer nada, pois todos eles estavam armados. Quando correram para me avisar que haviam pegado o A. sai correndo como uma louca, com a roupa que estava no corpo. Fui à casa de um vizinho taxista e implorei que me levasse até alguma delegacia onde meu filho poderia estar preso com os amigos. Quando nos demos conta já era quase uma hora da manhã e já havíamos rodado todos os possíveis locais para onde eles poderiam ter sido levados...tudo em vão!! Pelo estado em que o corpo dele foi encontrado, naquela hora, enquanto eu rodava a cidade, ele já estava morto, bem mais perto de mim do que eu jamais poderia imaginar”. (Sra. Arlete, mãe de A., 32 anos, assassinado supostamente por policiais militares).*

Naquele momento da entrevista lembrava-me da postura da Polícia Militar diante das diversas situações que eu mesma passara no bairro ainda na minha adolescência; senti-me muito próxima da realidade que vivia naquele instante dona Arlete. De acordo com seu relato, ela e o vizinho foram seguidamente mal tratados em locais onde buscaram informações acerca de A.; um dos policiais que a atendeu sugeriu que ela fosse para casa dormir, pois “vagabundo” algum merecia uma mãe, naquele horário, a sua procura. Sugeriu que na manhã seguinte ela comprasse os jornais e fosse direto às páginas policiais, assim talvez encontrasse seu filho. Mas nem isso fez com que desistissem. Além da ajuda do vizinho, Dona Arlete ainda conseguiu que um dos poucos policiais que a atendera com seriedade e comprometimento, fizesse uma busca “on-line” em várias delegacias, busca esta que mostrou que A. não dera entrada em nenhuma delas, o que só fez aumentar a angústia e o desespero. Eram quase três da manhã quando retornaram para casa, sem respostas, sem sequer pistas do paradeiro dos três amigos.

*“Rodamos a noite toda e todo o dia seguinte, em todos os possíveis locais para onde poderiam tê-los levado. Eram quase três da manhã quando voltamos para casa para esperar amanhecer. As sete da manhã eu já havia acordado para recomeçar a procura, já havia ido à casa de algumas pessoas que eu já sabia que haviam presenciado a polícia saindo com eles dali do bairro. Queria qualquer informação que me levasse ao meu filho, uma placa de carro, um nome, qualquer coisa poderia ajudar. Passei o dia inteiro assim, de casa em casa, de delegacia em delegacia. Fui ao IML e a alguns hospitais, na esperança de encontrá-lo ferido, internado em algum lugar. No segundo dia do desaparecimento, uns meninos foram a casa da madrinha dele e avisaram que os corpos de três rapazes acabavam de ser encontrados no manguetal de um bairro vizinho, a Ilha das Caieiras. Uma das pessoas que avistou um dos corpos havia reconhecido um dos meninos e ligado” (Sra. Arlete, mãe de A., 32 anos, assassinado supostamente por policiais militares).*

As buscas de três famílias haviam acabado; antes mesmo da chegada do carro do IML para perícia dos corpos, Arlete já havia chegado ao local designado onde estariam os corpos de A., 32 anos, C., 23 anos, e R., 25 anos. Neste momento da entrevista nem eu mesma conseguia conter a emoção de ouvir aquele relato, e foi difícil conter as lágrimas; lembrava das correrias em dia de São Cosme e São Damião pelas ruas largas do bairro. Por vezes alguém era quase atropelado pela afobação em pegar mais sacolas de balas. A. era um moleque magrelo e arisco, e seus sacos de bala eram sempre mais cheios, pois sempre chegava antes nas portas das casas das senhoras ou dos centros espíritas que faziam distribuição de

balas. As lembranças insistiam em permear-me e, por diversas vezes, perdi-me e “viajei” no meio daquela entrevista.

*“Cheguei lá antes mesmo dos carneiros da perícia. Foi a cena mais horrível que uma mãe pode presenciar. Os meninos estavam com partes dos corpos afundados no mangue. Era meio distante da beirada do manguezal, e quando vi já tinha entrado naquela lama para tirar meu filho de lá. Não ia ter perícia, polícia ou o diabo que iria impedir-me de tirar ele de lá. De longe mesmo eu sabia qual deles era o meu filho. Sabia que ele estava morto, mas era o meu menino, não ia ficar como um porco na lama, alegrando os urubus da polícia e os curiosos. Quando a polícia chegou eu não me controlei: xinguei, gritei, avancei neles; quase fui presa pois chamava-os de assassinos covardes. Pegaram os corpos como porcos mesmo, e os jogaram no rabecão; empurraram-me e ainda tentaram levá-los com indigentes para o IML. Gritei que meu menino tinha um nome, e que seus assassinos também tinham nomes bordados em suas fardas, e que eu iria até o inferno para provar quem eram”. (Sra. Arlete, mãe de A., 32 anos, assassinado supostamente por policiais militares).*

As buscas de três famílias haviam acabado, ledô engano!! A história de mazelas em comum das famílias de A., C. e R. iniciou-se no manguezal de Vitória e perdurou por mais quinze dias, tempo que as famílias levaram para provar que aqueles cadáveres desfigurados eram realmente seus filhos.

*“Alegaram que como os rostos dos meninos estavam desfigurados pelos tiros e pela ação de pequenos animais do manguezal eu e as outras mães poderíamos estar enganadas. Eles foram jogados nus no local onde foram encontrados, assim como tiveram os rostos e as mãos totalmente destruídos, acredito que para a tentativa de atrapalhar o reconhecimento. Mas, qual mãe não conhece seu próprio filho? Eu conheço cada um dos meus quatro filhos, são como a palma da minha mão. Mesmo se tivessem feito picadinho dele eu o reconheceria assim mesmo. Demorei quinze dias para poder dar um enterro digno a meu menino. Os jornais transformaram os três em bandidos, traficantes e em indigentes. Se não tivéssemos ameaçado procurar os jornais e a TV jamais os teríamos de volta, seriam enterrados como desconhecidos. Foi só quando quase invadimos o IML com outras mães que nos devolveram os corpos. Você é mãe? (respondo que não)...quando for mãe reconhecerá seu filho entre milhões; conhecerá a cor da pele, o formato dos dedos, a forma de cortar as unhas. Eles são uma extensão de você, em corpo e em espírito”. (Sra. Arlete, mãe de A., 32 anos, assassinado supostamente por policiais militares).*

No caminho para casa lembrava o desfecho da história. Poucas vezes eu tinha ficado tão abatida com uma entrevista. Achava que depois da primeira entrevista, realizada com a Sra. Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e presidente

da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência<sup>30</sup>, já estaria acostumada; mas não, meio que entrei em choque e começava a chegar à conclusão de que a tese não iria servir para nada, exceto para ter a certeza de que as soluções estavam cada vez mais distantes. Se bem que isso, por si só, já era uma contribuição.

*A conversa com dona Arlete aguçou um misto de sentimentos que permaneciam adormecidos naquela senhora: revolta, medo, insegurança quanto ao futuro dos outros filhos. Em meio a estas sensações ela me pergunta se o destino de pobres e negros tem que ser atravessado ora pela criminalidade ora pela morte injusta e cruel. Sem perceber ela dicotomiza sujeitos, transforma multiplicidade em sina. Pouco confiante respondo que não, caso contrário eu mesma não estaria ali, travando aquele difícil diálogo (Diário de campo, 01/10/2009).*

As últimas palavras de Arlete ainda ressoavam em meus ouvidos; ela falava do enterro de A., que como quase todos os assassinados pela polícia, aconteceu cercado de desespero, revolta e um certo silêncio que insistia em propalar-se. Muitos familiares transformam silenciosamente dor em revolta, e a democratização dessa revolta, às vezes não tem medidas.

*“Não sei o que será da minha vida de agora em diante! Lutei a minha vida inteira para criar meus quatro meninos; trabalhei dia após dia, fiz eles estudarem um pouco mais que eu para não ficarem iguais a mim, perdidos no mundo.. Criei eles sozinha e transformei-os em quatro homens. Ai aqueles porcos imundos levaram um deles em questão de minutos, um instante infernal da minha vida que parece que nunca mais vai acabar. Depois da morte dele nenhum dos outros três conseguiu ficar bem, pois eles querem vingança, só pensam em vingança. ” (Sra. Arlete, mãe de A., 32 anos, assassinado supostamente por policiais militares).*

Vingança! Os filhos de Arlete querem vingança. Muitos se amparam na idéia que a “justiça” almejada nunca se concretizará, acreditam que a vingança será o caminho, pois “justiça” para eles, torna-se por vezes um processo desgastante e humilhante, visto que, não raro, se deparam com a morosidade e a burocracia do sistema judiciário, a indiferença dos representantes do poder público e ameaças por parte dos agressores.

---

<sup>30</sup> A presente entrevista será melhor apresentada no capítulo referente à Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo, um dos grupos de familiares que foi pesquisado no decorrer do doutorado.

Segundo Reis (2011, p. 11) o triunfo da reatividade prepara o terreno para toda uma política de ódio as diferenças, atravessada por um desejo de equalização e enquadramento de si e dos outros. Forma-se assim uma cultura sufocada em aspirações de vingança, embora dissimulados sob a égide da justiça.

Toda essa sensação de morosidade/impunidade leva, por vezes, estes familiares a enxergar o termo justiça ancorando-se no discurso da vingança, ou então da equivalência de penas – o mesmo suplício da “vítima” deve ser também imposto ao algoz, não observando a necessidade de problematizar esses atos de violência, como mencionados em passagens anteriores. Segundo Batista (2007),

O que se tem denominado de ‘populismo criminológico’ é a utilização das emoções do discurso da vítima. Quem faz as mudanças na legislação penal não são mais os juristas, nem os criminólogos, mas a grande imprensa trabalhando a utilização intensiva da dor das vítimas. Assim sendo, estas vítimas começam a propor mudanças no sentido de um endurecimento das penas, da repressão. Um fenômeno justo, uma dor legítima (sentimento de mãe, de família), acaba se tornando um bom mecanismo político para conseguir emplacar coisas inexistentes anteriormente. É algo bem mais perverso, já que os pais que acabaram de perder o filho estão em um estado emocional muito ruim e, ao mesmo tempo convencidos de que é preciso fazer alguma coisa imediatamente. Esse modelo começou a aparecer na imprensa depois do assassinato de Daniela Perez (filha da autora de novelas da Globo, Glória Perez). E acontece sempre que as vítimas são brancas, de ‘classe média’. Talvez, se nós tivéssemos conversado com os parentes das dezessete pessoas assassinadas na Vila Cruzeiro, as propostas seriam diferentes (BATISTA, 2007).

Mas algo passou a me inquietar todas as vezes que lembrava das palavras de Arlete: em todos os caminhos que trilhei junto aos familiares dos atingidos pela violência, nas entrevistas, protestos, conversas do dia-a-dia da pesquisa, não consegui encontrar, uma vez sequer, com histórias desses “grandes bárbaros”. Em sua maioria eram meninos e meninas pobres demais, jovens demais...alguns “endoladores”, “fogueteiros”, “soldados”, “gerentes”<sup>31</sup>, usuários de fim de semana. A maioria sem envolvimento como tráfico de drogas, mas, mortos pela “guerra ao tráfico de drogas”.

---

<sup>31</sup> Termos largamente utilizados para designar os “trabalhadores” do tráfico de drogas: “endoladores” são os responsáveis pela embalagem das drogas, assim como “fogueteiros” designam aqueles responsáveis pelo aviso aos traficantes, por meio de fogos de artifício, caso a polícia esteja se aproximando dos pontos de vendas da droga. Os “soldados” são a linha de frente dos pontos de venda, aqueles que permanecem armados a espera de qualquer ataque a estes locais; “gerentes” são os responsáveis diretamente pela parte financeira do tráfico de drogas.



*Durante este percurso da pesquisa observei que em todos os casos justificados como “resistência à prisão” seguida de “troca de tiros”, em um momento seguinte o “morto” é sempre suspeito de envolvimento com o tráfico de drogas...o suposto combate ao tráfico de drogas é sempre a justificativa plausível para o extermínio dos considerados sujeitos de risco! (Diário de campo, 01/10/2009).*

Instaura-se sempre contra esses “grandes bárbaros”, um obsessivo desejo de punir. A consequência é o incentivo à justiça privada, em que as autoridades transferem para a população o dever de julgar e punir. As formas de “fazer justiça”, punindo e julgando em oposição à lei, acabam por passar por ações e práticas destas mesmas forças policiais e grupos privados, os chamados “justiceiros” que abarcam além de policiais civis e militares da ativa, seguranças particulares, linchadores, atuantes em chacinas e especialmente os grupos de extermínio.

(...) o medo se transfigura em sentimento, em afeto, em política econômica, em projetos de lei, em fragmentos discursivos, em cenários, em políticas sanitárias; ou, numa palavra, como ele invadiu e infectou todos as frestas e cantos da vida (...). Ela evidencia como novas representações de temor e perigo, enraizada em desigualdades sociais profundas e nas refinadas fantasias raciais da ordem escravista agrária, se estenderam e se projetaram pela cidade, a partir de onde difundiram-se para o campo político, jurídico, médico e jornalístico. E assim como na Europa no passado e hoje, esses discursos foram e são adornados, amplificados e dirigidos contra certos alvos pelas elites urbanas, para salvaguardar e expandir seu domínio num período de insurreição social dramática (BATISTA, 2003, p. 04).

Dessa forma, a população pobre não se sente segura para confiar em uma política de segurança que, de fato, não a contempla; não sente a possibilidade de confiar suas vidas a agentes do Estado, pois neles não reconhecem a dignidade indissociável da chamada cidadania. Estes agentes na verdade não consideram, nem protegem suas vidas e seus direitos, e se fazem presentes nos “territórios perigosos da pobreza” de forma violenta e discriminatória. Segregados e estigmatizados, esta parcela da população é “alvo” claro das ações de violência generalizada da polícia e de outros “justiceiros”, que não se esforçam por garantir a “clandestinidade” de suas atuações truculentas.

Muros de contenção à aproximação dos possíveis inimigos: a frase se repete, ecoa no ar. Produção de verdades: pobres, bandidos ou “quase bandidos”. Para a almejada proteção, vigilância ativa e patrulhamento vinte e quatro horas, condomínios fechados, muros altos, cercas elétricas, carros blindados, vidas

blindadas! Inseguros, amedrontados, tendenciosos ao pânico e ao horror, buscamos todos os caminhos que nos levem a tranquilidade e a segurança completa. Inimigos devem ser mantidos a distância; são adversários e devem ser interceptados, rechaçados, segregados, excluídos e exterminados.

Assim, protegendo-nos do desconhecido e do perigo em potencial a que ele nos expõe, construímos os dois lados de cercas elétricas, de vidas. Segregando e excluindo de maneira brutal e despudorada, mantemos os “inimigos” distantes, alijados e vigiados através de manobras e técnicas produzidas como verdades sobre esta parcela da população.

Como sabemos, as cercas têm dois lados. Dividem um espaço antes uniforme em “dentro” e “fora”, mas o que é de dentro para quem está de um lado da cerca é fora para quem está do outro. Os moradores dos condomínios mantêm-se fora da desconcertante, perturbadora e vagamente ameaçadora – por ser truculenta e confusa – vida urbana, para se colocarem dentro de um oásis de tranquilidade e segurança. Contudo, justamente por isso, mantêm todos os demais fora dos lugares seguros, e estão absolutamente decididos a conservar e defender com unhas e dentes esse padrão; tratam de manter os outros nas mesmas ruas desoladas que pretendem deixar do lado de fora, sem ligar para o preço que isso tem. A cerca separa o “gueto voluntário” dos arrogantes, dos muitos condenados a nada ter (BAUMAN, 2009, p. 39).

Exercendo-se não pela visão tradicional, que proíbe, censura ou reprime, o poder produz verdades (FOUCAULT, 1979). O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saberes, produz discursos (MACHADO, 1988, p. 08).

Para Foucault (1979) o poder se exerce por meio de estratégias e seus efeitos não serão imputáveis a uma apropriação, mas a manobras táticas e técnicas. Ele não deve ser pensado como fundamentalmente emanado de um ponto, mas como uma rede que permeia todo o corpo social, articulando e integrando os diferentes focos de poder. Ele circula, se exerce em rede e não está sob o domínio ou controle de um eixo central, sendo que os indivíduos são os centros de transmissão desse poder que os atravessa.

Reportando-nos à história dos familiares de atingidos pela violência, percebemos que existe uma tentativa de expropriação dessas famílias da capacidade de decidir

sobre o rumo de suas vidas, de suas ações, através da descaracterização de suas histórias, da desqualificação de seu sofrimento.

Foucault (1996) ressalta o seqüestro do saber dos sujeitos, o que chamou de poder epistemológico. Para ele, o poder possui a função de extrair dos indivíduos um saber sobre eles, já submetidos ao olhar e controlados pelo poder disciplinar.

Estabelecendo um saber sobre estes familiares reforça-se, as chamadas “classes perigosas”. Apresentado como homogêneo, identitário, uno e, portanto, imutável, de forma unilateral e simplista, esse ‘rostão’ aparece referindo-se aqueles que tem um destino já conhecido e previsível. Tem os mesmos problemas, as mesmas dificuldades, a mesma visão de mundo, forjados nas mesmas experiências, nas brigas da infância, nos desgostos e decepções da escola, na estigmatização associada ao fato de residir em um bairro pobre e a pertença a uma família marcada (BOURDIEU, 1997, p. 84).

Ao adentrarmos nos caminhos e descaminhos pouco retilíneos da história, percebemos que desde a passagem do feudalismo para o capitalismo foi sendo milimetricamente construída uma diferenciação entre aqueles que eram possuidores de propriedades e aqueles que não passavam de um exército industrial de reserva<sup>32</sup>, que foi logo denominado “classes perigosas” por sua sobrevivência precária frente ao trabalho e a habitação.

O primeiro registro no uso da expressão “classes perigosas” ocorreu em 1849, no título de uma obra de autoria de Mary Carpenter, conhecida escritora na área criminal.

A expressão “classes perigosas” parece ter surgido na primeira metade do século XIX. A escritora inglesa Mary Carpenter, por exemplo, em estudo da década de 1840 sobre criminalidade e infância culpada – o termo do século para os nossos meninos de rua – utiliza a expressão claramente no sentido de um grupo social formado à margem da sociedade civil. Para Mary Carpenter, as classes perigosas eram constituídas pelas pessoas que já houvessem passado pela prisão, ou as que, mesmo não tendo sido presas, haviam optado por obter o seu sustento e o de sua família através de práticas de furto e não do trabalho (CHALHOUN, 1996, p. 20).

---

<sup>32</sup> GUIMARÃES (1981)

No Brasil a expressão “classes perigosas” parece caminhar e avançar, ao longo do século XIX, lado a lado com o processo de legitimação da medicina; o saber médico, antes pautado em uma perspectiva de intervenção individualizada, passa a intervir em diversos extratos do tecido social.

Para além das patologias clínicas, o saber médico passa a adotar um discurso pautado em questões como o aleitamento materno, o casamento, a puberdade, a higiene familiar, a prostituição, entre tantos outros temas ligados diretamente a dimensão médico-sanitária dos problemas sociais, dando respostas médicas a estas inquietações (CHALHOUB, 1996).

Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou economistas em tempo de inflação: analisavam a `realidade`, faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terreno fértil para propagação de vícios de todos os tipos (CHALHOUB, 1996, p. 29).

Esse “diagnóstico médico” construirá um terreno fértil para a associação direta entre “classes pobres” e “classes perigosas”, e no contexto histórico daquele período estabelecer a ligação direta entre pobreza, periculosidade e negritude. Na década de 1850, a partir do agravamento de epidemias como a cólera e a febre amarela, os fios da trama pobreza, periculosidade e negritude passam a se acentuar, uma vez que ampliam-se os cuidados direcionados aos espaços miseráveis, considerados ameaças aos segmentos dominantes e abastados.

Personifica-se desde este período, a esta parcela da população, o perigo do contágio, seja ele direcionado à doença, à imoralidade, ou mais especificamente à situação miserável. Na atualidade, o termo “classes perigosas” é ainda diretamente vinculado à pobreza, aos negros e moradores dos grandes bolsões de miséria das cidades brasileiras. A eles são direcionados os programas sociais compensatórios, os projetos de segurança pública e os projetos de prevenção à situação de “risco”. Mas risco para quem?

Fazendo um breve recorte no processo histórico em que se produziu a ligação direta entre pobreza e periculosidade, percebemos que emerge no século XIX, na Europa,

baseada nos ideais da eugenia, uma referência entre as doenças físicas, morais e variadas formas de enfermidades e a população pobre, tida como degenerada, anormal.

Com o mesmo viés dessa teoria, encontraremos, no século XX, os testes de inteligência, que buscavam, entre outras coisas, pensar a inteligência como algo inato e passível de ser mensurado. Estas teorias tiveram seu ápice com Paul Broca (1824-1880) e Cesare Lombroso (1835-1909). Este, baseado na teoria da Antropologia Criminal, afirmava que poderia distinguir por determinadas características da anatomia do indivíduo, se este era um criminoso nato.<sup>33</sup>

Estas teorias foram e ainda são largamente disseminadas e defendidas em nosso país, onde negros e mestiços foram e ainda são vistos como inferiores, degradados, ligados invariavelmente à população que mora nas favelas e que sobrevive de pequenos furtos, da prostituição ou da mão-de-obra escrava nos campos e periferias da cidade, de biscates, esmolas, favores.<sup>34</sup>

Todas estas proposições correram paralelas à obra de C. Darwin, '*A Origem das Espécies*' (1859), e foram amplamente reforçadas tanto pelo movimento eugênico no século XIX, quanto pelo darwinismo social. Os chamados "degenerados" eram considerados responsáveis por todos os males sociais, sendo recomendada, inclusive, sua esterilização.

Estes preceitos racistas influenciaram as obras de muitos cientistas brasileiros, sendo um grande exemplo a forte influência que teve o "Tratado das Degenerescências", de A.B. Morel (1857), em que este utilizava o termo "classe perigosa".

No Brasil, o apogeu do movimento higienista, no final do século XIX e início do século XX, veio reafirmar todas estas teorias, invadindo não só os tratados de medicina, mas permeando toda a sociedade brasileira. Seu ápice se deu em 1920 com a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental, que se articulava com os ideais

---

<sup>33</sup> Sobre o assunto consultar Lobo (1997).

<sup>34</sup> A nova eugenia do Século XXI vai perder certa força científica e ética a partir das revelações acerca das atrocidades nazistas, porém, não vai desaparecer, mas se refugiar sob a égide da "genética humana". "Avanços" genéticos vêm sendo direcionados a identificação de "genes indesejáveis", com a utilização de exames que detectam doenças genéticas por companhias de seguros e planos de saúde, assim como o uso de bancos de DNA no controle da imigração.

racistas, com a eugenia e com o darwinismo social, transformando negros, mulatos e mestiços em inimigos da espécie humana.

Segundo Coimbra (2001), tal movimento imiscuiu-se nos mais diferentes setores da sociedade, redefinindo os papéis que deveriam desempenhar em um regime capitalista a família, a criança, a mulher, a cidade e os segmentos pobres. Mas que subjetividades estão sendo produzidas quando os domínios públicos são esvaziados e desprovidos de sentido? Que verdades construímos quando excluímos e isolamos determinados segmentos, imputando-lhes todas as mazelas de doenças, perigos, ameaças e violência?

Observamos que, no contemporâneo, esse espetáculo é feito ao vivo, para quem quiser contemplar: enalteçemos os muitos “big brothers”; a personalidade e o interior de cada participante da “história da vida privada”<sup>35</sup> são decisivos para que possamos amá-los ou odiá-los, rirmos ou chorarmos de suas desgraças interiores. As ruas, o espaço público, são vistos de forma extremamente negativa, e aqueles que os habitam são os “espíritos errantes” dos mendigos, das prostitutas, dos meninos de rua, dos marginais em potencial, os perigosos! Foucault (1987) já assinalava que, a partir do capitalismo industrial, quando emergem as sociedades disciplinares, as elites, diga-se os “bons cidadãos”, já não se preocupam como antes, somente com as infrações às normas cometidas pelos sujeitos, mas também com o que eles poderiam vir a infringir. Ou seja, o controle não será somente sobre o que se é, mas também sobre o que se poderá vir a ser; sobre as virtualidades, enfim.

Mas, de que forma esses familiares vêem, sentem, percebem e agem sobre si e sobre o mundo, reproduzindo e reforçando algumas destas subjetividades hegemônicas, como o aprisionante lugar de vítimas ou de vilões?! Como, por outro lado, forjam pequenos e minúsculos movimentos, processos de singularização, necessários e fundamentais à sobrevivência no dia-a-dia de suas lutas?! Para tentar apontar algumas direções a estas e tantas outras questões que permeiam esta tese, percebi a necessidade de relatar aqui, um pouco do “caminhar” para o lugar de “vítimas”.

---

<sup>35</sup> “História da Vida Privada” refere-se ao título do livro de M. Perrot (1992).

## **2.2 MAS, QUEM POLICIA AS POLÍCIAS?**

Uma sinfonia tocada ao som de tiros disparados por armas de uso exclusivo da Polícia Militar, tiros de uma mesma orquestra, a orquestra daqueles que dizem garantir segurança, mas que vicejam, em todos os aspectos, pânico e terror em amplos segmentos da população.

Quando referimo-nos a designação polícia direcionamo-nos ao instrumento legal que supostamente deve exercer, em nome do Estado e da sociedade civil, a função de controlar e refrear a criminalidade. Salientamos que nosso intuito não é totalizar as ações de membros da polícia, mas realizar análises acerca do aparelho policial, especialmente das práticas policiais.

Disseminada na Europa a partir do princípio do século XIX, a polícia emergiu em um contexto de suposta ampliação dos direitos civis, apresentando-se como opção ao uso dos exércitos nos conflitos sociais. Seu desenvolvimento foi vinculado ao processo de construção do chamado Estado de Direito no Ocidente, mostrando como o capital vai produzindo arranjos institucionais com a justificativa de conseguir paz interna e segurança pública por meios pacíficos, impessoais, contínuos e estritamente submetidos à ordem legal.

Mas, quem é a historicamente forjada polícia brasileira? Na tentativa de realizar análises da situação atual dos aparatos policiais no país, mergulhamos em alguns vestígios históricos desta instituição, que, segundo Marcelino (2008), teve sua emergência no Brasil nos séculos XVIII e XIX, com inicial influência francesa em sua constituição. Vinculada à segurança do Estado, somente com a chegada da família real portuguesa, em 1808, iniciou-se o policiamento regular, distinto do policiamento desarmado que ocorria anteriormente. Anterior a este período, a defesa armada do país ficava a cargo do exército e das milícias – cidadãos treinados pelo exército para a segurança da colônia.

Importante salientar que a instituição policial iniciou suas funções na então capital da Colônia, o Rio de Janeiro, a partir da instalação da Intendência Geral de Polícia, cujas funções eram policiais e judiciárias. Posteriormente vai emergir a Guarda Real de Polícia, cujas funções eram subordinadas a Intendência. Era uma força policial militarizada em tempo integral para manter a ordem na província e perseguir

supostos criminosos. Era formada por pessoas de classes pobres e não havia procedimentos legais a serem cumpridos, de modo que era bastante truculenta em suas ações (MARCELINO, 2008). Essa truculência dizia respeito especialmente à parcela da população que não se encontrava dentro das “normas” estabelecidas, sendo usada a repressão para a “proteção” da colônia.

A periculosidade daqueles que não se encontravam dentro das normas mostra-nos, já neste momento histórico do país, a pobreza ligada à periculosidade e apresentada como figura assimétrica e inversa à cidadania, possibilitando inúmeras táticas dos governos. Desde a negação das garantias individuais como a prisão de indivíduos sem provas, supressão da defesa e inclusive o uso da tortura como método de desenterrar as verdades ditas “ocultas” desses criminosos.

As primeiras tentativas de regulamentar essas práticas policiais emergiram em 1820, onde regras direcionadas aos mandados, as punições, entre outros passaram a ser submetidas às autoridades judiciais, porém, atingindo uma parcela ínfima da população, uma vez que pobres, negros e libertos não participavam desses “direitos”. Somente em 1830 e 1832, respectivamente, foram criados os códigos que definiam atividades criminais e penas direcionadas a cada infração; porém, mais uma vez o tratamento dado aos escravos era especificamente diferenciado, tendo os açoites sido regulamentados e exercidos pelo Estado.

Na crise política de 1831/1832, período em que D. Pedro I abdicou do trono e no qual eclodiram várias revoltas populares, inclusive com adesão dos soldados da Guarda Real vindos das classes mais pobres, pode-se observar um retorno ao endurecimento do controle. Preocupados em manter a ordem pública, os líderes da regência adotaram uma série de medidas de centralização do poder. ampliaram os poderes dos juízes de paz e de crimes, mas também o controle sobre estes. Passaram a reprimir com mais veemência o ajuntamento de pessoas, especialmente em reuniões noturnas. Criaram a Guarda Municipal, de caráter temporário, em que eram recrutados civis de classes abastadas com a finalidade de vigiar a população. Estava presente a deserção dos soldados que já haviam realizado um motim aliando-se à multidão insatisfeita que compunha um clima de instabilidade institucional propício não apenas à levantes políticos, como à desordens populares. Também por esses mesmos motivos a Guarda Real foi dissolvida e foram criadas a Guarda Nacional e a Polícia Militar (MARCELINO, 2008).

Emergindo neste período histórico, a Guarda Nacional tinha como atividade a organização do Estado sendo força policial interna e não remunerada, enquanto a Brigada Militar aparelhou-se como força substitutiva da Guarda Real, remunerada e



com atividades de manutenção da ordem pública. Com organização muito próxima do Exército, em alguns anos a Brigada Militar transformou-se em principal força de policiamento, sendo criada em 1833 a Secretaria de Polícia, com o intuito de organização deste estabelecimento.

Com a criação do Município Neutro da Corte - atual área do município do Rio de Janeiro - através do Ato Adicional de 1834, foi criada, no ano seguinte, na província, outra força policial denominada Guarda Policial da Província do Rio de Janeiro, com sede na cidade de Niterói, então capital fluminense, responsável pela área atual do interior e da baixada do atual estado do Rio de Janeiro.

No que tange à história da Polícia Militar no Espírito Santo, esta foi criada em 06 de Abril de 1835 pelo governador Manoel José Pires da Silva Pontes, sendo reestruturada apenas cinquenta anos depois, após 1889, renomeada Corpo de Segurança. Ao longo do período histórico recebeu ainda os nomes de Corpo de Polícia Militar em 1908, Regimento de Polícia Militar em 1924, Força de Polícia em 1933, Força de Polícia Militar em 1940 e, finalmente, Polícia Militar.<sup>36</sup>

Somente a partir da Constituição Federal de 1946 que as Corporações dos Estados - as antigas guardas - passaram a ser denominadas Polícia Militar, com exceção do estado do Rio Grande do Sul que manteve, em sua força policial, o nome de Brigada Militar, situação que perdura até os dias atuais (MARCELINO, 2008).

Em 1960, a capital do país foi transferida para Brasília e a cidade do Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal, passou a ter o nome de estado da Guanabara. Até então o estabelecimento, que naquela cidade era denominada Polícia Militar do Distrito Federal, passou a ser chamada Polícia Militar do estado da Guanabara - PMEG.

Mas a aparente “relação cordial” entre civis e as instituições policiais e militares chegava ao fim. É a partir de 1964 que no Brasil, o fim das liberdades democráticas, a repressão e o terror instituído como políticas de Estado são claramente formulados através de uma estrutura legislativa que dava sustentação ao regime militar e que tinha grande força na polícia. O grupo militar que tomou o poder no referido ano vinha de uma tradição mais antiga, que remonta à participação do Brasil na II Guerra. Para Silva (1990), a participação

---

<sup>36</sup> Mais informações no site da Polícia Militar do Espírito Santo: <http://www.pm.es.gov.br/institucional/historia.aspx>

do Brasil ao lado dos países aliados acabou sedimentando uma estreita vinculação dos oficiais norte-americanos e militares brasileiros. Terminada a guerra, toda uma geração de militares brasileiros passara a frequentar cursos militares norte-americanos. Quando esses oficiais retornavam dos EUA, já estavam profundamente influenciados por uma concepção de **“defesa nacional”**. Tanto que alguns anos mais tarde vão criar a Escola Superior de Guerra - ESG, vinculada ao Estado Maior das Forças Armadas. Essa escola foi estruturada conforme sua similar norte-americana *National War College*. Foi dentro da ESG se que formulou os princípios da **Doutrina de Segurança Nacional** e alguns dos seus subprodutos, como por exemplo, o Serviço Nacional de Informações - SNI. Essa doutrina, que vai virar lei em 1968, com a publicação do decreto-lei no. 314/68 tinha como objetivo principal identificar e eliminar os “inimigos internos”, ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido.

Essa nova estrutura de poder e de controle social materializa-se com a publicação do Ato Institucional Número 1 - AI-1, em 1964, que subvertia a ordem jurídica até então estabelecida. Com esse ato os militares não só ditavam novas regras constitucionais, como impunham profundas remodelações no sistema de segurança do Estado. Através do AI-1, foi institucionalizado o sistema de eleição indireta para Presidente da República, bem como dado poderes ao presidente para ditar nova constituição, fechar o congresso, decretar estado de sítio, impor investigação sumária aos funcionários públicos contratados ou eleitos, abrir inquéritos e processos para apurar responsabilidades pela prática de crime contra o Estado ou contra a ordem política e social, suspender direitos políticos de cidadãos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos de deputados federais, estaduais ou mesmo de vereadores, entre outros.

Durante a ditadura civil-militar foram editados 17 atos institucionais. Mas entre eles, o mais polêmico e violento foi o de Número 5. O AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, reedita os princípios do AI-1, suspende o princípio do *habeas corpus* e institui de forma clara e objetiva a tortura e a violência física contra os opositores do regime. O AI-5 simbolizou um forte ciclo de repressão com amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático do Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todos os segmentos. O manto dos atos institucionais e a autoridade absoluta dos militares serviriam como proteção e salvaguarda do trabalho das forças repressivas, fossem quais fossem seus métodos de ação.

O regime militar perdurou por vinte e um anos (1964-1985), e durante este período, em um contexto de supressão de direitos, a polícia esteve subordinada de forma direta ao Exército, prevalecendo a Doutrina de Segurança Nacional e a mobilização da mesma para a repressão política. Período ilustrado pela supressão de todo e qualquer direito, o estabelecimento policial desempenhou o papel repressivo através de prisões arbitrárias, as mais variadas práticas de tortura, desaparecimentos e assassinatos de opositores do regime vigente.

Neste período, mais especificamente em 1967, ampliou-se o poder do Exército sobre as polícias mediante a criação da Inspeção Geral das Polícias Militares – IGPM, que passou a interpretar a competência da união para “legislar sobre organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das Polícias Militares e condições gerais de sua convocação, inclusive mobilização” (SILVA, 1990, p.184).

Importante frisar que, o ensino e o treinamento-padrão na Polícia Militar, já de longa data militarizados, passaram a enfatizar no período da ditadura civil-militar a figura do “inimigo interno”, construído pela Doutrina de Segurança Nacional, que dava suporte a uma visão totalitária dos problemas sociais, já disseminada desde a criação das polícias, justificadora da violência “bélica” contra indivíduos e segmentos ditos suspeitos.

Conforme evidencia o Artigo 25, do Decreto Nº 66.862 de 8 de julho de 1970, as polícias militares deveriam integrar o serviço de informações e contra-informações do Exército, conforme dispuserem os comandantes de Exército ou comandos militares de áreas, nas respectivas áreas de jurisdição. Se por um lado as PM's deixaram de ser, a partir de 1969, a primeira linha de frente no combate aos 'inimigos internos', por outro, elas deveriam fazer o trabalho publicamente invisível de contribuir para a chamada 'caça as bruxas'.(...) Simultaneamente uma polícia ostensiva da ordem pública e um órgão integrante da chamada 'Comunidade de Informações' comandada pelo Exército (SILVA, 1990, p. 75).

Faz-se necessário frisar que, pensando de forma a ir além da atuação específica da polícia militar, atravessando todos os tipos de regimes políticos, os órgãos de segurança pública brasileiros funcionaram em um “regime de exceção paralelo”, gozando de poderes extraleais e ampla margem de autonomia, independentemente de qual fosse o arcabouço jurídico formal em vigor. É válido salientar que nenhuma das transições políticas ocorridas na nossa história – mesmo implicando mudanças

relevantes em outros setores – afetou substancialmente a continuidade desse “poder paralelo”.

Mas o que faz esse “regime de exceção paralelo” ser hoje, sem dúvida alguma, um dos mais temidos pelas populações pobres do país? Como nossa pesquisa não se deteve nas análises acerca da atuação das polícias, suscitamos aqui, apenas alguns dos motivos que as colocam como um dos principais agentes de violência e segregação no que diz respeito às chamadas “classes perigosas”.

*“Hoje eu prefiro encontrar um bandido que encontrar a polícia mil vezes!! A última pessoa que chamamos quando temos um problema são eles, porque nos bairros de gente pobre eles atiram primeiro e perguntam depois.” (Sra. Ilda, mãe de B., 17 anos, assassinado supostamente por policiais do BME - Batalhão de Missões Especiais).*

De acordo com pesquisa realizada por Soares (1996), violência policial, abuso de poder e corrupção são os tipos de denúncias mais freqüentes que entram no âmbito de atuação das Ouvidorias, órgãos que se colocam como sendo de controle externo das polícias responsáveis pela apuração de denúncias. Por violência, entendemos aqui tanto o uso abusivo, e, sobretudo o uso letal, da força nas intervenções policiais, quanto à tortura cometida para obter confissões nas investigações ou para garantir controle sobre detentos.

A tortura, mazela histórica das polícias no Brasil, utilizada como meio de obtenção de prova através de confissão e como forma de castigo a prisioneiros, e também de impor medo a sociedade em geral, remonta aos primórdios da ocupação do país pela metrópole portuguesa, no ano de 1500. Legado da Inquisição promovida pela Igreja Católica, a tortura nunca deixou de ser aplicada durante os 322 anos de período colonial, posteriormente, nos 67 anos do Império brasileiro e nos 111 anos de República.

Salientamos a importância de entendermos cada momento histórico onde a tortura emerge e configura-se, para assim realizarmos algumas análises acerca do tema. Observamos que o período colonial é perpassado pelo cunho escravista, onde as práticas de tortura perpetradas, principalmente, em relação aos negros, eram enfocadas como algo naturalizado, visto que estes eram considerados não

humanos. A mesma idéia fazia-se em torno dos índios, que, embora tenham sofrido menor opressão, foram também torturados, castigados e dizimados.

Mesmo com a emergência do Brasil Império, e a elaboração da Constituição Política do Império do Brasil, de 1824, onde supostamente se aboliram os açoites e a tortura, a marca de ferro quente e os suplícios aos escravos perpetuavam-se. Assim, o Código Criminal do Império de 1830, imputava açoites, “apenas” quando tratasse de acusado escravo e que incorresse em pena que não fosse a de morte. Depois de açoitado o mesmo deveria ser entregue ao seu proprietário, para que este ainda inserisse um ferro em seu pescoço pelo tempo determinado como pena.

A Constituição de 1824 aparentemente aprimorava diversos princípios direcionados aos chamados direitos humanos, “abolindo” a tortura para os considerados cidadãos brasileiros, porém os negros continuaram sofrendo todo tipo de mazelas até 1888, ano marco da “extinção oficial” da escravidão.

É válido salientar que a proclamação da República, apesar de pautar-se em idéias supostamente relacionadas a liberdades públicas, não alterou esse panorama. Os movimentos contrários à ordem vigente, como o de Canudos, recebiam tratamentos muito violentos e a tortura seguiu seu caminho com igual força também nesse período.

Com o estabelecimento do Estado Novo (1937 – 1945), a tortura ganhou contornos e regulamentação institucionais. Mas foi a partir do golpe de 1º de abril de 1964, que a tortura tornou-se um instrumento rotineiro nos interrogatórios sobre atividades de oposição ao regime. No plano político, o regime militar foi marcado pelo autoritarismo, pela supressão dos direitos constitucionais, pela perseguição política, prisão e tortura dos opositores e pela imposição da censura prévia aos meios de comunicação.

Foram criados e fortalecidos vários centros secretos de detenção, muitos mantidos diretamente pelas Forças Armadas, como os DOI-CODIS - Departamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna – em todas as regiões militares do Brasil - e os DOPS - Departamento de Ordem Política e Social, que foi criado, inicialmente no Rio de Janeiro, ainda na década de 1920.

No final de 1968, pressionado pela crescente oposição, o regime militar assumiu poder ditatorial total, através do Ato Institucional nº 5, como mencionado anteriormente. O Congresso Nacional foi fechado e a tortura virou política oficial do Estado.

Com o fim da ditadura, a tortura passa então a ser feita “às escondidas”, embora seja conhecida a olho nu, perdendo apenas seu caráter institucional, escondida nos porões de delegacias e outros locais de acesso a poucos, mas com o conhecimento de muitos. Não se trata apenas de omissão e conivência por parte das autoridades para com tais questões, mas de uma política silenciosa, permitida por uma parcela significativa da sociedade, não falada, que aceita e mesmo estimula esses perversos procedimentos.

Com a luta pela redemocratização, em 1985, buscou-se o fim da prática da tortura para fins políticos, embora ainda hoje observamos tais práticas junto a militantes políticos de movimentos como o MST – Movimento dos Sem Terra, por exemplo.

As técnicas de tortura além de mantidas foram incorporadas de forma disseminada pelo estabelecimento policial, que continuou a aplicá-las contra presos comuns, os “suspeitos” e os detentos. Pode-se, portanto, afirmar que a tortura existente hoje no Brasil, em especial contra “os suspeitos de risco”, é herdeira de uma tradição totalitária e foi intensificada principalmente durante o Estado Novo e a ditadura civil - militar.

Tendo ponto de relevância nesta pesquisa, a tortura tem sido periódica e insistentemente denunciada nos relatórios dos grupos de direitos humanos, em especial aquela presenciada diariamente nos presídios capixabas, palcos de inúmeras mortes e objeto de solicitação de intervenção federal no Espírito Santo.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, órgão ligado ao Ministério da Justiça, entregou ao procurador – geral da República, Antônio Fernando de Souza, em 15 de maio de 2009, pedido de intervenção federal no Espírito Santo em função de denúncias de precariedades das unidades prisionais, e da prática de tortura e esquiteamentos nos presídios do estado. Em uma das penitenciárias, o conselho identificou pessoas presas em containers, cercados de lixo e esgoto a céu aberto e grande quantidade de insetos. Além da intervenção foi solicitado ao Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça que investiguem a conduta dos promotores e juízes responsáveis pela fiscalização dos presídios e pela apuração das

denúncias. O CNPCP decidiu entrar com uma ação contra o secretário estadual de Justiça, Ângelo Roncalli, para apurar a possível omissão diante de denúncias de tortura já feitas pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos e pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos. (...) Na Casa de Custódia existem áreas onde os agentes penitenciários não conseguem entrar. Esses pavilhões não possuem portas, luz elétrica e os presos só têm acesso a água durante uma hora por dia. Foi também enfatizado que como não há controle sobre os presos, a ação de quadrilhas e gangues nos presídios põe em risco a segurança dos presos. Cerca de dez pessoas já foram esquartejadas dentro dos presídios capixabas. Não se trata, segundo o CNPCP, de uma intervenção nos presídios, mas em todo o sistema de segurança pública do estado, que já experimentou, em 2000, uma situação de intervenção federal devido à ação do crime organizado infiltrado nas instituições do estado. Disponível em: <[www.agenciabrasil.gov.br](http://www.agenciabrasil.gov.br)>. Acesso em: 22 maio 2009).

Os casos relatados de tortura representem ínfima parcela do que de fato ocorre no cotidiano de nossas delegacias e prisões; constata-se que a prática é endêmica no sistema de justiça criminal brasileiro, sendo largamente aplicada como meio de punição e imposição de disciplina em presídios e centros de “medidas sócio-educativas”, além de meio de extorsão econômica aplicada contra suspeitos e autores de crimes. De todas as violações de direitos humanos, a tortura é universalmente reconhecida como uma das mais freqüentemente utilizadas como instrumento de coação utilizado por agentes públicos das forças de segurança, para obter confissões forçadas, sendo considerada como principal mecanismo de investigação policial no país.

Neste sentido, há que se destacar a realidade incontestável de que a criminalização da tortura, por meio de Lei Federal Nº 9455, de 7/04/1997, que define os crimes de tortura, não gerou efeitos esperados. As razões para as dificuldades que têm os atingidos e testemunhas da tortura para obter acesso à justiça podem ser explicadas, inicialmente, pelo referido suporte cultural e político, remanescente de períodos históricos autoritários, cujas manifestações, muitas vezes sutis, são de difícil identificação e punição. Outras razões dizem respeito ainda às ameaças e represálias contra os denunciantes, assim como a tarefa difícil e árdua de comprovação da tortura, uma vez que muitas técnicas de tortura não deixam marcas nos corpos, e as declarações de muitos atingidos, por serem autores ou suspeitos de atos infracionais, não são consideradas ‘dignas de credibilidade’ na concepção de inúmeras autoridades policiais.

*“Testemunhas afirmam que, depois de caído no chão meu filho ainda foi pisado, chutado e torturado pelo policial militar E. S. P., um dos policiais que matou Pedrinho. Foram 22 tiros a queima roupa,*

*em todas as partes do corpo. Um tiro apenas mata, mas o que aconteceu ali foi uma execução. Pedrinho já era perseguido por policiais e estava no lugar errado, na hora errada: essa é a única explicação para sua morte” (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV).*

Uma das frentes de luta que mais êxito obteve na luta contra a tortura foi constituída pelos grupos de defesa dos direitos humanos, integrados por familiares e religiosos que denunciavam, no Brasil e no exterior, a tortura contra militantes políticos nos porões da ditadura militar. Originários desse movimento persistem hoje os Grupos Tortura Nunca Mais, organizados em vários estados, por militantes políticos e familiares que foram atingidos pela tortura, mortes e desaparecimentos durante o regime militar. Há também grupos e associações de familiares, como a AMAFAVV, que tem sido voz legítima e vigorosa contra a tortura e a não responsabilização de torturadores.

Porém, vale ressaltar, que nem só a tortura é visibilizada como uma das mazelas das corporações policiais, mas também a corrupção e o abuso de poder são denúncias freqüentes no que diz respeito à atuação dos aparatos mencionados.

Um grave problema que assola as forças policiais diz respeito à corrupção. Embora esteja presente em variados graus, nos mais diversos tipos de estabelecimentos, a corrupção constitui marca registrada de nosso aparato policial.

Mas, quando falamos em corrupção, em um julgamento rápido e eficaz, não estaríamos reproduzindo as mesmas práticas que esquadrinham, punem e aprisionam os indivíduos? Como pensar o referido tema a partir de outro olhar, para além das práticas já naturalizadas e moralizantes? Como não sucumbirmos a uma lógica que culpabiliza o indivíduo que, calcada em marcos jurídico-morais, clama punição, prisão e condenação imediatas?

Gerindo a vida a partir de um controle que se intensifica na cotidianidade, são definidos modos de viver, de sentir, pensar, agir; emerge assim “o modo corrupto de ser”, a “personalidade doentia e sem remorsos do corrupto”, entre outros atributos “inerentes” ao sujeito. Sem atentarmos para as nuances dessas construções, fortalece-se, neste contexto, outra forma de exercer o poder; controlando, disciplinando não só corpos, mas agora a vida em seu conjunto, a espécie humana, essa estratégia de exercício de poder que produz forças e não mais as suprime.



Mais uma vez Foucault vai nos aproximar dessas análises quando nos provoca a exercitar outros modos de olhar, pensar. Se o poder exercido pelo soberano calcava-se sobre o direito de fazer morrer ou deixar viver, agora este se complementar­á na forma de “um poder exatamente inverso: poder de fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 2000, p. 287).

A vida não mais é extraída, mas gerida segundo modelos de normalidade, que, em geral, estão diretamente ligados à ordem do capital, do mercado. E a morte, este “deixar morrer”, vincula-se a subjetividade penal-repressiva, na máxima de direcionamento àqueles que não se modelam com esses padrões homogeneizadores. Para estes a desqualificação, a criminalização e, porque não, o extermínio.

Se pensarmos a questão da corrupção a partir desse viés, observamos que a lógica impetrada se reduz à acusação, ao julgamento, à punição daqueles que supostamente a praticaram. São reduzidos a seres iguais em suas condutas criminosas, homogêneas – portadores de uma “natureza desonesta”. Quando nos atemos à lógica que reduz os sujeitos a vilões ou heróis, dicotomizamos entre o bem e o mal práticas que deveriam ir muito além de julgamentos morais; quando aprisionamo-nos, esquecemos de “posicionarmos” nosso olhar para além do que está instituído como natural.

A corrupção pode apresentar-se na exigência de dinheiro ou de vantagens indevidas – o que normalmente denomina-se *extorsão* – ou na ‘venda de liberdade’ e outras formas de poupar pessoas da aplicação da lei em troca de certa quantia em dinheiro. É certo que, essas cifras dizem respeito apenas às pequenas práticas de extorsão, onde os atingidos, sob ameaça, chantagem ou violência, são extorquidos diária e corriqueiramente. Importante salientar que extorsões, propinas e vendas de liberdade podem fazer parte de ‘contratos’ mais amplos e mais contínuos com redes de atividades criminosas, como o tráfico de drogas, a venda ilegal de armas, seqüestros e os grupos de extermínio, um de nossos focos centrais nesta tese de doutorado.

Importante salientar que numerosos testemunhos colhidos durante o percurso desta escrita reiteram o que pesquisas realizadas em cidades como Rio de Janeiro<sup>37</sup>, São Paulo e Recife, vem apontando como fenômeno disseminado no Brasil: temor e descrédito da sociedade frente a uma polícia que deveria, segundo os cânones do Estado Democrático de Direito, aplicar a lei e a transgride, deveria proteger, mas aterroriza, deveria garantir direitos e sistematicamente viola-os, deveria promover segurança e semeia, ao contrário, pânico. Mas, se por um lado cobramos “segurança”, por outro não estaríamos “pedindo” mais tutela? Solicitando essa “aplicação da lei” não estaríamos sucumbindo a judicialização de nosso dia-a-dia?!

*“Eu sempre tive medo de perder meu filho para o tráfico, para a criminalidade que tomou conta do nosso bairro e de outros tantos bairros de Vitória. Mas eu nunca imaginei que ele seria levado pelas mãos da polícia, pelas armas de homens que deveriam proteger-nos. Eu sei que ele não era correto com a lei, sei que fazia coisas erradas, e que uma hora ou outra iria ter que pagar. Mas pagar corretamente, pagar de acordo com a lei, não pagar com a vida, retirada por fardados safados que não honram o salário que recebem no final do mês. Eu só quero justiça. Só quero que eles paguem pelo crime que cometeram!” (Sra. Ilda, mãe de B., 17 anos, assassinado supostamente por policiais do BME - Batalhão de Missões Especiais).*

Porém, de todas as mazelas que assolam a realidade das polícias brasileiras, e mais especificamente nesta tese, as polícias capixabas, a mais chocante diz respeito ao uso excessivo da força, avaliável pela expressiva letalidade da ação policial.

Observa-se que, em muitas intervenções policiais, particularmente nos bairros periféricos das cidades, não se tem como objetivo apenas prender o suposto suspeito, mas eliminá-lo. Na maioria desses episódios não há testemunhas ‘independentes’ que confirmem a versão policial. Por sua vez, dados médico-legais apresentados por Cano (2007), em pesquisa realizada no Rio de Janeiro, confirmam o quadro de uso excessivo da força e a existência de execuções sumárias: 46% dos cadáveres apresentavam quatro ou mais disparos; 61% apresentavam pelo menos um disparo na cabeça; 65% apresentavam pelo menos um disparo pelas costas; um terço dos mortos sofreu outras lesões além das provocadas por armas de fogo e

---

<sup>37</sup> Pesquisa realizada sobre o tema, encomendada pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro em 2006, mostrou que, em três anos e meio, apenas no município da capital, a polícia matou nada menos que 991 pessoas. Ainda de acordo com a referida pesquisa, para cada policial morto em alegados ‘confrontos’, houve mais de dez mortes de ‘opositores’ civis; o número de ‘opositores’ mortos era até três vezes superior ao número de feridos, quando, em qualquer confronto armado, se espera sempre um número de feridos superior ao número de mortos. (CANO, 2007).

40% dos atingidos tinham recebido disparos à queima-roupa, característica mais clara dos crimes de execução.

Invariavelmente quase todos esses episódios acabam arquivados, mesmo quando existem indícios claros de execução sumária. Os poucos casos em que é oferecida pela promotoria a acusação, os acusados são absolvidos posteriormente, no julgamento, por vezes a pedido da própria promotoria. Quando remetemo-nos especificamente ao Espírito Santo, traduzir crimes cometidos por policiais em dados estatísticos é tarefa quase inviável, visto que não são disponibilizados pelas polícias civis e militares dados referentes a crimes cometidos por membros das corporações citadas. Sabe-se somente que, segundo a Assessoria de Comunicação da Polícia Militar, por ano, uma média de quinze policiais militares são expulsos da corporação. Segundo o tenente-coronel Ilton Borges, corregedor-adjunto da polícia militar, em entrevista a jornal de grande circulação no Espírito Santo

As sanções passam por advertência, repreensão, detenção e expulsão. Nos casos de expulsão, os crimes mais comuns são envolvimento com criminosos, homicídios e tentativas de homicídio. O policial é expulso quando não há justificativa para o crime por que ele está sendo acusado (Tenente-coronel Ilton Borges, Corregedor - adjunto da Polícia Militar. Jornal A Tribuna, 15.07.2008).

No que diz respeito à migração de policiais civis e militares para a atuação, ilegal, em serviços de segurança privada<sup>38</sup>, o tenente-coronel é taxativo:

Os policiais que migram para estes serviços são, em geral, aqueles já desligados pela corporação, expulsos por alguma situação irregular em serviço. Como não tem mais vínculo com a corporação, esse é um processo natural em razão de sua qualificação (Tenente-coronel Ilton Borges, Corregedor - adjunto da Polícia Militar. Jornal A Tribuna, 15.07.2008).

Embora a afirmação do referido corregedor pareça-nos plausível, verificamos que, em casos emblemáticos de violência cometidos por policiais, muitos destes encontravam-se atuando em segurança privada, em seus dias de folga.

---

<sup>38</sup> "Assiste-se, desde o final dos anos 80 e por toda a década de 90, a um verdadeiro boom das firmas de segurança privada (COIMBRA, 2001, p.187). No Espírito Santo estima-se que o SINDESP – Sindicato das Empresas de Segurança Privada possua 12 mil vigilantes cadastrados, sendo que só na Região da Grande Vitória são 8 mil que trabalham em indústrias, bancos, prédios públicos, escolta armada, ronda motorizada e segurança pessoal.

Situação-exemplo vivenciou a dona-de-casa Maria de Fátima Rodrigues, que teve a filha, Miriam Rodrigues, 21 anos, grávida de seis meses, assassinada em abril de 2008 por um soldado da polícia militar, que fazia segurança particular em um posto de combustíveis no Município de Vitória - ES<sup>39</sup>.

Em todos os casos de violência letal no Espírito Santo, onde encontramos o envolvimento de forças policiais, observamos uma gama de crimes bárbaros, cruéis e de investigação sombria. Vale trazermos aqui, para exemplificarmos a participação das forças policiais em crimes violentos no Espírito Santo, o caso mais emblemático acompanhado pela Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo – AMAFAVV e por vários familiares de atingidos pela violência, de repercussão internacional, que envolveu nada menos que dois delegados, um escrivão e trinta e um investigadores da polícia civil do Espírito Santo - o assassinato de T, 18 anos, cuja mãe é uma das entrevistadas nesta tese. O relato a seguir foi retirado da compilação de notícias publicadas no Jornal A Tribuna, exemplares de 14.02.2004 e 19.02.2004, assim como de fragmentos da entrevista realizada com a Sra. Regina.

O ajudante de pedreiro T., 18 anos, foi detido em cinco de dezembro de 2003 por policiais militares, juntamente com F., no Município de Vila Velha - ES. Às 18h30min foi levado para o Departamento de Polícia Judiciária (DPJ) do referido município. F. estava armado e foi lavrado um Termo Circunstanciado, onde T. foi arrolado como testemunha. Como F. estava com seus documentos, foi liberado às 20h30min. Familiares de T. estiveram no DPJ às 21h e foram informados de que sua liberação iria demorar, visto que a família teria que providenciar a documentação do mesmo.

*“Voltamos em casa, então minha filha pegou os documentos de T. e o pai deles voltou ao DPJ mais ou menos às 22 horas. Lá ele foi informado que nosso filho já havia sido liberado. Ele então voltou para casa, na esperança de que tivesse acontecido um desencontro, e ele já estivesse em casa.”*

---

<sup>39</sup> “Cheia de planos para o filho que iria nascer Miriam Rodrigues, 21 anos, não pensava nos riscos que corria ao ficar na rua. À mãe, a dona de casa Maria de Fátima Rodrigues de Oliveira, sempre dizia que não tinha problemas porque havia policiais por perto. ‘Mas foi um policial que acabou tirando a vida da minha filha’, lamentou Maria de Fátima, que assumiu a criação do primeiro filho de Miriam, de apenas um ano e nove meses. A jovem estava grávida de seis meses e, segundo testemunhas, teve uma discussão com o soldado Luiz Mário Vieira Rizzo, por causa de um cigarro. Ele fazia segurança de um posto de combustíveis na Praia do Suá, em Vitória, e saiu em perseguição a Miriam depois da briga. ‘Ele atirou, mesmo sabendo que ela estava grávida e matou os dois, ela e meu neto’, lembrou a dona-de-casa, que passa por um quadro de depressão. O corregedor-adjunto da PM, tenente-coronel Ilton Borges, falou que o soldado vai permanecer afastado da função enquanto estiver sendo investigado, mas não perde sua remuneração”. (Jornal A Tribuna, 15.07.2008).

*(Sra. Regina., mãe de T. 18 anos, assassinado supostamente por policiais civis do Município de Vila Velha - ES).*

No dia 06 de dezembro um corpo carbonizado foi encontrado no bairro Barra do Jucu, também no Município de Vila Velha; não havia documentos e o mesmo estava irreconhecível. Foi encontrado em cima de uma pedra e envolto em pneus, totalmente carbonizado.

Preocupados com o aparente desaparecimento de T., os familiares entraram em contato com o Departamento Médico Legal, quando foram informados de que um cadáver carbonizado havia dado entrada na referida instituição. Mesmo afirmando que aquele era seu filho, a Sra. Regina não pode reconhecer o corpo como sendo de T, visto que o mesmo, segundo funcionários do DML, só poderia ser realmente identificado com a realização de exames de DNA a partir da arcada dentária do cadáver, até então considerado pela polícia capixaba, como um indigente.

*“Eu sabia que era meu filho logo quando vi aquele corpo todo queimado, irreconhecível para qualquer um, menos para uma mãe. Eu não sei o que faz com que saibamos que são nossos filhos, mas sabemos! Daquele momento em diante eu sabia que havia perdido o T, e meu desespero era tão grande que nem conseguia ligar os fatos da prisão, da falsa liberação e do assassinato covarde do meu filho” (Sra. Regina, mãe de T, 18 anos, assassinado supostamente por policiais civis do Município de Vila Velha - ES).*

Dois inquéritos foram abertos distintamente, um relativo ao desaparecimento do jovem, e outro relativo ao aparecimento de um corpo, não identificado e carbonizado, no Município de Vila Velha. Foi neste momento que a Sra. Regina procurou a Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência que, através do Ministério Público, conseguiu autorização para realização de exames de DNA no corpo encontrado na Barra do Jucu. Somente em 13 de fevereiro de 2004 foi constatado, através do exame de DNA, que o corpo encontrado na Barra do Jucu, era mesmo de seu filho.

*“O corpo do meu filho ficou igual ao de um monstro. Fizemos a passeata com o caixão aberto para que o Secretário de Segurança, Rodney Miranda, e o Governador, Paulo Hartung, vissem o que os policiais fizeram com o T. Ficou tudo muito claro, e eu só quero agora a punição dos policiais que mataram meu filho. A polícia tem que contratar pessoas sérias e não assassinos para dar segurança à população. Hoje as pessoas correm quando vêem a polícia. Eles queriam enterrar meu filho como indigente para abafar o caso. Uma policial disse que não iria liberar o T porque tinha que fazer um*

*acerto de contas com ele. Tiraram meu filho da delegacia para matá-lo.” (Sra. Regina, mãe de T, 18 anos, assassinado supostamente por policiais civis do Município de Vila Velha - ES).*

Diante dos indícios, o então Secretário de Segurança, Rodney Miranda, afasta dois delegados, um escrivão e trinta e um policiais civis que se encontravam de plantão na noite em que T apreendido. Em entrevista ao Jornal A Tribuna, datado de 19.02.2004, o Secretário afirmava veementemente que, caso os policiais estivessem realmente envolvidos no assassinato, seriam punidos.

Não quero que nada venha interferir e nem tirar a transparência das investigações. Todos que estavam de plantão no dia do crime foram afastados. Se forem culpados, serão punidos. Se não tiverem envolvimento, retornarão as suas atividades” (Secretário de Segurança do Espírito Santo, Rodney Miranda. Jornal A Tribuna, 19.02.2004).

Questionado acerca das denúncias da família de T. sobre a existência de grupos de extermínio na polícia capixaba, o secretário foi enfático

Já recebemos denúncias de policiais envolvidos em grupos de extermínio, mas ainda não temos provas. Precisamos dos nomes dos policiais. Estamos reprimindo e vou pedir uma nomeação dos policiais envolvidos, até mesmo a pedido do comandante da PM, para que possamos ir em cima desses casos (Secretário de Segurança do Espírito Santo, Rodney Miranda. Jornal A Tribuna, 19.02.2004).

Um dia após a suspensão dos trinta e quatro membros da corporação, o Sindicato dos Servidores Policiais Civis do Espírito Santo ingressou com um mandato de segurança no Tribunal de Justiça para reverter o afastamento, alegando desrespeito ao Artigo 5º da Constituição Federal<sup>40</sup>, nos incisos 54 e 57, que trata do direito à defesa que qualquer acusado deve ter antes de ser punido.

No mesmo dia, carregando cartazes de protesto e fotos de familiares desaparecidos e assassinados, a Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo, foi às ruas pedir justiça pela morte de T.; junto aos familiares de T. o grupo se reuniu no Departamento Médico Legal e saíram com o corpo do mesmo, em caixão aberto, percorrendo locais como Ministério Público Estadual, Assembléia

---

<sup>40</sup> Art 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes: LIV - Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal; LV - Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, como os meios e recursos a ela inerentes; LVII - Ninguém é considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Legislativa, Tribunal de Justiça, Palácio Anchieta e, por fim, o Departamento de Polícia Judiciária de Vila Velha, o jovem fora detido antes de ser assassinado.

*“Alguma coisa tem que ser feita, porque não só eu, mas outras mães estão sofrendo. Outros quatro jovens sumiram depois de terem sido abordados por policiais. Eu queria meu filho vivo!” (Sra. Regina, mãe de T, 18 anos, assassinado supostamente por policiais civis do Município de Vila Velha - ES).*

Irônica e tragicamente, no mesmo dia, alvo de ameaças e coação, a procuradora militar do Estado, Sueli Lima e Silva, anunciou sua saída da função de Auditora Militar, cuja função seria o julgamento de policiais acusados de crimes.

Alvo de ameaças e coação, a procuradora militar do Estado, Sueli Lima de Silva, vai deixar a função na Auditoria Militar, que julga policiais acusados de crimes. Diante de inquéritos de casos de grande repercussão, Sueli Lima conseguiu muitas condenações e também muitos desafetos. Procurada na tarde de ontem para comentar o envolvimento de policiais militares em grupos de extermínio, Sueli Lima disse que não se sentia tranqüila para falar sobre o assunto e que, em razão de ameaças, preferia não dar entrevistas. A procuradora disse apenas que a pressão externa que está sofrendo, pela forma como trabalha a levou a solicitar sua saída da auditoria e optar por uma vaga em uma vara civil ao invés de criminal. A transferência deve acontecer até o final do mês, porém ainda não é certo se Sueli Lima permanecerá no estado. Tenho que preservar a minha família’, ponderou (Jornal A Tribuna, 19.02.2004).

Dias, semanas e meses se passaram. A história de T. ganhou repercussão nacional e internacional, foi federalizada e passou a ser acompanhada pela Procuradoria Geral de Justiça depois que a então representante da Organização das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, Asma Jahangir, em visita ao Espírito Santo, ouviu o relato da família de T. e solicitou analisar o processo.

*“Para o Ministério Público a federalização das investigações do caso de T. foi necessária por conta do já conhecido envolvimento de policiais civis e militares na prática de crimes, envolvidos especificamente com grupos de extermínio no Espírito Santo. O caso de meu filho não é um caso isolado, mas existem muitos outros na lista dos insolúveis, não por falta de provas ou suspeitos, mas porque estes suspeitos são policiais que fazem parte de conhecidos grupos de extermínio” (Sra. Regina, mãe de T, 18 anos, assassinado supostamente por policiais civis do Município de Vila Velha - ES).*

Porém, assim como a história de Pedro Nacourt Filho, a história trágica do filho de Regina completa seis anos sem respostas plausíveis. Todos os policiais afastados já retornaram as suas funções. Embora saibamos que vivemos hoje em um contexto de aumento desenfreado e espantoso de processos judiciais, o que tem corroborado com a crescente judicialização da vida, entendemos que as respostas dadas a casos como o de Pedro, T, M. e tantos outros, parecem só fazer intensificar sentimentos de vingança, de busca de uma suposta verdade, do julgamento e da punição a qualquer custo.

Assistimos hoje ao crescimento do clamor pela restauração de uma moralidade perdida, por meio da punição ao aumento da necessidade de racionalizar e enquadrar questões ligadas à dor, à morte, à crueldade, dentro de um esquema moral, muitas vezes religioso. Fala-se cada vez mais abertamente sobre a presença do 'mal' - nos chamados psicopatas, terroristas, ou até mesmo em crianças – que deve ser reparado, punido, eliminado (REIS, 2011, p. 07).

## **2.3 SOBRE A VIOLÊNCIA, PARA A VIOLÊNCIA E COM A VIOLÊNCIA: OS MORTOS-VIVOS DO COTIDIANO. MORTOS SEMPRE EM CONFRONTO**

As histórias de Pedro, T. e Miriam figuram entre tantas outras, que fazem do Espírito Santo a 'vedete' do cenário nacional no que tange às escaladas da violência e da criminalidade entre os estados brasileiros. Falar, pensar e ampliar nossa compreensão em relação à alardeada crise na segurança pública é tarefa de elevada importância para entendermos a formação e solidificação das redes e conexões criminosas que controlam o cenário político e econômico do Espírito Santo.

Entendemos que a problemática que circunscreve a segurança pública e as escaladas de violência no país, e mais especificamente no Espírito Santo, é sistêmica e complexa, porém acreditamos também que, possivelmente, a violência praticada não mostra com fidelidade a sensação de (in) segurança da população. Nossa hipótese é de que existem vários atores que constroem e disseminam uma certa idéia de desordem, de insegurança generalizada, entre eles a mídia, que



desenvolve papel central no aumento dessa sensação de crise generalizada e fora de controle.

Os altos índices de violência no Espírito Santo, em particular os homicídios, podem ser observados em números ascendentes desde o final dos anos oitenta, porém, uma maior visibilidade e impacto no contexto nacional deu-se a partir da divulgação, em 2000, do Mapa da Violência II: Os Jovens do Brasil. Foram então apresentados dados relativos ao período de 1989 a 1998, trazendo o Espírito Santo como um dos estados brasileiros de maior incidência de homicídios entre a população adulta e a população jovem. Frente aos resultados apresentados por representantes da UNESCO, foi sistematizada uma série de ações e mecanismos para reverter tal realidade.

De acordo com o Banco de Dados sobre Violência e Homicídios no Espírito Santo (BDV) 2, houve um aumento significativo no número de homicídios entre 1994 e 1998. Depois de um declínio entre 1999 e 2001, este número voltou a crescer a partir de 2002 (ZANOTELLI, RAIZER & CASTRO, 2004).

Passamos então a uma eterna e contínua busca na redução dos índices de criminalidade. Nesta busca, o estado concedeu aos órgãos de segurança pública, especificamente às polícias, a responsabilidade por tal 'missão'. Porém, a análise da dinâmica dos homicídios cometidos sempre contra uma parcela única da população, a partir de estudos da realidade histórica destes crimes, assim como sua associação com o chamado crime organizado e com a impunidade, aponta-nos que o impacto dos números apresentados pela UNESCO, ia além das estatísticas, caracterizando uma singularidade que desponta para além de uma 'missão' designada a um segmento específico.

A situação de vulnerabilidade de segmentos da população frente à criminalidade violenta se expressou então, naquele momento histórico, em um rico e múltiplo tecido de manifestações e intervenções da chamada sociedade civil organizada, porém, no que tange às ações governamentais para redução daqueles índices, encontramos diretrizes diferenciadas e pouco eficazes, que se tornaram anacrônicas ou revelaram-se equivocadas na dinâmica do processo de crescimento do número de homicídios, especificamente contra jovens pobres.

A consequência dessas ações foi visibilizado nos resultados seguintes da colocação do estado nos índices de homicídios. No ano de 2002, o Espírito Santo foi considerado o estado brasileiro que proporcionalmente mais registrou mortes violentas entre jovens do sexo feminino, de 15 a 24 anos, aparecendo em segundo lugar entre os jovens do sexo masculino. Estes resultados foram repetidos sistematicamente nos últimos cinco anos, sendo o sétimo lugar, em 2005, a 'melhor' colocação alcançada. Porém, em 2008, Vitória foi presenteada, mais uma vez, com o título de capital mais violenta do país, com o índice de 59,3 mortes por grupo de cem mil habitantes.<sup>41</sup>

Entendemos que as estatísticas apresentadas estão longe de revelar a face dos homicídios cometidos no Espírito Santo nos seus mais variados tipos e motivações. Essa barbárie expressa em números, adotados pelos órgãos oficiais, nada mais é que, uma seqüência de números absolutos que não trazem em si as cores, os cheiros, os usos e desusos do cotidiano dos atingidos, mas principalmente, não conseguem traduzir as situações-limite vivenciadas por familiares desses homens e mulheres, meninos e meninas dizimados no estado.

Quando retomamos a importância desse 'para além dos números', queremos pontuar que, a partir das entrevistas realizadas com familiares de atingidos por esta violência, recorreremos a estas situações-limite vivenciadas por todos eles no período sucessivo à perda de um ente querido de forma violenta. Nos relatos desses familiares, essas experiências foram marcadas por uma ruptura brusca, uma passagem de uma realidade para outra em questão de segundos. Os relatos construíram-se, de um lado, no limite do possível e, de outro, no limite do dizível. Assim, o silêncio foi parte integrante do processo, tanto das entrevistas, quanto da escrita. São principalmente mães, que vivenciaram a situação extrema da morte de seus filhos por aparatos policiais responsáveis teoricamente pela segurança desses meninos e meninas, à qual se acrescenta o desaparecimento de corpos, a indiferença pública e, por vezes, a ausência do reconhecimento institucional - legal do assassinato.

---

<sup>41</sup> Os dados apresentados tiveram como fonte de pesquisa o Sistema de Informações sobre Mortalidade - Ministério da Saúde, o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, e o Banco de Dados sobre Violência Criminalizada, do Movimento Nacional de Direitos Humanos - Regional Leste I.

Para todas estas mães estes números aqui apresentados, são somente números, não corporificam como elas mesmas nomeiam, 'suas crias'. Quem são esses mortos-vivos do cotidiano, estes infames da história que, como nas teses eugênicas, devem ser exterminados? Segundo Lobo:

As teses eugênicas remontam a 1869, quando o inglês Francis Galton, geógrafo e estatístico, parente e adepto de Charles Darwin, escreveu o livro *Heredity Genius*. Sua tese principal era a determinação hereditária não só dos traços físicos como das capacidades mentais, através de estudos estatísticos e genealógicos e com isso poder intervir na evolução humana, no sentido de aperfeiçoar a espécie pela seleção dos cruzamentos. Com o aparecimento, em 1858, do livro de Charles Darwin "A origem das espécies" e sua enorme divulgação, a teoria da origem única da espécie, antes defendida pela Igreja, torna-se predominante em relação aos adeptos da teoria poligenista. Entretanto, nem o monogenismo, nem a evolução tomada como paradigma de pensamento da época, descartaram a noção de hierarquia entre as raças, justificada pelo argumento de que sua separação se deu há milhões de anos, tempo suficiente para que a seleção natural atuasse no sentido de diferenciá-las no que diz respeito às aptidões. (...) O fato é que as diversas interpretações da teoria de Darwin foram utilizadas para a análise das sociedades humanas e dos indivíduos (na psicologia, na lingüística, na antropologia, na pedagogia e na sociologia), servindo muitas vezes de base para justificar diversas formas de dominação, ou até mesmo doutrina liberal na economia como na Inglaterra, pelo argumento da livre concorrência ou do livre mercado através da seleção do mais forte e mais adaptado - eis o caminho para o darwinismo social (LOBO, 2003, p. 03).

Estes mortos-vivos são então sujeitados, segundo a autora, a um "neo"- darwinismo onde "não mais precisa da esterilização dos degenerados ou dos fornos crematórios do nazismo. Trata-se da seleção natural pelo extermínio das periferias por conta da insalubridade e da violência, da morte prematura de mundos ignorados" (LOBO, 2003, p. 06).

Se partíssemos para uma leitura dos dados apresentados pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade - Ministério da Saúde, e pelo Banco de Dados sobre Violência Criminalizada, do Movimento Nacional de Direitos Humanos - Regional Leste I nos últimos dez anos, será que chegaríamos a um perfil "objetivo" e claro dos mortos do cotidiano?

A maioria desses homicídios ocorre em vias públicas, nos fins de semana (sábado e domingo), com evolução significativa dos casos a partir da sexta-feira. Há ainda pouca variação de homicídios nos diferentes meses do ano, porém com um número pouco mais significativo no período do verão (RAIZER, 2007).

No que diz respeito à localização destes homicídios nos diversos municípios do Espírito Santo, é necessário levarmos em conta o perfil da mobilidade habitacional da população do referido estado, que passou por significativas transformações nas últimas décadas.

Nos últimos trinta anos, ocorreu uma inversão do perfil populacional do Espírito Santo, passando de uma significativa população rural a uma alta concentração urbana. Observa-se um processo de metropolitização, principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória. Até a década de 70, a maior parte da população capixaba estava concentrada na zona rural, mas o processo de industrialização acelerada, o impacto dos chamados grandes projetos industriais e outros alteram o perfil populacional, que passa a ser predominantemente urbano. Atualmente, de 78 municípios, apenas 12 possuem mais de 50 mil habitantes. Dentre estes municípios, seis compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória<sup>42</sup> (RAIZER, 2007, p. 09).

Importante salientar que, no que tange a localização dos homicídios praticados no Espírito Santo, segundo Raizer (2007), estes se concentram 90% do total geral nos doze municípios com mais de cinquenta mil habitantes. Pensando mais especificamente na Região Metropolitana é onde estão concentradas 86% das notificações, reafirmando o processo de metropolitização da violência.

O fator, porém, que mais nos chama atenção nesta ‘caracterização fria’ do perfil dos mortos-vivos infames, diz respeito à faixa etária destes ‘incômodos cadáveres’. A face mais violenta do Espírito Santo está configurada através dos maiores índices de homicídios na faixa etária de 15 a 24 anos. Isso se apresenta de forma mais clara quando através de dados da UNESCO, referenciando o ano de 2007, verificamos, entre a população total, a taxa de 51,2% de óbitos por homicídios no estado. No mesmo período registrou-se entre jovens de 15 a 24 anos, o índice de 197,1% também de óbitos por homicídios. As taxas apresentadas dão-nos a dimensão de quem realmente morre de forma violenta no Espírito Santo.

Ainda de acordo com os dados da UNESCO, a predominância dos homicídios de acordo com o sexo, é masculina e, de acordo com a raça, a população negra, resultados que em nada surpreendem, visto que os dados nacionais apontam para

---

<sup>42</sup> A Região Metropolitana da Grande Vitória é composta pelos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão.

uma ‘coloração da marginalidade’ desde períodos históricos onde a ‘limpeza das raças’ era uma finalidade de amplos segmentos.<sup>43</sup>

O leitor desavisado pode perguntar-se o porquê de, neste momento, levantarmos dados estatísticos acerca dos homicídios cometidos no Espírito Santo nos últimos dez anos, visto que nos colocamos a favor de traçar não o ‘perfil’, mas trazer à cena a história não contada desses assassinatos, a partir principalmente das falas de familiares dos atingidos pela violência. Salientamos que os números apresentados dar-nos-ão uma visão acerca daqueles que se colocam enquanto principais executores destes homicídios.

Números, somente números, como mencionei anteriormente, não corporificam, não dão vida aos mortos-vivos do cotidiano de mães e familiares de atingidos pela violência no Espírito Santo.

*“Não sei se até o final desse seu trabalho eu estarei viva para lê-lo, mas sei que até onde puder eu irei para mostrar quem era meu filho! Ele nunca fez mal a ninguém, nunca se envolveu em nada que o transformasse em alguém que precisasse ser covardemente assassinado” (Maria das Graças Nacourt, Presidente da AMAFAVV).*

*“Meu filho deixou muitas saudades, ele não era bandido, nunca matou ninguém. Ele estava sendo perseguido por uma investigadora e eu tenho certeza que ela e outra turma do DPJ de Vila Velha mataram meu filho. Eu quero justiça, porque fizeram essa crueldade com meu filho? Colocaram fogo nele vivo, é só olhar para as mãos dele para ver que ele tentou se defender, mas eles não tiveram piedade do meu filho e nem de mim. Ele não tinha feito nada, não era nem ele que estava armado, porque tinham que matar meu filho? Meu filho era tão novo, tinha uma vida toda pela frente...” (Sra. Regina, mãe de T., 18 anos, assassinado supostamente por policiais civis do Município de Vila Velha - ES).*

Quando perguntadas sobre o que as move, o que as levou a envolver-se com estas lutas cotidianas, a dividir com outros familiares suas dores, todas as entrevistadas foram unânimes ao relatar que o objetivo de suas lutas é principalmente mostrar quem eram seus familiares assassinados, que, embora muitas vezes envolvidos com

---

<sup>43</sup> O Mapa da Violência 2011, com dados atualizados, documento produzido em parceria do Ministério da Justiça com o Instituto Sangari, mostra-nos que o Brasil é o sexto país mais violento do mundo, com uma média de 53 mortos a cada 100 mil habitantes. Neste estudo é apresentado o fato de que a cada 03 jovens assassinados, 02 são negros. No período entre 2002 e 2008 enquanto o número de vítimas brancas caiu 22%, o número de mortos entre os negros aumentou em 20.2%. Os mortos no Brasil ainda se encaixam no perfil do “sujeito padrão”, termo utilizado pelo aparato policial, cunha pelo racismo institucional e oficializado.

atos ilícitos, não eram descartáveis, passíveis de ser alijados de suas famílias. É importante mencionar que quando falam em justiça, não se remetem exclusivamente à cultura punitiva que leva a direção do cárcere dos culpados por suas dores, mesmo porque algumas se manifestam céticas quanto à probabilidade de chegarem a este resultado; elas por vezes, sim, se prendem à obsessão da punição, mas buscam também reinventar suas histórias e a de seus filhos e companheiros, tidos como descartáveis por amplos segmentos da população.

*“Mães que sobrevivem aos filhos são obrigadas a viver sem um pedaço de si para a vida toda; encontramos forças para viver nas lembranças do que ficou deles: um cheiro, a lembrança de um olhar, um momento vivido. E algumas pessoas os consideram simplesmente descartáveis, peças que podem ser tiradas do jogo! E esse jogo são as nossas vidas!” (Sra. Regina, mãe de T., 18 anos, assassinado supostamente por policiais civis do Município de Vila Velha - ES).*

Descartáveis, atingidos quase sempre sem identificação, pés e mãos amarrados com fios ou arames, queimados, rostos desfigurados, mortos durante a madrugada com tiros na região da nuca e do tórax, cujos corpos, na maioria das vezes são abandonados em locais distintos daqueles onde foram executados. Quem são eles, os mortos “não identificados”?

## **2.4 “432-01” ESTE É O NÚMERO DO SEU REGISTRO NO LIVRO DOS MORTOS NÃO IDENTIFICADOS DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL**

O homem é jovem e está nu. Os cabelos são amarelos e há muitas marcas no seu rosto, sombra de socos nas pálpebras fechadas. Ainda é possível ver nele o rapaz jovial, a pele morena e os traços bonitos — mesmo com a mancha escura que cobre o seu ombro esquerdo, a marca vermelha ao lado da boca e um rastro de costura que ziguezagueia até o seu pescoço.

Negro, nu e morto, o jovem perdeu seu nome. Há dois anos, ele se tornou 432/ 01, o número do seu registro no livro de mortos não identificados do Instituto Médico Legal - IML. O rosto dele não ficaria mal nas páginas de uma revista, mas a única página que lhe coube foi a de um livro amarrotado de capa preta, com o título Indigentes

2005 - 2009. O grosso álbum contém milhares de fotos de indigentes mortos de modo violento e nunca identificados, fotografados sobre as mesas de metal do IML.

As fotografias servem para que eventuais parentes de mortos não identificados possam fazer o reconhecimento dos mortos mesmo após eles serem sepultados. Cada código corresponde ao número de uma sepultura no Cemitério de Maruípe, onde os indigentes ficam enterrados por três anos. Depois disso, eles são exumados e enterrados numa cova comum.

Folhear o álbum é ver uma sucessão de rostos disformes e identidades mortas. A maioria ali não foi reconhecida por ninguém e não será nunca. Os corpos são fotografados do peito para cima, com os mais variados tipos de ferimento e em todos os estágios da putrefação.

Alguns, os mais raros, são mortos recentes e parecem vivos, apenas adormecidos. Outros têm a pele azul coberta por pequenos vermes brancos, parte da chamada "fauna cadavérica". Há lábios imensos, olhos de órbitas saltadas, rostos inchados. As feridas são grandes e escuras. Nos casos mais extremos, não há nada que possa ser reconhecido como humano, só uma massa marrom. Quem eram, o que sonharam e o quanto sentiram morreu com eles naquelas páginas.

*"Depois que meu filho desapareceu a vida ensinou-me a dizer adeus às pessoas que amo todos os dias, sem tirá-las do coração. A ser forte quando na verdade estou frágil, sorrir quando o que mais desejo é gritar todas as minhas dores. Minha vida virou um quebra-cabeça sem uma única peça, e este quebra-cabeça nunca mais será montado por completo pois esta peça sempre irá faltar. Ninguém consegue imaginar o que é nunca saber realmente o que aconteceu, se ele morreu mesmo, onde está seu corpo, ninguém sabe o que é isso!" (Sra. Irene, mãe de E.C.R., 22 anos, assassinato de grande repercussão no ES devido ao desaparecimento do corpo).*

Como continuar a caminhar quando jamais encontramos algumas peças desses quebra-cabeças? Quando mal conseguimos atentar-nos para os desaparecidos e mortos não identificados do nosso cotidiano. Quem são esses "corpos de pele azul" que permanecem no IML, ou que jamais chegaram ao Instituto, enterrados em terrenos ermos, covas razas nunca descobertas?

Nosso jovem de cabeça amarela faz parte das estatísticas do Instituto Médico Legal dos “desconhecidos”: são atingidos pela violência que se situam preferencialmente em segmentos muito específicos: jovens entre 15 e 25 anos, do sexo masculino, negros, pobres, moradores de periferias. O convite para naturalizar o “in-naturalizável” nos é atraente: pobreza, periculosidade, indigência!

Homem, jovem, vinte anos. Negro ou pardo. Migrante baiano. Pobre. Trabalhador sem especialização. Renda inferior a 100 dólares mensais. Morador da periferia da cidade. Baixa instrução, primeiro grau incompleto. (...) Nosso banco de dados prova que apenas os suspeitos pobres são perseguidos e mortos (BARCELLOS, 2005, p. 169).

Outro fator relevante aos muitos “indigentes” diz respeito à forma como foram “encaminhados” ao IML. Trata-se de duas formas “comuns”. A primeira refere-se ao “encontro de cadáver”<sup>44</sup> - corpos encontrados normalmente distantes dos grandes centros urbanos – geralmente em locais de “desova”, fuzilados, carbonizados e/ou desfigurados, por vezes irreconhecíveis para os próprios familiares.

Quando essa forma de descoberta do cadáver acontece, mobiliza especificamente o aparato da Polícia Civil. As equipes responsáveis pela região onde o corpo foi encontrado transportam-no para o IML, onde é realizada a autópsia. Entretanto, após a descoberta da *causa mortis*, sendo o corpo não identificado, não se processam as apurações acerca do crime. Após três meses de permanência no Instituto, o corpo é sepultado como indigente.

A segunda forma “comum” de encaminhamento de um corpo não identificado ao Instituto Médico Legal refere-se aos autos de resistência, já mencionados nesta tese. Como descrito anteriormente, o “suspeito” é alvejado, segundo informações das próprias polícias, em troca de tiros com a polícia militar. Socorrido, o mesmo é levado pelo próprio carro da PM ao hospital. Quase sempre sem documentos de identificação, o mesmo morre e é encaminhado ao IML como indigente.

Importante destacarmos que o auto de resistência se torna uma prática cada dia mais rotineira nas grandes cidades. Segundo a pesquisa “*Segregação Territorial e Violência*”, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, no

---

<sup>44</sup> “Encontro de cadáver” é um termo amplamente utilizado pelos estabelecimentos policiais para informar a descoberta de corpos, seja logo após o óbito, ou mesmo um longo período após o mesmo.



estado do Rio de Janeiro no ano de 1997 foram registrados 300 casos de autos de resistência, sendo que, em 2007, exatamente dez anos depois, foram registrados nada menos que 1.300 casos. É válido salientar que nos casos relacionados a mortes cometidas por policiais, normalmente o Ministério Público solicita o arquivamento do inquérito de apuração.

Os chamados autos de resistência continuam com taxas alarmantes. Houve pelo menos 11 mil mortes registradas como 'resistência seguida de morte' em São Paulo e no Rio de Janeiro entre 2003 e 2009. As evidências mostram claramente que muitas dessas mortes na realidade foram execuções, mas imediatamente as rotulam de 'resistência', e elas quase nunca são seriamente investigadas. O governo ainda não acabou com esta prática abusiva (Sr. Philip Alston, Relator Especial da ONU. Execuções Sumárias, Arbitrárias ou Extrajudiciais - nota oficial divulgada a imprensa em 2010).

Percebemos, porém, que os relatos dos boletins de ocorrência nem sempre condizem com os relatos de testemunhas e sobreviventes destes crimes. Em geral, o suspeito é alvejado por inúmeros tiros, principalmente em partes vitais, como cabeça e tórax. Morto, o corpo é retirado do local da "troca de tiros", violando assim a cena do suposto confronto. A "atitude humanitária" da prestação de socorro é o álibi para a violação de cenas de execuções sumárias, que através de perícias sérias seriam facilmente desmascaradas.

Esses crimes, quando investigados, apresentam claramente perfil que se assemelha às execuções caracterizadas pelo extermínio sumário: a impossibilidade de defesa dos atingidos, o que pode ser observado frente ao número de mortos e do número de armas supostamente encontradas com os mesmos; ferimentos encontrados nos braços das vítimas demonstrando ser resultantes de auto-defesa; tiros em pontos vitais como a região do tórax e da nuca; disparos à queima-roupa; tiros disparados nas costas do indivíduo; ângulo de 45 graus efetuado pelo tiro confirmando a hipótese da vítima estar ajoelhada ou agachada, típicos de corpos inclinados, entre outros fatores, como mencionados anteriormente, facilmente a ser constatados pela perícia.

Porém, nada disso é constatado, pois a seqüência é muito conhecida entre familiares de atingidos pela violência: o suspeito, já morto, é levado a hospitais públicos de urgência e emergência. Invariavelmente ele "morre ao dar entrada" no

referido hospital, transformando esses locais em verdadeiros esconderijos de cadáveres<sup>45</sup> e não propiciando a realização de perícia no local do crime.<sup>46</sup>

A experiência no trabalho como psicóloga plantonista em um hospital de grande porte de urgências e emergências do Município de Serra / ES, nos anos de 2005 a 2009, considerado um dos municípios com maior número de mortes violentas do país, possibilitou-me vivenciar no dia-a-dia de trabalho muitas situações relativas aos “autos de resistência”. Salvo raras exceções, os atingidos pela violência policial nunca chegavam feridos ao referido hospital, mas sim mortos, com grande número de perfurações por armas de fogo. Relatos de funcionários dão conta de que muitos corpos chegavam ao hospital já em estado de rigidez cadavérica, sendo que médicos e outros servidores eram ameaçados e coagidos a “dar entrada” com os corpos nas dependências do estabelecimento em questão, assim como fornecer atestados de óbito, como se os mesmos tivessem entrado vivos no local.

Um dos fatos importantes e cotidianos nestas situações diz respeito à identificação desses corpos: constantemente eles chegam aos hospitais sem nenhum documento de identificação, o que nos leva a cogitar que ou todos os suspeitos alvejados pela Polícia Militar saem de suas residências sem documentação, ou esses documentos são extraviados em algum momento do “auto de resistência”. Seguimos acreditando na segunda hipótese, visto que fica clara a existência de inúmeras execuções sumárias travestidas de “confrontos com troca de tiros”. Sem documentação, o corpo é encaminhado ao IML, ficando a espera de familiares que possam identificá-lo. Como mencionado acima, após três meses de permanência no Instituto, o mesmo é sepultado como indigente.

Sepultados como indigentes estes corpos deixam também de existir enquanto oposição, como desacertos de uma mecânica do poder: são corpos que todo um investimento para adestrá-los explorando suas potencialidades não surtiu efeito,

---

<sup>45</sup> BARCELLOS, 2005, p.170.

<sup>46</sup> Em 11 de agosto de 2011, a morte da juíza Patrícia Lourival Acioli, executada com 21 tiros na cidade de Niterói – Rio de Janeiro expôs mais uma vez a naturalização da prática do auto de resistência dentro das corporações de policiais militares. Os policiais militares acusados pelo assassinato da referida juíza planejaram a ação em uma tentativa de evitar que suas prisões fossem decretadas, em razão da morte do jovem Diego da Conceição Beline, 18 anos, morto em São Gonçalo, em um suposto auto de resistência; Patrícia Acioli havia decretado as três prisões horas antes de ser assassinada.

assim foi preciso supliciá-los, expulsá-los do convívio social através da morte e da suposta invisibilidade. Corpos que, por não se tornarem politicamente produtivos e economicamente dóceis, foram exterminados.

Exterminados! Fico a me perguntar o quanto docilizadas estão também estas páginas, esta escrita sobre vida, morte, sobre encontros; ao som do meu inseparável mp4 vou à busca de outros caminhos para a compreensão dessas perguntas e de tantas perguntas que me inquietam...

Como se configura o modo de funcionamento e as personagens desses grupos de executores, conhecidos como esquadrões da morte, que atuam na atualidade, no Brasil, e mais especificamente nesta tese, no Espírito Santo? A quem e a que servem estes grupos?

### **3 A DITADURA DO CAVEIRÃO<sup>47</sup>: DO ESQUADRÃO DA MORTE A “SCUDERIE DETETIVE LE COCQ” ESCRREVENDO SOBRE VIDAS DESCARTÁVEIS?**

Dia 15 de agosto de 1969, as manchetes dos jornais anunciam a descoberta de um cemitério clandestino na localidade de Barra do Jucu, distante de Vitória cerca de 22 quilômetros. Os matadores enterravam duas ou três pessoas em cada cova. Os buracos tinham pouco mais de meio metro de profundidade de areia. Algumas covas eram contíguas. A estrada da Barra do Jucu não tinha asfalto no ano de 1969. A passagem de carros erguia uma nuvem de poeira no trecho de barro batido. A vegetação das margens adquiria uma tonalidade avermelhada, opaca, quando o tráfego era intenso no verão. À beira da estrada, uma vereda conduzia ao leito seco do rio Jucu. A folhagem ocultava uma clareira no interior do matagal. Ali os carrascos sepultaram quase uma dezena de vítimas. Os corpos em estado de putrefação intumesciam o chão. A exalação dos gases empestou a atmosfera (GUIMARÃES, 1978, p. 08).

Latrocínios, assassinatos, desaparecimento dos cadáveres, espancamentos e tortura de presos, furto e tráfico de armas de uso exclusivo das Forças Armadas, tráfico de drogas, liberação de internos dos presídios para a prática de delitos os mais diversos, desvio de carros roubados já apreendidos pela Polícia Civil, adulteração de motores, falsificação de documentos, corrupção, jogo de bicho. Estaríamos falando das atuais denúncias realizadas contra grupos de extermínio do Espírito Santo? Definitivamente não. Estas e uma lista infindável de crimes são atribuídas ao Esquadrão da Morte no Espírito Santo, não na atualidade, mas no ano de 1969 (GUIMARÃES, 1978).

Esta é nossa primeira “parada” nas construções históricas que forjaram a existência do que chamam de “crime organizado”, no estado do Espírito Santo: a emergência do esquadrão da morte no estado do Espírito Santo. Para tanto, reconstruiremos um percurso pouco conhecido da história do referido estado, não relatada em livros, não registrada em documentos oficiais. História não contada nas escolas formais, muito menos lembrada como data comemorativa dos calendários estaduais.

Importante frisarmos que não nos propomos a levantar a discussão acerca do tema crime organizado. Desconfiamos, porém, de considerações abotoadas, fechadas,

---

<sup>47</sup> "Caveirão" é o nome de veículos blindados e fortemente armados utilizados nas áreas ditas de risco da cidade do Rio de Janeiro com o intuito de "combater o tráfico de drogas". De acordo com inúmeras denúncias os "métodos" de ação do Caveirão são para implantar o medo, não para garantir segurança. Algumas destas denúncias dão conta de que policiais dentro do Caveirão podem efetuar disparos e intimidar a população sem serem identificados, além de relatos de que os alto-falantes do veículo aterrorizam e desqualificam os moradores e moradoras das favelas. Há relatos, inclusive, de que o Caveirão desfila pelas comunidades com corpos de jovens assassinados presos nos ganchos do veículo.

como o tema em questão; salientamos que, durante todos os momentos históricos discursos de poder converteram oponentes do regime vigente em “*criminosos organizados*”, dos inconfidentes no Brasil-Colônia aos “traficantes” da contemporaneidade. A estes restam o aprisionamento e a eliminação como forma de penalidade modelar.

Consideramos que organizações como o Esquadrão da Morte e a Scuderie Detetive Le Cocq podem significar sim a formação de quadrilhas delituosas, assim como os fatos praticados por tais grupos constituam-se crimes, mas estes são incapazes de provar a existência do chamado crime organizado no Espírito Santo. Para Batista (2010)

A lei penal é instrumento de classe, produzida por uma classe para aplicação às classes inferiores; a justiça penal constitui mecanismo de dominação de classe, caracterizado pela gestão diferencial das ilegalidades; a prisão é a instituição central da estratégia de dissociação política da criminalidade, com repressão da criminalidade das classes inferiores e imunização da criminalidade das elites de poder econômico e político."O mesmo ocorre na definição do *crime organizado*. Quando os monopólios bancários e industriais se fundiram, formando o capital financeiro, no final do século XIX, fizeram surgir e consolidar a oligarquia financeira, grupos de especuladores responsáveis pela enorme concentração de capital dos tempos atuais. A especulação financeira provoca fraudes e resulta no confisco da poupança nacional, na quebra indiscriminada de economias nacionais e na retirada de direitos sociais, resultando na fome e miséria de mais de dois terços da população mundial. A oligarquia financeira é política de Estado ou crime organizado? Não é possível separar as duas coisas.No Brasil, a incrustação do crime organizado ao Estado fica clara quando banqueiros e especuladores são presos, e ainda mais clara quando os mesmos banqueiros e especuladores são soltos e protegidos pelos poderes de Estado, especialmente o Judiciário. Punidos são os que denunciam (BATISTA, 2010, p. 01).

Assim, nossa tentativa é a não de construir um percurso histórico desses grupos, mas sim de evidenciar práticas de extermínio e aniquilamento que possibilitaram não só processos de fragmentação e despotencialização dos movimentos sociais e de direitos humanos no referido estado, mas que fortaleceram certo conceito de crime organizado com a função de legitimação do poder, especialmente nas áreas da polícia, da justiça e da política em geral; poder que dissemina um discurso que potencializa o medo desse novo inimigo interno, capaz de justificar o discurso repressivo das políticas criminais autoritárias, dirigidas especificamente à população pobre.

Medo urbano contemporâneo...discurso que, entre outras questões, produz o endurecimento das políticas de segurança e acaba por naturalizar o extermínio de inúmeros indivíduos considerados descartáveis.

É por isso que afirmamos que a grande política social da contemporaneidade neoliberal é a política penal. A qualquer diminuição de seu poder os meios de comunicação de massa se encarregam de difundir campanhas de lei e ordem que aterrorizam a população e aproveitam para se reequipar para os “novos tempos”. Os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, são hoje fundamentais para o exercício do poder de todo o sistema penal, seja através de novos seriados, seja através da fabricação de realidade para produção de indignação moral, seja pela fabricação de estereótipo do criminoso (MALAGUTI, 2003, p.33).

Importante salientar que, na elaboração deste capítulo, foram utilizadas de forma significativa, informações produzidas pela imprensa impressa e digitalizada. Elas foram levantadas em arquivos existentes em dois jornais de grande circulação do referido estado – Jornal A Gazeta e Jornal A Tribuna, assim como no jornal virtual Século Diário.

Com acesso digital a esses principais jornais, foi organizada uma pesquisa temática utilizando os temas violência, esquadrão da morte, polícia e grupos de extermínio. Esse trabalho de classificação por assunto, inexistente nos arquivos dos próprios jornais, possibilitou o acesso a um conjunto bastante detalhado de reportagens que foram produzidas no período que vai de 1980 a 2010.

Embora bastante ampla, essa base de dados tem seus limites. Apesar de haver uma compreensão organizacional nesses arquivos, eles se colocam enquanto instrumentos de ação política que buscam construir uma opinião pública que legitime determinadas concepções de verdade, como aquelas que ligam pobreza à periculosidade, criminalidade à determinados segmentos sociais. Prova disso coloca-se na diferenciação dada a uma mesma notícia, compilada nos jornais locais de grande circulação ou no jornal online pesquisado.

Desse modo os dados, índices e informações sobre a violência e a formação dos grupos de extermínio no Espírito Santo enfrentam condicionamentos inevitáveis. Ter noção deles, no âmbito dessa pesquisa, permitiu-nos conhecer um pouco da realidade do estado, apesar desses limites. A utilização das informações da imprensa possibilitou, sobretudo em determinados períodos históricos, e na ausência de qualquer outra fonte, a percepção de contradições nos aparelhos

oficiais da polícia, nos discursos das autoridades e na execução de políticas de segurança. Em vários momentos, percebe-se, que a imprensa registra o acontecimento jornalístico para além do seu objetivo institucional, veiculando informações que supostamente nunca foram comunicadas por nenhum outro órgão. O que inexistia nos registros de ocorrência ou nos inquéritos sobre homicídios acaba revelado em “furos” jornalísticos, mesmo que com finalidades sensacionalistas, comerciais e/ou políticas. Por outro lado, a imprensa revela também a “versão oficial”, com índices de violência e homicídios e com as explicações de delegados, secretários de segurança, chefes e comandantes de polícia, entre outros, de forma a justificar estes índices e exaltar o trabalho dessas instituições. Presa nas suas próprias contradições, a mídia permite leituras pouco transversais, muitas vezes sucumbindo à lógica dos setores politicamente dominantes e adequando-se aos seus interesses.

Desgarrando-se de suas bases estruturais econômicas, o *credo* criminológico da mídia constituiu-se como um discurso que impregnou completamente o jornalismo, das menores notas ao obituário, abrangendo inclusive publicações que se pretendem progressistas. Este discurso aspira a uma hegemonia, principalmente sobre o discurso acadêmico, na direção da legitimação do dogma penal como instrumento básico de compreensão dos conflitos sociais. Este discurso habilita as agências de comunicação social a pautar agências executivas do sistema penal, e mesmo a operar como elas (executivização), disputando, com vantagem, a seletividade com tais agências. A natureza real desse contubérnio é uma espécie de privatização parcial do poder punitivo, deslanchado com muito maior temibilidade por uma manchete que por uma portaria instauradora de inquérito policial. (Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio. (BATISTA, N. – Artigo publicado na Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=batista-nilo-midia-sistema-penal.html>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

No caso deste capítulo especificamente, a utilização como fonte da imprensa impressa e mídia digitalizada, tornou-se a única possível, visto que são escassos os documentos oficiais ou extra-oficiais que tratam do tema pesquisado, a saber, grupos de extermínio.

Assim, esse peso da imprensa foi contrabalançado por entrevistas com pessoas que por sua proximidade com as situações analisadas, ou funções desempenhadas dentro de estabelecimentos envolvidos, forneceram informações determinantes para a construção desses caminhos e descaminhos da violência. Algumas delas, por motivos óbvios, não terão seus nomes citados. Lançamos mão também de três livros de relevada importância no que se refere à bibliografia voltada para o tema grupos

de extermínio, a saber: ***“Meu depoimento sobre o esquadrão da morte”***, de autoria do então Procurador de Justiça do Estado de São Paulo Hélio Pereira Bicudo, datado de 1976, ***“A Chancela do crime”***, escrito pelo advogado capixaba Ewerton Montenegro Guimarães em 1978, e ***“Um novo Espírito Santo: onde a corrupção veste toga”***, escrito pelos jornalistas Rogério Medeiros e Stenka do Amaral Calado em 2010; estes autores demonstram, de forma cabal, as articulações que constituíram o chamado “Esquadrão da Morte” no Brasil e, mais especificamente no estado do Espírito Santo, assim como as redes que tecem a atuação de grupos criminosos na atualidade. É válido salientar que todos os limites até aqui apresentados, fazem parte, de certa forma, das idas e vindas características da nossa proposta de pesquisa. Parte da “exumação” dessa história fala-nos dos indícios, “a observação dos detalhes aparentemente sem importância em detrimento do que é visivelmente característico das provas” (GINZBURG, 1990, p. 02); história que pondera acerca dos exames periciais, das testemunhas e mesmo dos corpos que não foram preservados ou nem sequer registrados, das vidas ceifadas que sequer tornaram-se estatísticas, pois suas mortes nunca foram comprovadas. Através de fatos negligenciáveis podemos decifrar um mundo para além das histórias homogêneas, das farsas históricas tidas como verdades absolutas e imutáveis, mas sim de uma história construída sobre vários aspectos, vários prismas.

### **3.1 CUIDANDO DO JARDIM: A DESCOBERTA DO CEMITÉRIO CLANDESTINO DA BARRA DO JUCU E A EMERGÊNCIA DO ESQUADRÃO DA MORTE NO ESPÍRITO SANTO.**

Percorrer caminhos, assim buscamos apreender a emergência dos chamados grupos de extermínio, especialmente no Espírito Santo. Para tanto, percebemos ser necessário entendermos como estes grupos começaram a se articular em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, onde primeiro tiveram visibilidade os chamados “Esquadrões da Morte”.

Em São Paulo, segundo Bicudo (1976), os primeiros casos começaram a emergir em fins de 1968, porém ainda sem a designação de “Esquadrão da Morte”,



expressão que ganhou cada vez mais ênfase e publicidade com a multiplicação das execuções.

Se, logo de início, parecia que ele tomava a 'simpática' atitude de defender as pessoas e os bens da população, eliminando bandidos, não tardou a impor-se-nos a conclusão de que semelhante instrumento também servia para favorecer quadrilhas de traficantes de drogas em detrimento de outras, assegurar a prostituição organizada e vender proteção pura e simplesmente, a exemplo do que fazia e ainda hoje faz nos Estados Unidos, a Máfia (BICUDO, 1976, p. 36-37).

Foi através de ampla investigação, iniciada em 1969 por parte do Procurador da Justiça do estado de São Paulo, Hélio Pereira Bicudo, que o funcionamento do chamado Esquadrão da Morte começou a ser entendido, e porque não cartografado. Entre depoimentos de testemunhas das ações do referido grupo, documentos colhidos junto aos estabelecimentos ditos de segurança pública, como o conhecido Presídio Tiradentes – onde vários presos políticos estiveram enclausurados nos anos de 1960 e 1970 - e delegacias de polícia de São Paulo, assim como de investigações junto a renomados representantes das polícias civis e militares, que o procurador reconstruiu uma história, escondida sob lama e sangue, da atuação truculenta dos estabelecimentos policiais nesse estado.

No contato diário com os presos, começou a desvendar-se aos seus olhos todo o mecanismo do "Esquadrão da Morte" e toda a miséria do velho casarão da Avenida Tiradentes. Alguns detentos o procuravam para avisá-lo de que iam ser mortos. E isso vinha acontecer. Por vezes a informação lhe chegava num dia e no outro sucediam as mortes ...). O memorial de espancamentos, torturas e negociatas nos fez arrepiar os cabelos. Havia um delegado, por exemplo, que obrigava os presos a circularem à noite inteira despidos, repetindo sem pausa o "Padre Nosso" em torno do pátio da cadeia. Outro delegado, nisto acompanhado por investigadores, divertia-se mergulhando os presos num pequeno poço – hoje desaparecido – que ficava logo em frente ao pavilhão dos presos correccionais. Se o objeto da experiência quisesse respirar e erguesse um pouco a cabeça, levava uma pancada. Se não quisesse levar pancadas, tinha de manter a cabeça imersa na água. E o suplício só tinha fim quando se esgotava a veia lúdica dos carcereiros. Como derivativo, havia as queimaduras com pontas de cigarro e chamas de isqueiro etc. (BICUDO, 1976, p. 38).

É importante destacarmos, neste percurso de conhecimento acerca das ações do Esquadrão, o depoimento do padre beneditino Agostinho de Oliveira, que realizava trabalhos religiosos no Presídio Tiradentes, em São Paulo, e vivenciava a situação de internos no ano de 1979. O ambiente reinante no Presídio era de terror. O padre tentou apresentar estes fatos – aliás notórios – ao conhecimento das autoridades

policiais. Mas as barreiras foram se levantando diante dele, até que um dia pura e simplesmente vetaram-lhe a entrada no Presídio (BICUDO, 1976, p. 39).

No período em que tais fatos se apresentavam, toda e qualquer forma de coibir as ações do Esquadrão da Morte tornava-se, especialmente para as autoridades públicas, um ato de subversão, o que acabou por expor o referido padre ao Esquadrão e o impôs vida enclausurada, sempre sob ameaças de morte. Em seu depoimento ao procurador de justiça Hélio Pereira Bicudo, durante quase doze horas, o mesmo se dispôs a falar sobre todos os fatos relativos ao presídio, e também ao funcionamento das celas do Departamento Estadual de Investigações Criminais – DEIC, de onde saíram inúmeros presos assassinados por membros do Esquadrão da Morte. Descobriu-se, por exemplo, que um dos lemas do Esquadrão era de que “a cada investigador morto, dez marginais pelo menos deveriam pagar o crime com a própria vida” (BICUDO, 1976, p. 76).

Demagogicamente, o próprio Governador do Estado de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, em 1970 – em pleno governo do General Médici - afirmava em entrevista concedida ao “Programa Pinga Fogo”, da televisão Tupi – Canal 4, a inexistência do chamado Esquadrão da Morte.

Faz-se uma onda muito grande com relação ao Esquadrão da Morte. Esquadrão da Morte não existe como organização. Isto é invenção, isto é promoção, isto é oposição à polícia que muitas vezes é sacrificada e injustiçada; e ela é injustiçada no mundo inteiro. A polícia não é simpática. Não sei por quê razão, mas não é. Mas aí de nós sem ela. Bom, o que existe é o que existe em qualquer parte do mundo. Quem é que está no ‘front’, quem é que está na frente da briga, quem é que sobe numa favela para pegar o marginal? É o juiz togado, é um promotor pequeno, grande, seja do tamanho que tiver, para ir lá? Não. Quem sobe é um policial da polícia militar ou um da polícia civil, que arrisca a sua vida, o sustento de sua família, porque geralmente são pobres, para tirar um marginal de dentro de uma favela, escondido, encurralado, para dar tranquilidade à cidade. Este marginal, por ser marginal, reage. Então queria que o policial dissesse: ‘Não, não atire em mim, vamos fazer aqui um arreglo, você vai para a cadeia direitinho, eu trato você bem...’ (Governador do Estado de São Paulo Roberto Costa de Abreu Sodré, em entrevista cedida em 08.09.1970 ao Programa Pinga Fogo, da TV Tupi. In BICUDO, 1976, p. 125).

Quando questionado acerca de quem havia de construir esta “suposta invenção” acerca do Esquadrão da Morte, o então governador foi mais enfático e escabroso, ao afirmar que era uma criação, possivelmente da própria polícia.

Isso pode ser até tática policial, para criar clima, porque você não cria paz apenas com revólver. Você cria paz com clima de temor, porque um marginal, o criminoso, é um homem que se ele não sentir que existe uma polícia disposta a enfrentá-lo, a ousadia dele não tem limites. Pois ele é um anormal. Então, o que precisa é fazer criar um clima de quem cometer crimes, ele vai ser preso e quem reagir terá alguém para enfrentá-lo (Governador do Estado de São Paulo Roberto Costa de Abreu Sodré, em entrevista cedida em 08.09.1970 ao Programa Pinga Fogo, da TV Tupi. In BICUDO, 1976, p. 125).

Entre sindicâncias para apuração de dezenas de assassinatos, descoberta de cemitérios clandestinos, tráfico de drogas, ameaças, intimidações e tráfico de influência, cuja implicação das forças policiais era evidente, o procurador de justiça Hélio Pereira Bicudo, que dera maior visibilidade às denúncias, foi sumariamente exonerado da Comissão Especial de Investigação, responsável por apurar as atividades criminosas atribuídas ao Esquadrão da Morte. Mesmo afastado dos inquéritos, que aos poucos foram sendo abandonados, o mesmo ainda foi alvo de ameaças e represálias durante longo período. No que diz respeito ao Esquadrão da Morte no estado de São Paulo, este ganhou outros contornos.

Os policiais militares foram sendo treinados pelo Exército a usar metralhadoras, em 1969, com o objetivo de combater guerrilheiros. Quatro anos depois, vencida a guerrilha, continuaram usando armamento pesado durante o patrulhamento regular da cidade. Contra outro tipo de inimigo. Agora o alvo das metralhadoras era geralmente jovens de periferia, muitas vezes desarmados. De 1973 até 1975, os soldados foram autorizados pelos seus comandantes a metralhar pelo menos 109 vezes contra pessoas da zona pobre da cidade, suspeitas de serem criminosas (BARCELLOS, 2005, p. 56).

No contexto da ditadura militar, empenhados no combate e desmantelamento de um foco de resistência localizado no Vale do Ribeira, tido como centro de treinamento de guerrilhas, é instalada na sede do Primeiro Batalhão Policial Militar “*Tobias De Aguiar*” uma central de comunicações com a finalidade de apoiar as viaturas em serviço. Equipados com rádios transceptores e com a famosa “boina negra” como marca característica, sob o comando do Ten.-Cel. Salvador D’Aquino, o grupo passa a ter o papel de ronda, patrulhamento urbano e tropa de choque para agir onde a polícia comum não tinha condições de fazê-lo. Em 15 de outubro de 1970, passa a denominar-se *Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar* – emergindo assim a ROTA...

O senhor é meu pastor, nada me faltará, livre-me do tático que enquadra e que mata, no setor é ataque, garra, Rota, do lado leste o Choque. Invade...abuso do poder sempre vai prevalecer, mão na cabeça, perna aberta. Vai se foder, olho no olho o curriculum a intimação, pressão psicológica, arma na mão é a razão de se achar, coronhada em vagabundo, hematoma, corte profundo. Eu sei de tudo e o rabecão leva o corpo sem vida para o instituto, e a balística vai constatar, não dá para escapar pois o cheiro de pólvora ainda esta no ar...no ar sendo inalado pelo povo da favela. Pros manos que daqui já se foram, vou acender uma vela, vela, morte em ação policial, Carandiru ou na Candelária, Vigário Geral, extermínio praticado em nome da lei, Favela Naval, Diadema. Um cinegrafista filma a cena de horror, PM rambo, pelas costas mata um trabalhador, eles não sabem exercer a profissão, eles não tem como base a nossa proteção. Extorsão é crime, é a lei da polícia, desacato, a extinção mano o nome é tema... Deus cria, a Rota mata...por aqui, por ali, só sangue que se vê, a mãe que pare o filho, que a Rota mata e extermina, quem não acredita confira para ver. O crack, o corte, a morte a cada esquina, olha lá o trafico, os policiais abastecendo a bocada de pó, é mais um, mais um menor que sobe e desce a vida...não quero ver meu filho morto naquele caixão. Lei da favela contaminada pelo vírus da pobreza, policia corrupta o futuro é uma incerteza...Deus cria a Rota mata (Sistema Negro - Kid Nice, Eazy Nylon, Alex F e Dina Dee).

São Paulo mergulha mais uma vez em um emaranhado de crimes cometidos por aqueles que deveriam combatê-los. Constata-se um complexo sistema de execução de moradores de periferia por policiais militares da Rota, unidade de elite que contava, na época, com cinquenta membros subdivididos em dez caminhonetes modelo Veraneio, armados com pistolas, metralhadoras e diversos tipos de bombas de contenção.

De um grupo considerado como “proteção para a sociedade” a Rota constituiu-se no novo modelo do esquadrão da morte, atirando primeiro e perguntando depois; simulando as já alardeadas “mortes em confronto”, os “autos de resistência”. Um princípio que fala não só de violência policial, mas principalmente de um sistema jurídico-político que enaltece, com prêmios, promoções e a certeza da impunidade, um estabelecimento policial pautado na brutalidade e na barbárie. Um aparato policial “pró-morte” que é ainda vigente nos dias atuais, com novos contornos, mas ainda recheado de arbitrariedades e atuações violentas.

Entendemos ser necessário uma pesquisa de maiores proporções para detalharmos a atuação da Rota, o que nos é impossibilitado no momento, visto que este pequeno arcabouço acerca do estabelecimento se faz apenas para adentrarmos nas especificidades dos grupos de extermínio. Assim detemo-nos apenas nas

informações já passadas, para em seguida trazermos aqui também alguns indícios da formação dos grupos de extermínio no estado do Rio de Janeiro, fator de relevada importância para nosso próximo passo – a escalada do Esquadrão da Morte e da Scuderie Detetive Le Cocq no Espírito Santo.

De acordo com Coimbra (2001, p. 127) É interessante lembrar que, desde 1958, havia se organizado no Rio de Janeiro o que ficaria conhecido nos anos 60 e 70 como “Esquadrão da Morte”. Sob o comando do detetive Mariel Moryscötte de Mattos, um dos chamados “Homens de Ouro da Polícia Carioca”, esse grupo eliminava supostos bandidos comuns, sendo composto, em geral, por políticos, membros do Poder Judiciário, policiais civis e militares e sendo mantido, via de regra, por grupos de empresários (COIMBRA, 2001, p. 127).

É nesse período que começam a aparecer, de forma freqüente, assaltantes a mão armada. Ganham as notícias os assaltos a postos de gasolina, assaltos a taxistas, arrombamentos e assaltos a residências e a bancos. Ao mesmo tempo, a imprensa compara a cidade à Chicago dos anos 1920, referindo-se à existência do crime organizado no jogo do bicho e no contrabando. É nesse contexto que o chefe de polícia decide criar oficialmente o “Grupo de Diligências Especiais”, comandado por um policial, conhecido como Le Cocq que pertencera à famigerada Polícia Especial da Ditadura Vargas. O seu grupo, recrutado do antigo “Esquadrão Motorizado” da Polícia Especial, voltou a utilizar a sigla E.M. e o símbolo da caveira com duas tíbias enlaçadas (sigla e símbolos do antigo “Esquadrão Motorizado”). Como suas ações(chamadas de “caçadas” pela imprensa) eram acompanhadas sistematicamente da morte dos suspeitos de crime que “caçavam”, a imprensa e populares passaram a chamá-los de “Esquadrão da Morte” por causa da sigla. (MISSE, 2008, p. 376-377).

Mais tarde esse grupo ficou conhecido na figura da “Scuderie Detetive Le Cocq”, nome escolhido em homenagem ao detetive Milton Le Cocq, que havia sido baleado e morto em uma troca de tiros com o temido bandido Manuel Moreira, apelidado de “*Cara de Cavalo*”, assaltante de pontos de jogos de bicho.

Com a morte de Le Cocq, em 1964, seus comandados criaram um grupo para-policial chamado “Scuderie Le Cocq”, em sua homenagem, e não escondem de ninguém que seu objetivo é matar “bandidos”: bandido bom é bandido morto”, disse à imprensa um de seus integrantes, que anos depois seguirá carreira política no Rio utilizando essa frase em sua campanha eleitoral. A partir de então, cadáveres passam a ser encontrados em lugares ermos da cidade, com vários tiros e um cartaz onde se lê frases como “Menos um ladrão na cidade – assinado: E.M.”. Essa expressão passará a ser repetidamente utilizada por outros grupos de matadores, que começam a surgir na cidade com nomes como “Rosa Vermelha”, “Mão Branca” etc. (MISSE, 2008, p. 377).

No Espírito Santo esse grupo, primeiramente chamado “Esquadrão da Morte”, foi responsabilizado, nas décadas de sessenta e setenta, pela execução sumária de centenas de pessoas – presos da justiça, pessoas “não identificadas”, assim como desafetos políticos do cenário capixaba. Os assassinos cumpriam um ritual bastante conhecido entre os policiais civis e militares do estado: a pessoa era arrancada do local onde se encontrava, era presa de forma ilegal na Superintendência da Polícia Civil, para em seguida ser encaminhada a um dos presídios capixabas, especialmente ao Instituto de Reabilitação Social - IRS, no município de Vila Velha. Lá era espancada, seviciada e em seguida encaminhada para seu destino final: o cemitério clandestino da Barra do Jucu, no mesmo município, ponto inicial das primeiras investigações e descobertas acerca da atuação do chamado “crime organizado” em terras capixabas, em 1969.

Quando no referido ano, após as festas do carnaval, o estado se deparou com a chacina dos presos Gerson Patrocínio, Cassiano Ricardo, Aécio Gomes e do adolescente, sem antecedentes criminais, Altamiro de Carvalho, estava aberta a úlcera que ocuparia por meses as manchetes dos principais jornais locais e nacionais – a existência de um grupo organizado de policiais civis e militares responsáveis por uma série de assassinatos, entre outros crimes que chocaram não só a população capixaba, mas todo o país. A descoberta do cemitério clandestino em 11.08.1969 e publicada pela mídia no dia 15 do mesmo mês iniciava uma série macabra de revelações, entre elas a existência de dezenas de cadáveres, com pés e mãos amarrados com arames, na área da Barra do Jucu.

Chegava então ao conhecimento público que a cúpula das polícias civis e militares tinha ingerência direta na administração e no funcionamento dos estabelecimentos penais capixabas. As noites nestes locais revelavam-se de agonia e inquietação, visto que era neste horário que policiais fardados e a paisana incursionavam nestes presídios; abriam-se as celas em horários irregulares quando alguns presos eram “liberados” para “executar serviços” a mando destes policiais, assim como outros detentos eram retirados a chutes e pontapés das celas, e nunca mais eram vistos.

Descobriu-se, posteriormente, que estes eram encaminhados a uma “cela especial”, denominada “Japão”, no Instituto de Reabilitação Social – IRS, em Vila Velha – ES, onde eram sucessivamente espancados; eram então encaminhados a uma área erma da Barra do Jucu, onde cavavam suas próprias covas para em seguida serem muitas vezes decapitados, e enterrados no cemitério clandestino chamado pelos policiais pelo codinome de “jardim”. Foi constatado também que muitos cadáveres foram arremeados na baía de Vitória, capital do Espírito Santo.

O mar banhava as traseiras da Superintendência de Polícia Civil. A noite, um barco da Delegacia Especializada de Segurança transportava os mortos para o local de imersão. Até mesmo da ponte Florentino Avidos eram lançados à correnteza fardos humanos. Os ferimentos deformavam a expressão facial das vítimas. Os sinais de espancamento eram visíveis. Não raro, os corpos sofriam mutilações no fundo do canal. Nem sempre os mortos retornavam à superfície. Mas em princípio de 1969 pescadores resgataram o corpo de um homem, diante do edifício da Caixa Econômica Federal, à Avenida Beira-Mar. O rosto estava irreconhecível. O defunto trazia as mãos amarradas com arame. Outros cadáveres boiaram então nas imediações do Penedo e junto ao cais de Tubarão (GUIMARÃES, 1978, p. 07).

A partir dessas primeiras denúncias emergiram tantas outras que davam conta do esquadrão da morte enquanto uma organização criminosa que atuava no interior da Superintendência da Polícia Civil e estendia sua influência às delegacias distritais, municipais e aos presídios estaduais. Foram denunciadas diversas autoridades enquanto cúmplices diretos, ou que silenciaram-se diante das atrocidades do esquadrão, entre elas o Superintendente da Polícia Civil, José Dias Lopes, acusado de participar diretamente das retiradas e execuções dos presos, assim como do irmão do superintendente, Governador do Estado do Espírito Santo, Christiano Dias Lopes.

Outra denúncia dizia respeito aos constantes “encontros” de cadáveres investigados pela Polícia Civil. Sistemáticamente os “corpos encontrados” eram transportados para o Instituto Médico Legal; entretanto, não se procedia a apuração dos crimes; crimes estes que posteriormente foram atribuídos a estes mesmos policiais.

Os corpos após serem encaminhados à necropsia eram sepultados no cemitério de Maruípe como indigentes, não identificados. Um levantamento realizado no referido cemitério apurou 240 sepultamentos no período de junho de 1968 a agosto de 1969.

Desses, 130 eram pessoas “não identificadas”, número que não chegava a 20 nos anos anteriores.

Aterrorizado, Nilson gemia, chorava, implorava, gritava de dor como um animal ferido, agonizante. A repetição dos golpes era uma tortura insuportável. Os espancadores vibravam a palmatória, inexoravelmente. O prisioneiro desmaiou seis vezes, e o pesadelo prosseguia, uma expiação infundável. As pancadas dilaceravam a carne e os nervos. A palmatória pesava mais que dois quilos, e havia um revezamento entre os policiais, que batiam sem esmorecimento. (...). As três horas da madrugada aproximadamente, retiraram Nilson da mesa de espancamento. Arrastaram seu corpo pelo chão, como um porco. O detetive José Maria puxava o prisioneiro pelos pés, e os braços e pernas tinham ferimentos gravíssimos, o tórax era uma chaga dolorosa. Às três horas da madrugada ele passou arrastado em frente ao cubículo onde eu estava preso – prosseguiu Jonas – E depois disso, não apareceu mais, nem tive notícias dele (GUIMARÃES, 1978, p. 132).

Alguns executores determinavam que essas pessoas cavassem a própria sepultura antes da execução. Esses presos eram submetidos a todo tipo de tortura, vexames e humilhações dentro da própria Superintendência, com a conivência e participação do então Superintendente da Polícia Civil, José Dias Lopes.

A repercussão deste e de todos os outros crimes ultrapassou as fronteiras estaduais, ressoando em todo o país. Pela primeira vez, em uma história que viria a se repetir décadas depois, pedia-se a investigação por parte da Polícia Federal, visto que a suposição era de que as polícias estaduais encontravam-se corrompidas.

Presos e familiares de desaparecidos se propuseram a quebrar o silêncio, ousaram resistir à atuação do esquadrão e depor, relatando as agruras sofridas, vivenciadas. Quando propomo-nos a articular historicamente o passado, não afirmamos o discurso universal “que se vangloria de ser a história verdadeira e, portanto, a única certa e, em certos casos, a única possível” (GAGNEBIN, 2006, p. 40). Frisamos assim que, trazer a história daqueles que sofreram violências, não se colocou enquanto exaltação aos assassinados pelo esquadrão, mas sim como afirmação uma memória ativa, capaz de transformar o presente daqueles que lerem estas linhas.

Em uma de suas obras, intitulada “Lembrar Escrever Esquecer” (2006), Jeanne Marie Gagnebin faz algumas análises acerca dos crimes e genocídios nazistas ocorridos nos campos de concentração, em especial Auschwitz; nestas, trás relatos



de sobreviventes destes campos de concentração, assim como da forma como estes elaboram a memória acerca da experiência traumática.

Os sobreviventes, aqueles que ficaram e não se afogaram definitivamente, não conseguiam esquecer-se nem que o desejassem. É próprio da experiência traumática essa impossibilidade do esquecimento, essa insistência na repetição. Assim, seu primeiro esforço consistia em tentar dizer o indizível, numa tentativa de elaboração simbólica do trauma que lhe permitisse continuar a viver e, simultaneamente, numa atitude de testemunha de algo que não podia nem devia ser apagado da memória e da consciência da humanidade (GAGNEBIN, 2006, p. 99).

Assim entendemos serem elaboradas as memórias daqueles que foram atingidos e tiveram familiares mortos por grupos de extermínio. A memória não só é o cálice amargo da lembrança jamais esquecida, mas principalmente a forma que encontraram de não deixar cair no esquecimento tudo o que vivenciaram.

Mas algumas insurgências demandam caros preços, que são pagos não só pelos atingidos pela violência, mas também por seus familiares. Desqualificados enquanto testemunhas, desencorajados, coagidos, ameaçados e alvos de investidas truculentas, aqueles que depuseram acerca da atuação do esquadrão da morte foram perseguidos e ameaçados.

Atravessou-se então um período de crise, período de confusão, visto que a opinião pública não compreendia o que ocorria e o que era fruto das interpretações da Assessoria de Imprensa do Governo, que vendia uma imagem das polícias à mídia, que repassava a toda a população.

Presos e familiares que antes relatavam as agruras vivenciadas nos presídios, os desaparecimentos de companheiros, as ações do esquadrão, agora - ameaçados e acuados – desmentiam suas acusações, prestavam novos depoimentos inocentando a cúpula da polícia capixaba.

Somente depois de três anos, em 1972, que a opinião pública teve conhecimento dos motivos que compeliram aqueles presos à retratação dos depoimentos (GUIMARÃES, 1978, p. 391). Alguns acabaram assassinados, outros foram obrigados a deixar o estado com suas famílias às pressas, sob a égide do medo e da insegurança. Muitas idas e vindas, inúmeros relatórios, investigações e processos. Muitos indiciados. Do inquérito instaurado para apurar os crimes do

esquadrão da morte no estado do Espírito Santo, alguns acusados foram impronunciados simplesmente; outros, após terem sido pronunciados, foram despronunciados por decisão de segunda instância; outros mais, inclusive o Superintendente da Polícia Civil, José Dias Lopes, nem sequer chegaram a ser denunciados na ocasião.

Aqueles que foram denunciados e chegaram às vias de julgamento somaram, em todas as condenações, uma pena que ultrapassaria mil anos de sentenças condenatórias. A maioria dos réus, porém, recorreu de suas sentenças, estando em liberdade até os dias atuais. Mil anos de sentenças condenatórias...empenhados na crença de que a pena vai resolver a questão da violência. Uma política punitiva é colocada em prática guiada pela transformação da resolução de conflitos urbanos em “guerra contra a criminalidade”.

Através da onda punitiva o sistema de controle social tem vários mecanismos: a prisão em expansão, a que empareda, a que propõe o mesmo isolamento do século XIX; as medidas alternativas que vão capilarizando em vez de discriminar onde se expande o poder penal; a transformação da periferia em campo de concentração, seja favela, seja periferia de São Paulo, seja Baixada Fluminense, seja Palestina, sejam os bairros africanos e árabes na Europa; a "medicalização" em massa e a vigilância (câmeras, etc.), tudo isso tem uma lucratividade enorme. Um setor econômico que está se expandindo, sem contar o controle ideológico que se mantém eficiente. Então, o que costura tudo isso é a internalização subjetiva da barbárie. (MALAGUTTI, 2007. Entrevista cedida ao Jornal “A Nova Democracia” Ano VI. nº 35, julho de 2007 - Insânia, anarquia e Estado policial).

É fácil pensarmos que essa “fome punitiva” vai produzir novas - e não tão novas - armadilhas de sujeição e confinamento aos movimentos de recusa à criminalização da pobreza e da violência contra as comunidades mais empobrecidas. Uma dessas capturas diz respeito à apropriação e uso sistemático da dor de familiares de atingidos pela violência para a mudança do sistema penal. Através de uma divulgação maciça dessa dor pelo dispositivo midiático, da utilização das emoções do discurso dos atingidos e de seus familiares utiliza-se da comoção nacional para mudanças mais duras e rigorosas na legislação penal.

Apontando esta questão não estamos justificando ações violentas, nem tão pouco questionando a litude da dor desses familiares, porém salientamos que estes sentimentos acabam por ser utilizados como mecanismos políticos para a construção dessa política punitiva, uma vez que os próprios familiares passam então

a clamar por mudanças e um maior endurecimento das penas. Salientamos que não é a toa que esses movimentos tornam-se mais fortes e com ampla cobertura pela mídia quando os atingidos pela violência são brancos e de segmentos médios.

A socióloga Vera Malagutti Batista, em entrevista cedida ao Jornal “A Nova Democracia”, em julho de 2007, intitulada “Insânia, anarquia e Estado policial”, irá nos apontar que esta é uma estratégia do capitalismo central de fazer o controle social da juventude através da punição, da pena e também pelo controle da mão de obra que está sobrando, de populações que não tem outro projeto, apenas o penal. A associação do poder punitivo no controle do exército industrial de reserva oscila de acordo com a ocasião. Em períodos em que sobram braços, o direito penal e o poder punitivo tem de ser mais truculentos. Em contrapartida, quando faltam braços, aparecem os discursos liberais.

Esse projeto se expandiu a partir da implantação do neoliberalismo, a internalização da vontade de punir, ou seja, da subjetividade. Os grandes meios de comunicação trabalham isso o tempo todo, as emoções das pessoas. Até teve uma trágica discussão acadêmica e, como pivô, um artigo do Renato Janine Ribeiro, diretor de avaliação do CAPES, publicado na Folha de São Paulo. Ele defendia que não bastava pena de morte e que tinha que haver mais sofrimento e dor. Ele defendia a emoção linchadora (MALAGUTTI, 2007. Entrevista cedida ao Jornal “A Nova Democracia” Ano VI. nº 35, julho de 2007 - Insânia, anarquia e Estado policial).

Emoção linchadora...tento, durante todo o tempo em que escrevo sobre o Esquadrão, sobre as mães e familiares, não me deixar capturar por estas sensações e sentimentos. Mas o paredão de diferenças tem tantos lados, tantas ranhuras que também me partem em tantos pedaços que por vezes me perco em meio as verdades produzidas e tão bem alardeadas.

*Confusa! Assim me sinto todas as vezes que retomo a escrita, o tema, os familiares. A impressão é que, por vezes, acabo por potencializar os mecanismos de judicialização da vida; sinto que, ao escrever acerca dessa “necessidade” de justiça, esteja também sendo parte desse processo, sendo conivente com a transformação de questões sociais em penalidades. (Diário de campo, 13/05/2010).*

Longe de colocar-me a favor de uma apologia a alternativa contemporânea de dar prosseguimento às práticas de castigo que alimentam a continuidade das prisões, das torturas, das violências, entendo, porém, que a simples liberdade concedida aos membros do esquadrão da morte e de outros grupos de extermínio robusteceu a

imagem de impunidade, de “terra de ninguém” que imperou nos anos seguintes ao suposto desmantelamento dessas organizações. Possibilitou a emergência, em especial, do que mais tarde configurou-se como o principal expoente dos grupos de extermínio no estado do Espírito Santo – a Scuderie Detetive Le Cocq.

### **3.2 A SCUDERIE DETETIVE LE COCQ: BEM VINDOS AO FUNDO DO MUNDO, O SINDICATO DO CRIME.**

*“Hoje o silêncio é o meu mais paciente amigo, e é ele que me escuta e fica calado, não me critica, não me condena e me faz pensar e repensar em tudo que vivi e tudo que não poderei viver junto ao meu filho. O que me deixa mais triste é o dia-a-dia: não ouvir mais a sua voz, suas gargalhadas, aquelas músicas altas que me deixava louca. Não ouvir mais o barulho da porta abrindo, a voz dele ao telefone, os gritos de mãe, nem mesmo nossas brigas. Somente o silêncio existe aqui, para eu lembrar dele....e para eu pensar nele. É assim a nossa casa hoje; é assim a minha vida hoje. Mesmo não o ouvindo eu converso com ele todos os dias, e sei que ele, em algum lugar, me ouve” (Sra. Irene, mãe de E.C.R., supostamente assassinado por policiais militares , cujo corpo nunca foi encontrado).*

Como mencionado anteriormente, a Scuderie Le Cocq foi criada em 1965 com o intuito de vingar a morte em serviço de Milton Le Cocq, famoso detetive de polícia do Estado do Rio de Janeiro e integrante da guarda pessoal de Getulio Vargas. Seu objetivo era a suposta “repressão” ao crime. O grupo era liderado pelos chamados “Doze Homens de Ouro”, policiais escolhidos na força de elite da polícia do Rio de Janeiro, para “limpar” a cidade. Era composto por agentes do Estado, treinados para eliminarem aqueles considerados os piores bandidos da época, a começar pelo assassino de Le Cocq, conhecido como “Cara de Cavalo”, passando pelo temido Lucio Flavio e outros bandidos que ficaram conhecidos nos anos 50 e 60, e que foram mortos, muitos deles, em suas próprias comunidades.

No Espírito Santo, o grupo foi fundado em 24 de outubro de 1984 para “*aperfeiçoar a moral e servir à coletividade*”<sup>48</sup>. Segundo relatos de testemunhas do processo de dissolução movido pelo Ministério Público Federal, as primeiras reuniões da

---

<sup>48</sup> Estatuto de funcionamento da organização registrado em cartório em 1984.

Scuderie foram realizadas no bairro Bento Ferreira, local de classe média da capital capixaba, servindo de cenário para um verdadeiro ritual.

Ali, mais especificamente numa sala improvisada para a cerimônia, apenas a voz poderia identificar os escudeiros, todos cobertos por capuzes e túnicas pretas. O iniciado da noite era trazido pelo padrinho, prestava juramentos e entoava o hino da organização em frente à espada e ao crânio humano. A bizarra solenidade descrita acima foi contada e recontada por inúmeros ex-membros da Scuderie. Partes da história da Scuderie Detetive Le Cocq podem ser recuperadas em dois extensos relatórios da Polícia Civil do Espírito Santo, escritos pelo delegado Francisco Badenes Júnior, assim como nos inquéritos e relatórios sobre os envolvimento de policiais, jornalistas, magistrados, promotores e políticos com o chamado “crime organizado” no Espírito Santo.

A partir desses relatórios buscamos montar a trajetória da Scuderie no Espírito Santo do início da década de 80 até os dias atuais. Os “escudeiros”, como eram chamados no Espírito Santo, nunca atuaram de forma clandestina, tendo sede e registro em cartório. Suas reuniões aconteciam no Clube de Regatas Náutico Brasil, em Vitória, onde, em buscas feitas pela polícia, relatadas posteriormente, foram apreendidos fichários dos sócios, coletes à prova de bala e chaveiros com o emblema da entidade – uma caveira com duas tíbias cruzadas e as iniciais “E.M.”, de Esquadrão da Morte. Foi encontrado também um moderno sistema de rádio, computadores e de comunicadores.

*Com o início da pesquisa sobre a Scuderie comecei a embarcar em uma história que, por mais estranho que fosse, fizera parte também da minha história na adolescência. Afinal, quantos bailes funk, quantas festas de carnaval não havia curtido no famoso Clube Náutico Brasil? Quantos amigos não faziam parte dos grupos de ‘vapores’ e ‘gerentes’ do tráfico que era comandado pela Scuderie? Morar no bairro de referência da Scuderie fez-me conhecedora de histórias inimagináveis e que não constariam jamais neste diário! (Diário de campo, 03/02/2010).*

Verificaram-se em documentos apreendidos, que a Scuderie tinha um tribunal próprio, para aplicar “medidas punitivas”, tanto em seus associados quando em “criminosos” de toda espécie. Possuía, ainda, um organograma que detalhava os métodos da organização paramilitar, onde prevalecia uma hierarquia quanto à ordem da Scuderie, onde, por exemplo, um escrivão de polícia poderia comandar a

delegacia – desde que fosse mais graduado que o delegado na Scuderie Detetive Le Cocq.

Em 1991, iniciou-se uma investigação, no Município de Vitória, acerca de execuções sumárias de mais de 40 meninos e meninas em situação de rua. Os cadáveres de crianças entre 10 e 14 anos eram expostos nas principais vias de acesso da capital.

Uma série de homicídios cometidos no Espírito Santo, no início da década de 1990, está intimamente relacionada à ação da Scuderie Le Cocq. De acordo com o relatório da *Human Rights Watch*, no Estado do Espírito Santo, o movimento local de meninos e meninas de rua registrou um número de pelo menos quarenta, dentre crianças e adolescentes, assassinados no Estado desde 1992 – 34 dessas mortes somente no ano de 1993 (PENGLASE, 1994).

Invertendo a lógica criminal, os assassinos faziam questão de mostrar os corpos dos assassinados. Essas mortes tornavam-se mais freqüentes nos momentos em que a associação de policiais promovia greves. Com o aprofundamento das investigações, descobriu-se que os suspeitos dos crimes eram policiais e tinham algo em comum: todos eram associados à Scuderie Detetive Le Cocq.

Decidi por reescrever algumas passagens da tese sobre a Le Cocq pois a impressão que senti ao ler o texto foi de que estou lendo um “conto policial” com bandidos e mocinhos com papéis bem definidos, estabelecidos previamente. Mas como é difícil escrever! Sinto que as vezes não consigo me desconectar das questões que judicializam minha escrita, meus pensamentos e devaneios momentâneos! É como se a todo instante fosse “convocada” a atuar, a brigar e lutar pela punição dos responsáveis, pela dor e pelo sofrimento das mães e familiares de assassinados...mas o que fazer com isso? (Diário de campo, 20/02/2010).

Com os assassinatos desses meninos e meninas, o então governador do estado, Albuíno Azeredo, criou a Comissão de Processos Administrativos Especiais - CPAE e o delegado Francisco Badenes Júnior foi convocado a chefiar as investigações. As informações colhidas serviram para indiciar integrantes da Scuderie no Espírito Santo e compreender a forma como a mesma agia no estado.

Na época, o Espírito Santo já recebia um triste destaque: o estado era o campeão dos crimes de mando, as chamadas mortes por encomenda. Para defender os pistoleiros, a Scuderie contava com a atuação de inúmeros criminalistas. Estes advogados criavam uma tese jurídica para mascarar os crimes de mando. Quando

uma pessoa era assassinada por um pistoleiro, os advogados da organização apresentavam outra pessoa, que assumia o homicídio. Uma fórmula perfeita para manter a clandestinidade. O que não sabiam é que estavam, também, assinando uma sentença de morte. Estas pessoas eram presas pela polícia porque confessavam serem os autores do crime; uma vez na cadeia, duravam pouco, pois cerca de quinze a trinta dias depois apareciam assassinadas. Os “arquivos vivos” eram finalmente apagados.

De acordo com o Banco de Dados sobre Violência e Homicídios no Espírito Santo (BDV)<sup>2</sup>, houve um aumento significativo no número de homicídios entre 1994 e 1998. Depois de um declínio entre 1999 e 2001, este número voltou a crescer a partir de 2002. O aumento expressivo no número de homicídios no ES, na década de 90, pode ser correlacionado com a intensa atuação de grupos de extermínio, vitimando, inclusive, número alarmante de crianças e adolescentes. Também podemos elencar, entre as causas desses homicídios, os crimes de mando, o desmando nas instituições e a criminalidade associada à impunidade (ZANOTELLI; RAIZER & CASTRO, 2004).

A história da Scuderie deixou um rastro de assassinatos no Espírito Santo que merece destaque, visto que aponta para todo um processo em curso de desestruturação, destruição e descrédito dos movimentos sociais e de direitos humanos do referido estado. Frente a isso, propomo-nos a reconstruir em parte esse percurso de mortes, mandos e desmandos que se traduziram na constituição e fortalecimento da Scuderie.

### **3.2.1 OS MORTOS VIVOS DO COTIDIANO: ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA QUE SE REAFIRMAM MESMO DEPOIS DA MORTE.**

*“Cada mãe sente de uma forma a ausência do filho que se foi. Acho que é um pedaço de nós arrancado, como se perdêssemos um órgão do corpo, e tivéssemos que nos readaptar a vida novamente. É uma dor que não tem nome!” (Sra. Irene, mãe de E.C.R. 22 anos, supostamente assassinado por policiais militares, cujo corpo nunca foi encontrado).*

Sem a intenção de produzirmos uma história linear e homogênea, realizamos um rápido levantamento do rastro de mortes que a Scuderie Le Cocq deixou no Espírito Santo, a fim de desconstruirmos algumas verdades acerca do funcionamento da mesma. Neste rastro, ressaltamos como analisadores os assassinatos do padre

italiano Gabriel Maire, da jornalista Maria Nilce Magalhães, do prefeito do Município da Serra, José Maria Feu Rosa, e dos magistrados Marcelo Denadai, Carlos Batista e Alexandre Martins Filho. Importante salientar que refazer esse percurso de mortes violentas não se faz a partir da intenção de exaltarmos aqueles que partiram, mas na ênfase em uma narração que recupere os rastros deixados pelo passado. Sabemos que encontramos-nos em uma perigosa encruzilhada: por um lado não se pode deixar para trás estes rastros, sob uma precipitação de se deixar repetir, de outra maneira, esses homicídios; por outro, concentrar-se neles, de forma a esquecer o resto, equivale a ajudar, ainda que indiretamente, a perpetuar as outras catástrofes que incessantemente ocorrem. Nesse contexto, optamos por narrar, trazer estes rastros à nossa escrita, não esquecer estes mortos, os supostos vencidos.

Entendemos que estes “mortos-vivos” provocam reações e desconfortos que permitem, muitas vezes, apontar os impasses existentes nas chamadas políticas de segurança pública do Espírito Santo, incongruências que permaneciam até então ocultas, e que, dessa forma, acabaram por assumir o papel de analisadores nesta pesquisa. Para René Lourau, embasado no conceito construído por Félix Guattari, “dar-se-á o nome de analisador àquilo que permite revelar a estrutura da instituição, provocá-la, forçá-la a falar” (Lourau, 1975, p. 284). Assim, estes “mortos-vivos” irão passear por algumas páginas para nos apresentar estes impasses e incongruências.

### **3.2.2 PROJETOS QUE FICAM PELA METADE: PAISAGENS RETORCIDAS ENTRE JUNHO DE 1989 E JANEIRO DE 1990 – OS ANALISADORES PADRE GABRIEL MAIRE E MARIA NILCE MAGALHÃES.**

23 de Dezembro de 1989, anoitecia. O padre francês Gabriel Maire dirigia seu Fusca na Rodovia Carlos Lindenberg, no município de Vila Velha, quando uma pedra atingiu o vidro de seu veículo. O carro foi então estacionado, para verificar o ocorrido. Neste momento, os dois acusados, Fábio Nascimento da Silva, e Nilson Ferreira Celestino, se aproximaram para anunciar o suposto assalto. O padre, que



estava sem a batina, virou-se para apanhar uma bolsa que estava no banco do carona, quando foi atingido e morto com um tiro no coração.

Nilson, autor do disparo, descreveu à polícia que não sabia que a vítima era um padre. Atirou porque acreditava que o mesmo iria pegar uma arma. Em seguida fugiu com Fábio, e ao abrir a bolsa, descobriu que havia apenas uma batina.

No inquérito que apurou o crime, presidido pelo delegado José Durval, foi mencionado que ambos já haviam jogado uma pedra em outro Fusca, mas o motorista optou por não parar, amedrontado pelo avançar das horas.

Nilson e Fábio foram vinculados então a organização “Cobra” - grupo de supostos criminosos que agiam na região entre os bairros Cobilândia, São Torquato e Santa Rita, todos no município de Vila Velha. O inquérito também passou pela Polícia Federal, que seguiu a linha da Polícia Civil. Fábio, meses após o crime, acabou morto ao ser cercado por policiais da Delegacia de Homicídios, hoje Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa. Nilson foi preso e o caso foi concluído como latrocínio – assalto seguido de morte, tendo o acusado cumprido nove anos de prisão.

No período de sua morte, Padre Gabriel se encontrava imerso em situações que levavam seu ministério a pugnar por questões ligadas a remarcação de terras improdutivas, defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de rua, assim como da população carcerária, orientação dos fiéis para que votassem com suas convicções e jamais em troca de favores. Era ligado à Central Única dos Trabalhadores – CUT, sendo que uma semana antes de sua morte, panfletos anônimos foram distribuídos por toda a região da Grande Vitória, acusando o mesmo de incentivar invasões de terras.

Pouco antes de sua morte o mesmo prestou depoimento perante a Comissão “Justiça e Paz” da Arquidiocese de Vitória, relatando que estava marcado para morrer. Segundo ele, sua ação pastoral estava contrariando muitos interesses, especialmente políticos e grileiros de terras. Porém, na época nada disso foi levado em consideração, tendo o inquérito sido encerrado.

Mesmo morto, Gabriel continuou a incomodar. Familiares vindos da França, assim como representantes da área de direitos humanos consideravam que a sentença era equivocada, que a mesma não levava em consideração eventos determinantes, como o fato dos assassinos deixarem no pulso de Gabriel um relógio francês de significativo valor. A farsa do roubo seguido de morte era concebida como uma falha primária, e pouco a pouco era desmontada. Reforçava-se a idéia de que Padre Gabriel havia sido assassinado por estar ligado a conflitos por posse de terras no município de Cariacica, assim como por sua posição em relação ao afastamento, pela Câmara Municipal, do então prefeito de Cariacica, Vasco Alves. Como principal suspeito, nada menos do que o então prefeito da cidade, o próprio Vasco Alves.

Passados dezoito anos, a sentença que considerou Padre Gabriel Maire vítima de latrocínio foi finalmente anulada. Não sem luta, sem outras mortes vinculadas direta e indiretamente, sem sucessivas derrotas perante o poder judiciário. A reabertura do processo foi determinada pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo em agosto de 2008, com a realização de audiência de instrução do caso, para que respondessem pelo crime, quer os que executaram o assassinato, quer os que contrataram os pistoleiros.

Tendo em vista o conjunto das circunstâncias, a Polícia Federal assumiu as investigações, fato que apontava para um desfecho possivelmente diferente do primeiro inquérito. Porém, para total desapontamento e surpresa de amplos segmentos da população, novamente, foi decretado que, no caso do assassinato de Padre Gabriel, houve latrocínio e não homicídio, crime de mando. O processo aproxima-se da prescrição sem que os mandantes do crime sejam sequer conhecidos. A família e os movimentos de defesa dos direitos humanos, diante do exposto, definiram pelo encaminhamento do caso para a *Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA*, denunciando a falha e a omissão do poder judiciário brasileiro.

Até o fechamento deste item da referida tese, em 12.04.2012, como tantos outros crimes, a morte de Padre Gabriel parece ter ficado na história dos crimes insolúveis do Espírito Santo<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> O último “ato teatral” acerca do assassinato do Padre Gabriel Maire aconteceu em 14/09/2011 e diz respeito à decisão tomada pela 1ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, que considerou equivocada a

Crimes insolúveis. Em cinco de julho de 1989, cinco meses antes do assassinato de Padre Gabriel, às 06:45 horas, Maria Nilce dos Santos Magalhães saía de casa, indo para a academia de ginástica, onde todos as manhãs permanecia por cerca de uma hora, junto com a filha, Milla dos Santos Magalhães.

A academia ficava a cerca de 400 metros de sua residência e normalmente as duas iam a pé, mas naquele dia resolveram ir de carro porque Milla seguiria para a universidade onde estudava. Quando Maria Nilce saltou do veículo, uma arma foi apontada para sua nuca. Acionado o gatilho, a arma não disparou. Milla gritou, alertando a mãe, que correu em direção a um ônibus na parada em frente à academia, entrando no veículo. O assassino então a seguiu e entrou também no ônibus, tendo disparado mais quatro vezes. Três tiros atingiram Maria Nilce, que chegou morta ao Hospital das Clínicas. Iniciava-se ali, uma história de sucessivos crimes, mandos e desmandos políticos e o envolvimento de nomes de peso da sociedade capixaba, membros da Scuderie Le Cocq.

Mas, quem era Maria Nilce dos Santos Magalhães? Colunista capixaba, a mesma era dona do “Jornal da Cidade”. Alguns familiares e amigos dão conta de que Maria Nilce costumava publicar o que lhe chegava às mãos, e uma das informações era de que ela tinha uma “bomba” envolvendo nomes conhecidos do meio político, vinculando-os com o chamado narcotráfico e com a Scuderie.

Em um de seus artigos publicados no Jornal da Cidade, intitulado “*Drogas, café e armas*”, Maria Nilce relata que o Espírito Santo estava na rota do contrabando de cocaína, estrategicamente colocada dentro dos sacos de café exportados para os Estados Unidos e países da Europa. Quando chegava ao local de destino, a cocaína era retirada da carga previamente demarcada e vendida a peso de ouro. Outro comentário que a colunista fez no referido artigo refere-se ao crescimento do contrabando de armas no estado, aparelhando elementos do que ela chama de crime organizado, com armamento e munição que sequer o Exército Brasileiro possuía. Maria Nilce sinaliza que a forma como as armas eram desembarcadas era um mistério, mas acreditava que as mesmas viriam em contêineres para os quais a

atenção dos fiscais era previamente desviada. Esse e outros artigos publicados e assinados pela colunista colocavam em cheque o funcionamento de órgãos como as polícias do estado, assim como causavam temor e ódio de empresários e políticos capixabas.

Para Djalma Magalhães, marido da colunista, em entrevista dada ao Jornal Século Diário, publicada em 05.07.2007<sup>50</sup>, os autores e mandantes da morte de Maria Nilce cometeram outros crimes no estado. O de Maria Nilce, conforme faz questão de frisar, foi apurado porque teve repercussão nacional. Segundo ele, o caso Araceli<sup>51</sup>, também está ligado aos mesmos envolvidos no caso Maria Nilce, porém ninguém foi punido. Para ele Maria Nilce foi morta por ter falado sobre o jogo do bicho e sobre a morte do contraventor Jonathas Bulamarques de Souza<sup>52</sup>.

Segundo informações do inquérito instaurado para apurar o assassinato da colunista, a morte ocorreu após a realização de um jantar, onde foi realizado um **“consórcio”** para o pagamento de sua execução. Importante salientar que o inquérito foi presidido pelo delegado da Polícia Civil, Josino Bragança, titular da

---

<sup>50</sup> Sobre o assunto consultar

[http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/junho/03\\_04/reportagens/reportagens/03\\_06\\_02.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/junho/03_04/reportagens/reportagens/03_06_02.asp).

<sup>51</sup> No dia 18 de maio de 1973, Araceli Cabrera Crespo, então com oito anos, saiu mais cedo da escola. Sua mãe, uma suposta traficante boliviana, teria mandado a menina entregar um envelope, onde continham drogas, num edifício de um bairro nobre de Vitória. Ao chegar, a menina teria sido atacada por um grupo de jovens, que a drogaram, estupraram, espancaram e mataram. O corpo de Araceli foi encontrado somente seis dias depois, atrás do Hospital Infantil de Vitória. Tinha os mamilos e a vagina lacerados a dentadas. Depois de ter sido estuprada, jogaram ácido sobre ela. O corpo estava corroído e desfigurado. Os nomes dos envolvidos do caso eram Paulo Constanteen Helal, e Dante de Brito Michelini, jovens de classe média pertencentes a duas das famílias mais importantes do estado. Apesar de principais suspeitos e conhecidos por envolvimento com outros estupros de adolescentes, as investigações não foram conclusivas, com sumiço de documentos, assassinatos misteriosos, testemunhas que voltavam atrás de seus depoimentos, cumplicidade e corrupção da polícia e do judiciário. Mais uma vez, o judiciário capixaba se calou. Nenhum dos acusados foi sequer julgado. Em homenagem a Araceli, o dia 8 de maio é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-juvenil. Sobre o assunto consultar o Livro “Araceli Meu Amor”, do jornalista José Loureiro, publicado em 1975.

<sup>52</sup> Jonathas Bulamarques de Souza foi um conhecido contraventor, cujo envolvimento com o jogo do bicho, tráfico de drogas e armas, assim como com crimes de mando era largamente conhecido em todo o Espírito Santo. Por saber demais e por não compactuar com algumas decisões dos membros da Scuderie Detetive Le Cocq, da qual era membro, em 15 de dezembro de 1982 teve uma bomba explodida em seu carro, na região da Enseada do Suá, em Vitória. Mesmo mutilado, Jonathas concedeu entrevistas a vários jornais de grande circulação, prometendo divulgar um dossiê à sociedade acerca das ações do crime organizado no estado. Antes mesmo da divulgação do suposto dossiê, o mesmo foi morto dias após a explosão. O detetive Cláudio Guerra foi acusado e julgado pelo assassinato, sendo que no momento cumpre os 42 anos de prisão em regime fechado aos quais foi condenado. Disponível em: [http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/junho/03\\_04/reportagens/reportagens/03\\_06\\_02.asp](http://www.seculodiario.com.br/arquivo/2006/junho/03_04/reportagens/reportagens/03_06_02.asp).

Delegacia de Homicídios da Secretaria de Segurança do Estado do Espírito Santo, com a participação do delegado de Polícia Civil, Cláudio Guerra, chamado para auxiliar nas investigações.

Em agosto de 1989 o delegado Cláudio Guerra deixou as investigações, sendo que o promotor Gilberto Fabiano Toscano de Mattos pôs em questão o comprometimento das investigações, ao lembrar que o delegado Josino Bragança respondia a um inquérito por homicídio na comarca da Serra e que o delegado Cláudio Guerra era acusado de envolvimento com a Scuderie Le Cocq e com outros crimes de mando.

Neste período foi proposto que as investigações do caso Maria Nilce passassem para a Polícia Federal, sendo que o ministro da Justiça, José Saulo Pereira Ramos, encaminhou ao delegado Romeu Tuma, diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, ofício da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo solicitando a cooperação da Polícia Federal para as investigações do caso de Maria Nilce e possíveis ligações com o “crime organizado”, tráfico de drogas, roubo e furto de veículos. O documento assinado pelo ministro recomendava rigor no inquérito.

Assumiu o delegado federal Pedro Luiz Berwanger, sendo o promotor Gilberto Toscano designado para acompanhar o caso. Com base no inquérito da Polícia Federal, o promotor elaborou um relatório e dizia que o crime teve como mandante José Alayr Andreatta, que teria contratado seu amigo pessoal, Romualdo Eustáquio da Luz Faria, para matar Maria Nilce. Eustáquio convocou o pistoleiro José Sasso para a empreitada, o qual, por sua vez, convidou o policial César Narcizo da Silva para executar o crime. Segundo as apurações da polícia, foi Sasso quem disparou os tiros que mataram Maria Nilce. César Narcizo era o encarregado de matá-la, mas sua pistola não funcionou. O escrivão de polícia Charles Roberto Lisboa providenciou o transporte e a arma para o crime. Curiosamente, durante as investigações, o mesmo escrivão - Charles Roberto Lisboa, atuou como auxiliar do delegado Cláudio Guerra, elaborando um relatório confuso sobre a fuga dos pistoleiros.

Em Novembro de 1989 foi instalada uma sindicância no Tribunal de Justiça para verificar a também participação do desembargador Geraldo Correia Lima no crime de Maria Nilce. O consórcio era composto não só por membros da sociedade capixaba, mas por representantes dos três poderes públicos do estado. No mesmo

ano, a pedido do Ministério Público, as investigações passaram para a Polícia Federal, que indiciou seis suspeitos: José Alayr Andreatta, César Narciso de Souza, Marcos Egydio Costa, José Sasso, Romualdo Eustáquio da Luz Faria e Charles Lisboa.

Ainda em dezembro de 1989 todos os suspeitos de participação no crime foram soltos. Onze anos depois, em dezembro de 2000, o relatório final da Comissão Parlamentar do Inquérito (CPI) sobre o Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, reproduz as conclusões da Polícia Federal sobre o caso de Maria Nilce, apontando mandantes, pistoleiros e demais envolvidos, todos ligados direta ou indiretamente a Scuderie Le Coccq.

*Quanto mais leio sobre a Scuderie mais me perco nas 'verdades' que foram construídas sobre o 'crime organizado'. São crimes cometidos para acobertar outros crimes, julgamentos de acusados cujos advogados também respondem a processos por crimes praticados pela Scuderie. Um emaranhado de acontecimentos que me faz questionar o que, de fato, é essa entidade fantasmagórica, que para muitos reina no Espírito Santo? Nas caminhadas da pesquisa tenho ouvido tantos relatos que dão conta da existência dessa 'entidade' que a cada dia tenho mais receio de onde quero chegar com essa tese (Diário de campo, 20/02/2010).*

Após dezessete anos de espera, em junho de 2006, o juri dos suspeitos de envolvimento na execução da jornalista Maria Nilce Magalhães foi marcado, porém, adiado mais uma vez. A promotora Joana Darc Calmon fez o pedido de adiamento alegando uma surpreendente licença médica. O outro promotor titular da 1ª Vara Criminal, Mauro Gazzani, considerou impossível tomar conhecimento de todas as páginas dos autos em apenas um dia. O processo já acumulava 11 volumes em mais de cinco mil páginas. Estavam no banco dos réus o empresário José Alayr Andreatta, acusado de ser o mandante do assassinato, os policiais Romualdo Eustáquio Luz Faria e César Narciso da Silva, além do piloto Marcos Egydio Costa, que teria dado fuga aos acusados da execução. Da família da jornalista assassinada, apenas o marido, Djalma Magalhães, e o filho acompanharam o adiamento do julgamento. Duas das filhas do casal moram fora do Espírito Santo, enquanto Milla mora fora do Brasil, ameaçada de morte. Ainda em 2006, o primeiro julgamento aconteceu, depois dos sucessivos adiamentos. O empresário José Andreatta foi condenado a 13 anos de prisão, mas recorre em liberdade, por decisão do Superior Tribunal de Justiça. Marcos Egydio foi condenado há 09 anos e quatro

meses, e ainda encontra-se encarcerado. César Narciso foi absolvido em júri popular, mas o Ministério Público recorreu da sentença, propondo um novo júri. Em 05 de julho de 2009 o crime cometido contra Maria Nilce Santos Magalhães completou 20 anos e, como tantos outros crimes de mando no Espírito Santo, prescreveu.

Imagino como seria ela com quase 70 anos, 1.200 plásticas depois, mandando os netos não a chamarem de avó. Nunca teremos isso. Nunca. Por causa do medo, da nóia e do desejo de vingança de algumas pessoas que simplesmente decidiram eliminá-la da face da Terra. Louco isso, não é? Já fui ameaçado de morte uma vez, é coisa de gente doida. Imagine se dar ao trabalho de arquitetar um crime, fazer reuniões com a equipe para decidir os detalhes, contratar gente pra executar o plano e depois comemorar como a final de um campeonato qualquer..."

Juca Magalhães, filho da colunista Maria Nilce Magalhães. Disponível em: <[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2009/07/519587](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2009/07/519587)>. Acesso em: 20/02/2010.

Os assassinatos de padre Gabriel Maire, assim como o da colunista Maria Nilce retratam o descaso pelo qual passam todos os poderes constituídos do país. Tanto o assassinato de Maria Nilce quanto o do padre Gabriel Maire tiveram grande repercussão e envolveram diversas pessoas associadas à Scuderie Detetive Le Coccq. As pessoas que foram julgadas e sentenciadas, no entender dos próprios familiares, não eram os responsáveis diretamente. Esse fato e outros tantos casos de homicídios envolvendo a Scuderie e outros grupos de extermínio, mostrou-nos mais uma das tantas artimanhas da política punitiva - a prisão seletiva. A figura do bode expiatório emerge e sinaliza para um exacerbado desejo de truculência e punição que se foca específica e seletivamente na ponta desse iceberg – na mão de obra miserável que realiza essas execuções sumárias. Para Malaguti (2003, p. 105) é como se a memória do medo, milimetricamente trabalhada, construísse uma arquitetura penal genocida cuja clientela-alvo se fosse metamorfoseando infinitamente entre índios, pretos, pobres e insurgentes.

O encarceramento é apenas a manifestação paroxística da lógica da exclusão etnorracial da qual o gueto tem sido instrumento e produto desde sua origem histórica. (...) O gueto desempenhou o papel de 'prisão social', garantindo assim, o ostracismo social sistêmico de afro-americanos e ao mesmo tempo permitindo a exploração da sua força de trabalho na cidade. Após a crise de debilitação do gueto, simbolizada pela grande onda de revoltas urbanas em meados da década de 1960, a prisão preencheu o espaço que se abriu, servindo como um gueto substituto (WACQUANT, 2008)

A prisão seletiva vai apontar para outro fator que nos chama a atenção em todos os crimes que serão trabalhados aqui – além dos atingidos pela violência, testemunhas e os próprios assassinos são também executados; a tentativa clara é a de tentar quebrar a cadeia que liga os executores aos mandantes dos crimes, dificultando a apuração desses homicídios.

Assim foi com o pistoleiro José Sasso, autor dos disparos que mataram Maria Nice, que morreu misteriosamente, após ingerir um chá envenenado, que lhe fora servido na Delegacia de Linhares, onde se encontrava preso. Dias antes o mesmo havia dito que revelaria toda a verdade acerca do assassinato de Maria Nilce e sobre sua participação na Scuderie Detetive Le Cocq. Foi também assim com Fábio, um dos assassinos “confessos” de Padre Gabriel que, alguns meses após o crime, acabou morto por policiais da Delegacia de Homicídios, hoje Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa, em um suposto “auto de resistência”.

José Sasso, Nilson, Fábio e tantos outros fazem parte do grupo para qual clamamos por mais normas penais incriminadoras, sanções e punições mais severas – para eles a repressão, a extensão das penas e, possivelmente, a punição também com o extermínio de suas vidas homicidas miseráveis. Mas, de forma efetiva, qual o resultado prático dessa subjetividade punitiva? Observa-se uma redução dos crimes cometidos por estes grupos de extermínio?

*Inúmeras vezes, durante os encontros, entrevistas e manifestações da Associação, me vi atravessada por depoimentos que, ou me paralisaram, ou me transformaram em uma coadjuvante nos processos de aprisionamento da vida através do insistente desejo de punição. Mas, qual o efeito da punição no efetivo controle da violência? O maior rigor na execução das penas de fato reduz a insistente violação da vida? Acredito conhecer as respostas negativas a estas questões, mas insistentemente perco o sono com isso (Diário de campo, 08/04/2010).*

Mas, se a vida é mesmo um soco no estômago<sup>53</sup>, melhor continuarmos a nossa caminhada para pensar essas perguntas que ainda ecoam nas páginas desta tese.

---

<sup>53</sup> (LISPECTOR, 2006, p.104)



### **3.2.3 PROJETOS QUE FICAM PELA METADE: PAISAGENS RETORCIDAS ENTRE JUNHO DE 1990 E JANEIRO DE 1992 – OS ANALISADORES JOSÉ MARIA MIGUEL FEU ROSA E CARLOS BATISTA.**

Em 08 de junho de 1990, quando chegava à sua fazenda no município de Itabela, região extremo sul da Bahia, há 120 Km de Teixeira de Freitas, o prefeito do município capixaba da Serra, José Maria Miguel Feu Rosa, então com 51 anos, foi assassinado, juntamente com seu motorista particular, Itagildo Coelho de Souza. Na época, o então vice-prefeito, Adalto Martinelli, assumiu a chefia do Poder Executivo do município. Configuravam-se então, os dois primeiros crimes da década de 1990 atribuídos a Scuderie.

Neste período, os membros da Scuderie Le Cocq faziam vigorar um esquema de financiamento de campanhas de prefeitos, deputados e vereadores em várias regiões do estado. Quando assumiam os mandatos, a Scuderie avocava o papel de cobrar propinas, através de contratos públicos fraudulentos. Foi assim também no município de Serra. Em 1990, José Maria Feu Rosa foi eleito prefeito da cidade. Eleito, ele teria se recusado a superfaturar obras públicas para abastecer o esquema, motivo pelo qual teria sido contratada sua morte.

Uma particularidade do Espírito Santo é ser um estado pequeno permeado de famílias já tradicionais e de pessoas que se conhecem e mantêm laços de amizade. Penso que neste estado, como em vários outros, padecemos do mal da excessiva influência da pessoalidade – amizade, parentesco, etc. – nas esferas governamentais, e isto acaba influenciando, mais ou menos, a depender dos índices de criminalidade. O quadro de confusão disseminada entre o público e o privado sempre influencia os índices de violência no estado (...). As organizações criminosas encasteladas no poder estatal se utilizam de braços armados para a consecução, a qualquer custo, de seus objetivos ilícitos (SIMÕES, 2007, p. 55-57).

Com a morte de José Maria Feu Rosa, o então prefeito Adalton Martinelli, e os empresários Alberto Ceolin e Antonio Roldi foram presos como mandantes do assassinato. Paralelo a estas prisões temporárias, uma onda de assassinatos começou a acontecer no estado. Em janeiro de 1991, foram mortos Ademar Ferreira e Elpídio Coelho, assim como a mulher de Elpídio, Carmem Sepulcro. Todos eram suspeitos de participar da trama que envolvia o assassinato de Feu Rosa. Dois dias depois, o pistoleiro acusado da execução do prefeito, Valdecy Apelphele foi carbonizado. Pelo menos outras quinze mortes de envolvidos diretos ou indiretos

foram registradas, porém, a de maior repercussão caracterizou-se pelo assassinato de Carlos Batista, em 24 de janeiro de 1992.

O advogado Carlos Batista trabalhava para um grupo de empresários composto, entre outros, por Alberto Ceolin e Antonio Roldi. O advogado era também integrante da Scuderie e desapareceu em 24 de janeiro de 1992.

Eu perguntei o que é isso, meu filho, essa caveira no seu carro? Ele disse: 'mãe, isso é uma entidade, só tem juiz, advogado, promotor. São os irmãozinhos'. Jurema Batista, mãe do advogado Carlos Batista. Programa Via Legal Nº 186 em 29.03.06 Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/vialegal/materia.asp?CodMateria=343>>. Acesso em: 20/02/2010.

Carlos Batista foi contratado para defender os acusados da morte do prefeito da Serra. Por conhecer detalhes do crime, teria sido morto como queima de arquivo em 1992. O corpo de Carlos Batista, que desapareceu aos 33 anos de idade, nunca foi encontrado.

Uma coisa eu quero dizer: deixa o corpo para enterrar [...] não tem nada mais dolorido no mundo do que ter um filho desaparecido, sem saber onde está". Jurema Batista, mãe do advogado Carlos Batista. Programa Via Legal Nº 186 em 29.03.06 Disponível em: <<http://daleth.cjf.jus.br/vialegal/materia.asp?CodMateria=343>>. Acesso em: 20/02/2010.

A morte de Carlos Batista foi um dos episódios atribuídos à atuação da Scuderie Le Cocq no Espírito Santo. Foram acusados como executores do crime o policial Civil Derneval Pereira<sup>54</sup>, que foi assassinado na própria sede da Scuderie Le Cocq em 1993, um ano após o desaparecimento do advogado, o ex-soldado da Polícia Militar Geraldo Antônio Piedade Elias e o pistoleiro João Henrique Filho, o Joãozinho. Geraldo Piedade foi condenado a 22 anos de prisão, enquanto Joãozinho, mesmo foragido, foi condenado há 26 anos. O paradeiro de Joãozinho segue uma incógnita desde a fuga pela porta da frente da Casa de Custódia de Vila Velha, em 2000.

---

<sup>54</sup> O Policial Civil Denerval Gonçalves Pereira, o "Russo", foi assassinado na sede da Scuderie Detetive Le Coq, em outubro de 1993, no município de Vitória. Denerval foi executado com um tiro na nuca, na época no bairro Bento Ferreira. O crime foi praticado durante uma reunião onde estavam presentes dezenas de policiais e delegados da Polícia Civil. O local foi lavado antes da chegada da perícia, sendo que o criminoso nunca foi identificado.

Adalto Martinelli e os empresários Alberto Ceolin e Antonio Roldi (falecido em 2001) foram acusados de encomendar a morte de José Maria Miguel Feu Rosa e posteriormente de Carlos Batista. Martinelli permaneceu preso por oito anos em virtude da acusação, a maior parte na delegacia da Praia do Canto, em Vitória. No entanto, a demora no julgamento permitiu que o ex-prefeito saísse da prisão por livramento condicional em 2000. Na madrugada de 13 de dezembro de 2009 o mesmo foi condenado a 23 anos de prisão em regime fechado pelo assassinato do advogado Carlos Batista de Freitas, porém o ex-prefeito pôde recorrer em liberdade.

O julgamento do empresário Alberto dos Santos Ceolin se iniciou em 15 de Dezembro de 2009, porém foi adiado sistematicamente; primeiramente pela alegação de motivos de saúde, depois pela ausência de advogados de defesa, e, por fim, pela denúncia anônima do aparecimento da ossada de Carlos Batista. Em 17 de dezembro de 2009, o julgamento foi adiado mais uma vez, sem nova data para realização. Em abril de 2010, Alberto dos Santos Ceolin morreu em decorrência de uma parada cardiovascular.

Depois da prisão dos executores, ainda ocorreram diversas mortes de testemunhas, intermediários e também dos próprios executores. Um dos casos é o assassinato de Cláudia Novaes, na época esposa de Joãozinho. Os irmãos do pistoleiro chegaram a ser acusados da morte, porém acabaram absolvidos. A possível motivação da morte de Cláudia é que ela iria revelar a localização do corpo do advogado Carlos Batista, que até os dias atuais não foi encontrado.

Se no passado encontrávamos a figura do pistoleiro tradicional, com ligações políticas e também ligações com os estabelecimentos policiais, na atualidade além do executor temos a figura do intermediário, que providencia o matador e se encarrega de proteger e assegurar o anonimato do mandante. Em geral, o matador não faz idéia de quem seja o verdadeiro mandante do crime, e em caso de risco para a figura do mandante este é o primeiro a ser eliminado. Trata-se, como mencionado anteriormente, da manutenção de um sistema que prevalece caucado em sucessivos assassinatos, seja do alvo inicial, dos executores e também dos intermediários; porém este mesmo sistema permanece inalterado no que tange à responsabilização dos mandantes, pertencentes por vezes, a famílias tradicionais do cenário capixaba, assim como a várias instâncias dos poderes constituídos.

Porém, nossos olhos faiscantes rapidamente enxergam apenas a barbárie cometida, o corpo “conhecido” estendido no chão...se fizeram com ele, o que poderão fazer conosco, simples mortais ?! Os “bárbaros” das periferias agiram mais uma vez e tiraram o bem considerado mais importante para nós humanos - a vida. Pouco nos importa se poucas investigações levaram todos os nossos sentidos à farsa do latrocínio – roubo seguido de morte; pouco importa se os “bárbaros” devem também ser punidos lhes tirando a vida, pois queremos justiça a qualquer custo!!

Com isso, esvaziamos todo o significado político destas mortes; com a espetacularização desses acontecimentos o foco passa a ser o executor do homicídio, e não as causas desse conjunto de acontecimentos que falam do contexto histórico – político que perpassa o Espírito Santo, assim como outros estados do país.

Através da espetacularização e dramatização o medo e a insegurança se multiplicam. A mídia transforma-se em instrumento de criação de realidade; transmitindo cotidianamente a imagem da criminalidade ela aciona processos de alarme social, por vezes manipulados em favor “da lei e da ordem (BRASIL, 2003, p. 07).

Essa espetacularização vai difundir a imagem do terror, e a difusão de imagens de terror produz políticas violentas de controle social (MALAGUTI, 2003, p. 105). A prática do tribunal se instala, gerenciando os grupos ditos perigosos através de programas sociais, do controle e da penalização...são os campos de concentração do cotidiano. Por vezes juízes, por vezes vilões, repetimos esta prática do tribunal cotidianamente quando pedimos penas mais duras, quando aplaudimos o *snipe* que acerta a cabeça do seqüestrador em frente às câmeras de televisão, quando vibramos com os massacres dentro dos presídios, onde dezenas de presos são assassinados, afinal a “linguagem julgamento” é mais forte em nós; o desejo de uma justiça baseada na vingança parece mais forte que a responsabilização.

*Foucault continua me “visitando” nestas madrugadas frias de junho. Essa madrugada, por exemplo, eram quase duas da manhã e “dialogávamos” sobre a expansão dos mecanismos de judicialização do contemporâneo. Ele, assim como Cecília, mostram-me como ainda sinto dificuldades em fugir das armadilhas desse processo. Mas no meio da madrugada, depois que soube da morte de Liliane<sup>55</sup> mais uma vez vi-me perdida nesta ceara (Diário de campo, 14/06/2010).*

Como romper com este insistente desejo de punição, com o aprisionamento no previsível, com a gestão da miséria a partir de sua criminalização? Será mesmo a vida um soco no estômago?! Ainda acredito que exista algo além dessa possibilidade, mas, em alguns momentos, o corpo esmorece, as tensões e dúvidas me acolhem e começo mais uma vez a perguntar-me quais são os caminhos para “outros caminhos”.

### **3.2.4 PROJETOS QUE FICAM PELA METADE: PAISAGENS RETORCIDAS ENTRE JUNHO DE 2002 E MARÇO DE 2003 – OS ANALISADORES JOAQUIM MARCELO DENADAI E ALEXANDRE MARTINS CASTRO FILHO.**

Falsidade ideológica, falsidade material, lavagem de dinheiro, agiotagem, formação de quadrilha, fraude em licitações e fraude fiscal. Porém, a fraude mais grave envolvia a Prefeitura de Vitória e um contrato de licitação superior a R\$ 10 milhões. Com base em documentos do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e outros, anexados a um processo judicial, descobriu-se que o ex-militar e empresário Sebastião Pagotto, um dos mais importantes elementos do chamado “crime organizado” no estado, falsificava documentos e fraudava concorrências e contratos com a prefeitura da capital, assim como com as outras 77 prefeituras do estado e também com órgãos estaduais, tanto do Espírito Santo quanto do Rio de Janeiro.

Em 15 de abril de 2002, um dia antes de encaminhar à justiça uma queixa crime onde continham detalhes acerca de todas estas denúncias, o advogado Joaquim Marcelo Denadai caminhava na orla da Praia da Costa, no Município de Vila Velha.

---

<sup>55</sup> Liliane da Conceição foi uma das muitas adolescentes que acompanhei no período que atuei como educadora social do Projeto de Abordagem de Rua, da Prefeitura Municipal de Vitória e que fez parte dos meninos e meninas entrevistados durante a feitura de minha dissertação de mestrado, pelo período de 2001 a 2003. Foi assassinada em 13.06.2010 de forma covarde, enquanto dormia, por um policial militar que realizava segurança privada em um estabelecimento na região da Vila Rubim, no centro da referida cidade.

Seus executores almejavam seqüestrá-lo e depois fazer desaparecer seu corpo, como no episódio do também advogado, Carlos Batista. Porém, o advogado percebeu a aproximação dos assassinos e tentou escapar correndo, quando foi alvejado com três tiros.

Porém, antes de sua execução, Denadai já havia municiado o então vereador de Vitória, Antonio José Denadai, seu irmão e presidente da CPI da Lama, com documentos que denunciavam todas as fraudes citadas. A CPI da Lama<sup>56</sup> apurava a existência de fraudes e irregularidades no processo licitatório e no contrato para limpeza de fossas e galerias no município de Vitória pela empresa Hidrobrasil Saneamento e Limpeza Industrial, de propriedade do empresário Sebastião Pagotto, nos períodos em que Paulo Hartung (1993 - 1997) e Luiz Paulo Vellozo Lucas (1997 - 1999) administraram a prefeitura de Vitória.

Durante as investigações sobre o assassinato do advogado, feitas em parceria pela Polícia Civil e Ministério Público Estadual, foi apurado que o empresário Sebastião Pagotto é quem teria contratado a morte de Marcelo Denadai. Pagotto era também dono da Desentupidora Líder Ltda., que prestava serviços de limpeza de fossas e galerias no município de Cariacica e que havia sido denunciada por crimes contra a administração pública pelo Tribunal de Contas do Estado. Por essa razão, ele criou a Hidrobrasil, empresa "laranja" para participar e ganhar a concorrência em Vitória, onde ele explorava o serviço de limpeza de galerias há dez anos.

Sebastião Pagotto, junto com outros quatro acusados do crime, teve prisão preventiva decretada, mas acabou sendo libertado por força de hábeas-corpus. O crime nunca foi elucidado e aos poucos todos os envolvidos foram sumariamente exterminados. A principal testemunha, Eduardo Victor Ferreira foi executado em março de 2003; o Policial Militar Dalberto Antunes Pereira, acusado como um dos intermediários do crime foi assassinado em dezembro do mesmo ano. Três acusados permanecem em liberdade - o ex-militar e empresário Sebastião de Souza Pagotto, apontado como mandante do crime; a major PM Fabrízia Gomes da Cunha, mulher de Dalberto, e o empresário Leandro Scardua Mageski, dono de um ferro-velho onde foi assassinado Leonardo Maciel Amorim, testemunha do crime, que

---

<sup>56</sup> A CPI da Lama teve seus trabalhos interrompidos por força de uma decisão judicial e o processo, até hoje - oito anos depois - esta sendo julgado quanto ao mérito.

iriam depor no processo. O ex-tenente Paulo Jorge dos Santos Ferreira, o PJ, que era segurança e amigo pessoal de Sebastião Pagotto, que foi acusado de alvejar Marcelo Denadai, foi assassinado também em dezembro de 2003, alguns dias após ter sua prisão preventiva suspensa também devido a um habeas-corpus. Segundo o Jornal Século Diário de 15 de Abril de 2004<sup>57</sup>, Paulo Jorge foi um dos mais importantes executores do regime militar na região Sudeste e teve uma grande importância na busca, captura e desaparecimento de quem contestava o regime. Foi morto no bairro Santo Antônio, em Vitória, com mais de 30 tiros.

Após a morte do advogado Marcelo Denadai a Anistia Internacional, o Fórum Reage Espírito Santo, a Assembléia Legislativa, a OAB-ES e diversas organizações não governamentais nacionais e internacionais se mobilizaram para garantir uma ampla investigação acerca dos crimes praticados no Espírito Santo.

Um pedido de intervenção federal<sup>58</sup> no estado foi aprovado, por unanimidade, pelas entidades capixabas, em 4 de julho de 2002, e enviado para o então Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, que também havia votado favoravelmente ao pedido. Entretanto, em menos de dez dias o Procurador-Geral da República mudou de idéia e pediu o arquivamento do caso, alegando inviabilidade política e jurídica para a tramitação do processo. A decisão causou uma crise política de grandes proporções em Brasília. O então Ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, sentindo-se desrespeitado em suas decisões pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que endossou a decisão do procurador, pediu demissão no dia 8 de julho, levando consigo vários ocupantes de cargos de confiança.

O amplo destaque dado pela imprensa nacional ao caso fez com que o governo federal apresentasse uma alternativa: a criação de uma Missão Especial Federal, que teve início em 17 de julho de 2002, composta por 05 delegados da Polícia Federal, 05 agentes da Polícia Federal, 10 agentes lotados no Comando de

---

<sup>57</sup> <http://www.seculodiario.com/arquivo/2004/abril/15/noticiario/crime/15.asp>

<sup>58</sup> Intervenção federal é a medida de caráter excepcional e temporário que afasta a autonomia dos estados, Distrito Federal ou municípios. A intervenção só pode ocorrer nos casos e limites estabelecidos pela Constituição Federal. Trata-se de ato eminentemente político excepcional, já que, no Estado Federal, a regra é a posse de competências exclusivas conferidas às partes componentes do pacto federativo. O princípio constitucional é o da não intervenção, o que se extrai da redação do caput do artigo 34 da Constituição Federal que determina que, salvo exceções, a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal.

Operações Táticas e 01 helicóptero de apoio. A partir do dia 24 de julho, outra equipe de policiais rodoviários federais passou a integrar a missão com mais 50 homens, uma equipe aérea e 22 viaturas, além de uma equipe especializada em interdição de drogas, com utilização de cães farejadores.

Como diretrizes a Missão Especial tinha o policiamento ostensivo nas rodovias sob responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal, prioridade para a instauração de inquéritos de crimes de sonegação fiscal e de lavagem de dinheiro, criação de grupo específico para produção de inteligência como suporte das investigações do crime organizado, instalação de disque-denúncia e segurança a autoridades e pessoas ameaçadas. Foram adotadas como linhas de trabalho a investigação dos grupos organizados de extermínio e do “crime organizado” com envolvimento de agentes públicos dos poderes constituídos.

Na mira dos procuradores estava o então presidente da Assembléia Legislativa, José Carlos Gratz, que vinha sendo apontado como o braço político do crime no estado. Isso porque antes da instalação da missão especial esteve no estado um grupo representante da CPI Nacional de Combate ao Narcotráfico, criada pelo senador capixaba, o então deputado Magno Malta, e que apontava para o ex-presidente da Assembléia como um dos principais chefes do crime no estado. Além de Gratz, a missão tinha denúncias contra 18 outros acusados, entre juízes, policiais e pessoas da sociedade capixaba envolvidas em esquemas de corrupção, fraudes em serviços públicos, formação de quadrilha, agiotagem, lavagem de dinheiro e assassinatos.

Entre outras ações foram feitas diversas prisões temporárias, abertos 40 processos e instaurados 100 inquéritos. Entre os presos encontrava-se o ex-militar e empresário Sebastião Pagotto, indiciado em inquérito da Polícia Federal como mandante da morte de Marcelo Denadai.

Importante destacar que a Missão Especial foi constituída em um contexto de extrema turbulência no estado, na qual incidiam especialmente fortes interesses políticos e criminosos. Um exemplo disso diz respeito à descoberta de um agente vinculado a Scuderie Detetive Le Cocq, o então Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, o inspetor João Adilson Scalfoni, integrando a Missão Especial.



Outro fato que merece relevante destaque trata-se da execução da principal testemunha dos crimes cometidos pela Scuderie, preso durante ação da Missão Especial. Manoel Correia da Silva Filho, réu-colaborador, encontrava-se preso na carceragem da Polícia Federal desde o início da Missão. Era a principal testemunha contra o coronel da Polícia Militar, Walter Gomes Ferreira, considerado o chefe do “braço armado do crime” no Espírito Santo e também havia revelado um plano para o assassinato do delegado Francisco Badenes<sup>59</sup>. Contra Manoel figurava a denúncia de ser o principal “matador” da Scuderie, tendo executado dezenas de desafetos e dissidentes que “sabiam demais” acerca do funcionamento da “entidade”.

Manoel Correa da Silva era uma mina de informações sobre os crimes de mando no estado, e aceitara falar sobre toda a ação da Scuderie em troca de um acordo para delação premiada. Porém foi assassinado no Presídio Monte Líbano, em Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo. Seria mais um entre muitos detentos assassinados nos presídios capixabas se não fosse testemunha chave da atuação da Scuderie.

O Ministério Público celebrara um acordo com o segmento honesto do judiciário capixaba: Manoel, sendo fonte inesgotável de informações sobre a pistolagem no estado, não seria preso, uma vez que encarcerá-lo significaria condená-lo a morte. Ele saberia proteger-se melhor do que o Estado poderia fazê-lo. Sua memória era patrimônio público. Um dia, quando o Estado fosse, digamos, saneado, ele seria chamado a acertar contas com a justiça, sobre si mesmo e as quadrilhas que o contrataram, ao longo de décadas (SOARES, 2009, p. 122).

O preso encontrava-se na carceragem da Polícia Federal, quando, sem autorização judicial, foi transferido para o Presídio Monte Líbano. Depois de meia hora de sua transferência, Manoel foi envenenado, torturado e assassinado, tendo seu corpo lançado no portão que dá acesso ao pátio da penitenciária. Seus depoimentos levaram a localização de cemitérios clandestinos, assim como o esclarecimento de

---

<sup>59</sup> O delegado Francisco Vicente Badenes participava das investigações sobre as atividades criminosas da Scuderie Detetive Le Cocq no Espírito Santo. Através dessas investigações o mesmo identificou o atual deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do ES, Elcio Álvares, como “chefe do crime organizado”. Depois de algum tempo compondo a equipe de investigações, Francisco Badenes foi afastado, tendo que ser incluído no Programa de Proteção a Testemunhas pelas constantes ameaças de morte sofridas desde então.

Mesmo depois das referidas acusações, Elcio Álvares assumiu em janeiro de 1999 o cargo de Ministro da Defesa do presidente Fernando Henrique Cardoso, tendo sido exonerado seis meses depois, após acusações feitas na imprensa nacional de ter traficantes entre seus clientes do escritório de advocacia e de sua assessora Solange Resende ser alvo da CPI do Narcotráfico (Reportagem ‘Buraco na Defesa’, Revista Istoé, 13 de outubro de 1999).

vários homicídios e a prisão de outros membros da Scuderie, como a do próprio Coronel Walter Gomes Ferreira. Morto em 22 de novembro, Manoel prestaria novo depoimento no dia 25 do mesmo mês.

O homem marcado para morrer – por quem contrata os serviços de Manoel – é conduzido quase sempre na mesma Kombi. Mas isso não interessa. O esmalte na moldura da mala do veículo está riscado pelas unhas dos condenados. Mesmo algemado – as algemas, Manoel as roubou, ou melhor, herdou de uma de suas vítimas, um policial da força pública de tempos remotos - cada um que chega ao campo da morte agarra-se a tudo que esteja ao seu alcance. (...) Manoel tange o condenado como gado, trezentas jardas para leste, o homem geme, uma volta em torno da ponta norte da Pedra do Gavião, e tantas passadas para cá e para lá, o areal deserto num agreste de dar dó, a posição se define, a ordem é clara como o dia, imóvel é melhor, tiro e queda. O estampido e o desabamento derradeiro do que foi um homem para dentro de sua carcaça. Ali começa o trabalho mais duro, manter o cadáver ereto no meio dos pneus. Derramar gasolina. Riscar o fósforo. Manoel é paciente. Mesmo assim, como custa o fogo a devorar o corpo. O abdômen é a parte mais demorada – um refogado de banha, líquidos, vísceras gordurosas. A peça da anatomia que consome mais gasolina. (...) Varrer da face da terra uma existência é obra laboriosa. Por isso, Manoel passa o trator sobre os restos incandescentes. Certifica-se de que as cinzas misturem-se aos montículos de terreno calcinado, tornando-se parte de uma formação calcária indestrutível. Eis aí o homem: Manoel o reduziu a partículas em relevo sobre a resina milenar de um fóssil (SOARES, 2009, p. 118 -120).

Dois dias antes de ser morto, Manoel Corrêa prestou depoimento ao Ministério Público Estadual e acusou o coronel Walter Ferreira de chefiar uma quadrilha de extermínio no Espírito Santo. Manoel seria encarregado de contratar os pistoleiros para o grupo e depois matá-los, como queima de arquivo.

Manoel aprendeu com os profissionais do crime a lei da selva: matador preso deve morrer. Queima de arquivo. É assim que funciona. Para o matador de aluguel, melhor esquivar-se, evitar a polícia. À prisão, deve preferir a morte, porque ela virá de qualquer jeito, em mãos alheias. Preso, o pistoleiro obtém apoio das forças que o contrataram – são elas que mandam nas polícias e nas cadeias, afinal de contas. Facilitam-lhe a fuga. Mas não se enganem. Fazem-no apenas para matá-lo. (...) Foi assim que fizeram com João Henrique Filho, envolvido nas mortes do advogado Carlos Batista e do prefeito do município capixaba de Serra, José Maria Feu Rosa. Exatamente assim. E o pegariam junto, a ele, Manoel, não tivesse intuído o jogo que se armava com a oferta de fuga ao comparsa preso. Foi assim com Francisco Neto, preso na cadeia de Viana e resgatado por Manoel, que depois o executou (SOARES, 2009, p. 124 - 125).

O juiz da Vara de Execuções Penais Alexandre Martins elaborou um relatório, apontando contradições na transferência do preso, que foi retirado da Superintendência da Polícia Federal sem a recomendação de que se tratava de um

preso ameaçado e que estava sob proteção especial. O fato gerou a exoneração do delegado federal Tito Caetano, então coordenador da Missão Especial.

Mas foi em março de 2003, quando o desmantelamento das organizações criminosas adquiria dimensões significativas, que a Missão Especial sofreu seu golpe mais preciso. O juiz que elaborara o relatório citado anteriormente, integrante da Missão Especial, Alexandre Martins de Castro Filho foi o alvo. Seus passos foram vigiados dia após dia, sua rotina analisada a ponto de alugarem um imóvel próximo ao seu. Na manhã de 24 de março de 2003, as sete e quarenta e cinco da manhã Alexandre Martins de Castro Filho dirigia-se à academia de ginástica para a prática de musculação, no bairro Itapoã, município de Vila Velha.

Uma motocicleta com o condutor e um carona desceu a rua, passou pela caminhonete Ford Ranger, fez meia-volta adiante, retornou e estancou, subitamente, atrás do carro de Alexandre, quando ele se preparava para saltar. Ninguém viu a cena, à exceção de dois operários, que trabalhavam desde as sete horas da manhã no primeiro andar do prédio em frente, um dos quais, tendo percebido a arma na mão do carona e o estranho percurso da moto, chamou a atenção do companheiro para a iminência de um assalto. (...) Ouviram com nitidez quando o carona desceu da moto – o rosto visível sob um pequeno capacete do tipo coco – e dirigiu-se a Alexandre, que acabara de sair do carro, chamando-o pelo nome (SOARES, 2009, p. 25-26).

Naquele dia, esporadicamente, Alexandre havia dispensado o único segurança que fazia sua escolta. Como o governo estadual havia deslocado apenas um policial para sua proteção, o juiz entendeu que, mesmo tendo recebido ameaças de morte, o segurança precisava de folga, já que o estava acompanhando por 36 horas seguidas.

O juiz voltou-se para trás e recebeu o primeiro tiro, no peito, à queima-roupa. Inclinou-se e cambaleou para o meio da rua, como se uma força gravitacional irresistível o atraísse. Tropeçava e tinha dificuldades para sacar a arma presa à pochete. O juiz tombou sobre o próprio braço e sua mão, num espasmo, puxou o gatilho. (...) O motorista pulou da moto e, deixando cair o capacete, desferiu o tiro que atingiu Alexandre na cabeça. Caído no meio da rua, de lado, Alexandre recebeu o terceiro tiro, novamente disparado pelo homem que conduzia a moto. (...) Os assassinos então se retiraram sem pressa, na mesma motocicleta. Tiveram, inclusive, que empurrá-la, por algum problema mecânico. Um minuto depois, um carro alto, negro, importado, de vidros escuros indevassáveis, desceu a rua, parou ao lado do corpo, retomou sua rota, fez meia-volta como a moto e, antes de seguir adiante, de novo estancou ao lado do corpo, como que a certificar-se de que a missão fora cumprida (SOARES, 2009, p. 26).

Alexandre foi morto com três tiros, exatamente 13 dias depois de ouvir uma testemunha que denunciou o relacionamento entre altas autoridades do Espírito Santo e criminosos comuns, em ações ilícitas que envolviam o desvio de recursos públicos e a contratação de crimes de mando. O preso, Wanderley da Silva Ferreira, o Thor do Império, ouvido no dia 11 de março de 2003 por Alexandre e mais dois integrantes da missão especial, citou o governador Paulo Hartung, eleito em 2002, e seu vice, Lelo Coimbra, entre tais autoridades. Deu indicações de que desfrutava de relações próximas com Lelo e, sobretudo, com seu irmão – José Coimbra, ex-vereador em Vitória. E chegou a associar a ação da quadrilha que ele admitiu integrar, a Scuderie Detetive Le Cocq, a inúmeras irregularidades<sup>60</sup>.

O depoimento explosivo de Thor do Império, que pode ter concorrido para precipitar a morte do juiz, tem inúmeros detalhes que nunca foram apurados pelas autoridades locais. Ele afirmou que recebia mensalmente, tanto pessoalmente (na prisão) como através da conta bancária de sua mulher, depósitos feitos a mando do ex-vereador José Coimbra, o irmão do ex-vice-governador e atual deputado federal Lelo.

Contou que o pagamento começou a ser feito logo depois que ele foi preso pelo assassinato de José Carlos Preciosa, ex-segurança de José Coimbra e reconhecido como pistoleiro ligado à Scuderie Detetive Le Cocq. Thor sustentava que matou Preciosa, em 1993, para impedir que ele entregasse ao então delegado da Polícia Civil Francisco Badenes Júnior, detalhes do esquema de corrupção e mortes envolvendo interesses de empresários e chefes do Executivo e do Legislativo da capital capixaba e suas estreitas ligações com a Le Cocq, da qual José Coimbra foi um dos principais chefes.

O grande problema foi que o depoimento de Thor do Império teve vazamento para a imprensa, aumentando o número de interessados diretos e indiretos na morte do magistrado. Após ter conhecimento das denúncias de Thor, o subprocurador da

---

<sup>60</sup> Sobre o assunto consultar o artigo “Manda grampear quem pode, obedece quem não tem juízo”, do jornal Rogério Medeiros, publicado em 18.12.2007 pelo jornal virtual Observatório da Imprensa: Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=464IMQ004>>.

República e então chefe da missão especial no Espírito Santo, José Roberto Santoro, fez uma advertência aos dois juizes da Vara de Execuções Penais, Alexandre Martins Filho e Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, ambos integrantes da força-tarefa. Na frente de pelo menos três testemunhas, disse à dupla que os mesmos reforçassem suas seguranças, pois certamente um deles iria morrer (SOARES, 2009).

Alexandre e Carlos Eduardo Ribeiro Lemos<sup>61</sup> já haviam denunciado, em 2001, o então titular da 5ª Vara de Execuções Penais, o juiz Antonio Leopoldo, por diversas irregularidades. Entre elas, a progressão de regime, de fechado para o semi-aberto, e a concessão de liberdade condicional a condenados por tráfico de drogas e pistoleiros, sem que eles tivessem direito a tal, assim como decisões que contribuíram para facilitar fugas e saídas irregulares de detentos. As denúncias de Alexandre e Carlos Eduardo foram apresentadas ao Tribunal de Justiça nos dias 16 de outubro e 19 de novembro de 2001, e geraram a abertura de processo administrativo contra Antonio Leopoldo.

Alexandre, no final de 2001 passou a responder, junto com Carlos Eduardo, pela 5ª Vara de Execuções Penais, angariando antipatias no Judiciário estadual. Por duas razões: por dificultar o esquema articulado por Leopoldo na venda de sentenças nas varas criminais e cíveis de Vitória; e por acumular muitas informações a respeito da influência dos grupos criminosos no Espírito Santo.

Após as primeiras investigações do assassinato percebeu-se que muitas falhas haviam sido cometidas pelos pistoleiros, que acarretaram primeiramente a prisão de Giliarde Ferreira de Souza, 22 anos, que disparou o primeiro tiro contra o magistrado. Pouco a pouco os outros executores e intermediários foram sendo identificados. Assim, também foram presos André Luiz Tavares, Yoxito, que emprestou a moto utilizada pelos homicidas; Leandro Celestino dos Santos, o Pardal, acusado de emprestar a pistola Taurus calibre 7.65 usada pelos assassinos; os sargentos da Polícia Militar Heber Valêncio e Ranilson Alves da Silva, que monitoraram a rotina do magistrado e alugaram um apartamento perto de onde ele residia; e, 27 dias após a morte do juiz, Odessi Martins da Silva Júnior, 21 anos, o

---

<sup>61</sup> O juiz Carlos Eduardo Ribeiro Lemos vive sob escolta a 12 anos, por conta de ameaças que sofreu durante sua atuação na Missão de Combate ao Crime Organizado no Espírito Santo

Lombrigão, que deu os dois tiros de misericórdia no juiz. Foi identificado e detido posteriormente Fernandes de Oliveira Reis, mais conhecido como Fernando Cabeção, acusado pela Polícia Civil de chefiar a quadrilha e de ter intermediado a contratação da execução. Ele controlava o tráfico no bairro Garanhuns, em Vila Velha, onde mantinha como seguranças os dois sargentos.

Mesmo com a prisão rápida dos executores e intermediários do crime, uma sucessão de atravessamentos marcou a condução das investigações da morte de Alexandre. O primeiro inquérito policial tratava o caso como latrocínio. O segundo, como crime de mando, mas sem apontar os mandantes. O terceiro e último inquérito apontou como mandantes do crime o juiz Antonio Leopoldo e o coronel da Polícia Militar Walter Gomes Ferreira, que já havia sido denunciado também pela Missão Especial como braço armado da Scuderie Detetive Le Cocq. Ferreira havia sido transferido para um presídio no Acre, em dezembro de 2002, por determinação do juiz Alexandre Martins Filho e jurara vingança.

Após um primeiro momento de comoção nacional um grande silêncio instaurou-se no cenário capixaba quando o assunto era o assassinato. Todo o barulho feito até então se transformou em um grande silêncio. Para o governo do Espírito Santo, o assunto estava resolvido, com a identificação dos pistoleiros e dos mandantes do crime: o juiz Antonio Leopoldo, o coronel da Polícia Militar Walter Gomes Ferreira e o ex-policia civil Cláudio Luiz Andrade Baptista. Na Polícia, na Justiça e no Ministério Público capixabas, não se ouviam mais vozes que questionassem o relacionamento dos acusados com a morte de Alexandre. Porém, nesses três estabelecimentos, várias fontes apontam pontas desamarradas nessa história, seja em aspectos laterais à morte do juiz, seja em aspectos diretamente relacionados com ela. Em ambos os casos, o tema em questão era à força da Scuderie no Espírito Santo. No curso das investigações do assassinato, aparecem como alvos diretos de acusações, entre outras autoridades, o próprio governador do estado, Paulo Hartung, e seu ex-vice, o atual deputado federal Lelo Coimbra; porém, nenhum dos dois chegou a ser pronunciado enquanto possíveis mandantes do crime.

Clamando por políticas criminais mais rígidas a população exigia “justiça” à morte de Alexandre. Assim, sete acusados de participação na execução foram julgados e condenados: Odessi Martins da Silva, Giliarde Ferreira de Souza, Sargento Heber

Valêncio, Sargento Ranilson Alves da Silva, Fernandes de Oliveira Reis, o Fernando Cabeção, André Luiz Tavares e Leandro Celestino de Souza.

Observamos que mais uma vez, em momentos de grande comoção, emerge os discursos de produção de uma subjetividade punitiva, onde são defendidas e aclamadas sanções, extensão do tempo de punição, normas penais mais rígidas, cerceando garantias, liquidando os chamados direitos e indivíduos através de seu extermínio.

Assim, como afirmam Batista e Zaffaroni (2003) a política criminal consiste em um discurso legitimante do poder punitivo, e não pode escapar a sua tensão interna, na medida em que é construída enquanto valoração geral do modo de encarar a conflitividade criminalizada a partir do poder, e, portanto, de exercer o poder punitivo. Logo, não se limita ao campo legislativo, remete ao campo judicial e penitenciário. Assim, a política criminal contemporânea deve abarcar a valoração da estrutura do sistema penal e das propostas formuladas a seu respeito, ou seja, pelo reconhecimento dos componentes de política institucional.

Importante salientarmos que para Batista (2001) por política criminal entende-se a atividade que pesquisa os meios para o controle da criminalidade. São propostas do Direito Penal sobre o desempenho das instituições que integram o sistema penal. Tratam-se de princípios e recomendações para a reforma ou transformação da legislação criminal e dos órgãos encarregados da aplicação penal. Mas o que produz, nos espetáculos contemporâneos, esta política criminal? Repressão, autoritarismo e um alardeado discurso punitivo que apregoa, nomeadamente a criminalização de novas e variadas condutas, o acirramento das penas. Estas condutas são, como nos afirma Nietzsche (2008, p. 63) tentativas de sacralizar a vingança sob o nome de justiça – como se no fundo a justiça fosse apenas uma evolução do sentimento de estar ferido – e depois promover, com a vingança, todos os afetos reativos.

Com isso entendemos que Lombrigão e Giliarde, assassinos confesos do juiz Alexandre Martins, e tantos outros, não devam ser submetidos às penas das quais foram condenados?! Evidenciamos nosso posicionamento não a uma política do

“tudo pode”, mas acreditamos na publicização daqueles que praticam os atos mencionados, e não em uma vingança travestida de justiça.

Importante salientar que após todas as prisões e condenações dos executores do assassinato de Alexandre Martins, após o silenciamento de todas as vozes que clamavam pela justiça punitiva, um fato de extrema importância chamou atenção durante o percurso da pesquisa.

Como mencionado anteriormente, todos os fatos relatados neste capítulo são resultado de pesquisa exaustiva em jornais de grande circulação, impressos e digitais. Ao final da escrita deste tópico recorri ao principal jornal virtual no qual realizei grande parte da pesquisa, o Jornal virtual Século Diário. O objetivo era simples: imprimir todas as informações para que estas constassem como anexo ao final da tese.

Qual não foi minha surpresa quando constatei que ao digitar o nome do juiz Alexandre Martins Filho não mais apareciam as reportagens que pesquisei e que diziam respeito ao assassinato como um “crime de mando”. Todas as “novas” matérias reportavam-se ao assassinato como latrocínio – assalto seguido de morte, e consideravam a “tese de crime de mando” como uma armação, um complô contra os estabelecimentos policiais. Resolvi por transcrever algumas passagens de uma destas notícias para que possamos entender qual a lógica destas “mudanças”.

O texto apresentado a seguir diz respeito à matéria veiculada pelo jornal virtual Século Diário, intitulada *“A grande farsa do caso Alexandre: Carlos Eduardo Lemos montou na justiça e Rodney Miranda executou na polícia”*, do jornalista Ricardo Medeiros, datada de 22.09.2009.

Denúncia de dois advogados ao CNJ, a que Século Diário teve acesso, detalha as ações do juiz Carlos Eduardo Lemos e do secretário Rodney Miranda para montar a farsa do crime de mando no caso Alexandre Martins de Castro Filho. Segundo a denúncia – dos advogados Último de Carvalho e Leonardo Picoli Gagno, recebida em audiência pública no Tribunal de Justiça do Estado, dia 25 de junho deste ano, pela Corregedoria Nacional de Justiça –, a montagem, apoiada pelo então presidente do Tribunal de Justiça, Alemer Moulin, teve ingredientes de uma grande impostura: vingança, usurpação de funções, juízo de exceção, tortura, edição criminosa de fitas de voz e imagens, ocultação de fatos contidos em depoimentos de testemunhas, busca e apreensão ilegais de



material processual, entre muitos outros fatos que transformaram em peças de ficção o inquérito policial e, na sequência, o processo criminal. A montagem da farsa atendeu a interesses pessoais do próprio Carlos Eduardo, inimigo confesso e notório do juiz Antônio Leopoldo Teixeira (por ele apontado como mandante do crime), e do governador do Estado, Paulo Hartung, que teve seu nome envolvido no caso, livrando-se de figurar no processo por obra de Carlos Eduardo Lemos e do secretário de Segurança, Rodney Miranda. A Rodney, diz a denúncia, coube a tarefa de usar a tortura, física e psicológica, para arrancar de um dos executores do crime, preso sob a custódia do Estado na Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), a confissão de que agira por encomenda do juiz Antônio Leopoldo. Os denunciantes dizem que essa confissão foi editada em fitas de voz e imagens e está repleta de cortes, indicando terem sido montadas para figurar no processo como prova cabal do mando. A montagem das fitas aconteceu porque o preso torturado, Odessi Martins, o “Lumbrigão”, apanhando muito e sufocado por saco plástico colocado em sua cabeça, confirmava o que seus interrogadores mandavam e, em seguida, livre por instantes do saco plástico, desmentia tudo. Debaixo de socos e chutes, voltava a confirmar os pedidos dos inquisidores e, quando parava de apanhar, negava tudo. Assim, as fitas, com os cortes dos desmentidos, se transformaram em peças ridículas de um inquérito feito sem obediência a normas mezinhas dos direitos humanos – afirmam os dois advogados. Foi na polícia, em ação comandada por Rodney, que, com base em confissões arrancadas sob tortura – prossegue a denúncia –, surgiu a história de um tal PCG (Primeiro Comando de Garanhuns), uma suposta organização criminosa da qual fariam parte os executores – além de “Lumbrigão”, Giliarte, o “Gi” (20 anos de idade), Leandro, o “Pardal” (23 anos), e André, o “Yokito” (21 anos). Para os denunciantes, Rodney e seus auxiliares se inspiraram em fato ocorrido uma semana antes do assassinato de Alexandre Martins de Castro Filho para inventar o tal PCG. Com efeito, na sexta-feira 14 de março de 2003, o juiz Antônio José Machado, em exercício na Vara de Execuções Penais de Presidente Prudente, São Paulo, foi morto por volta das 18,30h, logo após deixar o fórum. Eis como os denunciantes relatam esse fato em sua denúncia, associando-o a imaginosa criatividade do secretário Rodney Miranda: “Ele, o MM Dr. Antônio José Machado, saiu do fórum e trafegava com seu Vectra por uma rua residencial a três quarteirões do Palácio da Justiça, quando foi fechado por um veículo roubado ocupado por dois homens. O que estava no banco do carona disparou e atingiu a cabeça do juiz. O Vectra, desgovernado, subiu na calçada e bateu em uma árvore. O atirador desembarcou do carro roubado e fez outros dois disparos à queima roupa contra o juiz paulista, de forma a assegurar-se do êxito letal da empreitada, fato cuja autoria foi atribuída à organização criminosa paulista PCC – Primeiro Comando da Capital. No dia 24 de março de 2003, o também juiz de Execuções Alexandre sofreu morte violenta no cerco que tentou fazer aos adolescentes que tentavam matá-lo.” Para mostrar como, sob todos os aspectos, os crimes têm diferenças fundamentais, os dois advogados relatam detalhes importantes – nunca revelados pela mídia corporativa – do que aconteceu naquela manhã de 24 de março de 2003, na movimentada rua de Vila Velha em que o juiz Alexandre Martins de Castro Filho foi morto. Eis o texto deles:

“1 – A abordagem ocorreu na parte da manhã, no local que a vítima rotineiramente freqüentava só à noite. Após o assalto ser frustrado pela reação da vítima, que sacou sua arma e pôs-se a disparar, os dois bandidinhos abandonaram a decrepita e defeituosa motocicleta a eles comissionada por terceiro (que ostentava placa legítima) na qual chegaram ao local e já fugiam, esgueirando-se entre os carros estacionados”.

“2 – Para interceptá-los e ter ângulo de tiro, a vítima, heróica e insensatamente, deslocou-se para o desabrigo indo para o meio da larga

avenida, assim expondo-se, e foi dupla e letalmente alvejada à distância. Com a vítima ferida, armada e caída entre os fugitivos e a motocicleta, um deles correu até a vítima e, ante seus estertores, efetuou um único disparo à queima roupa sobre a tatuagem impressa no bíceps do braço esquerdo (não no coração ou na cabeça, zonas efetivas de tiro de misericórdia, “confere”, em casos de morte encomendada), arrecadou a arma usada pela vítima, e juntamente com o outro moleque empurraram a motocicleta até que o motor pegasse, no tranco, porque a motocicleta que ostentava placas legítimas não tinha sistema de partida, nem pedal nem elétrico”. Esta parte da denúncia se encerra com os dois advogados informando ter sido fácil para a polícia chegar aos criminosos, ao contrário do que acontece em crimes de mando. Havia, para facilitar o trabalho policial, uma placa legítima como pista, indicando ser a motocicleta de propriedade de André, o “Yiokito”. Outro fato que derruba a tese do crime de mando: ao ser preso, Giliarde disse ter imaginado que a vítima fosse policial, porque a arma dela subtraída tinha o brasão da Polícia Militar do Espírito Santo. No item seguinte da denúncia, os dois advogados se reportam a um fato ocorrido dois meses antes do crime, quando Alexandre sofreu outro assalto à mão armada, “também praticado por dois adolescentes, ao qual a vítima, armada, regiu da mesma maneira, igualmente empreendendo caçada àqueles outros jovens ladrões, fazendo disparos de arma de fogo, sem contudo, ferir ou capturar os assaltantes. A grande farsa do caso Alexandre: Carlos Eduardo Lemos montou na justiça e Rodney Miranda executou na polícia. Ricardo Medeiros, em 22.09.2009 Disponível em: <[http://www.seculodiario.com.br/exibir\\_not.asp?id=4031](http://www.seculodiario.com.br/exibir_not.asp?id=4031)>. Acesso em: 13/10/2011.

A descoberta acerca das “novas” reportagens acabou por se tornar mais um ponto chave desta pesquisa, deste percurso, da minha escrita. Palavras como memória e testemunho insistiam em permear meus impertinentes pensamentos. Mais do que “apagar” toda a história construída desde o assassinato do juiz Alexandre Martins Filho, a história foi refeita e recontada sob outro prisma, contada por outras personagens, sob outra ótica, mais uma vez, sob a ótica dos “vencedores”.

Mais do que uma história estática, as mudanças nas reportagens veiculadas pelo jornal virtual são marcadas por traços de poder, traços de uma luta travada entre memória, esquecimento e publicização. A dimensão política da morte de Alexandre só é compreendida quando lembrada, testemunhada e narrada distanciada da história domesticada, da história oficial.

Porém, a história “oficial” da morte de Alexandre é então refeita e recontada, repleta de apagamentos propositalmente e de fissuras, como as mortes de P., E., J. e tantos outros. Alexandre passa a ser, por alguns momentos, mais um entre tantos outros mortos do cotidiano. Convertida em rasura e exclusão, sua história e seu corpo deixam de habitar o espaço público para passarem a fazer parte dos fatos que podem ser contados. Selecionam-se assim as memórias que devem ser escritas,

narradas, lembradas. Mais uma vez lembro-me de P., E., J.; lembro das falas de Ana Maria, Arlete, Maria das Graças, de outras mães e familiares.

*“Por mais que matem, eles nunca matarão a todos! Nossos filhos permanecerão vivos em nós, na nossa luta, na nossa vontade de mudar a realidade de violência do Espírito Santo” (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV).*

Como todos eles, o corpo de Alexandre também não deve ser asilado em sua sepultura; ele tem uma história que deve ser reescrita através do testemunho e da memória daqueles que puderam ir além da história oficial de sua morte. Assim percebo a importância desta tese, dessa escrita compartilhada com todos estes familiares; não na busca da “história verdadeira” sobre estas mortes, mas para que através dessas memórias e testemunhos, possamos sair desse lugar recheado de discursos bélicos contra a impunidade, para um lugar de potência, de forças ativas de mudança.

#### **4 TRECHOS DA VIDA QUE CATEI, TRAPOS DE SENTIMENTOS QUE JUNTEI, FRAGMENTOS DE RISOS QUE ROUBEI<sup>62</sup>: DA ASSOCIAÇÃO DE MÃES E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA A EXPERIÊNCIA DE FALAR COM MÃES.**

*“Toda vez que entro no banho e vejo a marca da cesariana na minha barriga, fecho os olhos e digo para o meu filho: Pedrinho, a dor de tê-lo perdido não anula a alegria de tê-lo concebido”. (Maria das Graças Nacourt, Presidente da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo).*

No dia 28 de março de 1968, o Brasil acordou para a violência que se disseminava havia pelo menos quatro anos no país. O Governo Militar, que depôs o presidente João Goulart, deixava um rastro de sangue e mortos. Porém, a face visível do estado de exceção emergiu quando jovens carregaram pelo Centro do Rio de Janeiro o corpo do estudante secundarista Edson Luis, assassinado por militares. Edson Luiz de Lima Souto nasceu em 1950, em Belém - Pará, filho de Maria de Belém de Lima Souto. Ele foi morto a tiros durante a repressão policial utilizada para desalojar estudantes que haviam ocupado o Restaurante Calabouço, no dia 28 de março de 1968.

O corpo de Edson não chegou a ser encaminhado ao Instituto Médico Legal. Foi levado, imediatamente, por estudantes a Assembléia Legislativa, no Centro do Rio de Janeiro. A necropsia foi realizada no próprio local do velório, tendo sido o corpo levado por milhares de estudantes em passeata até o cemitério São João Batista, na Zona Sul. Era o primeiro cadáver simbólico<sup>63</sup> da ditadura militar, o que levou uma multidão a protestar contra a truculência do Estado e a suspensão dos chamados direitos constitucionais.

Quarenta anos depois, as cenas, como em um documentário antigo, reatualizam-se. Novembro de 2008: o Brasil, e mais especificamente o Espírito Santo, mais uma vez se vê diante de um cadáver simbólico. É Gabriel Teixeira Siqueira, 24 anos, assassinado no presídio conhecido como Casa de Custódia, no município de Viana,

---

<sup>62</sup> FERRÉZ. Ninguém é inocente em São Paulo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

<sup>63</sup> Simbólico: Adj. Relativo ao símbolo, que serve de símbolo; que tem o caráter de um símbolo: a espada simbólica da lei ([www.dicionarioaurelio.com](http://www.dicionarioaurelio.com)). Simbólico, neste contexto, diz respeito a simbolizar as estratégias de resistência construídas diante da violência e a supressão de direitos.

estado do Espírito Santo. Paralelo a sua morte, como em uma sincronia macabra, lá fora, sua companheira, Diana Virgínio de Souza, fora algemada e também assassinada com requintes de crueldade. Em protesto, o corpo de Gabriel foi levado pela Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo, em caixão aberto, às portas do Ministério Público e da Assembléia Legislativa.

A população, estarrecida, parecia petrificada diante das cenas fortes causadas pela visão do corpo, esfacelado e irreconhecível, exposto. A violência cometida contra Gabriel e as centenas de mortes atribuídas às forças policiais do referido estado passavam a incomodar, de formas variadas.

*“Acho essa cena terrível, um absurdo. Não concordo com esse tipo de protesto. É uma agressão a quem passa pela rua...”. Júlia Gomes, Auxiliar de Serviços Gerais. Disponível em: <[www.gazetaonline.com.br](http://www.gazetaonline.com.br)>.*

*“Se essa é a realidade dos presídios capixabas, ela precisa ser mostrada. Sei que a cena é muito forte, mas está na hora das pessoas saberem qual é a real situação”. Paula Ramos, Estudante Universitária. Disponível em: <[www.gazetaonline.com.br](http://www.gazetaonline.com.br)>.*

A execução de Gabriel Teixeira Siqueira e Diana Virgínio de Souza expõe-nos o aspecto mais sombrio de uma política de segurança pública baseada na repressão, no terror e no extermínio. Antes, ativistas políticos contrários ao regime militar eram perseguidos e mortos, sob acusação de pertencerem a perigosos grupos guerrilheiros. Os responsáveis por crimes cometidos naquele período, como seqüestros, prisões ilegais, torturas, cárcere privado, assassinatos e ocultação de cadáveres, até hoje não foram publicizados, responsabilizados e sequer julgados (COIMBRA, 2002, p. 19).

Hoje, os moradores dos bairros mais pauperizados, os “improdutivos”, os “em situação de risco” são oprimidos e catalogados sob justificativa semelhante. Os “braços armados” colocam-se então como instrumento a serviço do controle e do extermínio da população pobre do país. Justificam-se os mandatos de busca e apreensão em aberto para comunidades ditas “carentes e perigosas”, “dominadas” pelo tráfico; aplaude-se a ausência de controle sob as forças policiais, assim como as demonstrações de violência e mortes. O estado de exceção “permanente” justifica o extermínio dos chamados “perigosos”; para eles, só a morte é a solução!

O conceito de estado de exceção começa a ser utilizado como um mecanismo jurídico criado pela Assembléia Constituinte Francesa em 1791, sob o nome de “estado de sítio”, buscando a suspensão da ordem em casos extremos. Essa estratégia jurídica foi largamente utilizada e ampliada nos séculos XIX e XX por governos como a Alemanha, Itália e EUA buscando conter situações de desordem, conflito ou situação crítica política e econômica.

O filósofo italiano Giorgio Agamben vai apresentar-nos este “estado de exceção” como um mecanismo de suspensão da ordem jurídica não como excepcionalidade, mas como protótipo de governo, dominante na política contemporânea; o que deveria transcorrer como exceção à regra, tornar-se-á regra geral. E é embasado no signo da segurança que passa a agir fora dos mecanismos jurídicos, ou, como nos afirma Agamben (2005) “A segurança como paradigma de governo não nasce para instaurar a ordem, mas para governar a desordem.”<sup>64</sup>

Agamben (2005) vai apresentar-nos um processo de condução histórico onde medidas excepcionais serão aglutinadas enquanto técnicas normais de governo. A implicação disto acarretará na constituição de um panorama político como um “patamar de indeterminação” entre democracia e absolutismo. Para o autor, o totalitarismo que daí emerge assemelha-se a um estado de exceção que se confunde com um estado de “guerra civil legal”. “Sob a pressão do paradigma do estado de exceção, é toda a vida política constitucional das sociedades ocidentais que, progressivamente, começa a assumir uma nova forma que, talvez, só hoje tenha atingido seu pleno desenvolvimento” (AGAMBEN, 2004, p. 27).

Observamos que a partir da exceção transformada em regra abrem-se brechas legalizadas para legitimar-se “ações de defesa” consideradas “fora da lei”, como a tortura e o extermínio de populações tidas como ameaçadoras à paz e à ordem. Com isso, emergem questões que dizem respeito ao papel do soberano nessa remodelação do estado totalitário; um soberano personificado com poder de decisão sobre quem deve morrer para que faça viver outros.

---

<sup>64</sup> Caderno Mais - Folha de São Paulo. Entrevista cedida em 18.05.2005

Para Agamben (2004) o paradigma do “estado de exceção como regra” seria um mero vestígio do poder soberano, ou mesmo um regresso a ele, como a eclosão de uma potencialidade concreta que estivera presente desde sempre em seu alicerce. Importante fazermos um recorte em nossas indagações para trazermos à nossa história-tese alguns fragmentos e análises acerca das relações de poder que se estabelecem no conjunto das práticas humanas. Na transcrição das entrevistas com os familiares, uma das entrevistadas colocou-me as seguintes perguntas: “A quem destina-se o direito de decidir sobre a vida e a morte das pessoas?”

Segundo Foucault (1987), retomando a teoria clássica da soberania, esse privilégio, por um longo período, foi poder do soberano; quando este encontrava-se sob o risco de extinguir sua própria existência, poderia expor seus súditos a uma guerra contra todos aqueles que o atacassem. Assim esse soberano expunha a vida desses súditos, tendo direito sobre suas vidas, mesmo que de forma indireta.

Porém, se quem lhe oferece ameaça é um de seus próprios súditos, o soberano pode exercer um “poder direto”, matando-o como punição. Importante salientar que este não é um direito absoluto, visto que o soberano só pode exercê-lo para sua defesa e sobrevivência. O direito desse soberano também não é absoluto na medida em que só se apresenta no poder sobre a vida, exercendo o direito de exigir a morte ou não. “O direito que é formulado como ‘de vida e morte’ é, de fato, o direito de causar a morte ou de deixar viver (FOUCAULT, 1988, p. 148). Neste momento, ainda consigo ouvir ecoar as falas de Ana Maria, uma das mães entrevistadas.

*“Meu filho morreu porque ameaçou “entregar” alguns policiais que recolhiam o “arrego” na boca aqui da rua. Estava cansado de levar “batidas”, ser revistado e humilhado na rua era usuário sim, mas não devia nada a ninguém. Por ser usuário a polícia pegava muito no pé dele, perseguia mesmo. Ele começou a se revoltar e ameaçou alguns policiais dizendo que na boca que ele deixava o dinheiro dele a polícia também “ganhava” dinheiro. Foi a gota d’água para tudo que aconteceu! Eu te pergunto: A quem destina-se o direito de ser Deus? De decidir sobre a vida e a morte das pessoas? ” (Ana Maria, mãe de J, 19 anos. 07.01.2009).*

Poder sobre a vida de J, exercendo o direito de exigir sua morte! Contudo, é a partir do período clássico que esse mecanismo de poder vai começar a sofrer transformações. Antes, esse mecanismo encontrava terreno fértil em uma sociedade baseada no confisco, na “exploração de produtos, de bens, de serviços, de trabalhos

e de sangue imposta aos súditos” (FOUCAULT, 1988, p.148). Porém, a partir da era clássica isso metamorfoseia-se, sendo que estas extorsões deixam de ser fonte básica de riquezas, mas somente uma vertente dessa engrenagem complexa, dando espaço também ao controle, à vigilância.

Não mais um poder que se destina a destruir forças, mas também a produzi-las e ordená-las. “Com isso o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos (FOUCAULT, 1988, p.148).

Essa nova tecnologia de poder não exclui a primeira, mas vai integrá-la; ela não mais dirigir-se-á ao homem corpo, mas ao homem vivo, ao homem – espécie. Se antes a disciplina regia a multiplicidade dos homens, reduzindo-os a corpos individuais vigiados, treinados e eventualmente punidos, a nova tecnologia vai se dirigir justamente a multiplicidade dos homens na medida em que estes se tornam uma massa global – o biopoder.

A norma que fundamenta o poder disciplinar é idealmente concebida. A norma que fundamenta o biopoder é estatisticamente concebida pela análise de dados coletados. A vigilância nas sociedades disciplinares tem como função precípua a aplicação de uma sanção normalizadora a quem descumpra a norma. A vigilância nas sociedades biopolíticas tem como função fornecer dados para a criação da norma que irá definir quem é “normal” e quem é “anormal”. O objeto da disciplina é converter o indivíduo anormal em normal. O objeto do biopoder é gerenciar as taxas de normalidade e anormalidade em uma determinada população. O resultado da disciplina é a produção de corpos dóceis. O resultado do biopoder é a filtragem de corpos em uma população estatisticamente controlada (VIANNA, 2007, p.147).

Como prever estatisticamente os números relativos à criminalidade? Como estabelecer a taxa média de crimes cometidos em dado período na cidade de Vitória? Como elaborar estratégias para o combate a esta criminalidade?! Segundo Foucault (2008) esse mecanismo, que não se caracteriza pelo código legal nem pelo mecanismo disciplinar, é o mecanismo da segurança.

Definem-se modos de pensar, agir, sentir, e porque não viver, a partir de cálculos, custos e técnicas políticas que gerem a existência. O poder vai se exercer produzindo forças e não mais suprimindo-as ou destruindo-as. Ordena-se e controla-se a vida em seu conjunto, incitando, segundo Foucault, à produção da vida de acordo com um padrão de normalidade, determinado pelo mercado.



Mas, como nessa tecnologia de poder, que tem como maior objetivo a vida, vai se exercer o direito de matar? Se é uma realidade que o poder de soberania recua cada vez mais, e que, ao contrário, avança cada vez mais o biopoder, como esse pode matar, se busca aumentar a vida? “Como é possível reclamar a morte, torná-la aceitável, expor à morte não só os inimigos, mas mesmo os próprios cidadãos? (...) Como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder? (FOUCAULT, 1999, p. 304).

Trabalhamos aqui, de acordo com as colocações de Foucault acerca da questão do racismo. Segundo Foucault (1999, p. 304) o que insere o racismo nos mecanismos de Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder. É através do racismo, que se introduzirá, no domínio da vida, a separação do que deve viver e do que deve morrer. A fragmentação, separação e qualificação das raças, dicotomizando-as em boas e más, vai ser a forma de estabelecer “uma relação do tipo biológica” (FOUCAULT, 1999, p. 305) de combate, onde para a sobrevivência de um, outro tem que morrer.

Quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação a espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar (FOUCAULT, 1999, p. 305).

Os inimigos a destruir não são adversários, no estreito sentido da palavra, mas se constituem em possíveis perigos em relação à população e para a população. Elencamos assim, aqueles que podem morrer: pobres, negros, favelados, supostos bandidos, flanelinhas usurpadores, meninos e meninas em situação de rua, traficantes e todos aqueles que são uma ameaça a ordem, ao bem estar dos “humanos”.

Mas como se constroem estas relações de poder quando retomamos a discussão acerca do extermínio de alguns para a sobrevivência de outros em um estado de exceção? É o soberano quem decide se a norma é válida de fato ou não; passa a ser dele o resultado sobre as relações da vida. Paradoxalmente, em um estado biopolítico será este soberano quem decidirá sobre o estatuto da vida, sobre a deliberação a respeito de quais vidas podem ser exterminadas, quais vidas podem

ser abandonadas, quais vidas são indignas de ser vividas e, portanto, ser portadoras de uma existência política. Produz-se assim a vida nua, aquela que pode ser matável sem que isso seja caracterizado como um crime. Como na lógica dos campos de concentração, algumas vidas passarão a ser controladas intermitentemente, enquanto outras serão privadas de qualquer humanidade, tema que será trabalhado mais adiante, também com algumas considerações de Giorgio Agamben. Para o referido autor “provavelmente está se aproximando o momento em que todos os cidadãos serão ‘normalmente’ controlados pelo Estado do modo que antes se usava somente para criminosos, nas prisões” (AGAMBEN, 2004, p. 76).

Aproveitando-se de mais um dos raros momentos de silêncio e solidão, sento-me para reiniciar a escrita. Começo a remexer em meus arquivos, no diário de campo, buscando por alguns fragmentos que dêem maior visibilidade a esses “rostos perigosos”. Emergem assim, as primeiras transcrições do que mais tarde deu maior clareza sobre o início da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo.

#### **4.1 O INÍCIO: HISTÓRIAS QUE SE TRANSVERSALIZAM**

*"Não falamos da morte. Falamos da vida e defendemos a vida" (Juana de Parament, 93 anos, Madres de Plaza de Mayo – Entrevista cedida em 12.05.2007, Jornalismo. Mães em luta: A morte que gerou vida na Praça de Maio)*

Enquanto pesquiso em meu notebook possíveis notícias que façam referência à última manifestação da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo, aguardo com apreensão a chegada da presidente, Maria das Graças Nascimento Nacourt, mãe de Pedro Nacourt Filho. Espero ansiosa por informações que me tragam clareza quanto ao início da Associação. O tempo é agradável para uma tarde ensolarada de pós finados. Um dia depois ao “dia dos mortos” eu espero o aparecimento de uma mulher. Uma mulher que algumas notícias chamam de guerreira, outras de louca e desrespeitosa com os “mortos”.

"As notícias foram todas veiculadas nos meios de comunicação", fala com discrição minha entrevistada, abrindo páginas e páginas de diferentes jornais, em que aparecem fotos de Gabriel Teixeira Siqueira, 24 anos, assassinado no presídio

conhecido como Casa de Custódia, no município de Viana, no Estado do Espírito Santo. No mesmo horário de sua morte na prisão, lá fora, mais especificamente no bairro Morro da Fonte Grande, sua companheira, Diana Virgínio de Souza, fora algemada, levada para o alto do morro e também assassinada com vários tiros. Maria das Graças não se altera, ela vive em contato com isso diariamente, embora ver e carregar mais um cadáver expondo-o a opinião pública, não seja natural para minha entrevistada.

E enquanto Gabriel Teixeira e Diana Virgínio passam, o tempo pára. Estamos na sede da Associação, onde Maria das Graças passa boa parte de seus dias. Eu espero e vejo Gabriel e Diana passando. Sorrisos que não existem mais. Eu me incomodo profundamente. Como se alguns tivessem o direito de brincar com a vida e com a morte, e fazer da vida uma seleção natural entre os que podem viver e aqueles que não podem – “são os corpos matáveis dos súditos que forma o novo corpo político do Ocidente” (AGAMBEN, 2004, p. 131). O Estado sorrateiramente esconde-se atrás dos assassinos do presídio, que segundo algumas notícias veiculadas, fizeram justiça a um devedor de drogas, vidas que se podem deixar morrer, que podem ser exterminadas pois não se traduzem em qualquer “crime”. Colocados fora da jurisdição humana, fora dos padrões dos passíveis de vida, Gabriel, Diana, Pedro, Jonathan e tantos outros, “podem” ser exterminados, pois são vidas descartáveis!

Mas, que vidas descartáveis são estas? A Filosofia nos traz alguns indícios, visto que sempre esteve intimamente ligada às interrogações quanto à definição da vida. Neste contexto, é de elevada importância explicitarmos a distinção que os gregos faziam entre *zoé* – a vida simples, aquela básica, comum a todos os seres vivos, mas compreendida na sua peculiaridade – e *bíos* – a forma própria de viver dos indivíduos, a vida entendida no âmbito do indivíduo ou da espécie.

Podemos ter maior clareza quanto a estas explicitações sobre a vida, examinando algumas colocações de Aristóteles sobre ela. Quando expõe as diferenças entre a vida contemplativa, a vida do prazer e a vida política, ele não estava se referindo à *zoé*. Em nenhum desses casos, a vida tomada em conta por Aristóteles era a simples vida natural, mas sim uma forma especial, qualificada e muito particular de vida. E não é que negasse que a *zoé* pudesse constituir um bem em si mesma.

Entretanto, embora pudesse a vida puramente natural constituir um bem em si, ela era excluída da vida na polis – e somente na polis era possível viver segundo o bem. No mundo da pólis grega, o que era de interesse geral era a *bios*, já que a política, nesta ocasião, não era um atributo do vivente em geral, mas de um vivente que vivesse em “uma comunidade que distinguisse o bem do mal, o justo do injusto” (AGAMBEN, 2004). A *zoé* era então relegada ao universo do lar, da família, da vida privada. Neste sentido, a *zoé* era praticamente excluída da política grega.

Com o advento da modernidade, contudo, a *zoé* passa a ser politizada, transformada pelas tecnologias disciplinares e de controle da população. O aumento da importância da vida biológica e da saúde da nação transforma-se, progressivamente, em “governo dos homens”. Surgem daí a divulgação das possibilidades das ciências humanas e sociais, a possibilidade de proteger a vida e também a de autorizar seu holocausto. É através da normatização que esta outra configuração de poder explicitada anteriormente - a biopolítica - vai incluir e excluir pessoas e grupos seja eles sociais, étnicos ou culturais.

*Aos poucos fui percebendo que algumas cenas se repetiam...as mortes, a crueldade, o terror e a insistente sensação de impotência. Percebo, aos poucos que tudo isso, essa “guerra”, à supressão de direitos são pressupostos de uma concepção de poder que tem guiado nossa política de segurança pública. A cada entrevista percebo como se reforça a individualização dessa dor, sufoca-se o coletivo e, principalmente, criminaliza-se qualquer grupo que represente uma suposta ameaça – essas mães são uma ameaça! (Diário de campo, 10/11/2008).*

O produto final dessa outra estratégia de controle é uma vida separada e excluída de si mesma. É o que Agamben vai chamar de vida nua, “aquela que qualquer um pode tirar sem cometer homicídio ou aquela que qualquer um pode levar à morte” (AGAMBEN, 2004, p. 130).

Mais que a simples vida natural, portanto, a vida nua é a vida exposta à morte. É justamente essa zona vazia, essa zona de indiferença que habita aquele que nada mais é que vida nua. Vida nua é a vida matável do *homo sacer*, vida que se pode deixar morrer. O *homo sacer* pode receber a morte das mãos de quem quer que seja sem que isso signifique, para aquele que mata, um sacrilégio.

*“Da janela da sala vi uma viatura passando, pude ouvir uma freiada brusca e na seqüência vários estampidos, que na hora imaginei serem fogos, ainda em comemoração à vitória do flamengo. Naquele momento meu filho estava sendo morto de forma covarde e violenta, sem nenhuma chance de defesa...por que ele, por que?” (Maria das Graças Nacourt, Presidente da AMAFAVV).*

Embora o homo sacer pertença a Deus na forma da insacrificabilidade, ele está incluído na comunidade como possibilidade de que lhe dê a morte. Encontra-se entre a ambivalência da sacralidade e da possibilidade de morte; aprisionado na exclusão, e exposto à violência não considerada como um sacrifício, nem como homicídio. Daí que o homo sacer é, ao mesmo tempo, “santo e maldito”, abarcando, em alguns exemplos de Agamben, os condenados à morte, os confinados nos campos de concentração e os que se enquadram na definição de vida indigna de ser vivida. Ele é aquele que é colocado para fora da jurisdição humana, porém, sem alcançar a posição divina. É aquele que, privado de todo e qualquer direito, pressupõe uma espécie de sobre, insumo necessário para a manutenção das estruturas de poder. É aquele cuja vida é descartável, matável...a vida nua. Vida nua que se constrói historicamente, que perpassa a condição dos nativos e dos africanos, escravizados e mortos em nome da “construção” do Estado, que atravessa também a condição dos moradores de favelas, moradores de rua, sem - teto, sem - terra, sem - nada, subjugados pela violência e exterminados por serem considerados “perigosos”.

Vidas indignas, aqueles que como Gabriel e Diana, de alguma forma não merecem continuar a viver. O Estado não esconde que os matou, mas traveste-se e justifica as mortes no suposto envolvimento de ambos no tráfico de drogas. Gabriel, Diana: homo sacer.

Enquanto penso sobre isso, ainda posso ver Gabriel e Diana passando na minha frente, sob a luz de uma pequena janela que deixa frestas do sol entrarem, escaparem; lembro-me de pequenas passagens de meu diário de campo, construído no decorrer da pesquisa.

*As vezes fico me perguntando o que mantém estas mães de pé. E simplesmente não tenho respostas fechadas. A construção recorrente e posta constantemente em cheque – a maternidade – se choca todo o tempo com seu avesso – o sentimento de orfandade. Mas, o que as mantém de pé? Percebi que mesmo com a morte estampada em suas vidas, elas estão ali para salvar seus filhos. Contar suas histórias, refazer suas memórias é o que lhes dá vida, é efetivamente o que as mantém de pé! (Diário de campo, 10/11/2008).*

Lembro-me das leituras madrugada adentro sobre “mães órfãs”, e sobre o oposto desta orfandade, que se traduz em um novo modo de relação, que, com naturalidade, instauram no modo de ver e atuar, a socialização da maternidade e do luto potente. Em meio a estas lembranças reporto-me brevemente a uma experiência singular na narrativa de familiares de atingidos pela violência – a história de resistência e luta contra a opressão das Madres de Plaza de Mayo.

É importante fazermos uma breve menção ao fato de que o regime militar que assolou o Brasil era também o regime vigente em outros países da América Latina, como Argentina e Chile. A história das Madres de Plaza de Mayo teve início há quase cinco décadas na Argentina, quando a ditadura militar, sob o comando de Jorge Rafael Videla, começou a perseguição a seus opositores, essencialmente jovens militantes de esquerda. Em 30 de abril de 1977, um grupo de mães, que se conhecera na porta de hospitais e delegacias a fim de saber o paradeiro dos filhos desaparecidos, decidiu ir até a Praça de Maio, no centro de Buenos Aires, sede da Presidência da República, para solicitar uma audiência com o governo. Era um sábado. Na semana seguinte, voltaram na sexta-feira. E, na outra semana, na quinta-feira. Foi assim que fizeram da quinta-feira, na Praça de Maio, sob cassinetes ou sob a mira das armas da polícia e do Exército, o dia de se reunir e pedir informações, explicações e justiça pelos filhos que o governo militar havia dado um fim.

*“Amamos nossos filhos, os amamos acima de tudo e os filhos, para nós, jamais vão morrer. (...) Enquanto houver um assassino na rua, nossos filhos viverão para condená-lo em nossas bocas e na de vocês”. (Hebe de Bonafini, Madres de Plaza de Mayo – Entrevista cedida em 12.05.2007. Jornalismo. Mães em luta: A morte que gerou vida na Praça de Maio)*

Tornaram-se quintas-feiras de manifestação contínua. As Madres de Plaza de Mayo estavam às 15h30, de lenços brancos na cabeça, o símbolo do movimento, para marchar em círculo, em torno do monumento à independência.

Tiveram de enfrentar uma luta dolorosa e desigual com a ditadura armada. E, nessa luta, três das suas primeiras ativistas, as mães Azucena Villaflor de Vincenti, Mary Ponce e Esther Ballestrino de Careaga, também sucumbiram à violência, seqüestradas e assassinadas em uma tentativa assombrosa de intimidar todas as mães. Entretanto, não conseguiram: do seqüestro e desaparecimento de seus filhos, as mães dariam a luz a um dos movimentos mais importantes da história na luta pela liberdade e contra a opressão de todos os povos: As Madres de Plaza de Mayo.

Da luta anterior, mais individualizada de cada mãe por seu filho, as Madres reconstruíram e socializaram a maternidade. Começaram a exigir justiça por todos os milhares de desaparecidos e não só pelos filhos de cada uma, solitariamente.

*“Não se pode negociar por dinheiro o desaparecimento dos filhos. Não vendemos sangue. Não queremos reparação econômica, mas sim lutar pelo mesmo que eles queriam: mudança. Uma mudança revolucionária” (Juana de Parament, Madres de Plaza de Mayo – Entrevista cedida em 12.05.2007. Jornalirismo. Mães em luta: A morte que gerou vida na Praça de Maio 12.05.2007).*

Do movimento nasceu principalmente desejos incessantes de mudança, de luta por afirmação da vida mesmo depois da morte. Afirmação de vida...potentes misturas de sensações e afetividades que aproximam, coletivizam o que antes não passava de sofrimento individualizante: indiscutivelmente, Antígona, da tragédia de Sófocles, mencionada no começo do nosso percurso, se encontra na paisagem construída pelas Madres da Plaza de Mayo, que por sua vez abrigam as agonias e ânsias das mulheres guerreiras da AMAFAVV. Umas marcham, outras carregam caixões abertos com corpos triturados e incinerados; todas são Polínicas em busca de reafirmar a dignidade de seus mortos e desaparecidos. Não se falam e não se conhecem, mas aproximam-se na dor e no combate, na incansável procura de corpos desaparecidos, no desejo de abrigá-los em uma sepultura digna, mas principalmente exigir que suas mortes sejam investigadas e publicizadas.

Mas o dia ensolarado segue, e com ele retorno a minha entrevistada, Maria das Graças Nascimento Nacourt. No instante inicial da entrevista anuncia-me que o dia anterior fora um dia muito triste para ela e outras tantas mães que tiveram filhos, irmãos, companheiros e familiares assassinados; relata que, em 20 de Junho de 1999, seu filho, Pedro Nacourt Filho, o Pedrinho, fora assassinado no calçadão da

Rua Sete de Setembro, no Centro de Vitória. Há nove anos Maria das Graças vê Pedrinho passando em sua frente, e as luzes da janela de Maria das Graças reluzem sob seu rosto.

Naquela noite Pedro saía para comprar cigarros. A mãe, que aguardava o retorno do filho, viu de sua janela o carro da polícia passando em disparada, ouviu a freada brusca e os tiros, porém pensou que fossem fogos em comemoração ao final da partida de futebol entre Flamengo e Vasco. Minutos depois foi chamada em casa para ver o corpo do filho estirado no calçadão. Sob sua mesa, no momento da entrevista estavam as fotos do filho morto; tiros na cabeça, nas costas, em todo o corpo; nas mãos ensangüentadas, carregava o molho de chaves de casa. Pedro Nacourt Filho, então com 26 anos, foi assassinado por policiais militares. Eu começava a agonizar sobre a morte daquele menino.

*Ficava insistentemente me perguntando o que eu deixara de olhar, por todos esses anos, quando formatada em minha 'vida tranqüila'; a realidade é que não me permitia enxergar todas aquelas mazelas e dissabores da vida de tantas pessoas tão próximas a mim. Como continuar a não permitir que aquelas histórias atravessassem também a minha própria história de pesquisadora negra e pobre, de também favelada e atravessada pela exclusão e pelo extermínio?! Comecei a perceber que era impossível... (Diário de campo, 20/11/2008).*

Maria das Graças chegou à sala para a entrevista como viveu nos últimos nove anos, sozinha. As mãos, colocadas por sobre as pernas, lá permaneceram por quase todo o tempo da entrevista. Quase 120 minutos de conversa gravada em que se alternam períodos de longo silêncio, com o registro de uma voz fraca, quase desencarnada, e registros de outra voz forte, de extrema revolta.

A primeira pergunta, o primeiro baque. Logo depois de vencidas as explicações da entrevista e a apresentação, ao ser perguntada sobre a morte de Pedro e o início da Associação, Maria das Graças fala-me dos sonhos de futuro de Pedrinho, assim mesmo, no presente, como se esperasse ainda sair do encontro comigo e, quem sabe mais tarde, celebrar o encontro com o filho.

Pergunto se ela é capaz de identificar o momento exato em que quis iniciar o trabalho da Associação. Depois de quase eterna pausa ela murmura que nunca quis iniciar um trabalho como o que desenvolve, mas viu-se em uma encruzilhada após a morte do filho:



*“Eu tinha três opções: Me enfurnava em casa e morreria aos poucos, alcoolizada e vivendo das lembranças de Pedrinho, **brigava por uma justiça voltada para a vingança**, voltada para meus desejos, ou então me fortalecia junto a outras mães que perderam seus filhos como eu perdi o meu. Foi a decisão mais importante que tomei em minha vida, e a carregarei comigo até meu último minuto de vida...” (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV – grifos meus)*

### Brigar por uma justiça voltada para a vingança [...]

*“Eles querem vingança. Não dormem direito, não comem direito. O mais novo vê a polícia e se revolta, quer “armar” para eles; sei que isso ta aproximando ele de traficantes do bairro. Perdi um para a polícia e estou perdendo o outro para bandidos...isso não é viver!!” (Sra. Arlete, mãe de A., 32 anos, assassinado supostamente por policiais militares).*

Bandido bom é bandido morto! Policiais corruptos, inescrupulosos e assassinos também! A captura de indivíduos com medo através dessas duas verdades construídas historicamente faz com que as camadas mais abastadas, mas também as camadas populares passem a partilhar esses valores...justiça voltada para a vingança. Os economicamente abastados, além da óbvia integridade física, querem manter à distância as ameaças à propriedade - a “limpeza das ruas” de possíveis marginais é a solução. À classe pauperizada, a manifestação extrema e disseminada de violência policial fornece justificativa e constitui dispositivos para a busca de “justiça a qualquer custo”. Aprisionados a uma lógica simplista e moralizante, que acaba por reeditar práticas de julgamento, entendemos que ambas estão, mais uma vez, imersos em marcos jurídico-morais. Quando brandam por punição a “criminosos”, sejam civis ou militares, fortalecem-se as lógicas de um Estado Penal repressivo, judicializando o cotidiano em que os dois segmentos estão imersos.

Mas, por alguns poucos segundos, Maria das Graças perde-se em seus próprios delírios e devaneios e, sempre que precisa pronunciar o nome de Pedro, sua voz torna-se ainda mais presa, seu abdome contrai-se e sua respiração muda para ofegante. Os olhos rápidos representam o único movimento que ela faz. Ela agoniza por dentro e segue imóvel, quase petrificada por fora. A atitude repete-se infinitas vezes ao longo da entrevista. Olhos rápidos, abdome contraído, respiração acelerada. A presença efetiva do nome do rapaz morto para ela traduz-se em uma

tortura sem fim, mas que de alguma forma produz luta, produz vida. Sua alma incinera-se enquanto seu corpo segue em busca de justiça.

A tragédia delas é delas e elas não o negam nem psicoanalisam. Elas o intensificam. Nada de luto ou melancolia. Transformam sua sorte naquilo com que devem conviver, intensificar. Não são corpos tristes perambulando sem rumo. São corpos intensos (...) (SAIDÓN, 1991).

Maria das Graças neste instante, então, se permite o direito de voltar no tempo em que tudo parecia efetivamente uma vida “normal”. O que ela define como “um sonho”.

*“Meu filho era muito tranqüilo e dedicado. Sempre quando saía ou chegava me abraçava, beijava. Às vezes, à noite, sentávamos na cozinha, e enquanto ele descascava algumas laranjas para mim falávamos da vida, do futuro, dos planos dele. **Ele nunca passou uma noite sequer na delegacia, jamais cometera algum ato que desabonasse sua conduta...de repente vieram me dizer que ele era usuário de drogas e que por isso havia sido assassinado.** O problema é que depois que o filho da gente morre ele vira tudo!!” (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV)*

Ele nunca passara uma noite sequer na delegacia, e ainda segunda a mãe zelosa, jamais havia cometido algum crime que o tornasse “apto” a morrer. A fala dela, mesmo que imperceptível para a mesma, nos remete a uma lógica que torna alguns, especialmente aqueles considerados “de risco”, autorizados a serem exterminados. Verdades produzidas no cotidiano, como aquelas que produzem linearidade entre periculosidade, suspeição e pobreza, passam a ser reedificadas por todos os segmentos da população. Como controlar a pobreza crescente senão criminalizando-a e recorrendo a penalidades cada vez mais duras e/ou mesmo “eliminando” seus agentes? (BRASIL, 2003, p. 06).

Maria das Graças é então provocada a voltar à realidade. Das noites na cozinha de casa com o filho, Maria aterrissa novamente na sala pouco arejada da Associação. “Quando o sonho começou a dar errado?”, eu pergunto. Ela quase que mecanicamente, por instinto e por certeza, responde de pronto: no sábado. Que sábado? Este? O passado, o anterior?

O sábado que Maria das Graças vive e faz referência faz nove anos, quatro meses e seis dias. Foi no dia 20 de junho de 1999, quando ela dormia e viu Pedrinho sair

pela última vez para comprar cigarros. E a partir daquele instante, o "sonho" de Maria transformou-se no mais incrível pesadelo. Um pesadelo com gosto de morte, mas também de luta.

A aposentada ainda se sente presa no tempo. Se já faz quase onze anos desde que ela viu e viveu seu último momento com Pedro ainda vivo, para ela, em suas memórias, não faz nem mesmo 24 horas. "Foi no sábado", ela repete. "Até então", orgulha-se a senhora de cabelos levemente ondulados de 58 anos, **"ele era um menino exemplar"**. O relato da mãe de Pedro tem força, é substantivo. Todavia, encontra-se atravessado, como todas as coisas do mundo, por verdades que aprisionam, que transformam a morte violenta como algo "natural" para alguns, o direito da vida e da morte como privilégio de alguns sobre outros; separação, segregação, extermínio: assunção da vida pelo poder!

Pedro Nacourt, nesta lógica, era uma ameaça, não era humano o suficiente para continuar a viver. Desde o início daquele "último sábado" até o estampido do primeiro dos tiros, a vida da presidente da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência parece ter sido picotada, e este trecho jogado no lixo. Ela classifica como tendo ficado "fora do ar" e por isso não sabe escolher as "palavras certas" para definir o que queria fazer quando começou a reunir outras mães que perderam seus filhos.

*"Eu não sabia exatamente o que buscava. Só tinha a certeza de que o crime contra meu filho não poderia ficar impune. Assim comecei a procurar outras pessoas que tinham passado pela mesma situação que eu. No começo era como extravasar todas as angústias, todo o sofrimento que estava guardado no peito. Depois fomos percebendo que precisávamos de mais que isso, que queríamos justiça. O grupo crescia cada vez mais e a princípio realizávamos as reuniões em espaços cedidos, como a Associação de Moradores do Centro de Vitória, e a Faculdade de Artes de Vitória, porém, precisávamos de um espaço que fosse do grupo. Foi quando surgiu a idéia de alugarmos um espaço no próprio Centro, e foi quando iniciamos efetivamente o trabalho da Associação" (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV).*

Maria, como tantas outras Marias, recorre, por diversas vezes ao longo de quase duas horas de conversa, às recordações de Pedrinho, como ela gosta de referir-se ao filho. Repete, por vezes, uma frase que ele gostava de dizer a ela e que ela também demonstra grande carinho em ter ouvido por vinte e seis anos e, agora, em

recordar incessantemente. *"Ele me dizia que eu era muito especial e que era a coisa mais importante da vida dele"*. Ela fala que se lembra muito bem de que ele, antes de sair, insistiu em repetir aquele mantra da família, aquela frase que parecia ser o elixir de toda a felicidade que ela sentia.

*"Saudade acompanhada de dor, uma dor tão grande que não dói apenas na alma, é a dor das lembranças que vivemos e do que já não poderemos viver. A lágrima dói, o sorriso (quando há) dói também. Conto os dias que vivo sem meu filho, e cada um trás mais lembranças, mais saudades, mas também faz aumentar o já infinito amor que sinto por ele. Nada que eu possa dizer poderá traduzir a falta de um pedaço de mim..."* (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV).

Ela não sabe dizer ainda qual foi o instante exato em que quis iniciar o trabalho da Associação. Pergunto algo sobre suas atividades anteriores. A entrevista alterna momentos de lucidez e de uma loucura produtiva, que nos faz viajar no tempo. Maria, em total disparidade a pergunta feita, responde-me que, ao ser chamada, às três da manhã, para o reconhecimento do filho morto na calçada, ainda olhou para Pedro enquanto ele estava caído, com a chave do apartamento ainda cerrada em uma das mãos. Para ela ele ainda tinha vida, mesmo morto. Loucura e razão acotovelam-se, atravessam-se de forma difusa e potente.

As mães não atuam por representação; ninguém as representa por seus filhos. Não pensam nem atuam por identificação; não usam luto. Não se identificam com a ausência. Na verdade, não conhecem a ausência, são "loucas", deliram, porque querem o impossível neste universo simbólico (SAIDÓN, 1991).

*"Ele não poderia morrer..."*, diz Dona Maria, como é chamada pelas outras mães, que aos poucos começam a chegar à Associação. *"Ele parecia que respirava e me pedia ajuda"*, ela repete enquanto novamente se perde com olhos distantes, talvez presos à imagem que ela jamais esquecerá: Pedro Nacourt Filho morto a seus pés, com vinte e dois tiros.

*“Demorei para acreditar que meu filho não vivia mais, achava que poderia ser um sonho, ou melhor, um pesadelo, e que logo eu iria acordar e vê-lo entrando novamente pela porta, com seu maço de cigarros amarrotado na mão. Um misto de revolta e dor se alternavam em meus pensamentos, mas eu queria o tempo todo entender o porque. Foi quando comecei a procurar os órgãos responsáveis pela investigação da morte de Pedro, e tive um choque ao saber que as investigações apontavam para o assassinato do meu filho por conta de dívidas de drogas. O nome e a reputação de Pedro eram colocados em cheque e eu sequer sabia como reagir a tudo que diziam... ” (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV).*

A precisão e a velocidade das respostas, quase um jorro de palavras por sobre as minhas, mostra toda firmeza e vigor com que Maria das Graças começa a relatar a peregrinação por respostas sobre a morte de Pedrinho. Questiono sobre qual foi o passo seguinte, e ela novamente transita entre o que alguns chamam de loucura, outros de razão, em um misto de transe, que a levava a julho de 1999.

*“Foi difícil ouvir de repente que meu filho era um malandro. Minha primeira impressão era a de que não poderia confiar naqueles que mais tarde eu descobriria serem os algozes de Pedro. Iniciei uma peregrinação pelas ruas da cidade, em busca de alguém que tivesse presenciado o assassinato de Pedrinho. Foi quando descobri que alguns moradores de rua haviam sido testemunhas e resolvi, no alge de minha loucura, travestir-me como um deles, para poder prosseguir com minhas investigações. Cabelos desgrehados, pés sujos, roupas maltrapilhas; foi assim que eu vivi por meses a fio, em busca de respostas” (Maria das Graças Nacourt, Presidente da AMAFAVV)*

Pela primeira vez em quase 60 minutos de conversa frente a frente, ela ousa levantar a cabeça e encarar o mundo. Olha em meus olhos como quem vaticina a única certeza que lhe acompanha. *“Minha vida se tranformou...”*. Uma mãe, que a esta altura acompanha nossa conversa, não resiste e chora. Os olhos de Maria das Graças não se mexem, e simplesmente parecem derreter-se ao tornar-se rubros.

Ela retorna ao torpor quase completamente alienado. A frase ecoa pela sala. A vida de Pedro também. É como Maria das Graças mesma coloca em uma de muitas frases aparentemente desconexas.

*“Quantas saudades batem ao falar dele. Quando meu filho se foi levou consigo também a minha vida, a minha alegria de viver, meus sonhos de futuro. Simplesmente parei no tempo, e se não fosse pela Associação tenho certeza de que não teria sobrevivido. Espero encontrá-lo em outra pessoa, em uma pequena flor; procuro algo parecido com ele todos os dias, e só assim me consolo e vou deixando a vida me levar. É como se em algum momento, algo faltasse no meu mundo...Pedrinho faltou em meu mundo!!” (Maria das Graças Nacourt, Presidente da AMAFAVV)*

Este "faltar no meu mundo" a que Maria das Graças se refere pode ter uma importância limitada em qualquer contexto humano. Não no da vida de nossa entrevistada. Ela transita, é atravessada a todo o momento por uma realidade delirante, que para alguns desavisados beira a insanidade.

*“Meu filho não merecia ter passado por isso, porque ele nunca fez nada contra ninguém. Nunca fez ninguém sofrer assim como ele sofreu...” (Maria das Graças Nacourt, Presidente da AMAFAVV).*

A frase vem desta forma mesmo, solta, em meio ao hiato entre a sua última resposta e a próxima pergunta que eu ainda não fizera. Na gravação de áudio que registrou todo o encontro, fica claro que este é o momento em que não é Maria das Graças quem fala. É um misto de seus restos e de toda sua força vital; energia e potência que se mesclam com desespero e irracionalidade.

Elas não discutem as causas, não argumentam sobre política, não dissertam sobre o futuro econômico-social. Elas estão fora da política e produzem o acontecimento mais inédito e radical da sociedade contemporânea. Elas não se fragmentam, porque são “loucas”, passam por todas as etapas de fraturas. Não são mediocrementemente humanas. Elas são o que são mães de desaparecidos, e o serão até os corpos aparecerem. Tão simples e tão contundente (...) (SAIDÓN, 1991).

Maria das Graças fala sozinha. Ela não precisa de ninguém, além dela, para compartilhar essa ausência de alguém. Um alguém que esteve presente por vinte e seis anos de sua vida, mas que agora não mais aparece em sua história subterrânea<sup>65</sup>, quase invisível, como se tivesse sido apagado de toda a sua vida. Nossa entrevistada é agora sozinha. Mas é esta solidão que a potencializou a fundar a Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo; que provocou o encontro com outras mães, irmãs, tias, amigas.

---

<sup>65</sup> A história subterrânea referida baseia-se nas reflexões de Luis Antônio Baptista sobre os embates e resistências às práticas de poder no cotidiano. BAPTISTA (1999).

Oferecem a elas representações, símbolos, pensões, certificados de óbito, até homenagens. Inútil. Seu lugar, o de mães, está intensificado definitivamente, não vão parar, sua vontade é mais forte que sua própria figura de senhoras mais ou menos idosas, mais ou menos frágeis. Sua vontade afirmativa é mais forte que elas próprias. Quiseram impor-lhes o absurdo da negação até a náusea, e elas responderam com uma radicalização afirmativa para a qual não existe contrato, negociação ou conveniências possíveis (SAIDÓN, 1991).

Encontro: é esse o termo que Maria das Graças usa para designar as reuniões e ações da Associação. Para ela a ação do grupo engloba *“de tudo um pouco”*, como ela mesma resume; algumas mães e familiares são levados para depor em audiências, outros pedem auxílio à Associação para o reconhecimento do corpo de seus familiares assassinados, através de exames de DNA, assim como também no auxílio para a realização de funerais, visto que o grupo é formado em sua maioria por famílias em situação de pobreza extrema. Moradores, em grande parte, dos bairros periféricos da Grande Vitória, muitos destes familiares sequer tiveram acesso à escola formal, tendo suas profissões voltadas principalmente para as tarefas do lar – empregadas domésticas, passadeiras ou diaristas - embora tenham lugar decisivo no orçamento doméstico, sendo, por vezes, provedores principais de suas famílias.

Maria das Graças aponta em sua fala que, apesar dessas ações, atualmente o grupo tem partido para atos *“mais pesados”* sendo que o maior objetivo tem sido, através de manifestações de protesto, chamar a atenção da opinião pública para suas histórias de dor e luta. São manifestações como a que levou o corpo de Gabriel Teixeira Siqueira, em caixão aberto, às portas do Ministério Público e da Assembléia Legislativa; ou mesmo quando foram colocados 1.840 sacos plásticos pretos nas areias da Praia de Camburi, ponto turístico da cidade de Vitória, representando todas as famílias cadastradas na Associação.

*“Eu saio às vezes no meio da madrugada para dar auxílio às mães que nos procuram; muitas vezes os filhos acabaram de morrer, outras vezes elas não sabem nem onde procurar pelo filho desaparecido, levado no meio da noite por policiais. Eu ligo tudo e vou ajudá-las. Às vezes, no meio da noite recebo telefonemas de familiares desesperados precisando de ajuda para a liberação do corpo de seus filhos no IML, muitos não têm sequer como enterrá-los. O único cuidado que tomo é deixar avisado a alguém de confiança onde estou indo e com quem estou”* (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV)

Elas não se irritam quando chamadas de loucas, insanas e desumanas; seguem com seus filhos mortos em uma espécie de “cortejo macabro” pelas ruas da capital do Espírito Santo. Foi assim com os corpos de Fabrício Barbosa, assassinado misteriosamente dentro da UNIS – Unidade de Internação Social, para adolescentes considerados autores de atos infracionais; José Bernardino Filho, assassinado no Presídio de Colatina depois de testemunhar acerca de esquemas de grupos de extermínio no Espírito Santo; e de T., queimado vivo por policiais civis após ter sido detido como testemunha, na prisão de um amigo por posse ilegal de arma de fogo, no município de Vila Velha.

*“Não é um ou dois policiais envolvidos na morte de meu filho. É uma equipe inteira, incluindo inclusive um delegado de polícia; eles foram todos afastados por algum tempo, mas logo depois retornaram aos seus postos de trabalho. Quando eu vi que tudo aquilo não iria dar em nada aqui no Espírito Santo, parti para o jogo pesado junto com a AMAFAVV. Foi por causa da Associação que conseguimos a identificação da arcada dentária dele, pois meu filho foi queimado ainda vivo. Foi também com a força da Associação que decidi levar o corpo dele em caixão aberto até as portas dos principais setores de segurança pública do estado. Foi por conta de tudo isso que as investigações foram levadas para fora do estado, porque ficou vergonhoso para nossa polícia que um destacamento inteiro estive articulado para esconder um assassinato” (Sra. Regina, mãe de T, 18 anos, assassinado supostamente por policiais civis do Município de Vila Velha - ES).*

Sabem que estas e outras estratégias transformam-nas em alvo de inúmeras críticas, assim como de ataques violentos velados por parte de “pessoas sem rosto”, como diz Maria das Graças. As vias de sobrevivência da Associação acabam também por mostrarem escassas, uma vez que poucos são aqueles capazes de “apoiar” essas ações.

*“Recebemos ajuda por algum tempo da Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST, mas isso também acabou. Hoje vivemos da ajuda de um doador anônimo, que paga algumas contas; devemos mais de cinco mil reais de aluguel. Somos reconhecidos internacionalmente, mas não recebemos apoio financeiro de nenhuma espécie; a qualquer momento seremos despejados e aí irei com nossos móveis e processos até as portas do governador, para ver se ele nos ajuda, se pelo menos nos atende já que nem isso ele faz !” (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV).*

Mas Maria das Graças paga um preço ainda mais alto por presidir a Associação. Os poucos amigos que tinham próximos a ela não suportaram a pressão de serem os “amigos da louca” e já não freqüentam a sua casa, tampouco a procuram. Maria não



se importa quando perguntada se tem medo ou se espera ser morta. Ela se mantém com uma sincera indiferença em relação à possibilidade de ser assassinada por suas denúncias, por sua insistência em continuar lutando, mesmo que, por vezes, em uma luta um tanto solitária. Isto porque para Dona Maria morrer é tão irrelevante como saber que roupa colocar ou se deve ou não passar perfume ou maquiagem.

*“Eu já estou um pouco morta. Morta dentro de mim. E esse morrer é que ainda me mantém viva para brigar, lutar por justiça. Não os quero mortos, não os quero dilacerados como meu filho e tantos outros que ficaram irreconhecíveis até para suas próprias mães. Quero só o que tenho direito! Quero viver dignamente sem a impressão de que a impunidade venceu. Ainda temos tantos meninos que sequer encontramos os corpos...temos esse direito!” (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV).*

Uma última fala? Eu deixo a entrevistada à vontade para dizer algo que pudesse não ter sido levantado na discussão durante a conversa. A senhora Maria das Graças Nacourt respira, enquanto a outra mãe que nos ouve atenta seca as lágrimas do próprio rosto. Os restos de seu filho, assassinado no presídio Monte Líbano, no Município de Cachoeiro de Itapemirim – ES foram triturados com um trator e depois enterrado em cova rasa, como indigente.

Dona Maria olha-me mais uma vez; tem no rosto um misto de morte e de uma estranha potência de vida; com os músculos assustadoramente sem movimentos, seus olhos se prendem em um ponto – provavelmente passado – de todas as coisas. Eu, sem perceber até aquele momento, também me sinto presa a um ponto; um ponto comum ao daquelas mães; é como se me perdesse também em meio a devastada loucura e a insana razão. “Pergunto: toda história que já se escreveu no mundo é história de aflições?” (LISPECTOR, 2006, p. 101).

*“Eu não acredito mais na justiça do Espírito Santo. Todos os poderes estão corrompidos, e os representantes dos movimentos de direitos humanos daqui são, em sua maioria, funcionários do governo do estado...qual é o cachorro que morde a mão do dono que o alimenta? Quem mata aqui é o mesmo que julga e executa as penas. Entidades internacionais já estiveram no estado e constataram isso, que aqui a lei é feita e executada pelos fora da lei!! Mas, até hoje ninguém sabe explicar o motivo do assassinato do meu filho e de tantos outros filhos, sobrinhos, irmãos, companheiros; todos mortos por policiais, militares ou civis; todos supostamente resistindo a prisão, envolvidos com o tráfico, ou ‘maus elementos’, como dizem os meios de comunicação. Minha vida é provar que eles foram covarde e barbaramente assassinados, sem chance de defesa. Por isso, sou ameaçada e coagida constantemente pela polícia. Sou uma mulher marcada para morrer. Se eu*

*aparecer morta em um acidente de carro, ou com uma bala perdida, ou em um suposto assalto, pode ter certeza que isso é para acobertar a ação de policiais que querem a minha morte. Quero gritar isso pelos quatro cantos: se eu morrer, foram eles!!!” (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV).*

Palavras de Maria das Graças Nacourt; sem adição ou subtração. Simplesmente, palavras de Maria das Graças. Palavras gastas, palavras intactas, que nem o vento, nem a violência, nem o tempo levam.

Percebo que a insistente violação da vida sempre encontrará uma última linha de invencível resistência: o obstinado testemunho que os movimentos sociais, como a Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência, lhe impõem. Para além do lugar de vítimas, o testemunho lhes possibilita habitar o lugar de sobreviventes. Silêncio e memória atravessam-se a todo instante, e quando são confrontados com o lugar da escuta ativa, do testemunho potencializante, produzem uma memória coletiva que anteriormente não existia. Produzem vida onde antes havia rotulados morte, falta, carência.

Se si quer entristecer um corpo, há uma receita conhecida: inocula-se nele a resignação, colocando-o em condições de introspecção, e nesse momento está pronto para receber o rótulo. Se tivesse sido assim, os familiares dos desaparecidos estariam melancólicos, maniaco-depressivos, autistas negativistas, com neuroses traumáticas. E, aí a sociedade e o Estado, com suas instituições de cuidados médicos, psicológicos, providenciariam as ‘interpretações’ adequadas (SAIDÓN, 1991).

Nossa entrevistada reafirma-se ao afirmar a força do grupo. Nega o que muitos chamam de periculosidade, risco social, desestruturação familiar, falência e carência dos relacionamentos familiares. Nega tudo que é usado para produzir, cobrir e preencher um vazio de vidas supostamente baseadas na falta, e não na potência. Mais do que lutar por justiça, Maria das Graças grita para que todos os mortos e desaparecidos sejam vistos como humanos. Sejam de fato, vistos! O corpo, os olhos, a presença de Dona Maria confirmam isto; sua vida, assim como a vida de todas as mães da Associação, um dia, transbordou por sobre a vida de Pedro Nacourt, assim como sobre as de E., G., D., T., M., A., P., F. tantos outros. Sem que estes tivessem qualquer participação em todas as mazelas que elas estavam por enfrentar, passaram a ser mais que números, mais que estatísticas, para

transformarem-se nos filhos da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo.

*“Tenho tanta saudade dele. Do cheiro, do rosto, da pele, do sorriso, do jeito de implicar comigo, do jeito de me olhar, de sorrir e de me provocar...a saudade é grande e me faz pensar, quanto tempo ainda vou ter que agüentar longe dele? Será que é para sempre? O que será? Eu não sei. Nem sei como estou suportando tudo isso. Porque só penso nele todas as horas do meu dia, ao levantar, ao deitar, ao chorar, ao sorrir, eu só penso nele. Quero estar ao lado dele, abraçar, beijar, acariciar, fazer sorrir. Penso nele e sinto um arrepio, uma vontade de lhe ver. Se seguisse meus impulsos iria buscá-lo onde ele estivesse. Peço a Deus um sinal, só um! Para poder enfrentar, para poder deixar de ser fraca, para ser valente, só um sinal...”* (Sra. Regina, mãe de T, 18 anos, assassinado supostamente por policiais civis do Município de Vila Velha - ES).

Filhos da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo: a ditadura consentida, a que atinge especialmente as comunidades populares, permanece ainda distante dos olhos da população. A não ser pelos momentos sombrios em que G., F., T. e tantos outros desfilam em caixão aberto pelos quatro cantos da cidade presépio<sup>66</sup>; ainda assim, despertam medo, medo dos mortos, da potência de suas `famílias loucas`.

*“Temos deixado as pessoas assombradas quando levamos um corpo em caixão aberto para locais como o Ministério Público, a Assembléia Legislativa e o Palácio Anchieta. Temos que dividir nossa dor...E nós sabemos mais do que ninguém, que no Espírito Santo todos esses órgãos não têm voz, têm medo!!”* (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV).

Ao deixar a sala da Associação, desço quase que correndo os 22 andares daquele prédio antigo; viajo com o som que vem de meu MP4; uma música do cantor de rap Gabriel “O pensador” ensaiava uma trilha sonora coincidentemente perfeita para a ocasião, mas que em alguns momentos me fez prisioneira invisível<sup>67</sup>, cúmplice daqueles que se apropriam do lugar ocupados pelas “vítimas” para despotencializar suas ações, suas estratégias de resistência.

---

<sup>66</sup> Cidade Presépio: A palavra tem origem em praesepiu - do latim, fechar, obstruir - que deu presepe, curral. O título foi destinado à cidade pelo médico e jornalista Aerobaldo Léllis, em crônica publicada na Revista Capixaba, a respeito da cidade parecer-se com um presépio, que ainda mais belo se tornava à noite, com a iluminação colorida dos logradouros.

<sup>67</sup> Termo utilizado por Moysés (2001).

"(...) Mais uma vida jogada fora, um coração que já não bate mais descanse em paz, sonhos que vão embora antes da hora, sonhos que ficam para trás. E agora, a dor é do tamanho de um prédio, a casa sem ele vai ser um tédio. Não tem remédio, não tem explicação e não tem volta...os amigos não aceitam, o irmão se revolta; a família não aceita o que aconteceu, ninguém consegue entender porque o garoto morreu; tiraram da gente um jovem tão inocente, a sua avó que era crente hoje tem raiva de Deus. O seu pai ficou mais velho, mais sério, mais triste, e a mãe simplesmente não resiste: além do filho, perdeu o seu amor pela vida, e agora tem tendências suicidas. Todo mundo toda hora tem vontade de chorar quando se lembra dos planos que o garoto fazia, ele dizia 'eu quero ser alguém um dia'. Mais uma vítima de um mundo violento....se Deus é justo, então quem fez o julgamento? E nenhuma resposta vai ser capaz de trazer de novo a paz a família do rapaz, nunca mais suas vidas serão como antes e eles olham o seu retrato na estante." (Pra onde vai? Gabriel O Pensador – Álbum Quebra Cabeça).

As páginas dos jornais que Dona Maria apontava no início do encontro continuaram a causar incômodo, por vezes aversão. Algumas pessoas, apesar das entrevistas e das explicações dadas sobre os objetivos da Associação, seguem a odiá-las profundamente e apontá-las como loucas, inclusive os próprios movimentos de direitos humanos do estado. Seguem a querer que elas parem de expor corpos, crimes, e, se possível, que sofram como “verdadeiras mães” que perderam seus filhos, resignadas e silenciosamente.

As mães trabalham de outro modo. Tão simples e tão pouco organizado ou ordenado, que os burocratas, os homens do Estado, quando saem de suas repartições, se irritam, mostram intolerância com o que escapa à sua compreensão. Elas estão ali, com sua presença, com seus corpos de mães sem seus filhos e isto basta e sobra para que todo mundo saiba o que se passou (...). Só não vêem os que, para ver, precisam dos olhos do sistema, das ‘próteses’ do sistema, dos juízes, dos discursos, dos meios de comunicação (SAIDÓN, 1991).

Apostar em outra concepção ético-política de vida-resistência, entendida como processo, como produção, é uma prática que me tem constituído, assim como ao grupo de familiares da Associação. E enquanto isso tudo acontecia, antes mesmo desta tese começar a ser escrita, há quase dez anos, esta pesquisadora tentava se distanciar da realidade daquela sala sem ventilação, daquela entrevista e de tudo o que são e vivem as mães da Associação e tantas outras mães. Percebi, um pouco mais tarde, no julgamento dos policiais militares que assassinaram Pedro que, afetar-se com o outro, implicar-se com sua dor, seus anseios, é um caminho sem volta. Mas essa parte da história da Associação e de Maria das Graças será melhor

detalhada em outro momento desta tese. O melhor, naquele momento, era preparar-me para mais uma entrevista, mais uma batalha com, entre, junto.

Dar visibilidade às estratégias que o grupo de familiares tem encontrado não só para se defender de um sistema que afirmam ser de garantia de direitos que pune, mata e faz sofrer, como para criar outras e mais potentes relações, é apostar na criação de outro modo-vida. Potencializar essas estratégias foi um dos caminhos que escolhi para falar de obstinação, pois vida é mobilização de forças ativas, vida é criação, expansão.

#### **4.2 UMA SINFONIA AGRIDOCE ACERCA DOS “LUGARES” OCUPADOS PELAS “VÍTIMAS” E PELOS “VILÕES” DO COTIDIANO.**

(...) nas ruelas sinuosas e nas encruzilhadas todo cuidado é pouco; quando não contavam inúmeras versões dos acontecimentos enfraqueciam. Perdiam também vigor e tempo fixados no presente (...). A sinuosidade das ruas onde ele morava exigia sagacidade no desmonte de prováveis armadilhas. O que mais amedrontava aos moradores seria caírem nas armadilhas da sina. Se caíssem suas vidas se transformariam em previsibilidade e miséria os fixando na retidão do destino (BATISTA, 1999, p. 02).

A presente tese de doutorado não se pretende imparcial na análise das falas e da realidade que envolve mães e familiares de atingidos pela violência. Não pretendemos tratar aqui, de histórias lineares, contínuas e tranquilas. Porém, sabemos que o recorrente discurso da vitimização, em suas várias facetas, por vezes aprisiona não só a nós pesquisadores e a esses familiares, mas a amplos segmentos da sociedade. Absorvidos por uma sensação de insegurança que se vai propagando na mídia de forma espetacularizada, somos guiados a inúmeras armadilhas que alimentam verdades, como a que produz as “vítimas virtuais” (Vaz, 2008), por exemplo.

Mas, como se constroem essas “vítimas virtuais”? Estado de terror, asfixia, pânico exceção; nas páginas dos jornais, tiroteios, seqüestros, estupros, feridos, balas perdidas e estratégias militares de combate; escolas fechadas, unidades de saúde com portões cerrados, caveirões e rabecões subindo e descendo o morro, um espetáculo de tanques de guerra apontados para casas e crianças que jogam bola pelas íngremes vielas e ladeiras, medo! Medo da polícia, medo do tráfico, medo de

estranhos, medo de sair de casa, medo de ficar em casa. A partir de uma cobertura factual dos acontecimentos, a mídia vai-se focando nestes dramas da “casta” humana, concentrando-se nos desesperos sociais, e acima de tudo, individualizando-os. Espetáculo contemporâneo: assassinatos a sangue frio, seqüestros relâmpagos, latrocínios – crimes hediondos cometidos com requintes de crueldade, por “seres monstruosos,” escondidos no dia-a-dia, no cotidiano.

Seres não humanos que estão a nossa espreita em esquinas movimentadas, caixas eletrônicos, sinais de trânsito, pontos de ônibus escuros ou mesmo a luz do dia, em todos os lugares multiplicam-se. Para o combate eficiente a este bizarro inimigo, o Estado legitima ações enérgicas, ditas “necessárias”; assim o discurso é focado então no “bandido”, e não na concepção das condições que levaram a edificação desses “criminosos”. Para que outros pobres inocentes não sejam “vitimados”, é cultivada uma “guerra preventiva”, atacando antes mesmo de ser atacado, legitimando o sofrimento e a morte, possibilitando práticas autoritárias em relação a indivíduos considerados perigosos.

Para coibir a violência disseminada admite-se o Exército nas ruas, o caveirão nas favelas, clama-se por mais policiamento, se aceita um “estado policial” que pode praticar a violência na forma de guerra. Tudo isso a partir da construção de um inimigo, que, segundo Vaz (2006, p. 01) aparece como uma espécie de Hidra<sup>68</sup>—monstro de muitas cabeças, da Mitologia Grega, que habitava o pântano de Lerna. Um monstro que onde uma cabeça é cortada ressurgem outras, um inimigo que nunca vai ser sobrepujado. Construir um inimigo monstruoso e impossível de ser abatido avaliza a perpetuação de um estado autoritário para enfrentá-lo.

---

<sup>68</sup> A *Hidra* era uma serpente gigantesca e de muitas cabeças, que aterrorizava a região de Lerna, na Argólida. A picada da *Hidra* era extremamente venenosa, e contra o veneno não existia antídoto. Quando uma cabeça era cortada, outra nascia em seu lugar, e, além disso, uma delas era imortal. Hércules atacou-a com o auxílio do sobrinho Iolau, filho de seu meio-irmão Íficles. A cada cabeça decepada, a ferida era cauterizada com o fogo de um archote, impedindo assim que voltasse a nascer. A última cabeça, que era imortal, foi colocada em um profundo buraco, em cima do qual Hércules ainda pôs uma enorme pedra. Durante a luta, Hera enviou um gigantesco caranguejo para atrapalhar o herói, mas ele simplesmente esmagou-o com o pé. Morto o monstro, Hércules embebeu a ponta de suas flechas no sangue da Hidra, tornando-as para sempre venenosas. Em versões tardias, a *Hidra* e o caranguejo foram colocados entre as estrelas, formando duas constelações vizinhas, respectivamente *Hydra* e *Cancer*. *Hydra* é a maior das 88 constelações conhecidas atualmente.

É neste contexto do medo que as “vítimas virtuais” são construídas; o pensamento que se produz é de que o sofrimento, a violência extremada contra inocentes poderia ter acontecido com qualquer um de nós, podendo acontecer novamente, ainda que não tenha acontecido. As “vítimas virtuais” alimentam-se então de relatos que fazem da violência um verdadeiro fetiche onde os fatos são dramatizados, exagerados e propagadores de medo, exaltando a paranóia diária. Basta um clic de acesso a internet, digita-se nomes como João Hélio, Eloá ou mais recentemente, Mércia Nakashima: milhões de tópicos acerca dessas mortes emergem simultaneamente; vídeos, reportagens, artigos, fotos e até mensagens de desconhecidos se solidarizando com os “mortos da mídia”.

Segundo Vaz (2009, p. 53) o termo virtual indica que o conceito inclui todo e qualquer indivíduo que, a partir de notícias sobre o sofrimento de estranhos, concebe suas rotinas de trabalho e lazer perpassadas pela possibilidade de “vitimização”. Assim, vai-se construindo a idéia de que o sofrimento do outro diante da “vitimização” em um ato violento seja entendido como uma possibilidade real de tornar-se “o nosso” possível sofrimento; a máxima do “poderia ser seu filho” ganha contornos significativos quando passa a ser entendida como uma possibilidade de repetição em nosso dia-a-dia. Esse dia-a-dia configura-se não só na vida daqueles que circulam pelas áreas nobres das cidades, mas também daqueles que se amedrontam pela possibilidade de serem “vitimizados” nas comunidades empobrecidas, por “traficantes sem humanidade” que não poupam se quer suas comunidades de origem.

A possibilidade de ser vítima passa a orientar as práticas dos indivíduos nas cidades quando os crimes não são vistos como incidentes, como instâncias isoladas, mas sim como mais um caso de um fenômeno – por exemplo, a “violência urbana” – que os antecede e que os sucederá (VAZ; GAËLLE, 2008, p. 02).

Exemplo claro dessa construção – a “vítima virtual” - diz respeito aos crimes violentos cometidos no cotidiano, como um estupro em plena luz do dia, um seqüestro relâmpago com reféns ou a “vitimização” de pessoas por balas perdidas. As pessoas que observam atentamente o noticiário imaginam que poderiam estar no lugar daquelas “vítimas”, bastando para isso uma simples convenção de fatores; poderíamos estar naquele estabelecimento executando uma compra rotineira,

voltando de um dia cansativo de trabalho, ou naquele sinal fechado com alguma “fresta” de vidro aberto, um “marginal vitimou” um inocente, poderia ser eu!

A lógica desse pensamento favorece o aumento da “vitimização”, provocando medo e insegurança; não nos sentimos mais seguros em espaços públicos ou em lugares onde deveríamos estar “protegidos”. Assim, a cada novo caso de violência colocamo-nos no lugar daquele atingido, favorecidos pela exacerbada contribuição da mídia que promove uma alardeada cobertura jornalística, exibindo sistematicamente casos semelhantes passados, alardeando uma “onda” de crimes parecidos.

As notícias sobre crime são um dos modos, hoje, de articular os corpos e a cidade. São representações ricas em significados. Implícita ou explicitamente, como na já costumeira representação do “mapa da violência” que por vezes aparece nas páginas e telas dos meios de comunicação, essas notícias descrevem a cidade segundo o critério do risco da vitimização. Mas elas também são uma representação da alteridade, seja pela possibilidade da morte na rotina, seja porque a diferença entre vítima e criminoso está aí disponível para ser articulada a outras separações sociais, como aquelas entre ricos e pobres, morais e imorais e próximos e estranho. De modo mais direto, nas conversas sobre crime hoje, também se fala sobre cidade, pobreza e moralidade. As notícias de crime são, ainda, um discurso sobre a “boa” ordem. Ao narrar um crime, não apenas se descreve o incidente; também se expõe como ele poderia não ter ocorrido e por que ele não deveria existir. Quando se fala sobre crime, também se discute concretamente a justiça, a partir da existência de um sofrimento (VAZ; GAËLLE, 2008, p. 03).

Através dessa espetacularização, a insegurança transforma-se em norma, reforçando através da mídia, a construção dessas “vítimas virtuais”. Mas, como os meios de comunicação produzem essa sensação de insegurança?! Como essas “vítimas virtuais” apreendem essas narrativas, construindo suas histórias a partir da possibilidade de “vitimização”?! No que diz respeito à primeira indagação, Vaz (2009) vai tentar nos levar a respostas possíveis, apontando-nos duas lógicas que permeiam essa construção: a lógica do medo e a lógica da compaixão.

No que diz respeito à lógica do medo, ficará explícito que, em uma ampla gama de notícias veiculadas pela mídia, encontraremos dois fragmentos narrativos: o primeiro diz respeito à afirmação de que aqueles crimes hediondos poderiam ter acontecido com qualquer um; o segundo é reforçar a idéia de que eles podem sempre vir a acontecer novamente. Esses dois fragmentos narrativos irão excitar a construção



dessa “vítima virtual”, pois se é um crime passível de se repetir e pode acontecer com qualquer um, este pode ser eu, você, ou outro “inocente”.

Aliado a este aparato encontramos uma gama de outras artimanhas e estratégias para a construção desse lugar, dessa instituição “vítima virtual”; estratégias que passam por colocar indivíduos comuns - atingidos diretos ou virtuais - para falarem em entrevistas sobre seu medo em relação à criminalidade e comentando o sentido da violência para a cidade, assim como usar a lógica da repetição nos discursos veiculados por repórteres, que repetem exaustivamente e com ênfase o número de casos já ocorridos de um determinado tipo de crime, como seqüestros relâmpagos ou assassinatos no trânsito, a crueldade dos “algozes”, assim como do medo da população e da própria polícia no que tange a “violência disseminada”. Os noticiários<sup>69</sup> de apenas dois dias de um jornal de grande circulação do estado expressam estas estratégias:

- *“Crueldade: traficante mata por dívida de R\$ 3.00”*
- *“Cinco pessoas são assassinadas entre tarde de sexta e madrugada de sábado”*
- *“Morte e tentativa de homicídio durante a noite e madrugada de Vitória”*
- *“Homem sai de baile funk para “tomar ar” e é assassinado”*
- *“Homem é atingido com tiros em Vitória”*

Um foco dessa produção da lógica do medo vai emergir quando observamos que as notícias veiculadas acerca desses “crimes” trarão uma imagem já previamente construída dos criminosos que supostamente os praticaram, assim como dos lugares onde residem. Os crimes bárbaros serão sempre atribuídos a traficantes ou ao possível envolvimento com o tráfico de drogas. Esses traficantes, como assinalado e reafirmado anteriormente, serão descritos como extremamente “organizados”, desumanos, estranhos e impiedosos. Essa imagem do criminoso afeta, por derivação, às favelas, o lugar onde esses criminosos são ditos morar ou se refugiar – e por aproximação, todos os moradores que podem parecer criminosos, notadamente jovens do sexo masculino (VAZ; GAËLLE, 2008, p. 06).

---

<sup>69</sup> Jornal A Gazeta - <[www.gazetaonline.com.br](http://www.gazetaonline.com.br)> – 26 e 27 de setembro de 2009.

Ligando criminalidade à pobreza, favelas à criminalidade, naturaliza-se e justifica-se a intervenção policial violenta nestas comunidades, assim como a formação de grupos de extermínio, com ampla aprovação dos “cidadão de bem”.

A segunda lógica apontada como determinante na produção dessas “vítimas virtuais” diz respeito à compaixão. Como apontamos no transcrito da escrita, não partilhamos da idéia de um mundo já dado, com sentimentos intrínsecos aos sujeitos; sendo assim não trabalhamos com o pressuposto de que as emoções são “naturais” e que independem do que se produz no cotidiano dos indivíduos. Dentre estas produções acreditamos que os meios de comunicação, dentre outros dispositivos, são capazes de construir verdades. No caso específico da compaixão como sentimento doloroso endereçado ao sofrimento do outro indivíduo, três crenças são decisivas para essa existência:

A primeira delas diz respeito ao *juízo da gravidade* sobre o sofrimento dos outros indivíduos. Partindo do pressuposto que a compaixão é uma emoção de observador, ele pode aceitar e sentir a compaixão pelo sofrimento do outro, ou pode também achar esse sofrimento insignificante e recusar a compaixão.

A segunda crença diz respeito ao *juízo da inocência* do indivíduo que sofre. A compaixão só vai existir se o observador confiar que o sofrimento não foi “merecido”; como a compaixão é orientada basicamente pela moralidade, ela só tornar-se-á real se não houver desregramento presente ou presumido na situação de sofrimento, caso contrário a compaixão será veementemente negada. O sofrido tido como imoral acaba por ser responsabilizado pelo seu sofrimento, ele “*teve o que merecia*”. Como um exemplo claro do juízo de inocência temos a morte de criminosos em confronto com policiais após realizarem um assalto com reféns. Em geral, os criminosos “produzidos e vendidos” pela mídia como violentos, desumanos e insensíveis para com suas “vítimas”, o que tirará deles toda a compaixão daqueles que vêem sua morte ao vivo e a cores. Serão julgados e condenados em questão de segundos, e para amplos segmentos da população terão o que, de fato, mereciam – a morte. Tidos como monstros, para eles a morte será autorizada e justificada. Assim como as ciências humanas e outros dispositivos capitalísticos, a mídia também possui um lugar social que a autoriza a enunciar o verdadeiro. No caso do

crime, a mídia é para dizer a verdade sobre o que acontece em uma cidade (VAZ, 2009, p.58)

Importante salientar que existe uma única possibilidade da compaixão se manifestar para com um “vitimizado” imoral; ela se manifesta quando o observador acredita que o sofredor foi guiado em sua imoralidade pelas circunstâncias ou pelas contingências da vida. Generalizando, as ações imorais estavam além do seu controle, como se ele fosse um “doente mental”, um “anormal”: mais do que condenado, precisa ser curado (VAZ; GAËLLE, 2008, p. 08).

A terceira crença é ligada ao *juízo de possibilidades similares*, que se traduz no fato do observador colocar-se no lugar daquele que sofre, que é “vitimizado”. Embora esteja à distância, sua compaixão irá fazê-lo experienciar o medo, o sofrimento do outro, que passa a ser dele também. E sua intensidade depende da distância que o observador crê existir entre o que aconteceu ao sofredor e o que é provável de lhe acontecer (VAZ, 2009, p. 62).

É certo que, em alguns momentos, esses grupos parecem esmorecidos, quase derrotados diante da persistente investida truculenta do Estado, das constantes batalhas de uma “guerra” que parece infundável e, por vezes, aprisionante. Porém, essa força esmagadora, focada na violência do Estado, sempre encontrará, no seu avanço, uma última linha de invencível resistência, que se traduz no testemunho dos atingidos por esta violência, e de seus familiares.

Quando estes familiares, que tiveram seus filhos, netos e companheiros torturados e mortos, assumem seu testemunho como estratégia de obstinação, quando caminham para além do lugar de “vítimas”, quando ultrapassam o silenciamento que, por vezes, lhes é imposto, elas produzem algo que as transborda para além do ressentimento, produzem a afirmação das vozes que ficaram soterradas.

Se o silêncio é uma prisão, o testemunho produz uma visibilidade diante de tudo que antes era opaco, quase invisível aos olhos, aos sentidos. Mas, como ocupar lugares que possam ser além daqueles já pré-estabelecidos, de vítimas ou de vilões?! Como não sucumbir ao desejo de vingança e à obsessiva idéia de impunidade, que também aprisionam nas dicotomias acima citadas?! Percebi, no julgamento dos policiais militares acusados pelo assassinato de Pedro Nacourt Filho que a história

da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo, a história de Maria das Graças, sua fundadora, e de muitas dessas mães são marcadas por esta dicotomia. Percebi que eu, enquanto pesquisadora, por vezes tentava buscar esse lugar para justificar o sofrimento daquelas mães sem perceber que, com isso, despotencializava o que elas tinham de mais potente: a força e a coletividade do seu sofrimento.

#### **4.2.1 O JULGAMENTO DOS POLICIAIS, DE PEDRO E DA ASSOCIAÇÃO**

*“Mães de Acari, da Praça de Maio e outras tantas por aí...entre o conflito e a indecisão, as vítimas não encontradas somos todos nós. Os que não demos adeus e nem rezamos nos cemitérios clandestinos da justiça. Não se preocupe comigo mas eu não volto mais pra casa não; não se preocupe comigo mas com o que me aconteceu, eu sumi, e eles podem levar um outro filho seu. Sem corpo, sem prova, sem crime, o sal da lágrima fica no gosto e ao costume da língua em duas falas diferentes. As vítimas não encontradas somos todos nós, os que não demos adeus e nem rezamos, nos cemitérios clandestinos da justiça.” (Não se preocupe comigo – F.U.R.T.O / Marcelo Yuka: Sony BMG Music Entertainment)*

Meu encontro mais complexo e intenso com o grupo de mães e familiares aconteceu, como mencionei acima, no julgamento de dois, dos quatro policiais acusados pelo assassinato de Pedro Nacourt, filho de Maria das Graças Nascimento Nacourt, presidente da Associação. Depois de dez anos, Erivelton de Souza Pereira, o ‘diabo louro’, e Jefferson Zambalde, foram a julgamento entre os dias 27 e 29 de maio de 2009. Era o momento mais esperado não só por Maria das Graças, que fundou a Associação após a morte de Pedro, mas por todo o grupo de mães e familiares. Era como se cada uma delas sentisse aquele como o julgamento dos algozes de seu filho; como se, de fato, igualdade de direitos pudesse ser uma realidade não buscada pelo sentimento de vingança, mas pelo desejo de mostrar, diante das injustiças sofridas, que aqueles meninos e meninas assassinados não eram “inimigos” combatidos e descartáveis.

*“Em cima do sangue do meu filho eles foram reconhecidos e promovidos. Eu não vou sossegar enquanto eles não forem punidos pelo crime que cometeram!!.” (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV).*

Aquelas mães, avós, tias, irmãs e tantos outros familiares tentavam encontrar ali uma forma de escapar das armadilhas da sina, da ligação direta entre pobreza e derrota, das identidades fixas que constroem linearidades e homogeneidades desqualificantes entre formas de viver, agir, sentir. Era como se pela primeira vez nos dez anos que se passaram desde a morte de Pedro, toda a modernidade que exigia cidades limpas, assépticas e higienizadas pudesse sucumbir a luta pela vida. Recusando a opacidade essas mulheres deixam circular ondas de desejos, de revoltas, de desesperos coletivos (GAGNEBIN, 1994, p. 85).

Por outro lado, era um momento que também expunha uma tensão inquietante e crescente, apontando para a judicialização da vida em todos os aspectos possíveis e imagináveis. Afetos de vingança travestidos pelo signo da justiça pairavam em todo aquele “território de guerra”; uma guerra que se apoiava em questões como a dor, a morte, a crueldade e uma suposta moralidade, clamada pelos familiares em relação aos acusados pela execução de Pedro Nacourt – essa mistura de forças pairou sobre o Fórum Muniz Freire, que permaneceu cheio e tumultuado durante os três dias de julgamento.

Membros da Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência no Espírito Santo instalaram faixas, cartazes e banners de todos os entes retirados de seu convívio de forma violenta. Eram fotos dolorosas, expostas no meio da rua estreita que dá acesso ao Fórum. T. carbonizado, Fabrício Barbosa sem as orelhas, as cabeças de dois jovens assassinados em presídios capixabas, os pedaços do corpo de José Bernardino, Pedro Nacourt fuzilado. Curiosos que passavam faziam ânsia de vômito, indignavam-se ‘provisoriamente’ com aquelas fotos.

Foi realizada ainda uma vigília nas portas do referido Fórum durante os três dias de julgamento, no qual participaram não só os familiares da Associação, mas também alguns membros dos movimentos de direitos humanos do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, além de vários representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, assim como de entidades governamentais do estado que trabalham com a questão da violência. O julgamento passava de um episódio corriqueiro para o antigo Fórum a um evento de grandes proporções, mas porque?

Interessa-nos pensar que interesses estão sendo contemplados com esse “elogio” da vítima. De que forma a vitimização generalizada, acompanhada da supremacia dos afetos de compaixão e do crescimento das demandas de reparação dirigidas à justiça, tem servido para endurecer cada vez mais o direito penal? Que categorias profissionais, que instituições, vêm sendo favorecidas graças à mobilização emocional produzida por meio do sofrimento das vítimas? Por que as interpretações dos acontecimentos sociais têm privilegiado a exaltação da vítima, mais do que outros aspectos colocados em jogo? Será mesmo benéfica para as próprias vítimas a exaltação de sua vitimização, de sua fraqueza, e não, ao contrário, a possibilidade de sua potência? Não se trata aqui de negar ou desprezar o sofrimento de pessoas que se deparam com acontecimentos tristes e violentos, mas sim lembrar que o excesso aplicado na exaltação da compaixão pela vítima acaba por promover uma cultura voltada para a vingança, termina por alimentar ressentimentos e toda sorte de afetos reativos, os quais, ao invés de aumentar a potência de um homem ou de uma sociedade, acabam por enfraquecê-la (REIS, 2011, p. 25).

Porém, algo chamava mais atenção naquele momento que a presença de todos aqueles familiares e membros de movimentos de direitos humanos; invariavelmente, durante os três dias de julgamento, fomos ‘acompanhados’ por cerca de cinquenta policiais militares fardados, que ‘acompanhavam’ o julgamento. Repressão e intimidação aconteciam dentro e fora da sala de julgamento, quando estes policiais dirigiam olhares irônicos e ameaçadores a todos aqueles que chegavam ao Fórum, vestidos com camisas com as fotos de Pedro, ou de outro familiar assassinado.

*Quando cheguei aparentava ser mais uma jovem estudante interessada naquele julgamento, como tantos outros estudantes de direito, que se aglomeravam nos corredores do Fórum. Não despertara até então, nenhum “olhar curioso” ou intimidador por parte de um grande grupo de policiais, que “assistia” ao julgamento. Porém, sabia que não era mais uma jovem curiosa ou interessada; vestir a camisa, literalmente, mudou todo o olhar, toda a postura daqueles policiais. Era como se fosse também examinada, julgada e condenada, como todas aquelas mães; como se fizesse também parte daquela “corja” de pobres perigosos. Foi uma experiência inusitada, mas ímpar para continuar esta escrita, nada neutra! (Diário de campo, 27/05/2009).*

Segundo a Sra. Maria das Graças, na entrada do Fórum, ela e seu advogado foram ameaçados verbalmente por alguns destes policiais. Ainda de acordo com ela e com falas de membros dos movimentos de direitos humanos do estado, os promotores que acompanhariam o julgamento solicitaram afastamento do caso, devido a inúmeras ameaças de morte sofridas durante o percurso do processo. Foram necessários dois promotores ‘importados’ do estado da Bahia, para que o julgamento fosse realizado.

*“É uma vergonha vivermos em lugar onde é necessário que venham dois promotores de outro estado para o julgamento de um crime cometido no Espírito Santo. Todos sabem que os representantes do Ministério Público foram ameaçados e por isso se negaram a participar do julgamento desses monstros. Todo mundo sabe que o crime organizado no Espírito Santo é mais forte que qualquer justiça, é mais forte que qualquer um aqui. Mas mesmo sabendo disso eu não vou desistir.” (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV).*

Embora toda a seqüência de intimidações chocasse, ainda assim acreditávamos que finalmente a luta coletiva daquelas mães chegaria ao fim, pelo menos no que dizia respeito a Pedro. Eu mesma acreditava que aquelas mulheres franzinas, mas fortes, tinham que se recusar a viver um luto individual e resignador; precisavam fugir das armadilhas da vitimização e do preconceito. Para isso elas usavam tantas estratégias de vida, tantas artimanhas de um saber, por vezes seqüestrado e amordaçado por “especialistas psi” no luto e na melancolia, ou então, por elas mesmas na chamada “justiça”. Embora por vezes presas nas armadilhas da dor, o que as une e as define não se resume ao luto de seus mortos, mas a intensidade decorrente do entrelaçamento com outras dores e narrativas (BAPTISTA, 2001, p. 180).

Após o assassinato alguns fatos foram decisivos para a certeza de que realmente havia a participação de representantes da polícia militar na morte de Pedro. Foi realizada a abertura das apurações do crime através de inquérito de responsabilidade da polícia civil. Segundo Maria das Graças, a polícia militar, por outro lado, também se articulou, encarregando-se de investigar as circunstâncias da morte de seu filho, com o intuito de denegrir sua imagem.

Como citado anteriormente, ao longo dos últimos vinte anos, muitos acontecimentos foram se configurando nas histórias dos policiais envolvidos, de possíveis testemunhas, de Maria das Graças e de Pedro, mesmo morto; acontecimentos que nos fazem repensar nosso chamado sistema de garantias, nossa política de segurança e, principalmente, nosso aparato policial.

Três fatos têm elevada importância e precisam ser relatados para que possamos entender o desenrolar do julgamento dos policiais acusados pela morte de Pedro Nacourt. O primeiro deles configura-se na apresentação espontânea de uma testemunha que afirmou ter presenciado o assassinato de Pedro. F., como iremos denominá-lo, afirmou em vários depoimentos reconhecer o policial Erivelton de

Souza Pereira<sup>70</sup> como o autor dos disparos. Afirmou ainda que presenciou o carro da polícia militar encurralar Pedro, os policiais surrarem-no por alguns minutos e em seguida executá-lo sem chances de defesa. Por medida de segurança, o mesmo foi encaminhado ao PROVITA - Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas, onde permaneceu por aproximadamente um ano e meio, quando misteriosamente ‘desapareceu’. Não se sabe até os dias atuais onde e como F. desapareceu, visto que nenhum vestígio seu, vivo ou morto, foi encontrado. Sabe-se somente que, por ter registrado reincidentes delitos em sua ficha criminal, seu depoimento foi considerado ‘duvidoso’ durante o julgamento.

O segundo fato importante na história do assassinato de Pedro diz respeito à prisão de dois rapazes, meses após o crime, na região do Centro de Vitória, que ‘confessaram’ a execução do filho de Maria das Graças. Porém, meses a fio após esta prisão, ambos permaneceram alegando que foram seguidamente torturados e ameaçados para que confessassem um crime que não cometeram. ‘Misteriosamente’ ambos foram assassinados durante o banho de sol, em um presídio da Região da Grande Vitória.

O terceiro fato importante é relativo a um incêndio ocorrido nos arquivos do Fórum Muniz Freire, no Centro de Vitória. Curiosamente, somente alguns processos foram totalmente destruídos pelo fogo, entre eles o do assassinato da colunista social Maria Nilce dos Santos Magalhães, e o de Pedro Nacourt Filho.

Fazendo um breve, mas importante recorte no relato do julgamento dos policiais acusados pela morte de Pedro Nacourt Filho, Maria Nilce dos Santos Magalhães, conhecida colunista social capixaba, foi assassinada praticamente dez anos após o assassinato de Pedro. O que estes dois crimes, cometidos contra pessoas de segmentos tão distintos têm em comum, além de terem seus processos “queimados”?!

Como mencionado no capítulo anterior, em 05 de julho de 1989, a colunista Maria Nilce foi morta a tiros, sendo a causa para seu assassinato suas constantes

---

<sup>70</sup> Importante salientar que o Policial Militar Erivelton de Souza Pereira, conhecido como “diabo loiro”, era acusado por moradores da região do Centro de Vitória – ES, como truculento, agressivo, intimidador e pertencente a um grupo de policiais que cometiam atrocidades na região, incluindo assassinatos e ocultação de cadáveres. O mesmo foi processado junto a Corregedoria da Polícia Militar por três vezes, acusado de três homicídios. Nas três ocasiões sua defesa alegou “autos de resistência”. Erivelton foi absolvido nos três processos.



publicações referentes ao envolvimento de importantes empresários e políticos capixabas com contravenções, fraudes, tráfico de drogas e armas, enriquecimento ilícito, exploração de jogos de azar, contrabando e, especificamente, com o “crime organizado” no Espírito Santo. Em comum nos dois crimes, a participação efetiva de forças policiais, o inegável pertencimento dos mesmos a grupos de extermínio pertencentes ao complexo emaranhado de redes criminosas formadas no Espírito Santo.

O que de pronto podemos constatar, a partir da leitura do relatório da CPI e do relatório do fórum permanente contra a violência no Espírito Santo, que sintetizam diversos trabalhos de investigação e diversos depoimentos e informações, é que há de toda evidência uma estrutura do crime no Espírito Santo (ZANOTELLI, 2001, p. 01).

Nestes vinte anos que antecederam ao julgamento de dois dos quatro policiais acusados pelo assassinato de Pedro Nacourt, algumas provas foram construídas e solidificadas no que diz respeito à autoria do crime. A principal delas foi a comprovação, através de exame pericial de balística, de que os tiros que causaram a morte de Pedro foram disparados pela arma particular do soldado Jeferson Zambalde.

Outro fator importante diz respeito às incoerências nos registros de ocorrência, no que tange aos horários informados pelos policiais militares na noite do assassinato. Os policiais alegam que atendiam a uma ocorrência de furto, na casa de outro policial militar, no horário da morte de Pedro; o horário de registro dessa ocorrência é de duas e quarenta da manhã de 20 de junho de 1999. A contradição encontra-se justamente no horário considerado pela perícia como aquele em que Pedro fora assassinado...entre uma e uma e meia da manhã de 20 de junho de 1999. Onde estavam os policiais acusados, entre meia noite e duas da manhã?! Eles não lembram, como relatam em seus depoimentos. Jeferson ainda informa que sua arma particular nunca saíra de sua posse. Como, então, a vida de Pedro foi tirada por tiros disparados por ela?

*“Eu não posso simplesmente aceitar que a arma usada no assassinato de Pedrinho tenha sido encontrada na casa de um dos militares, que tenha sido comprovada que era a arma particular dele, e ele tenha permanecido solto, gozando da vida em liberdade, enquanto a vida do meu filho e a minha vida tenham ficado aprisionadas a lembranças por dez anos...só sabe a extensão dessa dor, dessa prisão, quem passa por ela...e eu já estou nela a quase dez anos!! A saudade só aumenta...e o inconformismo também. Você pensa que o tempo vai fazer a dor passar, mas a dor, o inconformismo*

*e a certeza da impunidade só aumentam a medida que os anos vão passando!!” (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV).*

Mesmo com todos esses indícios do envolvimento dos policiais militares no assassinato de Pedro, foi realizado um esforço para provar que ele já era um criminoso antes da madrugada de 20 de junho de 1989. Foi realizado e apresentado no julgamento um levantamento detalhado da vida do filho de Maria das Graças, ora colocando-o como vilão, baderneiro, mulherengo e ‘vagabundo desempregado’, ora insinuando-o enquanto vítima do sistema, marginal pela falta de cuidados familiares, pelo pouco zelo da mãe, que trabalhava e não tinha tempo para cuidá-lo com esmero. Porém, nada foi apresentado além de sua pobreza extrema. Para melhor explicar a “triste morte” de Pedro, um dos advogados de defesa utilizou a ‘fábula do escorpião’; nesta fábula, o escorpião, mesmo tendo sido ajudado pelo sapo para que não morresse afogado, ainda assim o pica com seu ferrão por conta de sua índole má. Assim, segundo a defesa, era Pedro...mesmo não apresentando nenhum fato que o caracterizasse como criminoso, considerado um “quase criminoso” por sua história de desemprego, de brigas, pronunciados problemas mentais e “vadiagem”.

Entre outras coisas foi mencionado que o mesmo poderia ter sido assassinado por inimigos de facções rivais, já que passava muito tempo na praça do bairro onde morava, participando de atividades esportivas, sendo que o local era, segundo a polícia militar, muito utilizado por usuários e traficantes de drogas. Mais uma vez, observamos que a “guerra contra as drogas” abre um caminho certo para a “guerra” contra as pessoas tidas como menos úteis e potencialmente mais perigosas da população...

Julgada também, Maria das Graças; acusada de mãe permissiva, mulher perseguidora e desequilibrada, que forjara provas contra os ilibados policiais militares. Como acusar aqueles defensores da ordem, pelo assassinato de um desempregado “possivelmente perigoso”?! Segundo os advogados de defesa aquela era uma louca e esperta mulher que usava a morte de seu filho e de tantos outros “pobres mortais” para se promover, para provocar desordem na ordem instituída pelos aparatos de repressão do Estado. Não cuidara da criação de Pedro, não se responsabilizara pela sua boa formação e agora, desejava justiça; como desejar algo, que para os advogados de defesa, não fazia parte de seus direitos?! Junto a

ela estavam outras aproveitadoras, que desejavam ganhar dinheiro e fama às custas das mortes de seus filhos bandidos. A Associação?! Esta era um conjunto de pessoas inescrupulosas que defendiam bandidos, que se escondiam atrás dos famosos ‘direitos humanos’ usando a pobreza para cometer crimes. Em certa altura do julgamento, um dos advogados de defesa lança a pergunta:

*“Será que se Pedro fosse filho de família rica, fosse branco e bem empregado, ou estudante de nível superior, estas mães fundariam uma Associação para pedir justiça pela sua morte?! Será que representantes dos direitos humanos estariam aqui para pedir que estes dois policiais fossem condenados?! Direitos humanos é só para pobres e bandidos!!” (Jorge Florentino, Advogado de Defesa de Eriveiton de Souza Pereira e Jefferson Zambalde).*

*Conceição, Maria das Graças, Ana Lúcia, Irany...todas culpadas pelas mortes de seus filhos...todas responsáveis pelas armas da pobreza, da desigualdade, da desumanidade que as assolou. Ao final do segundo dia de julgamento minha única certeza é a de que existe sim, uma rede de relações truculentas e criminosas dentro de amplos escalões do poder judiciário capixaba e que, infelizmente, não será no julgamento de Jeferson e Erivelton que esta rede perderá força (Diário de campo, 28/05/2009).*

Para completar a estratégia da defesa foram apresentadas duas testemunhas; dois taxistas, que alegaram ter visto dois rapazes negros, de bonés e bermudas largas, correndo após assassinar Pedro. Ambos apresentaram histórias repletas de controvérsias, informando um distanciamento do crime que impossibilitava qualquer visão de assassinos e assassinado. Ambos foram convocados para estarem frente a frete no terceiro dia de julgamento, mas, “misteriosamente”, nenhum dos dois compareceu. Em um dos muitos momentos tensos do julgamento, um dos advogados de defesa se vira para os promotores públicos baianos e dispara:

*“Vocês são forasteiros inexperientes! Não sabem como tudo funciona aqui no Espírito Santo...aqui não é a Bahia, aqui o buraco é mais embaixo!!” (Jorge Florentino, Advogado de Defesa de Eriveiton de Souza Pereira e Jefferson Zambalde).*

Neste momento um dos promotores públicos pergunta, ironicamente, se aquilo é uma ameaça. E, realmente, aquela foi uma das muitas ameaças feitas a eles, e também aos outros promotores que se negaram a permanecer no caso do assassinato de Pedro. Por vezes fora lembrado o fato do Espírito Santo se traduzir enquanto um estado “sem lei”. Ameaças, teatro macabro, desrespeito com a vida humana: assim foi o julgamento, que durou três dias e três longas noites.

Seríamos mesmo habitantes dessa “terra sem lei”?! Lembrava-me, ao final da segunda noite de julgamento, de algumas falas que insistiam em povoar meus pensamentos... falas que diziam respeito ao “perigo violento” que se instalara no estado. Por alguns segundos entreguei-me ao torpor de imaginar-me vivendo em uma fobópole.

Fobópole é o resultado da combinação de dois elementos de composição, derivados das palavras gregas phólos, que significa ‘medo’, e polis, que significa ‘cidade’. Penso que a palavra conduza aquilo que tento qualificar como cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc (SOUZA, 2008, p. 09).

Mas, estaríamos mesmo em uma fobópole ou se iniciava um delírio de sujeição ao espetáculo do medo? Não como um espetáculo real, mas a teatralização desse real. Um real já produzido, manipulado, estilizado, vivenciado, como uma grande história fantástica? História que adere, cola e encanta os espectadores mais desavisados. Basta folhearmos as páginas de jornais, ou assistirmos a programas jornalísticos televisivos, principalmente os chamados “especializados”, para encontrarmos histórias de homicídios, estupros, roubos seguidos de morte, entre outros. Qual a influência da mídia nesse medo generalizado da violência disseminada e incontrollável? Existe um elo entre os meios de comunicação de massa e a sensação de insegurança percebida por mim, pela população capixaba?

A criminalidade violenta e a sensação de insegurança não necessariamente mantêm entre si uma relação linear. A percepção pública de insegurança pode não evoluir de maneira proporcional e coerente com as taxas de criminalidade. Isso acontece, entre outros fatores, porque a mídia se encarrega de amplificar e retro alimentar o medo. O crime rende boas manchetes, o medo do crime vende jornais e encontra ampla audiência - da mesma forma que, cada vez mais, o medo do crime rende bons negócios - de carros de passeio blindados a armas, de condomínios exclusivos aos serviços de firmas de segurança particular (SOUZA, 2008, p, 30).

Encontro-me, mesmo, em uma fobópole? Creio que essa pergunta ainda ecoa em meus ouvidos, porém, não mais com tanta intensidade e receio. Talvez saiba a resposta, mas ainda seria cedo para apresentá-la...por instantes, voltemos ao julgamento; este pode nos apresentar pistas e respostas as minhas inquietações capixabas, brasileiras, cotidianas.

Ao final do terceiro dia, já esgotadas, algumas mães dormiam recostadas umas nas outras, sentadas no chão do imponente Fórum Muniz Freire; aquela cena desfazia toda a minha errônea idéia de justiça, era como se, no fundo, soubéssemos o final daquela história.

*São quase 01:13 h e já estávamos todos esgotados...Maria das Graças buscou um canto da sala de espera e se deitou...adormeceu no chão do imponente Fórum Muniz Freire. Aquela cena destruiu toda a minha idéia de responsabilização dos culpados, minha tosca idéia de justiça. Era como se já soubéssemos o fim da história, e, mais uma vez, os mortos tivessem sido transformados em culpados pela sua própria morte. Mais do que isso! Era como se eu, revestida por um manto de ressentimento, mergulhasse na triste condição de 'dona da verdade' (Diário de campo, 29/05/2009).*

Segundo Foucault (2002) não apenas a relação de força que libera a verdade, como também a verdade só é procurada na medida em que possa se tornar efetivamente uma arma nas relações de força. Portanto, verdade é entendida como um suplemento de força e poder. Pensando nisso, que relações de força se apresentam naquele julgamento, que atravessavam o terreno da vida e se expandiam para o da verdade?! Como nos interroga, mais uma vez, FOUCAULT (2004, p. 280) porque nos preocupamos com a verdade, aliás, mais do que conosco?

Mesmo já esperando pelo resultado negativo, vesti-me com a camisa que estampava a foto de Pedro; neutralidade já não fazia parte sequer das minhas fantasias de pesquisadora, pois meu envolvimento com aqueles familiares ultrapassava a feitura da tese, a pesquisa e tudo o que eu concebia como falar sobre aquelas pessoas e suas lutas. Era como se pudesse não mais falar das mães e familiares, mas falar com as mães e familiares, e isso, por si só, já era para mim, uma vitória.

*Pedro morreu porque era pobre, negro, flanelinha...ainda vejo dona Maria deitada no chão frio da sala de espera do Fórum, ainda vejo a absolvição de Erivelton e Jeferson, ainda me pergunto a que serve esta tese de doutorado (Diário de campo, 29/05/2009).*

Por quatro votos a três o júri popular decidiu que Erivelton de Souza Pereira, o “diabo louro”, e Jeferson Zambalde eram inocentes do assassinato de Pedro Nacourt Filho. Iniciava-se ali um longo percurso de lamentações, impotência e desespero do grupo, agora mais fragilizado e, por alguns momentos, quase vencido. Saímos do Fórum às seis e meia da manhã com a nítida sensação de que não valia mais a

pena prosseguir, pois as poucas linhas de resistência haviam sido fragilizadas e vencidas. Mais do que nunca me perguntava qual a função dessa escrita que agora apresento, dessa história que poucos ousariam conhecer, vivenciar, partilhar.

*“Olha, você não imagina. Foi um golpe muito duro para mim e para todas as pessoas que me apoiaram nesses anos todos. Tínhamos plena certeza de que as provas eram tão claras. Eu já podia ver os policiais saindo do fórum algemados. Durante dez anos eu sonhei com essa imagem. Na hora acontece tudo ao contrário. Não dá para explicar. A decepção é muito grande”. (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV).*

Mas, na própria experiência de indignar-se, resistir ao medo, enfrentar ameaças, correr riscos e orquestrar uma rede de alianças produtivas, ao contrário do que todos e eu mesma esperávamos, o grupo resistiu, persistiu. Na manhã de 31/05/2009 iniciou-se uma greve de fome nas escadarias da sede do Ministério Público Estadual, onde mães e familiares permaneceram por 48 horas, até serem recebidas e ouvidas. A reivindicação era não apenas de anulação do julgamento, mas de que fossem denunciadas as intimidações realizadas sobre testemunhas e jurados durante todo o julgamento, bem como a conivência com isso de autoridades e da maior parte da imprensa do Espírito Santo.

Em 21/10/2009, a Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado - TJES anulou a absolvição dos policiais militares acusados de matar Pedro Nacourt. O desembargador, José Luiz Barreto Vivas, relator do processo, votou pela anulação do julgamento. De acordo com o relator, as provas encontradas ainda apontavam dúvidas quanto à autoria do crime. A presença maciça de policiais militares fardados durante o julgamento também foi um dos pontos abordados durante a relatoria.

Entre os caminhos da judicialização do cotidiano e a “busca por justiça” eu sigo dividida...dividida entre a “prática do tribunal” e os “campos de concentração à céu aberto”<sup>71</sup>, e o medo de enfrentar o desconhecido, o surpreendente, o vivido.

---

<sup>71</sup> Segundo Passetti, o campo de concentração a céu aberto diz respeito a uma tecnologia de controle que opera não mais em lugares de confinamento fechados e/ou apartados de um fora, nem mesmo por uma delimitação territorial em relação ao centro, mas por uma administração do território por seus próprios habitantes. É um dispositivo inclusivo que amplifica as modalidades de encarceramento e se faz, também, nas relações estabelecidas entre as pessoas que convivem sob um mesmo regime de governo, respeitando-o e produzindo práticas de assujeitamento que as imobilizam, não por uma imposição externa, mas por um desejo profundo e voluntário em se manter na condição de assujeitados (Passetti, 2006).

Percebemos que, por vezes, nessa pressa em deliberar uma sentença, perde-se o que um acontecimento, mesmo que trágico ou doloroso, pode trazer de diferente, de transformador, muitas vezes a despeito de racionalizações ou temporalidades (AUGUSTO, 2009, p. 12). Mas, enquanto as dúvidas pairam e me absorvem, os familiares inventam e reinventam suas próprias respostas para as situações trágicas vivenciadas.

*“Pois é, parece até poesia o que vou te dizer, mas quando perdemos uma mãe somos órfãos, quando perdemos o marido, somos viúvas...e quando perdemos um filho? Pois é, é tão doloroso, tão complicado, tão injusto...que nem tem nome!” (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV).*

#### **4.3 PORQUE HÁ O DIREITO AO GRITO. ENTÃO EU GRITO<sup>72</sup>**

Eu tentava olhar diretamente para os olhos, os que não tinham a cabeça muito baixa, não tinham globos oculares. Cheguei a um dos veículos. Estranhei quando ninguém colocou a mão no meu ombro, os organizadores estavam ficando relaxados. A fila se formou rapidamente, eu era o primeiro. Alguém notou o início da desorganização e tentou se aproveitar quando a porta se abriu. Um dos organizadores o agarrou pelo ombro e o jogou para longe. Nesse momento todos começaram a rir. Talvez a câmara de gás, talvez valas comuns. Olhei para trás e vi que não parecia judeu, tentei ver o que pensava, mas estava fechado. Comecei a duvidar do destino, saí da fila. Sendo visto pela organização com desconfiança, fui para a parte dianteira, alguém estava bem colado comigo. Olhei o letreiro, o destino era o mesmo. Gente que ia cedo, gente que vinha tarde. Gente que ia cedo, gente que vinha tarde. Gente que ia cedo, gente que vinha tarde. Voltei à fila, alguém me puxou, estava cortando, esqueci de avisar que ia voltar. Final da fila, tanto faz sentado ou em pé, o gás é para todos mesmo (FERRÉZ, 2006, p. 89-90).

O gás é para todos mesmo, inclusive para Marília, 58 anos, nossa última entrevistada, que conheci nos corredores do Fórum Muniz Freire, no dia do julgamento dos acusados pelo assassinato de Pedro Nacourt. Seu filho J.3 foi morto com requintes de crueldade dentro do Presídio Monte Líbano, no início de 2008. Tinha na época 28 anos, e fora acusado pelos companheiros de cela de fazer parte de um grupo de “extermínio” da região de Terra Vermelha, no Município de Vila Velha – Espírito Santo. Marília buscou refúgio na AMAFAVV depois que percebera que J.3 havia morrido muito tempo antes, e que ela só descobrira por conta da visita

---

<sup>72</sup> LISPECTOR, 2006.

de final de semana, quando após horas de procura, lhe chamaram na sala do serviço social e informaram que ele havia sido morto pelos “colegas” de cela.

Marília aceitou participar da entrevista com a condição de que pudesse falar das condições em que J.3 se encontrava antes da morte. Sua fala era carregada de revolta, tanto com o sistema carcerário, como com aqueles que permaneceram encarcerados com seu filho.

*“Meu filho morreu quase quinze dias antes de eu receber a notícia. E só fiquei sabendo por que fui visitá-lo e não o encontrei. Foi tanta covardia, que me deixaram entrar no presídio sem me informarem o que havia acontecido com ele. O nome dele continuava na lista de presos com visita, como se nada tivesse acontecido. Depois que procurei por quase meia hora que me chamaram em uma sala para dizer que ele tinha sido assassinado. Foi muita maldade, muita falta de respeito com o ser humano o que fizeram primeiro com ele, depois comigo. Aqueles porcos que estavam com ele na mesma cela já tinham o ameaçado, não tinham que estar no mesmo espaço que ele. Por mim eu fazia com eles tudo o que fizeram com meu filho, sem dó nem piedade.” (Sra. Marília, mãe de J.3, 28 anos, foi assassinado no Presídio Monte Líbano, em 2008).*

*Por mim eu fazia com eles tudo o que fizeram com meu filho, sem dó nem piedade...”* A frase de Marília ressoa pela sala pouco limpa e organizada, de acordo com os padrões higienistas modernos disseminados por tantos técnicos, em sucessivas visitas domiciliares. A frase ecoa pois é carregada de sensações – a palavra justiça agora é incorporada também ao castigo e ao sofrimento para o algoz, tamanho tenha sido o sofrimento da vítima.

Evidentemente o castigo está carregado de toda espécie de utilidades. Por isso nos será perdoado, se lhes subtraímos uma pretensa utilidade, tida na consciência popular como a mais essencial a crença no castigo, hoje por tantos motivos abalada, ainda encontra nela seu esteio mais firme. O castigo teria o valor de despertar no culpado o sentimento da culpa, nele se vê o verdadeiro instrumento dessa reação psíquica chamada ‘má consciência’, ‘remorso’ (NIETZSCHE, 1998, p. 29).

Ainda segundo Nietzsche, dor e prazer estarão aí aproximados, sem oposição por uma suposta essência, mas caminhando lado a lado, como que atravessados. Assim, coloca-se em outros termos o problema da dor; o sofrimento não irá emergir como o desígnio constitucional da negativa da vida: a dor será pensada como o



pressuposto de um prazer mais intenso, a dor é um "chamado" para a vida (NIETZSCHE, 1998).

Ver-sofrer faz bem, fazer-sofrer mais bem ainda – eis uma frase dura, mas um velho e sólido axioma, humano, demasiado humano, que talvez até os símios subscrevessem: conta-se que na invenção de crueldades bizarras eles já anunciavam e como que "preludiam" o homem. Sem crueldade não há festa: é o que ensina a mais antiga e mais longa história do homem – e no castigo também há muito de festivo! (NIETZSCHE, 1998, p. 31).

Mas enquanto Marília falava o suor escorria pelo meu rosto. O dia havia sido corrido e eu já apresentava sinais de cansaço e exaustão. Apesar disso observava as lágrimas deslizarem pelo rosto pálido daquela senhora, prestava atenção em tudo que aquela mulher ponderava, e minha cabeça fazia idas e vindas em histórias que ouvira não só sobre castigo e dor, mas em particular, sobre os campos de concentração, no período do regime nazista, especialmente nos campos de concentração de Auschwitz. As coisas que Marília falava me transportavam para aquele campo, para aquele circo de horrores, não só pelas circunstâncias que cercaram a morte de J.3, como pela forma como ela apresentava seus “amigos algozes”. Os olhos daquela mãe estavam brancos, entorpecidos de terror.

*“A cena mais horrível que passei em toda minha vida foi ter que reconhecer o corpo gelado de meu filho no IML. Pior que isso só quando fiquei sabendo a forma como ele foi morto, como foi atraído para uma emboscada pelos próprios companheiros de cela e como sofreu nas mãos daqueles infelizes. Disseram que quando ele foi com os rapazes já sabia que iria morrer, mas não tinha muito que fazer. Foi o que me disseram...” (Sra. Marília, mãe de J.3, 28 anos, foi assassinado no Presídio Monte Líbano, em 2008).*

Imaginação ou não, visualizei Jeferson caminhando para a morte, pelas mãos dos outros companheiros de cela. Sua caminhada, seus pensamentos anteriores a execução, sua lógica de raciocínio indo “em direção ao gás”, afinal, o gás é para todos mesmo...voltou-me aos pensamentos de Auschwitz.

Auschwitz, que iniciou seu funcionamento em 1944, era o maior de todos os campos constituídos pelo regime nazista, na Polônia. Funcionou com três campos principais e trinta e nove campos auxiliares, onde eram desenvolvidos tanto os trabalhos forçados quanto campo de extermínio de prisioneiros judeus. Os três campos principais eram Auschwitz I, onde funcionava o centro administrativo, Auschwitz II, campo de extermínio de mais de um milhão de judeus, e Auschwitz III, utilizado como campo de trabalhos forçados. Auschwitz II era equipado com quatro

crematórios e câmaras de gás, sendo que cada câmara tinha capacidade para 2.500 prisioneiros por turno de extermínio.

Os campos, como o complexo inteiro, estavam cercados e rodeados de arame farpado e cercas elétricas (alguns prisioneiros utilizaram-nas para cometer suicídio). O campo albergou até 100.000 prisioneiros em dado momento. A maioria dos prisioneiros chegava ao campo por trem, com frequência depois de uma terrível viagem, em vagões de carga, que durava vários dias. Algumas vezes, logo após a chegada, os prisioneiros eram conduzidos diretamente às câmaras de gás. Em outras ocasiões, os nazistas selecionavam alguns prisioneiros, sob a supervisão de Josef Mengele, para ser enviados a campos de trabalho ou para realizar experimentos. Aqueles que eram selecionados para exterminação eram enviados a um dos grandes complexos de câmara de gás/crematório nos extremos do campo. Para evitar o pânico, informava-se às vítimas que receberiam ali uma ducha e um tratamento desinfetante. A câmara de gás tinha inclusive tubulações para duchas, embora nunca tenham sido conectadas à rede de água. Ordenava-se às vítimas que se despiassem e deixassem seus pertences no vestiário, onde supostamente poderiam recuperá-las ao final do "tratamento", recomendando-se que recordassem o número da localização de seus pertences. Uma vez selada a entrada, descarregava-se o agente tóxico Zyklon B pelas aberturas no teto. **Os corpos eram levados por prisioneiros selecionados para trabalhar na operação das câmaras de gás e fornos crematórios** (chamados *Sonderkommando*), a uma sala de fornos anexa, para cremação. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Auschwitz-Birkenau>>. Acesso em 21 jan. 2011. (*Grifos meus*)

Prisioneiros selecionados para carregarem os corpos daqueles que, momentos antes, eram também prisioneiros. Auschwitz vai nos apresentar uma expressão literária, segundo Primo Levi<sup>73</sup>, conhecida como a “Zona Cinzenta”. Mas, de que se tratava a “Zona Cinzenta” e em que ela se aproxima das memórias de Marília, com suas histórias?!

Primo Levi (2005) vai narrar em algumas de suas obras, os horrores vividos durante sua permanência em Auschwitz. Mas o ponto forte de sua narrativa diz respeito especialmente às mudanças operadas nos sobreviventes do holocausto. Para Levi estas mudanças faziam parte de “um processo de aniquilamento moral e intelectual que conduzia, finalmente, ao desaparecimento de qualquer vestígio de civilização” (GRAMARY, 2006, p. 54). Emerge aí a idéia de uma “zona cinzenta”, território no qual onde não é possível delimitar o bem e o mal, heróis e vilões; onde alguns prisioneiros colaboram com os assassinatos de milhões de judeus, servindo como

---

<sup>73</sup> Escritor italiano e sobrevivente do Holocausto. Participante do Movimento Justiça e Liberdade, foi feito prisioneiro pela milícia fascista e encaminhado em 1944 para o campo de Auschwitz, onde permaneceu por onze meses, até ser libertado.

operadores das câmaras de gás e fornos crematórios, em troca de alimentação e de sobrevivência por mais algum tempo.

A eles correspondia conduzir os recém chegados até as câmaras de gás, cortar o cabelo das mulheres, tirar os dentes de ouro das mandíbulas dos cadáveres, classificar as roupas, sapatos e malas, levar os corpos até aos crematórios e tirar e fazer desaparecer as cinzas. Tudo isto não evitava, obviamente, que a lógica macabra do campo fizesse com que eles próprios fossem também cremados e logo substituídos por outros. O rito iniciático de um novo comando consistia em queimar os corpos dos que lhes tinham precedido (GRAMARY, 2006, p. 54)

A zona cinzenta será aquela onde não mais se delimitam os lados a ser seguidos, onde vítimas e seus algozes estão, por vezes, do mesmo lado, o dos prisioneiros. É neste exato momento que as falas de Marília voltam a perturbar minha escrita, meus pensamentos; como falar em heróis e vilões, mocinhos e bandidos dentro do espaço carcerário?! Como não sucumbir por um pouco mais de sobrevida, por menos espancamentos, por um colchão ao invés do chão frio das celas?! Perguntas que não terei respostas, mas talvez pistas para continuar esta escrita.

Para Levi (2005), o funcionamento da “zona cinzenta” era a forma mais evidente de transmitir para os próprios prisioneiros a culpa por estas mortes, assim como destruir toda forma de resistência dos judeus, mostrando como os mesmos eram capazes de ajudar a destruir sua própria “raça”. É neste ponto que Primo Levi vai expressar a configuração do sentimento de culpa por ser um dos sobreviventes de Auchwitz, quando aponta que sobreviveram os piores seres.

Os que se salvaram do ‘Lager’ não foram os melhores, os predestinados ao bem, os portadores de uma mensagem: tudo o que vi e vivi demonstrava o exato contrário. Sobreviveram de preferência os piores, os egoístas, os violentos, os insensíveis, os colaboradores da zona cinzenta, os bufos (LEVI, 2005, p. 540).

A este respeito, Giorgio Agambem, considera que Levi,

conseguiu isolar algo como um novo elemento ético. Levi o chama de “zona cinzenta”. É aquela em que se rompe a longa cadeia de conjunções entre vítima e algoz, onde o oprimido torna-se opressor e o algoz aparece, por sua vez, como vítima. Uma gris e incessante alquimia em que o bem e o mal e, com eles, todos os metais da ética tradicional alcançam o seu ponto de fusão. Trata-se, pois, de uma zona de irresponsabilidade [...], que não se situa além do bem e do mal, mas está, por assim dizer, aquém deles (AGAMBEN, 1998, p. 18).

Agamben vai então nos apontar para uma espécie de experiência moderna do holocausto produzida por técnicas de poder mais sutis e não menos humanas. A “Zona cinzenta” será o sítio onde acontecerão os entrecruzamentos de uma nova experiência política, a gestão da vida para a morte – a biopolítica, tema já trabalhado em momentos anteriores desta tese.

Para o referido autor será na “zona cinzenta” que o opressor aparecerá como carrasco, e o carrasco como “vítima”. Usará como exemplo, de forma primorosa, as partidas de futebol, disputadas entre os prisioneiros e os oficiais de Auchwitz; nestas, a convivência pacífica e harmoniosa entre “os dois lados” caracteriza a normalidade e naturalidade com que se lida com aqueles que perpetuam o horror do holocausto.

*“É impossível esquecer tudo que vi e vivi depois da morte do meu filho. Dói saber que tudo o que aconteceu com ele acontece diariamente, com tantos outros presos aqui no Espírito Santo. Semana passada foi o aniversário dele, ai fui ao cemitério. Sempre limpo, organizo tudo...não choro quando vou lá, só choro quando tenho que falar sobre ele, como agora. Choro porque lembro de tudo que ele sofreu nas mãos daqueles desalmados...até hoje não consigo entender como se diziam amigos e tiveram coragem de fazer o que fizeram, destruíram a ele e a mim!” .” (Sra. Marília, mãe de J.3, 28 anos, foi assassinado no Presídio Monte Líbano, em 2008).*

Ávida por punição, Marília anseia por nova condenação dos assassinos de seu filho, que se encontram presos, condenados por outros delitos. Clamando por reproduzir mais estratégias de punição, Marília reforça uma lógica que reduz sujeitos a heróis e vilões, dicotomizando entre o bem e o mal, não indo além do julgamento moral de seus atos.

Sem perceber, ela, como tantos outros familiares, orchestra uma gama de sensações atravessadas não só pela “dor de vítima”, mas por comoções coletivas, perplexidades, clamores por mais segurança dentro e fora dos presídios, que devem ser “todos de segurança máxima”. Entretanto, permanece o vazio, pois os culpados já estão presos, julgados, subjulgados e novamente julgados; não há nada para amenizar o teatro de horrores sofrido por J.3 e transformado em notícia por todos os meios de comunicação do estado, em uma tentativa de disseminar ainda mais medo e o brado por uma etérea segurança alcançada por penalizações, monitoramentos,

medicalizações, entre outras...a roda de governo das condutas gira mais uma vez, sob a égide da dor dos atingidos pela violência e de seus familiares.

*“Perder um filho é se descobrir chorando no ônibus indo para o trabalho; é chorar enquanto estamos falando ao telefone, é acordar e pensar: mais um dia sem meu filho! É dor demais para você segurar sem gritar por justiça...eu quero justiça!! Quero que sofram como ele sofreu, que apodreçam na cadeia até o último minuto de suas vidas e que percam a vida como meu filho perdeu. Nada de ir para o ‘seguro’, quero que fiquem com outros presos e que sejam espancados e mortos por outros presos, como meu filho foi. Podem dizer que sou radical, mas só isso vai fazer com que a dor dentro de mim possa diminuir, embora nunca vai acabar.” .” (Sra. Marília, mãe de J.3, 28 anos, foi assassinado no Presídio Monte Líbano, em 2008).*

Sem perceber, Marília fecha o seu discurso, fecha todo o campo de possibilidades que poderiam emergir para além do rancor e do sofrimento. Fecha-se em sua face mais contestada e controversa, a da “Lei de talião”. Justiça passa a ser apresentada como o aniquilamento e o extermínio dos responsáveis pela morte de J.3, sendo a idéia principal da equivalência total entre crimes cometidos e penas.

Sem perceber em sua fala, ela preconiza justamente o contrário daquilo que gostaria que fosse o sistema penal, pede a morte dos supostos assassinos assim como foi orquestrada a morte de seu filho. Com isso, enfraquece o que existe de mais potente na mobilização desses familiares – a transformação dessas situações ditas episódicas, de natureza privada dos familiares, em questão coletiva, de responsabilização pública. Frente à carência daqueles que estiveram diretamente vinculados a situação limite, daqueles que foram e estão desaparecidos, quem surge para falar são as mães e familiares. O testemunho dessas mães concebe-se enquanto uma tentativa de lutar pela memória dos filhos e familiares mortos, de expurgar todos os estigmas e estereótipos que tentam marcar a inscrição dessa memória. Até mesmo o corpo desses familiares, que se encontra extenuado, castigado de tanto brigar por justiça e reparação, emerge como testemunho desse combate. Porém, para Marília e tantos outros familiares, ainda é muito difícil desenraizar, desagregar a memória do que havia sido vivido sempre como vingança...Mas, ainda assim, ouvir e principalmente falar, com e não por estes familiares foi uma experiência singular para esta pesquisa e para estudos posteriores acerca de familiares de atingidos pela violência no Espírito Santo.

#### 4.4 A EXPERIÊNCIA DE FALAR COM MÃES: OS CAMINHOS QUE FICAM QUANDO PARTIMOS.

*“Esta é uma dor diferente, onde te roubam o sorriso, põem lágrimas nos seus olhos, amargura em sua alma e te fazem sentir saudades das crianças quando pequenas, quando caíam se cortavam ou batiam uma parte do corpo e vinham correndo pra você, certas de que teríamos a solução do seu problema, e tínhamos. Ai de repente perdemos nossos filhos, simplesmente nos arrancam eles de nossos braços. Como aceitar isso? (Sra. Regina, mãe de T, 18 anos, assassinado supostamente por policiais civis do Município de Vila Velha - ES).*

Depois de uma semana inteira de muita chuva, frio e dor nas articulações, o domingo amanhecera ensolarado como um presente, daqueles que todo mundo pega a bicicleta para pedalar por aí; eu, como sedentária assumida que sou, preferi ficar em casa, escrevendo. Depois de um longo período sem escrever uma só palavra e sem sair de debaixo das cobertas, e agora?! O que deveria escrever para tentar finalizar todo o emaranhado de histórias que desenharam este doutorado? Emergiu então a idéia de transpor, nesta parte final do capítulo, como foi à experiência de falar com todos os familiares no decorrer da pesquisa.

Familiares de atingidos pela violência...o medo de encontrar o desconhecido, o surpreendente, o vivido: quando não se encontram interlocutores, quando se tem a sensação de que o que for falado não será compreendido, não existe um contexto para acolher o conteúdo das memórias; estas acabam silenciadas, ou mesmo transformadas em uma história única, a história dos “vencedores”.

Peregrinando pelas páginas da internet a procura de fragmentos da história desses e de tantos outros familiares, deparei-me com um texto – apresentação da romancista nigeriana Chimamanda Adichie intitulado *“O perigo da história única”*, que permaneceu por horas a fio atormentando meus pensamentos, e que transcrevo a seguir, para melhor ilustração acerca da história que nos é contada, invariavelmente a história dos “vencedores”.

*“Eu sou uma contadora de histórias. E gostaria de vos contar algumas histórias pessoais sobre aquilo que gosto de chamar de “o perigo da história única”. Eu nasci em um campus universitário na parte oriental da Nigéria. A minha mãe diz que comecei a ler aos dois anos, embora eu pense que aos quatro provavelmente esteja*

perto da verdade. Por isso eu fui uma leitora precoce. E o que li eram livros para crianças britânicas e americanas. Eu fui também uma escritora precoce. E quando comecei a escrever, por volta dos sete anos, histórias a lápis com ilustrações a lápis de cor que a minha pobre mãe era obrigada a ler, eu escrevia exatamente o tipo de histórias que lia...todas as minhas personagens eram brancas e de olhos azuis; brincavam na neve, comiam maçãs e falavam muito, muito sobre o tempo: como era maravilhoso o sol ter aparecido. Isto, apesar do fato de eu viver na Nigéria! Nunca havia saído da Nigéria...nós não tínhamos neve, nós comíamos mangas...e nós nunca falávamos do tempo, porque não havia necessidade.

As minhas personagens também bebiam muita cerveja de ginja porque as personagens dos livros britânicos que eu lia bebiam cerveja de ginja. Não importava que eu não tivesse idéia do que cerveja de ginja fosse. E, por muitos anos, eu tive o desejo desesperado de provar cerveja de ginja! Mas isso é outra história. O que isso demonstra, penso eu, é o quão impressionável e vulnerável somos a uma história. Porque tudo que havia lido em livros era sobre as personagens estrangeiras, e eu convenci-me de que os livros, pela sua própria natureza, tinham que incluir estrangeiros, e tinham que ser coisas com as quais eu não podia pessoalmente identificar-me.

Bem, as coisas mudaram quando descobri livros africanos. Não havia muitos livros africanos disponíveis e eles não eram tão fáceis de encontrar quanto os livros estrangeiros, porém, foi isso que me salvou de ter uma história única daquilo que os livros são.

Eu venho de uma família nigeriana convencional de classe média; meu pai era professor e minha mãe administradora. Por isso nós tínhamos, como era normal, ajudantes domésticos, que viviam em nossa casa. No ano em que fiz oito anos meus pais arranjaram um rapaz ajudante, cujo nome era Fide. A única coisa que minha mãe nos dizia sobre ele e sua família era que eram pessoas muito pobres. Sempre quando eu não conseguia terminar minha refeição minha mãe corria e dizia: "Acaba a tua comida! Tu não sabes? Pessoas como a família de Fide não tem nada!" Por isso eu sentia uma enorme piedade pela família de Fide.

Então, em um sábado ensolarado fomos à vila deles fazer uma visita, quando a mãe de Fide nos mostrou um cesto de um padrão simplesmente lindo, feita de ráfia seca, que o irmão mais novo havia feito. Eu fiquei atônita! Não me tinha ocorrido que alguém da família dele pudesse, de fato, criar algo. Tudo que havia ouvido sobre eles era o quanto eram pobres, de forma que se tinha tornado impossível vê-los como pessoas além de pobres; a sua pobreza era a minha história única sobre eles.

Anos mais tarde pensei sobre isso quando deixei a Nigéria para ir para a universidade nos Estados Unidos; eu tinha então dezenove anos e minha companheira de quarto americana ficou chocada comigo: ela perguntou onde eu tinha aprendido a falar inglês tão bem, e ficou confusa quando eu disse que a Nigéria, por acaso, tinha o

*inglês como idioma oficial. Perguntou então se ela podia ouvir aquilo que chamou de “a minha música tribal”, e ficou conseqüentemente muito desapontada quando eu desencantei a minha fita cassete da Mariah Carey!! Ela também presumiu que eu não sabia como se usava o fogão, mas o que me espantou foi isto: ela tinha sentido pena de mim mesmo antes de ter me visto. A sua posição base em relação a mim, enquanto africana, era uma espécie de piedade bem intencionada. A minha companheira de quarto tinha uma história única da África. Uma história única de catástrofe...nesta história única não havia possibilidade de africanos serem semelhantes a ela, de forma alguma! Nenhuma possibilidade de sentimentos mais complexos que piedade, nenhuma possibilidade de uma conexão entre humanos iguais.*

*Devo dizer que antes de ir para os Estados Unidos eu não me identificava como africana, mas nos Estados Unidos, sempre quando a África surgia, as pessoas voltavam-se para mim, não importando se nada soubesse sobre lugares como a Namíbia. Então, depois de ter estado por vários anos nos Estados Unidos como africana, comecei a entender a reação da minha companheira de quarto para comigo; se eu não tivesse nascido na Nigéria, e se tudo que eu soubesse sobre a África fosse de imagens da mídia, também pensaria que a África era um local de belas paisagens, belos animais e pessoas incompreensíveis, lutando guerras sem sentido, morrendo de pobreza e de HIV; incapazes de falar por si mesmas, e esperando serem salvas por um meigo estrangeiro branco. Eu veria os africanos da mesma forma que eu, enquanto criança, tinha visto a família de Fibe(...).*

*É assim que se cria uma história única, como uma única coisa, e aos poucos ela realmente se torna essa única coisa. É impossível falar da história única sem falar de poder; há uma palavra, uma palavra maldita em que penso sempre que penso sobre a estrutura de poder do mundo...e é o ‘Nkali’. É um substantivo que livremente se traduz por “ser maior que outro”. Como os nossos mundos econômico e político, também as histórias se definem pelo princípio do ‘Nkali’. Como são contadas, quem as conta, quando são contadas, quantas histórias são contadas, estão realmente interligadas a estrutura de poder.*

*O poder é a capacidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva dessa pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreveu que se queres desapropriar um povo, a forma mais simples de fazê-lo, é contar a sua história. A história única cria estereótipos, e o primeiro problema com os estereótipos não é o fato de serem mentiras, mas serem incompletos; eles fazem uma história tornar-se a única história. (...) A conseqüência de uma história única é isto: rouba as pessoas de sua dignidade, torna o reconhecimento da nossa humanidade partilhada muito difícil. Enfatiza o quanto somos diferentes, ao invés do quanto podemos ser semelhantes, sem negarmos a diversidade.*



*As histórias importam, muitas histórias importam. As histórias tem sido usadas, por vezes, para desprover e tornar maligno, porém, as histórias também podem ser usadas para potencializar e para humanizar. As histórias podem quebrar a dignidade de um povo, mas elas também podem reparar essa dignidade quebrada...”*  
(Chimamanda Adichie - O perigo da história única - <http://www.youtube.com/watch?v=O6mbjTEsD58>. Acesso em: 19.12.2011.

Chimamanda Adichie nos evoca o perigo da história única, apontando-nos que a maneira como é narrada uma vida pode significar a possibilidade desta vida, assim como pode definir sua morte. Desde o início desta pesquisa percebi que a trajetória de vida dos familiares de atingidos pela violência continha bem mais do que os conflitos palpáveis, a morte como simples fator determinante. Em parte, me transformei em uma contadora dessas histórias ao intuir que o mundo destes familiares é um campo onde se apresentam várias versões dessas histórias, sendo que, por vezes, tenta-se impor uma história única para estes sujeitos. Compreender o poder da narrativa desses familiares foi o primeiro passo para alcançar as várias versões da vida dessas pessoas.

Benjamin (1993) vai nos chamar atenção para a armadilha de uma compreensão que eterniza a barbárie ao conceber a história como se ela fosse contínua e progressiva. Para ele, essa seria a ótica dos “vencedores” que continuam a ditar como a “verdadeira” história deve ser escrita em cada época. Preocupados com a afirmação de outras histórias precisamos voltar nosso olhar para elementos até então esquecidos dessas histórias: os que foram rejeitados, jogados fora. São eles que não devem ser relegados a amnésia, porque é pela afirmação histórica dos que foram relegados ao ostracismo nas histórias oficiais que podemos afirmar os murmúrios dos escombros, suas narrativas. Não para a salvação dos rejeitados e atingidos pela violência, posto que não iremos por estes caminhos, mas para romper com uma certa concepção de história, uma certa concepção de mundo...para produzir o intempestivo dos acontecimentos.

Neste ponto, retomamos a questão da narração. Para Benjamin, o narrador diferencia-se do romancista, pois agrega<sup>74</sup>, incute, seduz, dá conselhos, possibilita ação que abre novas possibilidades para o futuro.

Ainda, segundo Benjamim (1993), a narrativa tem origens remotas que correspondem a um tipo de experiência que encontra na modernidade sérias dificuldades: “(...) a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. (...) É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências.” (BENJAMIN, 1993, p. 197-198).

O bom narrador, segundo o autor, possui sua genealogia no povo, sendo que o aporte popular não pode ser desprezado para o desenvolvimento da narrativa, não no sentido didático, mas na capacidade de difusão e na técnica de vincular a atenção dos ouvintes.

O narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la *inteira*. O narrador é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida. Daí a atmosfera incomparável que circunda o narrador, em Leskov como em Hauff, em Poe como em Stenvenson. O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo (BENJAMIN, 1993, p. 221).

Seguindo esse viés, a narrativa das mães que tiveram filhos atingidos pela violência ocupou o vão central de nossa escrita, uma vez que foi através delas que conseguimos entender a morte não mais aceita como resignação, mas como testemunho de batalhas antes jamais explicitadas. Mas como se aproximar dessas histórias, como ser um “bom ouvinte” de narrativas perpassadas pela dor, pelo sofrimento, por vezes pelo ressentimento e pela angústia? Como, através do testemunho destes familiares, perceber e acolher essa radical experiência de descontinuidade histórica?

---

<sup>74</sup> BENJAMIN, W.O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Magia e Técnica, Arte e Política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993, p.210.

A reconstituição dos passos desses familiares e de “seus mortos” foi a base para a aproximação dessas histórias. Nesse processo de construção dessa memória, as lembranças acabaram por provocar a reatualização desse passado. Transformar estas lembranças em memória partilhada, coletiva, possibilitando a emergência, no contexto atual, de elementos que foram “esquecidos pela história oficial”, foi um dos desafios para o grupo de familiares e meu enquanto pesquisadora.

*A posição que assumi como pesquisadora no campo de pesquisa, as relações que estabeleci com os familiares para reconstruir suas histórias, os efeitos que estas relações produziram em minhas observações, foram questões um tanto controversas para o chamado “debate científico” junto a alguns colegas, nas disciplinas do doutorado. As questões sempre remetiam ao problema da objetividade versus neutralidade do trabalho de investigação (Diário de campo, 29/05/2009).*

Ao reatualizar a história vivida, estas famílias acabaram por resignificar seu momento presente, trazendo a ele elementos que antes estavam sem hora nem lugar para serem ouvidos. Possibilitaram assim a emergência de “vivências de outros indivíduos, indiretamente dando voz àqueles que não puderam e não podem mais falar ou àqueles cuja história ainda não houve escuta” (FERREIRA, 1996, p. 80).

Mas que o leitor não se engane. Estar “ouvinte pesquisadora” destes testemunhos mostrou-me a necessidade de uma análise diária das implicações para com este trabalho, e principalmente com a vida. Além de realizar a pesquisa de campo com um grupo de pessoas que estavam muito próximas a mim, tinha uma estreita relação de afinidade com o tema, uma vez que muitos dos assassinatos deste meninos e meninas aconteceram em bairros onde residi por longos anos de minha infância e adolescência e, principalmente, com pessoas com as quais passei boa parte de minha vida comunitária.

Isso tudo estava claro para mim, porém construir e manter um distanciamento nessa relação “pesquisadora x moradora de favela” se mostrou tarefa quase impossível no transcorrer do percurso da tese, fato que hoje avalio como positivo, uma vez que imparcialidade, neutralidade e objetividade nos parecem aspectos ilusórios neste caminho. “Foi desse modo que entrei no campo, preparada para um ‘reconhecimento’ de uma história com a qual eu considerava ter alguma

familiaridade e cujos protagonistas tinham aspectos em comum comigo” (FERREIRA, 1996, p. 82).

Mas, como não cair nas armadilhas dos sentimentos, ressentimentos e emoções, como falar de implicação não como catarse, mas como indignação, como fúria incessante na busca de múltiplos atravessamentos?! Eis o desafio que me atravessou por todo o percurso do doutorado, percurso com o qual travei batalhas diárias, onde ora saí vencedora, ora vencida.

#### **4.5 QUEM TEM MEDO DE MORRER NÃO DEVERIA NEM NASCER<sup>75</sup>: O CAMPO DE PESQUISA, UM TERRENO FÉRTIL PARA MAZELAS, MAS TAMBÉM PARA A INSISTÊNCIA.**

Quando o filho de dona Gertrudes morreu, ela começou a se interessar em saber mais sobre a sua luta. Já senhora, foi estudar direito e leu todos os livros que pôde sobre a esquerda brasileira. Saiu atrás das pessoas que conheceram seu filho e que com ele militaram. Soube da participação de Frederico Eduardo Mayr na ALN, descobriu que ele foi treinar guerrilha em Cuba e que voltou como militante do Molipo. Dona Gertrudes participou ativamente da luta dos familiares de mortos e desaparecidos. Conseguiu localizar os restos mortais de Frederico (na vala comum do cemitério Dom Bosco, no bairro paulistano de Perus), pois haviam documentos que atestavam sua morte e o local onde ele havia sido enterrado. Dona Gertrudes era capaz de dizer quando seu filho havia sido preso, onde e quem o prendeu, sabia de tudo, mas dizia que, até o dia de enterrá-lo, toda vez que chovia à noite e uma porta ou janela batia, pulava da cama e corria para a porta dizendo ‘é ele, é ele!’. Mayr foi morto sob tortura no DOI-Codi em 1972. Foi enterrado, no Rio de Janeiro, somente 20 anos depois” (À margem do rio dos mortos – parte 2, Paula Sacchetta. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-margem-do-rio-dos-mortos-%E2%80%93-parte-2>>. Acesso em 01 fev. 2011.

Podemos dizer que a imersão no campo de pesquisa foi quase uma “submersão”. E foi desta quase submersão<sup>76</sup> que emergiram os contatos telefônicos, as reuniões e entrevistas. Acompanhei inicialmente a Sra. Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt, e posteriormente realizei dez entrevistas com outras mães e

---

<sup>75</sup> Frase retirada da entrevista realizada com Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e presidente da Associação de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Espírito Santo.

<sup>76</sup> s.f. Ação de submergir, ou seu resultado; grande inundação. Estado de um ser orgânico que vive debaixo da água. Hipismo Submersão do casco, abatimento do casco do cavalo, resultante de uma pancada. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/submersao>>. Acesso em 31 jan. 2011.

familiares de atingidos pela violência. Neste percurso compartilhei também com estes familiares os espaços de manifestações, passeatas, greves de fome, enterros e julgamentos, o que imprimiu em mim uma espécie de “*quase familiar*”, se não fosse pela insistente lembrança de que um gravador-mp4 sempre me acompanhava.

Como mencionado anteriormente, o “*quase familiar*” nos trouxe muitos ganhos no caminho trilhado, porém, é válido destacar que “estar com”, em alguns momentos da pesquisa, apresentou-se como risco eminente. Esta “situação de risco” ficou clara quando acompanhamos os familiares no julgamento dos acusados de executarem Pedro Nacourt Filho, assim como também em duas manifestações no Município de Vitória. Ficava claro para todos aqueles que não viam com “bons olhos” o movimento e a repercussão das ações dos familiares, que éramos “associadas”. Se para a pesquisa isso facilitava o trânsito entre os familiares, para a segurança isso acabou por se transformar em um problema, visto que o estado do Espírito Santo ainda respira “ares de extermínio”.

Para que fosse mantida certa segurança, tanto para os entrevistados, quanto para a pesquisadora, “nativa” do Espírito Santo, o conteúdo desta tese é apresentado ora enquanto narração, utilizando discurso indireto, ora pela citação literal de frases dos entrevistados, no discurso direto. Salientamos que as entrevistadas e seus familiares tiveram seus nomes alterados para que não corressem o risco de sofrer represálias diante de suas falas, contundentes e estarrecedoras<sup>77</sup>; embora estes cuidados tenham sido tomados, sabemos que por serem histórias de grande repercussão no estado supracitado, alguns entrevistados podem ser identificados, mesmo tendo seus nomes alterados...são os “*pontos cegos*” que apareceram durante toda o percurso da pesquisa e que por vezes fizeram entrevistados e a própria pesquisadora recuarem.

Sendo assim, as incertezas que permearam o trabalho de campo devem ser consideradas como dados positivos para a pesquisa, mesmo quando traduzem recuos, interrupções ou pontos cegos. Ao enfrentar os impasses que se apresentam, o pesquisador terá que acionar recursos até então despercebidos por ele ou lançar mão de sua ‘sensibilidade antropológica’ talvez ainda inerte – elementos que, a partir de experiências desse tipo, passam a compor de forma ativa o seu acervo de práticas e alternativas metodológicas para suas aventuras no campo (FERREIRA, 1996, p. 90).

---

<sup>77</sup> A única exceção se faz em relação a Sra. Maria das Graças Nacourt, presidente da AMAFAVV, a qual mantivemos o nome verdadeiro.

Outro fator preponderante para este trabalho de pesquisa diz respeito à utilização de entrevistas específicas com alguns familiares. Entendemos que partimos de um estudo específico acerca da realidade das famílias entrevistadas, porém percebemos com frequência, quase rotineira, a similaridade destes casos com tantos outros, todos balizados, segundo Benjamim, por uma certa “*experiência do choque*”<sup>78</sup>. O autor vai nos falar desta experiência de choque através da análise da experiência urbana; segundo ele a experiência urbana seria semelhante à experiência do trabalhador com seu instrumento de trabalho. “À vivência do choque, sentida pelo transeunte na multidão, corresponde a ‘vivência’ do operário com a máquina” (BENJAMIN, 1989, p. 126). Ele ainda vai além,

O mover-se através do tráfego implicava uma série de choques e colisões para cada indivíduo. Nos cruzamentos perigosos, inervações fazem-no estremecer em rápidas seqüências, como descargas de uma bateria. (BENJAMIN; 1989)

Um dos efeitos da experiência de choque trazida pela violência pode se apresentar como a impossibilidade de viver a experiência (BENJAMIN, 1993). Reduzindo sujeitos a objetos, a violência vai então sujeitar estes indivíduos, impossibilitando-os de pensar sobre as situações vivenciadas, não possibilitando inserir o acontecimento traumático dentro de uma história.

A violência tende assim a nos reduzir a objetos, incapazes de refletir sobre a nossa própria vida. O acontecimento traumático é desbordante e contamina a capacidade de reflexão não apenas sobre a violência que nos afetou, mas também sobre os acontecimentos anteriores e posteriores ao fato traumático (SELIGMANN; SILVA, 2001)

O próprio caminhar pela experiência da pesquisa de campo provocou em mim incursões marcadas pelo choque. Um desses momentos diz respeito a uma das primeiras entrevistas que realizei, no bairro São Pedro V, um dos momentos de maior tensão deste percurso.

Já conhecia a entrevistada, porém não sabia como chegar até sua residência, o que nos fez definir como local de encontro um ponto de ônibus movimentado do bairro. Como sempre, fui munida da mochila, o mp4 e algumas folhas para anotações, uma

---

<sup>78</sup> (BENJAMIN, 1989).

vez que em algumas entrevistas era necessário recorrer à escrita de alguns fatos mais marcantes. Cheguei próximo ao local marcado, um orelhão localizado em um ponto de ônibus na avenida principal, com cerca de dez minutos de antecedência, o que me possibilitou fazer um reconhecimento visual do lugar. Embora fosse próximo de alguns bairros onde passei minha infância e adolescência, não tinha muito contato com a região.

Assim me prostrei a cerca de dez metros do orelhão, a espera de Ana Maria, minha entrevistada. Os acontecimentos que se seguiram foram tão rápidos que se fosse necessário descrevê-los de forma organizada creio que não conseguiria fazê-lo. Um jovem, aparentando menos de vinte anos, realizava uma ligação quando, em uma fração de segundos, outro indivíduo deu a volta no orelhão e se posicionou atrás do rapaz. O indivíduo então sacou um revólver, que nas reportagens do dia seguinte diziam ser calibre 38, e efetuou cerca de cinco disparos a curtíssima distância.

A cena foi tão rápida que sequer consegui ver o rosto do rapaz que atirara; preocupei-me em correr na direção contrária de onde achava que vinham os tiros, buscando, em uma falsa sensação de segurança, me abrigar dentro de uma loja de eletrodomésticos usados. Em questão de segundos a cena se desfez...o rapaz desconhecido evaporou-se do local, uma multidão logo se aglomerou em volta do desconhecido cadáver, que não teve tempo nem de receber socorro, pois morreu instantaneamente.

Eu, à distância, olhando o corpo do jovem no chão, imaginava tantas coisas ao mesmo tempo que esqueci o que tinha ido fazer naquele local. Não conseguia fazer conexão de nada com nada, mas lembrava das mães, das entrevistas, dos familiares, do doutorado, uma “miscelânea” de sensações e sentimentos que eu não entendia. Foi tudo tão rápido aos meus olhos que não me dei conta que Ana Maria já havia chegado, e me guiava para longe do tumulto, em direção a sua residência.

Foi este ensaio traumático que me fez, pouco tempo depois, repensar os múltiplos relatos que ouvi de muitos familiares durante a feitura da pesquisa. Fez-me pensar nas analogias entre os episódios traumáticos, o choque diante destas vivências, o silêncio daqueles familiares, o blecaute que eles acabavam por sofrer e, principalmente, o seu testemunho. Como falar e o que falar diante de

acontecimentos tão marcantes na vida destas pessoas?! Como potencializar estas falas sem perder a sensibilidade diante da dor e do sofrimento destes familiares?!

Não é fácil para uma mãe ouvir e depois contar que seu filho foi morto porque era bandido, que os corpos foram dados a leões, e que ela é 'mãe de bandidos' e que só está reclamando agora porque não tem mais o dinheiro do tráfico para ajudar na manutenção da casa. As condições de fala dessas mães são *a priori* criminalizáveis e criminalizadas, por isso o pesquisador deve tomar cuidado para não confundir seu trabalho com um interrogatório policial. A única saída aceitável para a produção de informação para a pesquisa social parece ser a tentativa de buscar transformar esta relação em uma experiência compartilhada, onde se cria um elo entre aquele que narra e aquele que ouve (ARAÚJO, 2007, p. 19).

Realizar esta pesquisa possibilitou-nos perceber também que narrar estes acontecimentos nos fez testemunhas vivas, aos familiares e também a mim, o que permitiu conferir sentido às experiências vividas, coletivizando-as. Foi como ordenar e desordenar repetidas vezes o vivido, reconstituindo as histórias passadas de forma a não só fragilizar e vitimizar, mas produzir ativamente conhecimento sobre estas narrativas, fazer com que elas sejam de fato ouvidas por outros que não apenas aqueles do seu círculo familiar. Segundo Baptista (2008), o anonimato desses relatos, palavras e silêncios sujos do mundo, dissolve o peso das confissões pessoais em que perdura a aura do eu.

Se a história, a trama destas narrativas figurava para alguns apenas como práticas de sobrevivência, e de “ruínas circulares”<sup>79</sup> estes passaram a valer-se da fala, mesmo que ainda “anônima”, como instrumento de apoderamento, de defesa, de afirmação da diferença e do vivido. A voz de cada uma das mulheres entrevistadas é como uma herança, um de seus únicos bens que poderá ser transmitido, um legado inalienável se puder ser coletivizado, como uma “*fonte de imortalidade*”.

Na mitologia grega, ao morrer, o homem encontrava no Hades duas fontes: *Léthes* e *Mnemosyne*. Ao beber da primeira, esquecia tudo da sua vida humana, entrando no domínio da noite. Já a água da segunda fonte conferia a capacidade de guardar a memória de tudo o que havia visto e ouvido no mundo dos vivos (MONTEIRO, 2009, p. 04)

A narrativa, ou, como na mitologia grega, o beber da fonte *Mnemosyne*, em alguns casos específicos trazidos aqui, foi como a negativa do esquecimento a partir da

---

<sup>79</sup> (NIETZSCHE, 1998)



reconstrução do momento da perda familiar, permitindo para os entrevistados afirmarem que, mesmo sem terem achado o corpo, o atingido pela violência estava morto, mas não esquecido. Sem o corpo e, pior, sem a narrativa e a certeza da morte, restava a dúvida: “e se fulano foi torturado até perder a consciência, teve uma amnésia e está abandonado em um hospital ou abrigo?”, A narrativa para eles foi importante no sentido de encerrar esse processo de espera que se caracteriza como crime continuado e violação de direitos continuada. Como nos afirma BENJAMIN (1991), se o inimigo vencer, nem mesmo os mortos estarão a salvo dele. E esse inimigo ainda não parou de vencer.

Neste sentido, ouvir estas histórias tornou-se uma tarefa delicada e decisiva na afirmação dessas narrativas. Estes discursos dão-se “em movimento”, são como ondas avassaladoras em um mar antes calmo, tsunamis de palavras que invadem estas folhas, este doutorado em psicologia, a academia... ouvi-las e trazê-las a estas páginas foi como seguir o fluxo intenso e muitas vezes destruidor, que se delineou neste tsunami.

#### **4.6 CONCLUINDO OU ESPERANDO NOVAS FRENTES DE BATALHA? O QUE SERIA DA HISTÓRIA DOS CAÇADORES, SE OS LEÕES PUDESSEM ESCREVER?**

*"Uma mãe que perde um filho ficará para sempre de luto...não existe ex-mãe. Já são anos que meu filho morreu...é muito tempo, mas para mim todo dia é como se fosse ontem que ele saiu e não voltou mais. Quando um filho morre, a vida de uma mãe acaba. Ela é um coração que bate e anda por esse mundo, mas vida mesmo, sonhos, não tem mais. É obrigada a sobreviver, e fica esperando o dia de sua própria morte, tem até raiva de estar viva e não ter ido no lugar do filho. Mas eu transformei essa dor, essa sobrevivência, em luta!" (R, mãe de T.)*

As reticências dos depoimentos durante todo o percurso da tese não são um recurso de estilo. Denotam um silêncio incômodo, uma lembrança dolorosa. Mostram a dificuldade que os familiares dos atingidos pela violência tiveram em falar sobre a morte de seus entes.

*"Faz quase 22 anos e até hoje procuro palavras para dizer como meu filho morreu..."*, diz Maria das Graças.

Embora as imagens da morte sejam recorrentes nos pensamentos desses familiares, eles dificilmente falam sobre elas. Quando o fazem, evidenciam o desconforto na linguagem corporal: franzem o cenho, tamborilam os dedos e se emocionam.

*“Tento lembrar do meu filho vivo, mas é inevitável. Quando penso nele, vem a imagem do seu corpo espedaçado. Não queria que fosse assim”, diz Ana Maria.*

Foi assim durante todo o percurso desta pesquisa: vozes ora emudecidas pela dor, ora pelo medo, emudecidas muitas vezes por certa “dosagem” de ceticismo, de quem se deixou imobilizar pela sensação de impotência...mas também vozes que ecoaram por todas as páginas desta tese de doutorado e por vários espaços que antes não conheciam e nem se importavam com a luta desses familiares.

Esta escrita abordou a dimensão de práticas de extermínio e violação de direitos humanos praticados no estado do Espírito Santo, a partir da narrativa de mães e familiares de atingidos por esta violência. A partir dessa narrativa potente, diversos temas foram sendo relacionados: as lutas desses familiares e os inúmeros conceitos de justiça construídos no decorrer desse percurso, a criminalização das classes pobres, assim como também a construção de uma análise acerca da formação e do fortalecimento dos chamados grupos de extermínio no estado do Espírito Santo.

Diante dos depoimentos, das histórias e memórias desses familiares, pontuamos algumas facetas do contexto atual desses e de tantos outros brasileiros; facetas que vão da criminalização da pobreza e das lutas sociais até a transformação da guerra contra a pobreza para uma guerra contra os pobres, onde políticas ditas sociais são convertidas em políticas de prevenção, tutela, domínio, repressão e extermínio das classes populares.

Extermínio e memória, esses foram os eixos principais que emergiram desta pesquisa, das entrevistas realizadas com aqueles que sobreviveram e que se dispuseram a transmitir suas histórias. Mesmo sabendo que não existia espaço para a memória, e que no final de suas “guerras” coletivas, possivelmente seria atestada a vitória da “história oficial”, estas mães se entregaram a proposta de refazer o caminho percorrido por seus familiares atingidos pela violência. Para elas a

narrativa, quando é transmitida através de suas falas, embargadas e transtornadas pela dor, garante a sobrevivência, mesmo que silenciosa, da história daqueles que foram assassinados. Um lembrar de resistência e não de melancolia. Segundo Pollak (1989):

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil opõe ao excesso de discursos oficiais. O silêncio vem da angústia de não ser escutado, de se expor a mal entendidos, de ser criminalizado e punido pelo que se diz (POLLAK, 1989, p. 05).

Impossível parar de ler meu primeiro contato com este “lembrar” dos familiares se deu a partir da leitura de uma reportagem que mencionava a peregrinação de uma das mães entrevistadas nesta tese, a procura do corpo de seu filho, desaparecido misteriosamente do Instituto Médico Legal de Vitória – ES, depois de ser assassinado por supostos policiais militares. Impossível não se emocionar ou resistir a conhecer melhor esta e tantas outras histórias, fios que foram sendo tecidos à medida que me propus ouvir um grupo de mulheres admiráveis que se tornaram conhecidas por carregarem os corpos dilacerados de seus filhos e companheiros em caixão aberto, pelas ruas da cidade, em manifestações pelo fim da impunidade e pela investigação dos grupos de extermínio no Espírito Santo.

Foi uma pesquisa de muitos achados e perdidos; achados no sentido amplo da palavra, uma vez que o falar desses familiares se mostrou como a possibilidade de utilizar a narrativa como uma estratégia de escape da história oficial, assim como de existência para além da dor e do sofrimento. Seligmann-Silva (2003) comenta um aforisma de Walter Benjamin intitulado “Narração e Cura”, onde Benjamin fala do poder do fluxo da narração de levar consigo a doença para longe, até a sua foz. Ele registra que

Assim como a dor é uma barragem, que resiste ao fluxo da narrativa, do mesmo modo é claro que ela é rompida onde a correnteza se torna forte o suficiente para levar consigo tudo o que encontra para o mar do esquecimento feliz”. É nesse sentido que deve ser entendido o testemunho (SELIGMANN; SILVA; 2003).

Muitos achados, porém, alguns perdidos; embora tenha realizado uma vasta análise bibliográfica a respeito dos temas relacionados – grupos de extermínio, violência policial, familiares de atingidos pela violência, entre outros – percebi no transcorrer

da pesquisa que pouco se escreve na academia sobre estes temas. Isso fez com que o peso das entrevistas fosse ainda maior, pois a partir da narrativa dos familiares que foram se reconstruindo não só a história daqueles que morreram, como também daqueles que foram os supostos responsáveis por estas mortes.

Frente a esta informação, é importante frisar que foram entrevistas extremamente difíceis especialmente no que se refere à experiência traumática, que precisou ser reatualizada na vida dessas famílias. Entrevistas que evocaram memórias pessoais e lembranças dolorosas, demandando um trabalho de campo bem mais minucioso, onde o tempo e o envolvimento com as pessoas foram essenciais para que estas se sentissem à vontade para narrar suas experiências.

Foi por este caminho tortuoso que compreendi como, através do testemunho, estes familiares constroem verdadeiros alicerces ligados a mobilização popular; coletivizando a angústia da perda produzem dispositivos capazes de por em cheque conceitos construídos historicamente, como o conceito de direitos humanos, assim como o de pobreza associado à periculosidade.

Mas a cada história conheci uma dor, e em cada dor um lugar; porém, cada lugar me apresentou à magia de uma estratégia coletiva; atravessando-se umas nas outras, por vezes essas histórias possibilitaram transformar um medo e um obcecado desejo de punição em uma polifonia de vozes – vozes de resistência. Em outros momentos estas mesmas histórias foram permeadas pela individualidade que as aprisionou no previsível “lugar de vítimas”. Discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar circularam com, entre e sobre os familiares sobre a pesquisadora.

*“A dor da perda de um filho é com certeza a maior dor que podemos passar nesta vida. É uma dor que me consome a cada segundo, é um pedaço da gente que nunca mais será devolvido; a vida perde todo o sentido, e se você não se levanta deseja não estar mais neste mundo. Sabe aquele dia em que você daria sua vida para voltar no tempo? Pois é, você se sente o tempo todo assim. As pessoas não entendem que a gente sente a necessidade de falar, de lembrar...” (Maria das Graças Nacourt, mãe de Pedro Nacourt e Presidente da AMAFAVV).*

Práticas, muitas práticas também circularam por entre as páginas dessa tese; algumas, cercadas, aprisionadas pelo fantasma do “estado de guerra”, pondo em funcionamento, o mito de que vivemos em uma “guerra civil”. Para a sobrevivência

diante do medo, instaura-se a necessidade preeminente de leis mais severas e a lógica da punição como a única solução para o combate a violência. Judicializando o cotidiano, transformando o encarceramento em massa em política de segurança, justificando extermínios e torturas como necessários a sobrevivência da “população de bem”. O medo, em muitos momentos passou a ser à base de uma política de controle e de repressão.

Podemos dizer que as fontes de perigo atingiram agora o coração da cidade. Os amigos e os inimigos – sobretudo os misteriosos e incompreensíveis estrangeiros que oscilam ameaçadores entre esses dois extremos – misturam-se, confundem-se nas ruas da cidade. A guerra à insegurança, aos riscos e aos perigos está em curso dentro da cidade; nela, os campos de batalha são nitidamente delimitados, e as linhas de frente são ‘demarcadas’. Embora assumam formas muito diversas, e seus *designers* se esforcem para assimilá-las ao panorama das cidades - ‘normalizando’ o estado de emergência no qual os moradores, viciados em segurança, vivem o dia-a-dia, as trincheiras fortificadas e os *bunkers* destinados a separar e manter distantes os estrangeiros, barrando seu acesso, se transformam rapidamente num dos traços mais visíveis da cidade contemporânea (BAUMAN, 2009, p. 62).

Nesse “estado de emergência” onde o vício por segurança acabou por tomar proporções assustadoras, tentamos nos afastar de alguns discursos, dentre eles daquele que produz uma relação entre pobreza e periculosidade, sustentado como “verdade” e atravessado pelos parâmetros científicos da concepção positivista. Estes discursos fazem uma separação entre os saberes científicos e não-científicos produzindo uma forma de hierarquização, onde são desqualificadas quaisquer formas de saber que não correspondam aos critérios de validação da ciência, havendo a necessidade de distinção entre os saberes científicos e o senso comum, raramente reconhecido como uma forma de saber.

*“Sabe o que mais me entristeceu? Foi depois de vê-lo morto daquela maneira, crivado de tiros, ler no jornal que ‘foi acerto de contas’ e que eu não sabia da vida do meu filho. Quando a polícia não sabe de nada, não faz nada e está envolvida até o pescoço, diz que é ‘acerto de contas’. Acerto de contas do quê? Alguém sabia da vida do meu filho? Depois de morto o filho da gente vira tudo! Só que hoje, nove anos, quatro meses e seis dias após a morte de Pedrinho eu ainda não me cansei de querer provar que meu filho foi covardemente assassinado por policiais militares pagos para prestarem proteção à população.” (Maria das Graças Nacourt, Presidente da AMAFAVV).*

Os saberes serão derrubados exatamente pelo enfrentamento com os saberes ditos oficiais, que farão os “supostos cientistas”, ou até mesmo aqueles que detêm o poder, ocuparem a posição de porta-vozes destes saberes desqualificados. Não

somos porta-vozes de ninguém, muito pelo contrário, nosso objetivo ao construir esta tese com os familiares foi possibilitar, através das narrativas, que estes construíssem o percurso da pesquisa.

E no percurso construído por estes familiares muitas tentativas de derrubada desses saberes se fizeram, muitas surpresas nos tomaram de assalto. Uma dessas surpresas emergiu já na fase final da feitura desta tese, e diz respeito à polêmica que se formou em torno do pedido de federalização do processo que apura o assassinato do juiz Alexandre Martins Filho, oito anos após sua morte. A presidente da Associação de Mães e Familiares das Vítimas da Violência - AMAFAVV, Maria das Graças Nacourt, uma das nossas entrevistadas nesta tese, foi autora do pedido, alegando que acreditava não mais se configurar como um “crime de mando”, mas em um simples latrocínio – roubo seguido de morte.

*Ainda paira sobre o crime muito mistério. Ainda há muitas perguntas que precisam ser respondidas. Há uma série de erros processuais em torno do caso. Tem muita gente que continua a insistir que o crime é de mando para evitar que a verdade venha à tona. Se essas pessoas estão com a consciência tranqüila, elas deveriam apoiar a federalização (Maria das Graças Nacourt, em entrevista ao Jornal virtual Século Diário. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com>>. Acesso em 23 março 2011.*

No período que incidiu no protocolamento do pedido, a imprensa e as autoridades contrárias ao pedido de federalização fizeram um “apedrejamento moral” à militante. As manchetes dos meios de comunicação impresso, digital e televisivo dos dias subseqüentes tinham como principal assunto a “versão do bem contra o mal”, e os títulos desses “espetáculos” eram os mais variados possíveis: “Federalizar é beneficiar mandantes”; “Juíza estranha pedido de revisão do Caso Alexandre Martins”; “Ação pode livrar acusados de mando”; “Seminário Contra Crime Organizado critica federalização do caso Alexandre Martins”.

De mocinha a vilã, Maria das Graças passou mais uma vez a ter destaque na mídia local e nacional, porém como a militante que passou a ser identificada como “*representante do mal*”. Em pleno mês de aniversário da morte de Alexandre Martins, e em meio ao I Seminário de Combate ao Crime Organizado, Maria das Graças foi julgada, condenada e achincalhada...

Não há motivo para o pedido de federalização. Isso é para desviar o foco”, disse Carlos Eduardo Lemos. O juiz, que atuou na fase do inquérito que apurou a morte de Alexandre Martins e nas fases de instrução e pronúncia do processo judicial que indicou os primeiros acusados, disse que havia no auditório pessoas ligadas ao crime organizado. “Eu vi pessoas aqui que estão ouvindo nossas falas e que vão sair daqui e criar um factóide para defender um monte de bandidos”, afirmou sob fortes aplausos da platéia. Com a ajuda da imprensa, que estava disposta a “crucificar” Maria das Graças como a “carrasca do ano”, os palestrantes, sempre em tom de indignação, criaram um divisor de águas em torno da polêmica. Do lado do bem, da Justiça, dos homens probos, estão as pessoas que são contra a federalização; já os que teimam em questionar as circunstâncias que cercam o crime e a tese de mando, estão “a serviço” do crime organizado e “trabalhando” para inocentar culpados. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com>>. Jornal Virtual Século Diário. Acesso em 26 de março de 2011.

A fala do juiz foi só o indicativo para a “câmara de gás”. Na seqüência do I Seminário de Combate ao Crime Organizado além de Carlos Eduardo, o ex-secretário de Segurança e deputado estadual Rodney Miranda, o procurador-geral de Justiça Fernando Zardini, o promotor Otávio Gazir, o juiz federal Américo Bedê, o diretor da Faculdade de Direito de Vitória (FDV) Antônio Abikair e a delegada Fabiana Maioral, um a um, bombardearam a atitude da mãe de Pedro.

Gazir foi mais incisivo nas críticas. ***“Causa estranheza os questionamentos dessa mulher. Dizer que pessoas desse naipe são inocentes... É uma ação de oportunidade que visa a descaracterizar as acusações. É só uma dúvida: mas talvez tenha interesse financeiro no meio”***, suspeitou o promotor. Maria das Graças Nacourt disse que vai responsabilizar o promotor pelas insinuações de que ela teria recebido dinheiro para dar andamento ao pedido de federalização do Caso Alexandre. ***“Fiquei indignada quando soube do infeliz comentário do promotor. Ele vai ter que provar que eu recebi dinheiro para fazer a denúncia. Ele não tem o direito de fazer uma acusação leviana contra uma mulher que tem um trabalho reconhecido na defesa de direitos humanos neste Estado há mais de uma década. Vou processá-lo por isso”***, avisou. Para desqualificar a presidente da AMAFAVV, Gazir ainda disse que Maria das Graças já havia posto a Justiça em xeque no julgamento dos policiais acusados de assassinar seu filho, Pedro Nacourt. O promotor deu a entender que a militante era fadada a arranjar confusões infundadas com a Justiça. Ele não explicou aos presentes, porém, que o júri popular do julgamento dos acusados de matar Pedro Nacourt foi anulado, após Maria das Graças questionar a parcialidade do júri. Em outubro de 2009, a Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado (TJES) anulou a absolvição dos policiais militares acusados de matar Pedro Nacourt. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com>>. Jornal Virtual Século Diário. Acesso em 26 março 2011.

Além de julgada e condenada pelo “grupo de notórios”, Maria das Graças também recebeu severas críticas do Conselho Estadual de Direitos Humanos – CEDH; foi publicada nota pelo presidente do mesmo, Bruno Alves de Souza, informando que as entidades participantes não concordavam com o pedido de federalização do processo. A nota ainda ressalta que, mesmo fazendo parte do Conselho, a Associação não comunicou aos demais a decisão de pedir a federalização. Em meio a este turbilhão de “novos” acontecimentos, me vi também perdida em meio às “verdades” até então construídas.

*Minha primeira reação foi sentar e chorar, para em seguida dar vazão a todas as minhas dúvidas, meus questionamentos nada neutros. Porque Maria das Graças iniciava aquele movimento contrário a tudo o que acreditávamos desde a morte do juiz Alexandre Martins? Estaria ela sendo ameaçada para que tomasse esse novo rumo? Minha primeira reação era acreditar nisso, para em seguida me perguntar se não estaria eu equivocada em todas as minhas crenças e valores. Mais uma vez caía na armadilha da dicotomização entre o bem e o mal...mas, como não cair?! (Diário de campo, 24/03/2011).*

A partir dos fatos relatados, minha cabeça simplesmente deu um nó! Falávamos da mesma Maria das Graças?! Do mesmo crime, notoriamente de caráter político?! Toda a escrita dos últimos três anos pareceu-me muito distante da realidade, e por alguns momentos me questioneei se não passava de mais uma tola, arrebatada pelos sentimentos de piedade e compaixão para com as “vítimas”. Perpetuava-se em mim, naquele instante, a sensação de descrédito e aviltamento para com tudo o que relatei e vivenciei no percurso dessa tese. Era como se eu mesma estivesse na fila para a “câmara de gás”.

*Para obter algumas respostas as minhas muitas indagações foi preciso que frisasse para mim mesma, por repetidas vezes, que escrevia aquelas história da forma como as ouvia e como as compreendia. Nem vilões e muito menos heróis as narravam, mas pessoas comuns que, impulsionadas por sentimentos de dor e perda, dispuseram-se a participar da pesquisa na qual me debrucei; sentimentos que se intensificaram à medida que tornaram-se coletivos, tomando rumos dos quais eu não podia delimitar, antever, adivinhar (Diário de campo, 24/03/2011).*

O que fazer com algo que parece, por alguns instantes, se transformar em um engodo?! Ouvir, mais uma vez, Maria das Graças? Determinar o fim desta escrita? Tudo o que passara nos últimos anos da pesquisa parecia um filme a repetir-se insistentemente em meus pensamentos, todas as dificuldades para a coleta de



dados, o receio de todos os familiares em falar sobre as mortes, toda a minha própria dificuldade em falar sobre o tema, que me atravessava a todo instante, enfim, tudo! Que práticas produziram a luta desses familiares e que agora os colocavam em cheque?! Que “exercícios dessa guerra” buscavam agora desprovê-los de credibilidade, para então transformá-los em monstros traidores?

Produzindo a necessidade das leis, a moral em nosso mundo expande-se sobre o disfarce da ética. Fala-se de ética, mas aplica-se a moral: julga-se, prescreve-se, tutela-se, pune-se. Festivais de CPIs abundam, *mis-en-scènes* midiáticas apontam para as ações espetaculares da Polícia Federal como atos competentes na luta contra a corrupção e a impunidade. Atores sedentos de justiça obedecem à “doutrina do julgamento” onde o Mal deve ser extirpado para que, afinal, o Bem possa triunfar” (COIMBRA, 2010).

Para afirmar uma suposta cidadania e legitimar alguns de seus direitos, muitos familiares se uniram em Associação, criando entre si um universo profundamente solidário. Desse movimento social, retiraram a força e a capacidade para se reerguer e resignificar suas vidas. Porém, nesse processo, esbarraram e foram afetados por uma lógica jurídico-penal-moral, que se apresenta recheada de certos valores.

Produz-se a patologização e demonização de certas pessoas, caindo-se na redução medicalizante e judiciarizante. Tal modo de subjetivação opera com soluções extremadas fortalecendo o paradigma médico-cientificista-penal onde outras faces do higienismo do início do século XX se presentificam: a limpeza dos que se tornam indesejáveis (COIMBRA, 2010).

Esta mesma lógica jurídico-penal-moral, que é reforçada pela mídia, é também muitas vezes utilizada pelos próprios movimentos sociais, através dos pedidos de justiça e pelo fim da impunidade, pelo brandir por penas mais severas. Foi esta mesma lógica utilizada como arma contra o próprio grupo de familiares, contra Maria das Graças, mãe de Pedro Nacourt, uma vez que, demonizando-a a partir de sua solicitação de federalização do processo da morte do juiz Alexandre Martins, construiu-se uma “competente produção do medo: todos desconfiam de todos, todos temem todos, todos querem se proteger de algo, todos querem segurança” (COIMBRA, 2010, p. 07).

No caso específico dos familiares, todos passaram a enxergá-los através de Maria das Graças, como um “câncer” constituído no meio de um corpo saudável. Foram construídas verdades através de “falas autorizadas” buscando produzir um clima de

desconfiança e descrédito. Foucault (1988) afirma que não se estabelecem relações entre os saberes; ao contrário, desqualificam-se uns como incompetentes, sobrepondo-se os considerados “científicos”, “verdadeiros”, “objetivos” e “neutros”.

Eram mulheres que com suas roupas, cheiros, memórias, rugas, assombravam, davam visibilidade à memória e a violência da exclusão. São transformadas, por muitos, em mulheres vagabundas. (...) Os turistas se movem porque acham o mundo irresistivelmente atrativo, e os vagabundos porque acham o mundo insuportavelmente inóspito (BAUMAM, 1997, p. 117)

Insta frisar que não tentamos definir qual o intuito de Maria das Graças ao solicitar a federalização do processo de apuração da morte de Alexandre Martins, não buscamos aqui produzir novas falas autorizadas acerca dessa solicitação. Nosso intuito foi de desnaturalizar a produção dessas “mulheres perigosas”. Segundo Coimbra (2001) os objetos e o próprio mundo onde eles existem, os sujeitos e a própria realidade, são produções histórico-sociais, não tendo, então, uma natureza em si, uma essência. São sim, construídos historicamente, por práticas datadas.

Assim, as variadas práticas vão engendrando no mundo objetos, sujeitos, saberes e verdades sempre diversos, sempre diferentes. Como as práticas são múltiplas, elas geram múltiplos objetos, múltiplos ‘rostos’ e ‘fisionomias’ ao longo da história: múltiplas objetivações (COIMBRA, 2001, p. 39).

Por alguns instantes as “mulheres vítimas” foram abraçadas e acolhidas; sofredoras, desamparadas, as mães e familiares de atingidos pela violência ocuparam esse lugar da “vítima”, esse modo de existência que precisava ser cuidado, acolhido e assistido. Porém, quando o lugar de vítima deu lugar ao de “mulheres perigosas”, foram logo rechaçadas por todos os segmentos dos poderes Legislativo, Executivo e principalmente, pelo poder Judiciário, assim como pelo próprio Conselho Estadual de Direitos Humanos; quando eram “vítimas”, sejam mais ou menos ativas, precisavam ficar sempre no seu lugar fragilizado de “vítimas”, e não ditar regras a estes poderes. Dizer que a federalização era o caminho, mesmo que aparentemente não o fosse, foi o ponto de retomada de uma zona de conflito entre os familiares e as principais forças políticas do Espírito Santo, transformando-os em indesejáveis, inimigos da “justiça e da ordem”.

É válido destacar que todas as estratégias, sejam as dos familiares de atingidos pela violência, ou de outros atores dessa rede, mostram-nos que as formas de “fazer justiça”, julgando, punindo com penas mais severas, não têm efetivado de forma clara a redução da criminalidade, muito pelo contrário

Tem havido uma apropriação e uso da dor dos pais, a exploração da dor para produção de mudanças penais. O que se tem denominado de “populismo criminológico” é a utilização das emoções do discurso da vítima. Quem faz as mudanças na legislação penal não são mais os juristas, nem os criminólogos, mas a grande imprensa trabalhando a utilização intensiva da dor das vítimas. (Insânia, Anarquia e Estado policial - Jornal “A Nova Democracia”, Edição Nº 35. Entrevista da Socióloga Vera Malaguti Batista. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-35/301-entrevista-vera-malaguti-batista-insania-anarquia-e-estado-policial>>. Acesso em 24/03/2011.

As manifestações pelo endurecimento das leis e a criação de tantas outras ganham as ruas do país – criminalização da homofobia, penalização da discriminação racial, fim da impunidade, penalização dos que ameaçam a natureza, prisão para pais que não matriculam seus filhos na escola. Neste contexto, tornamo-nos os “CSI”<sup>80</sup> do cotidiano – policiais de tudo e de qualquer um, desconfiando de todos, investigando a todos, temendo a todos, buscando abrigo e proteção de tudo que possa significar uma potencial ameaça. Mas, o que se produz com esse “modo de existência CSI”?!

Notamos que o aumento desenfreado de massas reivindicantes de direito, a proliferação de discursos beligerantes contra a impunidade, a multiplicação espantosa de processos judiciais, que buscam tornar judicializáveis todo o universo de ações humanas, expressam não somente a hegemonia do discurso jurídico nas práticas de poder da atualidade, mas, sobretudo, a debilidade de uma vida reativa, a triste condição do homem moderno em sua busca por novas formas de anestesia e segurança, sua insistente fantasia de delimitar com precisão, ou mesmo eliminar, o risco e o perigo próprios da vida (REIS, 2011, p. 12).

Mas insistentemente, apesar de todas as armadilhas e capturas, das inquietações sobre a importância e as implicações dessa escrita, o caminhar junto aos familiares de atingidos pela violência através de suas narrativas, o pensar práticas de

---

<sup>80</sup> CSI: Crime Scene Investigation, é uma das séries de maior sucesso nos Estados Unidos, exibida pela CBS. A série é centrada nas investigações do grupo de cientistas forenses do departamento de criminalística da polícia de Las Vegas, Nevada. Estes cientistas desvendam crimes e mortes em circunstâncias misteriosas e pouco comuns.

extermínio e violação de direitos humanos no Espírito Santo, foi um percurso que mudou a história desses familiares e principalmente a minha história, tornando-me cúmplice de tudo que ouvi e vivi junto ao grupo de mães e familiares, uma testemunha da testemunha (JELIN, 2001, p. 20).

Tornar-me cúmplice desses familiares foi carregar junto com eles caixões com os corpos de seus filhos, sobrinhos, maridos mortos; foi participar de reuniões, manifestações, mas principalmente entender que o luto pela perda de um familiar assassinado, especialmente um filho, é algo que pode tornar o peso da vida insuportável. Contrários ao ritmo contemporâneo - acelerado e fragmentado – onde as regras ditadas são em favor do *“seja forte, aprenda uma lição com sua dor e não fale mais sobre o assunto!!”*, decidimos por sentar, falar, lembrar...e esta foi a principal construção dessa tese, lembrar para, como diria Primo Levi (1997), libertar estas famílias do campo de concentração nazista, agora no contemporâneo.

*“A morte de um filho deixa uma dor, um vazio absoluto. Um nada sem chão, teto ou paredes. Mais que um poço fundo, o fundo sem o poço. A falta de ar, o desespero. Irracional, ilógico, inaceitável. As palavras e imagens mais fortes não são capazes de definir, o luto de mães que perdem seus filhos. A morte de um filho deixa uma dor eterna. É a pior situação humana, não há perda maior. Não tem nada de simbólico para que eu possa organizar essa perda, eu morri junto mesmo! Mas se você perguntar se essa morte em vida me fez desistir de lutar, de me indignar...eu vou te responder com toda certeza: não!!”* (Sra. Arlete, mãe de Ademir, assassinado supostamente por policiais militares).

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUSSAFY, R., FRANÇA, S.A. **Resenha: Segurança, Território, População**. São Paulo: Revista de Psicologia da UNESP, 7(1), 2008.

AGAMBEN, G. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

\_\_\_\_\_. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, R. **Perguntaram-me se acredito em Deus**. Folha de São Paulo: 03.04.2007, pág. C2, 2007.

ARAÚJO, F. A. **Do luto à luta: a experiência das Mães de Acari**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS, 2007.

ARANTES, E. M. de M.. Rostos de Crianças no Brasil. In: **A Arte de Governar Crianças - História das Políticas Sociais, da legislação e da Assistência no Brasil**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1995.

ARIES, P. **História Social da Criança e da Família**. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

AUGUSTO, A. **Juridicalização da vida ou sobrevida?** Mnemosine Vol.5, nº1, p. 11-22. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009

BAPTISTA, L. A. **A Cidade dos Sábios**. São Paulo: Summus, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cidades, lugares, sujeitos: contribuições da literatura e da política**. In: FRIGOTTO, G. & CIAVATTA, M. (org). Teoria e educação no labirinto do capital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Walter Benjamin e o s Anjos de Copacabana**. Revista Educação Especial: Biblioteca do Professor nº7, 2008.

BARCELLOS, C. **Rota 66**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

\_\_\_\_\_. **Poder Judiciário e Imprensa**. Seminário Escola de Magistratura da Justiça Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

BARROS, M. E. B. **Caderno de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES**. Vol. I, nº 11. Vitória: EDUFES, 1995.

BARROS, M. E. B. et al. **Psicologia: Questões Contemporâneas**. Vitória: EDUFES, 1999.

BARROS, R. B.. **Grupo: A Afirmação de um Simulacro**. 1994. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1994.

BATISTA, N. ***Punidos e Mal Pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje***. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

\_\_\_\_\_. ***Introdução crítica ao direito penal brasileiro***. 5º Edição. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

BATISTA, N. ***Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio***. Artigo publicado na Biblioteca On-line de ciências da comunicação. - <http://bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=batista-nilo-midia-sistema-penal.html>) Acesso em 14.12.2011)

BATISTA, N. ***Imigrantes, crime organizado e capitalismo***. A Nova Democracia. Ano IX, Nº70. Rio de Janeiro, 2010.

BATISTA, V. M. ***Insânia, Anarquia e Estado Polícia***. A Nova Democracia. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. ***O medo na cidade do Rio de Janeiro***. Ano VI, Nº 35. Rio de Janeiro: 2007.

BAUMAN, Z. ***O Mal Estar da Pós-Modernidade***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

\_\_\_\_\_. ***Confiança e Medo na Cidade***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

\_\_\_\_\_. ***Globalização: As Conseqüências Humanas***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BENJAMIN, W. ***Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo***. Tradução: José Martins Barbosa & Hermerson Alves Baptista. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. ***Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política***. Tradução de Maria Amélia Cruz ET AL. Lisboa: Relógio D'Água., 1992.

\_\_\_\_\_. ***O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov***. In: Magia e Técnica, Arte e Política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

\_\_\_\_\_. ***Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas***. Volume I 5º Edição. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.

\_\_\_\_\_. ***Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo***. Tradução José Carlos M. Barbosa e Hemerson Batista. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, M. ***Tudo que é Sólido se Desmancha no Ar: A aventura da Modernidade***. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRETAS, M. A. **Ordem na cidade**. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BICUDO, H.P. **Meu depoimento sobre o esquadrão da morte**. São Paulo: Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 3ª edição, 1976.

BILL, MV. **Falcão: mulheres e o tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

BLANCHOT, M. **O Diário Íntimo e a Narrativa**. In: O Livro por Vir. Tradução Leyla Perrone – Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 270 – 278.

BRASIL, V. V. **Subjetividade e violência: a produção do medo e da insegurança**. Segundo Encontro Mundial Estados Gerais da Psicanálise, 2003.

CANO, I. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 2007.

CARVALHO, B. **O Filho da Mãe**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHALHOUB, S. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COIMBRA, C. M. B. **Modalidades de aprisionamento: processos de subjetivação contemporâneos e poder punitivo**. In: BATISTA, V. M, ABRAMOVAY, P.V. Depois do Grande Encarceramento. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

COIMBRA, C. e NASCIMENTO, L.M. **Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?** 2004. In [www.slab.uff.br](http://www.slab.uff.br). Acessado em 10/08/2009.

COIMBRA, C. e NASCIMENTO, L.M. **Programas Compensatórios: Seduções Capitalistas?** In Práticas PSI Inventando a Vida. ARANTES, E. M. M.; NASCIMENTO, M.L. e FONSECA, T.M.G. (Orgs). Niterói. EDUFF, 2007.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; LOBO, Lilia Ferreira and NASCIMENTO, Maria Lívia do. **Por uma invenção ética para os Direitos Humanos**. *Psicologia Clínica*. 2008, Vol. 20, Nº2, pp. 89-10.

COIMBRA, C. M. B. **Guardiões da Ordem: Uma Viagem psi no Brasil do “Milagre”**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COIMBRA, C. M. B. **Direitos Humanos e Violência Social: a produção do pânico**. Niterói, 2001. Disponível em (<http://www.slab.uff.br/exibetexto2.php>). Acesso em 12 fev. 2009.

COIMBRA, C. M. B. **Operação Rio: O Mito das Classes Perigosas**. Um Estudo Sobre a Violência Urbana, a Mídia impressa e os Discursos de Segurança Pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

COIMBRA, C. M. B.; ABREU, A.M. **Corrupção: para além do julgamento aprisionador da vida**. In: GONÇALVES, M.A., FÁTIMA, G.M. Outros Olhares – Debates Contemporâneos. Belo Horizonte, Editora Leeditathi, 2008.

COSTA, A. T. M. **Entre a Lei e a Ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York**. Rio de Janeiro: Ed. FGV,2004.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

\_\_\_\_\_. **Nietzsche e a filosofia**. Porto, Portugal: Ed Rés, 1976.

D'ELIA, O. Z. F. **Acionistas do Nada: quem são os traficantes de drogas**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

DONNICI, V. L. **A Criminalidade no Brasil: meio milênio de repressão**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1984.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal,1996.

ESTRELA, E. S. **Gregório Bezerra (Pernambuco, 1900-1993)**. Coleção Rebeldes Brasileiros, Nº 05. Luzes na Floresta – Edmilson Rodrigues. [www.uniblog.com.br](http://www.uniblog.com.br) – postado em 03.04.2006.

FERREIRA, M. I. C. **Violência na Solidariedade: um estudo sobre homicídios em bairros da periferia da capital paulista**. São Paulo: Associação Editorial Humanistas,2006.

FERREIRA, E. F. X. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: FGV,1996.

FERRÉZ. **Ninguém é inocente em São Paulo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

FOUCAULT, M. **A Vontade de Saber**. 2º ed. Rio de janeiro: Graal,1979.

\_\_\_\_\_. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Cadernos da Pontífice Universidade Católica n°16, 1996.

\_\_\_\_\_. **A história da sexualidade I – A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Graal,1987.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal,1979.

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade.Curso no Collège de France(1975-1976)**.São Paulo: Martins Fontes,2000.

\_\_\_\_\_. **Os Anormais: Curso no Collège de France(1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



\_\_\_\_\_. Prefácio à Transgressão. In: M. FOUCAULT, ***Ditos e Escritos III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema***. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 28-46, 2001.

\_\_\_\_\_. A Linguagem ao Infinito. In: M. FOUCAULT, ***Ditos e Escritos III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema***. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 47-59, 2001.

\_\_\_\_\_. ***Ditos e Escritos Vol. V.*** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. ***Segurança, território, população***. São Paulo: Martins Fontes, 2008

FONSECA, M. A. ***Michel Foucault e o Direito***. São Paulo: Max Limonad, 2002.

FÓRUM REAGE ESPÍRITO SANTO. ***A situação atual da defesa dos direitos humanos no estado do Espírito Santo: assassinatos, ameaças de morte, processos judiciais indevidos e pressões institucionais contra defensores dos direitos humanos***. Centro de Justiça Global – Rio de Janeiro e Espírito Santo, junho de 2002.

FUGANTI, L. ***Lógica Penal e Criminalização das vidas: Controle, Poder e Sujeição***. Conferência no Congresso de Psicologia Jurídica Belo Horizonte – MG, Outubro de 2009 – CRPs do RJ, MG e ES, 1994.

GAGNEBIN, J. M. ***História e Narração em W. Benjamin***. Campinas: Perspectiva/FAPESP, 1994.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. IN ***Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História***. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. ***Lembrar escrever esquecer***. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GLASSNER, B. ***Cultura do medo***. São Paulo: Francis, 2003.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. ***Micropolítica: Cartografias do Desejo***. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, A. P. ***As classes perigosas: banditismo urbano e rural***. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. Biblioteca de Ciências Sociais; v. n. 11.

GUIMARÃES, E. G. ***A chancela do crime: a verdadeira história do esquadrão da morte***. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições, 1978.

HOLLOWAY, T. H. ***Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX***. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

JELIN, E. ***Los trabajos de la memoria***. España: Siglo XXI de Espana Editores S.A., 2001.

JOSEPHSON, S. **Espaços Urbanos e Estratégias de Hierarquização**. In: Saúde e Loucura: Subjetividade. n° 6. São Paulo: HUCITEC, 1997.

KASTRUP, V. A psicologia na rede e os novos intercessores. In: FONSECA, T.G.; FRANCISCO, D. (Org.). **Formas de Ser e Habitar a Contemporaneidade**. Porto Alegre, UFRGS, 2000. P 13-26.

LEMGRUBER, J. **Quem Vigia os Vigias – um estudo sobre o controle externo da polícia no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LEVI, P. **Os que Sucumbem e os que se Salvam**. Teorema, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os afogados e os sobreviventes**. Os Delitos, os Castigos, as Penas, as Impunidades. (L. S. Henriques Trad.) Rio: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **É Isto Um Homem?** Rio: Rocco, 1997

LISPECTOR, C. **A Cidade Sitiada**. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1949.

LOBO, L. F. **Os Infames da História: A instituição das Deficiências no Brasil**. Curso (Doutorado). Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1997.

LOBO, L. F. **Movimento Eugênico: Tribunal de Todos os Desvios**, In: Clio-Psyché paradigmas: historiografia, psicologia, subjetividades, Rio de Janeiro, Relume Dumará-FAPERJ, 2003.

LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. **A Análise institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1993.

LOSICER, E. **Reparação e Memória: O eterno retorno do testemunho**. Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais. Rio de Janeiro. Junho de 2008 – pag. 06-07.

MACHADO, R. (org.). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MALAGUTI, V. B. **O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MARCELINO, A. S. **A gestão policial da vida: considerações sobre como governamos e somos governados no contemporâneo**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Dissertação de mestrado, 2008.

MEDEIROS, R., CALADO, S. **Um novo Espírito Santo: onde a corrupção veste toga**. Espírito Santo; Editora Capital, 2010.

MELO, A. P. J. Ensaio para uma genealogia da Suspeição Nacional: Capoeiras, Malandros e Bandidos. In: **Clio-Psyché Hoje; Fazeres e Dizeres psi na História do Brasil**. Rio de Janeiro; Relume-Dumará, 2001.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento**. Vol I. Brasília, 1999.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Mapa da Violência 2011: Os Jovens do Brasil**. Brasília, 2011.

MISSE, M. **Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, V.8 Nº3 p371-385, set-dez,2008.

MONTEIRO, A.; COIMBRA, C.; MENDONÇA FILHO, M. **“Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: estatal é necessariamente público?”** In: Revista Psicologia & Sociedade. Porto Alegre, Vol 18, Nº02 , 2006.

MONTEIRO, V.S.V. **Canudos: guerra e memória**. In: Revista Mosaico - Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, Nº 1, Ano 1, 2009.

MOYSÉS, M. A. A. **A Institucionalização Invisível - Crianças que Não - Aprendem - na - Escola**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras FAPESP, 2001.

NETO, P. M., & Peres, M. F. T. (2005). **3º Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil 2002-2005**. Fórum de Entidades Nacionais em Direitos Humanos. Acessado em 05 de outubro, 2008, de [http://www.direitos.org.br/index.php?option=com\\_remository&Ite](http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_remository&Ite).

NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PASSETTI, E. **Ensaio sobre um abolicionismo penal**. In Revista Verve, São Paulo: Nu-Sol, 2006, pp.

PEDRINHA, R. D. **Breves apontamentos acerca da política criminal e da instituição policial na contemporaneidade**. In: Passagens. Revista Internacional de História, Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: Vol. 03 Nº 02, Maio-Agosto, 2011.

PENGLASE, B. **Final Justice: police and death squad homicides of adolescents in Brazil**.

Em kimzey, R. *Human Rights Watch/Americas* (pp.112-82). Nova York: Human Rights Watch,1994

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PRIETO, J. R.; CHAVES, I. **Insânia, anarquia e Estado policial**. Entrevista: Vera Malaguti Batista - Jornal A Nova Democracia, Ano VI. Nº 35, julho de 2007.

RAIZER, E. C. **Homicídio no Espírito Santo: desafios e evidências empíricas**. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

RAGO, M. ***Do Cabaré ao Lar - A Utopia da Cidade Disciplinar***. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

RAGO, M. Políticas da (In) diferença: Individualismo e Esfera Pública na Sociedade Contemporânea. In: ***Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política*** - Universidade Federal Fluminense. Niterói, vol II, 1993.

RAMOS, S. ***Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

REIS, E. ***A Cultura da Vingança ou a Debilidade de uma Vida Reativa***. Qualificação do curso de Doutorado em Psicologia – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

ROCHA, M. AGUIAR, F., GOMES, L. Gestão do Trabalho e os Desafios da Saúde na Educação. In: BOCK, A. ***Psicologia e o Compromisso Social***. São Paulo: Cortez, 2003.

RODRIGUES, H. SOUZA, V. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: ***Análise Institucional no Brasil***: favela, hospício, escola, FUNABEM. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

RODRIGUES, H. de B. C. et al. ***Grupos e Instituições em Análise***. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

RAUTER, C. Percepção da Violência nas Práticas dos Profissionais de Saúde: Famílias Desestruturadas, Tiroteios e Outras Histórias, In: ***Passagens***. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 3 Nº1, janeiro-abril 2011, p. 99-116.

RAUTER, C. Notas Sobre o Tratamento das Pessoas Atingidas pela Violência Institucionalizada, In: ***Psicologia em Estudo***, Maringá, v. 6, n. 2, p. 3-10, jul./dez. 2001

RAUTER, C. ***Criminologia e Subjetividade no Brasil***, Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ROLNIK, S. ***Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo***. Porto Alegre: Sulina; Editora UFRGS, 2006.

SAIDÓN, O. ***As loucas da Praça de Maio – Carência ou intensidade***. Tortura Nunca Mais, Boletim Informativo, Rio de Janeiro, Ano 03 – 12 p.08, 1991.

SELIGMANN-SILVA, M. Literatura e trauma: um novo paradigma. In: ***Rivista di Studi Portghesi e Brasiliani*** NºIII, 2001.

SELIGMANN-SILVA, M. Introdução. In: ***História, memória, literatura: o testemunho na Era das catástrofes***. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SENNETT, R. ***O Declínio do Homem Público: As Tirantias da Intimidade***. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SILVA, J. **Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

SILVA, L. A. M. da. **Vida sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIMÕES, R. G. Acompanhamento das mutações nas configurações e relações do crime na Grande Vitória. In: Cláudio Zanutelli ET AL. **Violência e contemporaneidade: dimensões e impactos sociais**. Vitória: Gráfica e Editora NEVI, 2007.

SOARES, L. E. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_. **Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 2009.

SOARES, G. A. D. **As Vítimas Ocultas da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SOUZA, M. L. de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SÓFOCLES. **A trilogia tebana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

VAZ, P. **Constitui-se o cidadão, hoje, como vítima virtual do terrorismo**. Entrevista ao Portal Multirio – Empresa Municipal de Múltiplos. 11 de setembro de 2006. [www.multirio.rj.gov.br](http://www.multirio.rj.gov.br).

\_\_\_\_\_. **Vítima Virtual e Mídia**. In: Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina. PUCPR, Curitiba, Março de 2009 p.51-69.

VAZ, P; GAELLE, R. **Experiência urbana e narrativas de crime**. E-Compós (Brasília), v. 11, p. 1-22, 2008.

VIANNA, T. L. **Transparência pública, opacidade privada: o Direito como instrumento de limitação do poder na sociedade de controle**. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 232 p

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

\_\_\_\_\_. **Punir os pobres**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. **O lugar da prisão na nova administração da pobreza**. Dossiê Segurança Pública. *Novos Estudos – CEBRAP N°80*. São Paulo, 2008.

VEYNE, P. Foucault revoluciona a história. In: **Como se escreve a história**. Brasília: UNB, 1998.

ZAFFARONI, E. R.; BATISTA, N.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. ***Direito penal brasileiro***: primeiro volume – Teoria geral do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 2ª edição.

ZANOTELLI, C. ***A CPI do narcotráfico e as redes criminosas no território brasileiro: um balanço provisório do caso do Espírito Santo***. Dimensões Revista de História da UFES. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Nº12, 2001.

ZANOTELLI, C. L., RAIZER, E. C. & CASTRO, M. (2000, julho) ***Violência criminalizada: os homicídios cometidos no Espírito Santo noticiados nos jornais [1994-2002]*** Revista Ufes Cidadã, (1).

## 6 MUSICOGRAFIA

BOREL, Willian; Duda. **Rap das armas.** [arquivo mp3]

MC´S, Racionais. **Fórmula mágica da paz.** [arquivo mp3]

NEGRO, Sistema. **Deus cria a Rota mata.** [arquivo mp3]

PENSADOR, Gabriel. **Para onde vai.** [arquivo mp3]

YUKA, Marcelo. **Não se preocupe comigo.** [arquivo mp3]